

Fernanda Lima Jardim Miara

**PARTICÍPIOS DUPLOS:
USOS, DESUSOS E ALGUNS “INTRUSOS”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Sociolinguística e Dialectologia, para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, sob a orientação da Prof. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho.

**Florianópolis
2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miara, Fernanda Lima Jardim

Particípios duplos : usos, desusos e alguns "intrusos" /
Fernanda Lima Jardim Miara ; orientadora, Izete Lehmkuhl
Coelho - Florianópolis, SC, 2013.
239 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

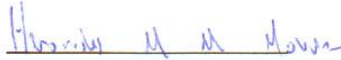
1. Linguística. 2. Variação linguística. 3. Particípios
duplos. 4. Voz ativa e voz passiva. 5. Sincronia. I.
Lehmkuhl Coelho, Izete. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III.
Título.

Fernanda Lima Jardim Miara

**PARTICÍPIOS DUPLOS:
USOS, DESUSOS E ALGUNS “INTRUSOS”**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo a área de concentração Sociolinguística e Dialetoлогия.

Florianópolis, 24 de maio de 2013.

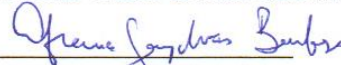


Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



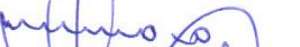
Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Afranio Gonçalves Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Edair Maria Görski
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Felício Wessling Margotti
Universidade Federal de Santa Catarina

*Aos meus pais, ao meu esposo e à Gabriela,
dedico cada uma dessas linhas*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Renato e Rúbia, que sempre me incentivaram, não apenas com palavras, mas, principalmente, com atitudes, a não desistir em nenhum momento dessa caminhada árdua, porém compensadora. Não posso me esquecer das vezes em que trabalharam mais para que eu pudesse trabalhar menos e me dedicar aos estudos.

Ao meu esposo, Janio, companheiro e compreensivo, pelo seu carinho e profunda paciência nos momentos em que precisei estar mais ao lado do computador, do que ao seu lado, pois, ainda assim, sempre trouxe uma palavra de conforto e de motivação.

Aos demais familiares presentes: minha irmã Renata, meu cunhado Paulo Bruno e minha filha do coração, Gabriela, por entenderem, em muitos momentos, minha ausência e minha falta de paciência.

Aos meus amigos e amigos cotidianos que, de alguma forma, estiveram presentes neste percurso, seja por meio de palavras de incentivo ou pela busca de informantes para a pesquisa, por acreditarem em mim e compreenderem todos os meus momentos de ausência, de cansaço e de mau-humor.

Aos meus amigos e colegas do VARSUL, que sempre contribuíram com suas intuições linguísticas, bem como com sua disposição, para me ajudar a compreender o fenômeno de variação nos participípios, trazendo para mim, em inúmeros momentos, pessoalmente ou por e-mail, dados de fala e de escrita valiosos! E um agradecimento especial a cinco amigas extremamente presentes no mestrado: Karoliny, Fabrícia, Christiane, Ivelã e Daise. Muito obrigada pelo carinho de vocês.

A uma pessoa muitíssimo especial: minha querida orientadora Izete Lehmkuhl Coelho, pois, mais que orientadora, foi minha amiga, minha companheira e um exemplo de profissionalismo. Simplesmente não posso contar a quantidade de e-mails que enviei a ela, tampouco a quantidade de encontros que marquei e desmarquei, ao longo desta jornada. Estendo meus agradecimentos à professora Edair, que também esteve muito presente neste trabalho, contribuindo inúmeras vezes em nossos grupos de estudo.

A Deus, meu amigo fiel e incondicional, que em momentos difíceis sempre me deu sabedoria e fé, moldando meu caráter em todas as situações; que em momentos de alegria – que não foram poucos –, me fez enxergar a bênção de poder viver e concretizar sonhos. A Ele,

porque foi quem me presenteou com a minha família, com meus amigos e que me proporcionou cursar a Pós-graduação e estudar aquilo que realmente gosto. Te agradeço, Senhor, pela oportunidade da vida.

*[...] a descrição de uma língua como
objeto homogêneo [...] é em si mesmo
desnecessariamente irrealista e representa
um retrocesso em relação às teorias
estruturais, capazes de acomodar os fatos
da heterogeneidade ordenada [...]*

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 35)

Estava eu, sentada em minha mesa, concentrada em meus afazeres de secretária, quando, de repente, a porta da minha sala se abriu rapidamente, num impulso só, por alguém meio confusa: “– Fernanda, ‘imprimido’ tá certo ou tá errado? Tá errado, né? O certo é ‘impresso’!”. Era minha colega de trabalho. Ainda estava me recuperando do susto da porta, quando eu mesma parei e pensei, por alguns segundos, e respondi: “– Não, ‘imprimido’ tá certo, sim!”. Foi a partir desse dia que eu realmente me apaixonei pelos partícipios.

Florianópolis, inverno de 2007

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a variação nas formas de participípio no PB – regulares e irregulares –, em sentenças ativas, com os auxiliares *ter* e *haver*, e em sentenças passivas, com o auxiliar *ser*, com base em uma análise sincrônica de doze verbos, a saber, *salvar*, *imprimir*, *entregar*, *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar*, *abrir*, *escrever*, *chegar*, *trazer* e *descobrir*. Nosso modelo teórico-metodológico está fundamentado na Teoria da Variação e Mudança Linguística, proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), que assume a língua como sendo sistematicamente heterogênea e moldada tanto por fatores internos como externos. A amostra sincrônica é formada por (i) um *teste de atitude*, aplicado a informantes catarinenses, que tem como propósito observar quais formas de participípio são avaliadas positiva ou negativamente, quando inseridas em sentenças ativas e passivas, e por (ii) um *corpus* escrito, extraído do jornal Diário Catarinense *online*, referente a publicações e postagens do ano de 2012. Os resultados deste trabalho já apontam que, além de serem as formas mais bem avaliadas, os participípios irregulares também são as formas mais recorrentes na escrita, principalmente quando a sentença é constituída pelo auxiliar *ser*. Por outro lado, a análise dos testes subjetivos e dos dados escritos coletados mostra que há itens lexicais que ainda resistem à direção de mudança da terminação de *-do* para *-o*, como é o caso atual, por exemplo, do verbo *trazer* (*trazido* → *trago*), ao passo que a mudança também é registrada na direção de *-o* para *-do*, como ocorre com o verbo *descobrir* (*descoberto* → *descobrido*), porém com um percentual menor de aplicação. Quanto às variáveis linguísticas controladas para o teste de atitude, foram significativos o *item lexical* e o *tipo de sentença* – ativa e passiva –, mostrando que a escolha pelo participípio varia de verbo para verbo e que as formas irregulares de participípio recebem avaliação positiva, independentemente de constituírem sentenças ativas ou passivas. Para o *corpus* escrito, se mostraram relevantes as variáveis independentes linguísticas *item lexical*, *tipo de sentença* – ativa e passiva –, *animacidade do sujeito* e *número de argumentos do verbo*, nessa ordem. Parece que: a escolha pelo participípio está diretamente relacionada ao verbo que compõe a sentença, apresentando maior variação na voz ativa e um uso quase categórico de participípios irregulares na voz passiva; sentenças formadas com os auxiliares *ter* e *haver* selecionam, preferencialmente, sujeitos animados, ao passo que,

sentenças formadas com o auxiliar *ser*, selecionam, na maior parte dos casos, sujeitos inanimados; e, por fim, quanto ao número de argumentos do verbo, bitransitivos selecionam com mais frequência formas irregulares de particípio. Vale ressaltar também que, ao compararmos os resultados dos dois *corpora*, verificamos maior obediência à variedade padrão nos dados escritos, uma vez que o uso de formas regulares de particípio foi mais frequente, neste *corpus*, em sentenças ativas, enquanto em sentenças passivas, houve maior uso de particípios irregulares, o que não ocorreu com a avaliação dos informantes, os quais mostraram preferir, em ambos os tipos de sentença, particípios irregulares. As variáveis independentes extralinguísticas, nas amostras avaliada – *sexo/gênero*, *idade*, *escolaridade* – e escrita – *gênero textual/discursivo* –, não foram selecionadas como relevantes para tentar explicar a variação no uso dos particípios duplos.

Palavras-chave: Variação linguística. Particípios. Voz ativa. Voz Passiva. Sincronia.

ABSTRACT

This research aims to investigate the variation in the regular and irregular past participle forms of Brazilian Portuguese verbs, in active sentences with the auxiliary verbs *ter* (to have) and *ser* (to be), and in passive sentences, with the auxiliary verb *ser* (to be), based on a synchronic analysis of twelve verbs, namely, *salvar* (to save), *imprimir* (to print), *entregar* (to deliver), *pagar* (to pay), *ganhar* (to earn/to win), *gastar* (to spend), *pegar* (to take), *abrir* (to open), *escrever* (to write), *chegar* (to arrive), *trazer* (to bring) and *descobrir* (to discover). Our theoretical-methodological model is based on the Theory of Language Variation and Change, proposed by Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]), who assume that language is systematically heterogeneous and shaped by both internal as external factors. The synchronous sample is formed by (i) an attitude test, applied to informants from Santa Catarina state, which aimed to observe what participle forms would be positively or negatively evaluated when inserted into active and passive sentences, and by (ii) a written corpus, extracted from the *online* newspaper *Diário Catarinense*, composed of publications and posts of the 2012 year. The results of this work show that, in addition to being the best evaluated forms, the irregular participles are also the most frequent forms in written data, especially when the sentence contains the auxiliary verb *ser*. On the other hand, the analysis of the subjective tests and of the written data collected shows that there are lexical items that still resist to the direction of the changes in the terminations of *-do* to *-o*, as it is the current case, for example, of the verb *trazer* (*trazido* → *trago*), however, the change is also registered in the direction of *-o* to *-do*, as occurs with the verb *descobrir* (*descoberto* → *descobrido*), but with a smaller percentage of application. As regards the language variables controlled for the attitude test, the variables *lexical item* and *type of sentence* were significant – active and passive –, showing that the choice by the participle form varies from verb to verb and that the irregular past participle forms received positive evaluation, regardless of constituting active or passive sentences. For the written corpus, the

relevant independent linguistic variables were: *lexical item*, *type of sentence* – active and passive –, *subject animacy* and *number of arguments of the verb*, respectively. It seems that: the choice by the participle form is directly related to the verb that composes the sentence, showing greater variation in the active voice and an almost categorical use of irregular participles in passive voice; sentences formed with auxiliaries *ter e haver* select, preferably, animated subjects, while sentences formed with the auxiliary *ser*, select, in most cases, inanimate subjects. Finally, with regard the number of arguments of the verbs, the bi-transitive verbs select irregular participle forms more often. It is also worth noting that, when we compare the results of two corpora, we see greater obedience to the standard variety of Brazilian Portuguese in the written data, since the use of regular past participle forms was more frequent in this corpus in active sentences, while in passive sentences, there was increased use of irregular participles, what did not occur with the evaluation performed by the informants, who showed to prefer, in both types of sentence, irregular participles forms. The extra linguistic independent variables, in the samples evaluated – *sex/gender*, *age*, *education* – and in the samples written – *textual genre /discourse* –, were not selected as relevant to try to explain the variation in the use of double participles.

Keywords: Linguistic variation. Participles. Active voice. Passive Voice. Synchronism.

Lista de quadros

Quadro 1: quadro resumitivo com relação às construções de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes, referente às gramáticas pesquisadas. _____	86
Quadro 2: variável dependente binária – teste de atitude. _____	144
Quadro 3: variáveis independentes – linguísticas e extralinguísticas – controladas no teste de atitude, correlacionadas à nossa variável dependente binária – formas de particípio. _____	145
Quadro 4: variável dependente binária – corpus escrito. _____	153
Quadro 5: variáveis independentes – linguísticas e extralinguísticas – controladas no corpus escrito, correlacionadas à nossa variável dependente binária – formas de particípio. _____	154
Quadro 6: distribuições dos doze verbos elencados para o grupo de fatores linguístico ‘conjugação do verbo’. _____	155
Quadro 7: distribuição dos doze verbos elencados para o grupo de fatores linguístico ‘número de argumentos do verbo’. _____	157

Lista de figuras

- Figura 1:** opções para a 'pesquisa avançada' do Google. _____ 150
- Figura 2:** opções das 'ferramentas de pesquisa' do Google. ____ 151
- Figura 3:** página da notícia que apresenta o dado 'salvado', exemplificando a opção de busca por meio do atalho 'Ctrl+F'. __ 152

Lista de gráficos

- Gráfico 1:** valores percentuais para avaliação dos falantes no teste de atitude quanto às formas regulares e irregulares de participio. __ 167
- Gráfico 2:** avaliação ‘boa’ para as formas de participio – regular e irregular – em sentenças ativas e passivas. _____ 168
- Gráfico 3:** avaliação ‘boa’ para os verbos abundantes, com relação aos seus participios regulares e irregulares, conforme o número de sentenças assinaladas como ‘boa’. _____ 171
- Gráfico 4:** avaliação ‘boa’ e ‘ruim’ para o verbo ‘imprimir’ para as construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de participio (quantidade de respostas assinaladas). _____ 174
- Gráfico 5:** avaliação ‘boa’ e ‘ruim’ para o verbo ‘entregar’ em relação a construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de participio (quantidade de respostas assinaladas). _ 175
- Gráfico 6:** avaliação ‘boa’ e ‘ruim’ para o verbo ‘salvar’ em relação a construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de participio (quantidade de respostas assinaladas). _____ 176
- Gráfico 7:** avaliação ‘boa’ para o grupo de fatores social ‘sexo/gênero’ em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas). __ 177
- Gráfico 8:** avaliação ‘boa’ para o grupo de fatores social ‘escolaridade’ em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas). __ 178
- Gráfico 9:** avaliação ‘boa’ para o grupo de fatores social ‘idade’ em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas). _____ 180
- Gráfico 10:** percentual geral da frequência de uso de participios regulares e irregulares, para os 843 dados encontrados no jornal Diário Catarinense online, referente ao ano de 2012. _____ 182
- Gráfico 11:** valores percentuais para a variável ‘item lexical’ referente ao corpus escrito. _____ 183
- Gráfico 12:** percentual geral da frequência de uso de participios regulares e irregulares, no corpus escrito, para a variável ‘tipo de sentença’ – ativa e passiva. _____ 193
- Gráfico 13:** percentuais gerais para os participios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘salvar’, ‘imprimir’ e ‘entregar’, correspondentes ao grupo (a), em sentenças ativas e passivas. __ 207
- Gráfico 14:** percentuais gerais para os participios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘pagar’, ‘ganhar’, ‘gatar’, ‘pegar’,

‘abrir’ e ‘escrever’, correspondentes ao grupo (b), em sentenças ativas e passivas. _____ 208

Gráfico 15: *percentuais gerais para os participios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘chegar’, ‘trazer’ e ‘descobrir’, correspondentes ao grupo (c), em sentenças ativas e passivas. ____* 209

Gráfico 16: *valor percentual geral para a variável ‘animacidade do sujeito’ em relação às formas de participio – regular e irregular. _* 211

Gráfico 17: *percentual geral, referente ao corpus escrito, para variável ‘animacidade do sujeito’ em relação à variável ‘tipo de sentença’ – ativa e passiva. _____* 213

Gráfico 18: *percentual geral, referente ao corpus escrito, para a variável linguística ‘preenchimento do sujeito’ em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares. _____* 220

Gráfico 19: *percentual geral, referente ao corpus escrito, para a variável linguística ‘ordem do sujeito’ em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares. _____* 221

Gráfico 20: *valor em quantidade de dados, referente ao corpus escrito, para a variável dependente ‘formas de participio’ – regulares e irregulares –, em cada um dos meses do ano de 2012. _____* 225

Lista de tabelas

- Tabela 1:** valores gerais e percentual para avaliação dos falantes, no teste de atitude, quanto às formas regulares e irregulares de participípio, para um total de 2.208 avaliações. _____ 167
- Tabela 2:** valores gerais para avaliação dos falantes para o teste de atitude quanto às formas regulares e irregulares de participípio em construções ativas e passivas. _____ 169
- Tabela 3:** valores em quantidade de dados e percentuais para a variável 'item lexical' e seus respectivos pesos relativos, referente ao corpus escrito. _____ 184
- Tabela 4:** frequência e número de ocorrências de participípios regulares e percentual da frequência, número de ocorrências e pesos relativos, referentes a participípios irregulares, segundo a variável 'tipo de sentença – ativa e passiva', com base no corpus escrito. _____ 194
- Tabela 5:** quantidade de dados para a variável 'item lexical' em relação à variável 'tipo de sentença' – ativa e passiva –, referente ao corpus escrito. _____ 196
- Tabela 6:** valor, em quantidade de dados, e percentual geral da variável 'animacidade do sujeito' e pesos relativos, aplicados sobre a variante 'participípio irregular', referentes ao corpus escrito. _____ 212
- Tabela 7:** percentuais e quantidade de dados para os participípios regular e percentuais, quantidade de dados e pesos relativos, aplicados sobre a variante 'participípio irregular,' para a variável 'número de argumentos do verbo', referente ao corpus escrito. ____ 214
- Tabela 8:** percentual geral e valores em quantidade de dados para as três conjugações verbais, relacionadas aos participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito. _____ 216
- Tabela 9:** percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'preenchimento do sujeito' em relação às sentenças formadas com participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito. _____ 220
- Tabela 10:** percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'ordem do sujeito' em relação às sentenças formadas com participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito. ____ 222
- Tabela 11:** percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'material interveniente entre auxiliar e participípio' em relação às sentenças formadas com participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito. _____ 223

Tabela 12: percentual geral e quantidade de dados para o grupo de fator externo 'gênero textual' em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito. __224

SUMÁRIO

Introdução	27
1 Delimitação do objeto de estudo	31
1.1. Descrevendo particípios duplos: formação, variação e mudança	35
1.2. Descrevendo particípios duplos: o que dizem algumas gramáticas	79
1.2.1 <i>Salvar</i>	87
1.2.2 <i>Imprimir</i>	88
1.2.3 <i>Entregar</i>	90
1.2.4 <i>Pagar</i>	92
1.2.5 <i>Ganhar</i>	93
1.2.6 <i>Gastar</i>	94
1.2.7 <i>Pegar</i>	95
1.2.8 <i>Abrir</i>	96
1.2.9 <i>Escrever</i>	98
1.2.10 <i>Chegar, Trazer e Descobrir</i>	99
1.3. Questões e hipóteses gerais	102
1.4. Concluindo este capítulo	103
2 Modelo teórico-metodológico	107
2.1. A língua como comportamento social	107
2.2. Variação interna e externa: a dinâmica das línguas	122
2.3. Princípios empíricos para uma teoria da mudança linguística	127
2.3.1 Fatores condicionantes	128
2.3.2 Encaixamento	128

2.3.3	Transição _____	134
2.3.4	Avaliação _____	136
2.3.5	Implementação _____	139
2.4	Metodologia _____	141
2.4.1	Testando participios duplos: a busca pela avaliação dos falantes _____	142
2.4.1.1	Sobre a composição e a aplicação do teste de atitude _____	143
2.4.1.2	Sobre os grupos de fatores controlados _____	144
2.4.1.3	Questões específicas _____	146
2.4.1.4	Hipóteses específicas _____	147
2.4.2	Uso de participios duplos: a busca por dados escritos _____	147
2.4.2.1	Sobre a coleta dos dados escritos _____	148
2.4.2.2	Sobre os grupos de fatores controlados _____	153
2.4.2.3	Questões específicas _____	159
2.4.2.4	Hipóteses específicas _____	160
2.5	Concluindo este capítulo _____	162
3	Comportamento dos participios duplos: avaliação e uso _____	165
3.1	Primeira análise: descrevendo a avaliação de participios duplos _____	165
3.2	Segunda análise: descrevendo o uso escrito de participios duplos _____	181
3.3	Concluindo este capítulo _____	225
	Considerações finais _____	229
	Referências _____	235
	Anexo – teste de atitude _____	239

INTRODUÇÃO

As línguas humanas sofrem transformações ao longo dos séculos e essas mudanças não se dão por necessidade, e sim porque há probabilidade e possibilidade para que tais mutações ocorram, podendo, inclusive, simplesmente não ocorrerem. Conforme assinalam, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a mudança se dá em todas as línguas, de forma contínua e ininterrupta, uma vez que a transformação constitui uma característica da natureza em geral. Todavia, segundo os autores, não é possível entender as transformações como mutabilidades aleatórias, ainda que ocorram, muitas vezes, de maneira indeterminada e até mesmo imperceptível aos falantes. A continuidade que se observa nas línguas, baseada em vários estudos, mostra que, sem serem interrompidas, as línguas mudam lenta e gradualmente, nunca ocorrendo de forma global e integral, mas de forma gradativa, atingindo partes da língua e não sua totalidade (FARACO, 2005), já que a mudança não alcança instantaneamente todas as palavras, caracterizando-se, pois, como relativamente regular, fato que viabiliza e garante a intercomunicação entre os falantes.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) também nos alertam para momentos em que as novas formas linguísticas coexistem com aquelas construções que já estão caindo em desuso, até que ocorra ou não, de fato, a mudança, podendo esta se dar pela substituição da forma em desuso pela nova forma. Assim como em todas as línguas, o português também passou – e passa – por transformações em sua estrutura, fato que pode ser observado na variação das formas de particípio de verbos abundantes – verbos que apresentam duas ou mais formas de particípio. As construções com particípios podem ser entendidas como formas linguísticas que atestam variações e transformações no tempo, não só no português do Brasil – doravante PB – mas também no português de Portugal – doravante PP –, contribuindo para a dinamicidade e a heterogeneidade do que se conhece como língua portuguesa, fato que pode ser observado nos usos da oralidade e da escrita, em construções como, por exemplo, *O menino tinha expressado sua alegria* e *O menino tinha expresso sua alegria*. Ainda sobre esse tipo de variação, o latim também nos permite conhecer e compreender o percurso de muitos verbos abundantes, tais como o verbo *expressar*, pois, como iremos

ver, a forma irregular desse verbo foi herdada do particípio passado latino *expressum* do verbo *exprimere*, ao passo que a forma regular foi criada no português, a partir do próprio verbo *expressar*, sendo este verbo também gerado com base no particípio latino *expressum*, atestando que a variação entre particípios regulares e irregulares sempre esteve presente nesses tipos de sentenças.

Sabe-se que construções de sentenças ativas e passivas com particípios duplos, segundo algumas gramáticas, devem obedecer a determinadas regras sintáticas, conforme o verbo auxiliar e o verbo abundante que as constituem. Mas será que os falantes do português, mas precisamente os falantes do PB, são sensíveis a essas regras prescritas? E quanto às gramáticas, elas sempre atuaram na mesma direção em relação a esse fato linguístico? Outra questão que pode ser levantada é em relação à recorrência no uso das formas: quais formas de particípio apresentam mais prestígio, as regulares ou as irregulares? Há uma distribuição criteriosa no uso, a depender do verbo em questão? Todos os verbos se comportam da mesma maneira na língua?

A variação no uso das formas de particípio passado de verbos abundantes em sentenças ativas e passivas no PB se constitui como foco de nossa pesquisa. Buscar entender como se comporta esse objeto é um desafio para nós, estudiosos da língua, bem como uma tentativa de responder às nossas curiosidades, já que corremos o risco de não achar muitas respostas para as nossas perguntas. Porém, essa instabilidade que se constrói durante a pesquisa não será suficiente para recuarmos, ao contrário, funcionará como uma motivação maior para que continuemos a buscar explicações, uma vez que gostaríamos de somar nossos estudos a outros estudos sobre este mesmo objeto linguístico, sem, no entanto, pretender resolvê-lo ou esgotá-lo.

Nosso objetivo é conhecer, primeiramente, a avaliação de falantes catarinenses sobre as formas de particípio – regulares e irregulares – de verbos abundantes do português, a partir de sentenças com os auxiliares *ter/haver* e *ser*, bem como verificar qual tipo de particípio é o mais recorrente em cada uma dessas construções, para, então, comparar os resultados da avaliação aos dados empíricos escritos, que serão extraídos do jornal Diário Catarinense *online*, do site clicRBS, referentes a publicações/postagens no decorrer do ano de 2012. A finalidade é confrontar ambos os resultados – avaliação e uso escrito – com a variedade padrão apresentada por algumas gramáticas.

Temos observado que, de maneira geral, há uma preferência pelo uso das formas irregulares de particípio de verbos abundantes, as

quais têm sido avaliadas positivamente pelos falantes, bem como uma não obediência destes às regras de construções de sentenças ativas (ter/haver) e passivas (ser) com participípios duplos, regras estas prescritas pelas gramáticas normativas. A justificativa desta pesquisa, portanto, se fundamenta na análise desses tipos de construções verbais com participípios, com a finalidade de constatar a variação no uso escrito, verificando o distanciamento entre este e a norma gramatical tradicional e trazendo, por conseguinte, uma contribuição aos estudos da Sociolinguística variacionista por meio da descrição e da análise dos dados de uso e dos resultados de avaliação.

É importante ressaltar também que esta pesquisa, apesar de ter contributos históricos, é essencialmente sincrônica e baseada em textos jornalísticos do século XXI. Naturalmente, não se pretende responder a todas as questões lançadas em torno do nosso objeto de estudo, tampouco atestar todas as hipóteses lançadas, porém pretende-se abrir – ou continuar – uma discussão coletiva entre colegas da área e entre os próprios falantes do PB, que muito podem contribuir por meio de suas intuições linguísticas.

Com a finalidade de facilitar a compreensão do leitor, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo irá descrever os participípios duplos, tratando de formação, variação e mudança, bem como irá descrever as regras apresentadas por algumas gramáticas em relação à formação de sentenças – ativas e passivas – com participípios, além de nossas questões e hipóteses gerais, delimitando nosso objeto de estudo. O segundo capítulo tem como objetivo discutir os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança linguística, com a finalidade de apresentar ao leitor nosso modelo teórico, no qual está fundamentada nossa metodologia, bem como nossas questões e hipóteses específicas para os dois *corpora* – avaliação dos falantes e uso escrito. Ao terceiro capítulo estão reservadas duas análises, sendo a primeira sobre os resultados do teste de avaliação aplicado por nós, com o objetivo de apontar quais das formas de participípios – regulares ou irregulares – são avaliadas positiva ou negativamente, e a segunda sobre os resultados obtidos com base nos dados escritos, extraídos do jornal Diário Catarinense *online*, com a finalidade de comparar a avaliação dos falantes com o uso efetivo. Finalmente, apontaremos nossas considerações finais acerca do objeto estudado, nossas expectativas em relação a pesquisas futuras, as referências consultadas e o anexo do teste de atitude.

1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

As línguas têm suas facetas. No que se refere ao objeto em estudo, sabe-se que “todo verbo tem seu particípio de pretérito; alguns, contrariando o geral costume, ostentam o luxo de formas em duplicata: uma primitiva, outra adventícia” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 149). Conforme afirma Said Ali (2008 [1908]), alguns verbos abundantes perdem um de seus particípios, por conta do desuso, sendo substituídos; já outros, diferentemente, preservam duas ou mais formas concomitantemente, formas tais que parecem permitir o mesmo efeito no uso, gerando dúvidas na aplicação prática. Essa variação dentro do sistema linguístico rompe, portanto, com a associação que se faz entre estrutura e homogeneidade, visto que a variação é intrínseca à língua e ocorre dentro da comunidade e do próprio indivíduo, os quais fazem suas escolhas consciente ou inconscientemente, como nos mostra Labov (2008 [1972]). Segundo este autor, a variação preserva um conjunto de normas compartilhadas dentro da comunidade, bem como comportamentos avaliativos sobre as formas da língua em uso. Assim, as línguas se transformam e se renovam, em muitas de suas estruturas e níveis, e as formas de particípio passado podem exemplificar esse caráter heterogêneo, devido às suas variações e inovações, gerando curiosidades no uso.

Sabe-se que a língua latina possuía particípios em três tempos verbais, a saber, presente, futuro e pretérito, porém apenas estes dois últimos permaneceram atuantes em nossa língua (SAID ALI, 1964 [1931]). Os particípios do presente geraram, em português, muitos substantivos e adjetivos usados atualmente como, por exemplo, *estudante* e *amante*, *temente* e *nascente*, *pedinte* e *ouvinte*, com suas terminações em *-ante* *-ente* e *-inte*, bem como as preposições *durante* e *mediante*, as quais, segundo Dias (1953), eram empregadas como particípios numa oração com um sujeito. Já os do segundo tipo, os particípios de futuro, eram divididos em particípios de voz ativa e passiva, como, por exemplo, *vindouro* e *doutorando*, respectivamente, mantendo suas características puramente eruditas, funcionando hoje, em nossa língua, também como nomes, e ocupando, inclusive, a função de apostro (DIAS, 1953). É interessante observar que alguns verbos “têm, ou tiveram, dous particípios” (SAID ALI, 1964 [1931], p. 147) que se referem ao pretérito. Dentre alguns verbos curiosos para nossa discussão, o autor destaca o verbo *comer*, o qual, apesar de atualmente só contar com a forma regular *comido*, apresentou outrora

no português também a forma irregular *comesto*, concorrente da regular, o que significa dizer que *comer* já foi um verbo abundante. Para este mesmo caso, podemos destacar também o verbo *nascer*, com suas formas *nado* e *nascido* e o verbo *tolher*, com *tolheito* e *tolhido*. Há, nesses três exemplos citados aqui, retirados de Said Ali (1964 [1931]), uma semelhança no decorrer da história do português: alguns verbos abundantes perderam uma de suas formas de particípio passado, perdendo sua característica abundante.

Para dar continuidade ao nosso estudo, é importante compreender por que o particípio é chamado de forma nominal do verbo, juntamente com o infinitivo e o gerúndio. Conforme nos mostra Bechara (2001 [1999]), assim como o infinitivo pode ter função de substantivo – *o amar* – e o gerúndio pode corresponder a um adjetivo ou a um advérbio – *água fervendo* e *Amanhecendo, sairemos*, respectivamente –, também um particípio pode ter valor de um adjetivo, como em *lâmpada acesa*, ao lado de seu valor verbal em *tinha acendido*. Essa propriedade que tanto pode ser verbal quanto nominal de alguns verbos no particípio remete nosso estudo aos verbos abundantes do português. Mas, afinal, o que são verbos abundantes?

São chamados verbos ABUNDANTES aqueles verbos que possuem duas ou mais formas equivalentes, e essa abundância ocorre apenas no PARTICÍPIO, que em certos verbos se apresenta como uma forma reduzida ou anormal ao lado da forma regular terminada em *-ado* ou *-ido*. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 442).
[grifos dos autores]

De acordo com Said Ali (1964 [1931]), alguns verbos possuem ou já possuíram em algum momento da língua, dois particípios, sendo um regular terminado em *-ido* ou *-ado*, e outro irregular, sendo este proveniente do latim ou também criado pelos próprios falantes do português. O autor reforça que o comportamento deles varia de verbo para verbo, e acrescenta: “para obviar ao embaraço da superficialidade, procura-se em geral ou eliminar uma das formas, ou dar-lhe uma aplicação diferente”. Porém, sabemos que, na prática, muitas das formas regulares e irregulares apresentam bastante semelhança no uso, ou seja, não são aplicadas diferentemente. Então, por que a língua não elimina uma delas? Esta é uma pergunta que

muitas pessoas se fazem, sejam pesquisadores ou simplesmente falantes, mas parece que ainda não temos respostas precisas. Ora, existem verbos que há muito tempo mantêm suas duas formas de particípio, e o que se observa é que, de fato, há uma preferência de uma forma sobre a outra em alguns contextos de uso.

Nossa pesquisa está baseada justamente nessas questões. Queremos tentar compreender o que leva um falante a escolher uma forma e não outra, bem como o que o leva a criar novas formas de particípio, quando outras já existem para o respectivo verbo. Mais: queremos saber se há condicionadores linguísticos e extralinguísticos que influenciam essa escolha, se, por exemplo, se trata de uma variação no estilo do informante, isto é, qual forma de particípio ele usa quando está mais atento à sua fala? Embora sejam muitas as questões, não conseguiremos abordar todas elas neste trabalho, porém não deixaremos de lançá-las, a fim de que o leitor, juntamente conosco, faça reflexões.

De acordo com algumas gramáticas do português, existem regras para a formação de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes. Sobre construções de sentenças ativas e passivas, há, pode-se dizer, um consenso entre os autores pesquisados, de que a voz ativa é formada com os auxiliares *ter* ou *haver*, embora Said Ali (1964 [1931]) e Bechara (2001 [1999]) não limitem esse tipo de sentença apenas a esses auxiliares, mas estendem a todo o verbo que possui um sujeito *agente*¹, na conjugação simples, nos diversos tempos verbais. Já no que diz respeito à voz passiva, a maioria dos autores estudados afirma que é constituída do verbo auxiliar *ser* mais o particípio de pretérito, porém, alguns autores como Pereira (1946 [1926]), por exemplo, admitem que o verbo auxiliar *estar* também forma este tipo de sentença, e, para Bechara (2001 [1999]), além dos *ser* e *estar*, também o auxiliar *ficar* forma passivas. Diante disso, iremos delimitar nossa pesquisa quanto a sentenças ativas e passivas, com base no que defendem a maioria dos autores pesquisados: nossos dados analisados serão aqueles em que as *sentenças ativas* são formadas pelos verbos auxiliares *ter* e *haver* + *particípio passado* e aqueles em que as

¹ Nossa intenção não é trazer discussões mais longas a respeito de quais papéis temáticos seriam sujeitos de sentenças ativas, mas, por ora, apenas queremos reforçar que nem sempre o sujeito de uma sentença ativa tem papel temático de *agente*, como pode ser observado em *João ganhou um presente de Maria* e *João teme o desemprego*, em que se tem um sujeito *beneficiário* e *experenciador*, respectivamente (ILARI, 2001).

sentenças passivas são formadas apenas com o auxiliar *ser* + *particípio passado*, em todos os tempos verbais, sendo que analisaremos apenas verbos com *particípios duplos*, de acordo com o modelo em (1):

- (1) Ativa: *ter* ou *haver* + *particípio passado duplo*
Passiva: *ser* + *particípio passado duplo*

Com base em (1), apresentamos no modelo em (2) os tipos de construções – sentenças ativas e passivas – com verbos abundantes que julgamos serem perfeitamente possíveis no PB:

- (2)
- a. A secretária *tinha imprimido* o documento.
 - b. A secretária *tinha impresso* o documento.
 - c. O documento *foi imprimido* pela secretária.
 - d. O documento *foi impresso* pela secretária.

Por ora, basta percebermos as diferenças básicas entre cada uma delas: em (2a) e (2b) temos sentenças ativas, porém, construídas, respectivamente, com o *particípio regular imprimido* e com o *particípio irregular impresso*; em (2c) e (2d) temos sentenças passivas, formadas com o *particípio regular imprimido* e com o *particípio irregular impresso*, nessa ordem. Na verdade, queremos chamar a atenção para o fato de termos construído cada uma das sentenças – ativas e passivas – ora com *particípio regular* ora com *irregular*. Posteriormente, analisaremos cada um desses tipos de sentenças, formadas com outros verbos abundantes, comparando-os com o resultado do teste de avaliação e com dados sincrônicos obtidos no *Diário Catarinense online*, pelo *site clicRBS*. O objetivo é tentar responder, por exemplo, quais dessas construções são mais usuais e mais bem avaliadas pelos falantes, a partir dos resultados do *corpus* escrito e dos resultados dos testes de avaliação. Além disso, pretendemos buscar condicionadores linguísticos e extralinguísticos para essas escolhas.

Ainda dentro deste capítulo, trataremos brevemente do percurso histórico dos *particípios* no português, trazendo a discussão de vários autores a respeito não só de sua formação, mas também de suas mudanças morfológicas no decorrer do século, bem como de sua variação em sentenças ativas e passivas construídas com verbos

abundantes, confrontando as regras dadas com nossa intuição linguística, bem como com o uso efetivo na língua. Enfim, estudar várias abordagens sobre verbos abundantes, bem como suas regras na formação de sentenças, nos ajudará a compreender o que de fato está ocorrendo em nossa língua em relação a esse objeto.

1.1. Descrevendo participípios duplos: formação, variação e mudança

As questões a respeito do uso efetivo da língua, de acordo com Villalva e Almeida (2004), se baseiam em juízos de gramaticalidade subjetivos, ligados diretamente ao contexto e ao autor que os produz, de maneira que, muitas vezes, tais preferências são registradas em gramáticas de prestígio, permitindo que esses juízos de valor, sobre determinadas formas linguísticas, tornem-se dogmas, aos quais todos os falantes devem – ou pelo menos deveriam – obedecer. O estudo dessas autoras busca construir uma reflexão sobre o caso dos verbos abundantes no português, por meio dos participípios passados. Os questionamentos que ambas levantam também são questionamentos feitos por nós: por que umas e não outras formas de participípio? Por que apenas algumas formas e não todas prevalecem? E mais: por que a situação não se estabiliza²? Como já ressaltamos, questões como essas não são tão fáceis de serem respondidas. Talvez a manutenção de participípios duplos no léxico seja explicada com base no estilo, pois parece que as formas irregulares de participípio constituem textos mais formais, ao passo que formas as regulares, textos mais informais.

O português herdou do latim a formação de participípios passados. Segundo Villalva e Almeida (2004), tanto as formas regulares arizotônicas – também chamadas de formas fracas por receberem acento na vogal temática – quanto as formas irregulares ou rizotônicas – também chamadas de formas fortes por sua tonicidade recair sobre a última vogal do radical, já que não possuem vogal temática – são construídas com base nas formas latinas, por meio de analogia.

² A não estabilidade das formas de participípio diz respeito ao fato de muitas formas caírem em desuso e novas formas aparecerem, quando já se tem uma forma com o mesmo papel na língua – ou *aparentemente* com o mesmo papel. Mais do que isso, essa instabilidade também tem a ver com o fato de alguns verbos preferirem formas regulares de participípio, enquanto outros parecem preferir as formas irregulares.

ANALOGIA é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos freqüentes a outras regulares e freqüentes. [...] Nas transformações de uma língua, exerce a analogia um papel verdadeiramente importante [...] constitui um recurso ordinário de simplificação, porque torna idênticos os casos discordantes. (COUTINHO, 1974, p. 150)

Ora, se observarmos estruturalmente a construção de alguns particípios no português, veremos que se tratam de analogias a outras formas. O verbo *pagar*, por exemplo, como mostra Said Ali (1964 [1931], p. 149), apresentava, já no português antigo, as formas *pagado* e *pago*³, “usadas indiscriminadamente”, porém o uso da forma irregular foi se tornando mais frequente, sendo a forma *pagado* cada vez mais omitida. A origem de *pago*, segundo este autor, se deu por uma adaptação semântica do substantivo deverbal *paga*, o que permitiu a criação de outros particípios também terminados em *-o* como, por exemplo, *gasto* e *ganho*, dos verbos *gastar* e *ganhar*, respectivamente. Sabe-se que a própria criança, em sua fase de aquisição, cria formas com base em outras palavras, o que garante que somos, desde pequenos, competentes em nossa língua materna para criar novas formas de particípio, fato que não se limita a uma questão de analogia, mas principalmente à competência de usar as regras disponíveis na língua. É verdade que muitas vezes a aplicação de regras abstratas se dá de maneira inconsciente e que, “embora não constituindo propriamente exceções, são, todavia particulares” (COUTINHO, 1974, p. 152), mas remetem a formações perfeitamente possíveis na língua. Mais adiante iremos retomar esta questão.

Said Ali (2008 [1908]) também argumenta que é comum as pessoas “ignorantes” e as crianças, baseadas na analogia, criarem formas regulares como, por exemplo, *fazido* para *feito* e *fazeu* para *fez*, porém, segundo ele, quando escutarmos essas formas, é necessário corrigirmos e não estimularmos seu uso. Desse modo, como afirma Coutinho (1974), assim que essas “novas” formas são criadas, logo

³ O latim legou às línguas românicas somente o particípio regular *pagado* – de *pacatum* –, sendo que seu particípio irregular *pago* é específico do português (SAID ALI, 1964 [1931]).

são “podadas” da fala pelos sabidos das regras gramaticais, todavia, muitas delas resistem às correções e prevalecem sobre as já existentes.

A princípio, são as formas analógicas tachadas de errôneas pelas pessoas instruídas. À força, porém, de serem repetidas pelos ignorantes, que numa nação constituem sempre a maioria, vão-se generalizando, até que, pelo enfraquecimento natural da memória ou pela ausência completa de cultura, acabam por prevalecer. (COUTINHO, 1974, p. 152)

Coutinho (1974) mostra que a analogia também está presente no percurso de alguns verbos abundantes, no decorrer dos séculos. Segundo ele, o *-t-* intervocálico latino passa a ser sonoro, transformando-se normalmente em *-d-*, quando passa ao português, em todas as conjugações, sendo um caso analógico. Os exemplos a seguir em (3) foram retirados de Villalva e Almeida (2004, p. 3):

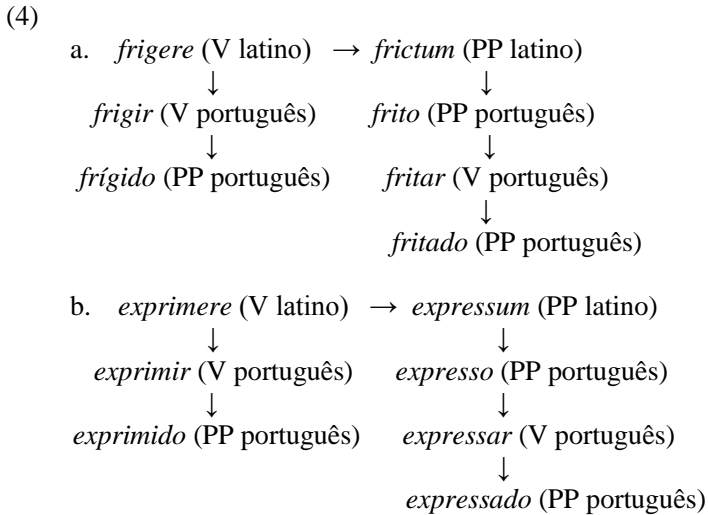
(3)

- | | | |
|----|--------------------|--|
| a. | <u>Latim</u> : | <i>ama</i> → <i>ama]</i> <i>tus</i> |
| | <u>Português</u> : | <i>ama</i> → <i>ama]</i> <i>do</i> |
| b. | <u>Latim</u> : | <i>dice</i> → <i>dic]</i> <i>tus</i> |
| | <u>Português</u> : | <i>dize</i> → <i>dito</i> |
| c. | <u>Latim</u> : | <i>adipiscor</i> → <i>adep]</i> <i>tus</i> |
| | <u>Português</u> : | – → <i>adep]to</i> |

Observe que o exemplo (3a) é um caso de forma regular ou arrizotônica, da qual se origina a forma regular de particípio (*-tu-* → *-do*). Já os exemplos (3b) e (3c) são casos em que a vogal temática não está presente, o que resulta na formação de particípios irregulares ou rizotônicos. É interessante observar que, segundo as autoras, algumas das formas fortes no português mantiveram seu valor verbal (3b), enquanto outras possuem apenas valor nominal ou adjetival (3c), sendo, estas últimas, casos em que o verbo latino não é herdado pelo português.

É curioso observar que muitas dessas formas adjetivais, formadas a partir de particípios irregulares, permitiram a formação de outros verbos, que, por sua vez, geraram outros particípios, porém, arrizotônicos ou fracos, um recurso latino que foi adotado pelo português. Nas palavras de Villalva e Almeida (2004, p. 3), “vários

participios fortes estão na base de processos de verbalização”: a forma verbal latina *frigere*, por exemplo, que possuía a forma participial latina *frictum*, gerou no português, a partir de sua forma verbal, o verbo *frigir* e, a partir de sua forma participial, a forma *frito*, também participial que, por sua vez, gerou o verbo *fritar* em português e mais uma forma de participípio, a saber, *fritado*, a qual é interpretada como uma forma fraca ou regular concorrente da forma forte ou irregular, herdada do latim. A seguir, será apresentado um esquema adaptado de Villalva e Almeida (2004, p. 3), que nos ajuda a compreender as formações no português a partir do latim para os verbos latinos *frigere* (4a) e *exprimere* (4b):



Com base nos exemplos em (4), é possível observar que a abundância é provocada com base na forma irregular latina para o participípio passado (PP), que acaba por gerar outro verbo (V) no português, sendo que esse novo verbo compartilha a mesma forma irregular que veio do latim e cria ainda um novo participípio regular. Em outras palavras, além do verbo *frigir* tem-se também – e a partir deste – o verbo *fritar*, verbos abundantes que compartilham do mesmo participípio irregular *frito*. O esquema simplificado para esse tipo de derivação está representado em (5a) e em (5b):

(5)

- a. frigidir → *frígido* e *frito*
fritar → *fritado* e *frito*
- b. exprimir → *exprimido* e *expresso*
expressar → *expressado* e *expresso*

Ainda sobre o particípio passado, Coutinho (1974) afirma que as formas de segunda e terceira conjugação aderiram à da quarta, resultando em *-itu*. O autor ainda acrescenta que os particípios terminados em *-utu*, no latim vulgar, foram fortemente empregados na segunda e terceira conjugações como, por exemplo, os verbos terminados em tema *-u*, conforme os exemplos em (6), retirados de Coutinho (1974, p. 296):

(6)

Consuere → *consutus*
Tribuere → *tributus*
Minuere → *minutus*

Segundo este autor, esses particípios foram muito utilizados no antigo português, mas já apareciam em sua forma sonorizada *-udo*, como ocorria em *perder* → *perdudo*, *sofrer* → *sofrudo*, *esconder* → *escondudo*, sendo que conservam seus “vestígios nos adjetivos *teúdo* e *manteúdo* e nos substantivos *conteúdo* e *temudo*” (COUTINHO, 1974, p. 297). Ele também destaca que, em nossa língua, há particípios terminados em *-to*, que correspondem à forma latina *-tu* como, por exemplo, *scriptu* → *escrito*, *frictu* → *frito*, *factu* → *feito*, além de formas terminadas em *-so*, correspondentes ao *-su* do latim, como, por exemplo, *accensu* → *aceso* e *prehensu* → *prensu* → *preso*.

O largo emprego que teve, no antigo português, a terminação *-udo*, na formação dos particípios passados dos verbos de 2ª conjugação, foi também um resultado da analogia. A reação que se verificou mais tarde, em favor de *-ido*, igualmente se explica por analogia. (COUTINHO, 1974, p. 160)

Da mesma maneira, a analogia atua também em verbos de primeira conjugação como, por exemplo, em *aceitar* → *aceitado/aceito* (ou *aceite*, como é mais comum no português

européu) e em *entregar* → *entregado/entregue*, que além da forma terminada em *-do*, também possui um particípio forte terminado em *-e*. Coutinho (1974) assegura que é comum aos falantes relacionarem adjetivos terminados em *-e* com as formas participiais, o que, sem dúvidas, contribuiu para a abundância dos verbos. Essa relação pode ser observada também com a forma *livre*, a qual, além de adjetivo, passou a ser de particípio irregular do verbo *livrar*. Observa-se, assim, que a forma passiva nada mais é do que o verbo auxiliar *ser* + *particípio/predicativo*, o que vem a confirmar a relação forte entre a forma verbal (particípio passado) e a adjetival.

“A existência de dois particípios passados para o mesmo verbo resulta, pois, da combinação de dois factores: (i) a herança de formas participiais fortes latinas; que não impede (ii) a flexão de gerar uma forma participial fraca por sufixação de *-do* ao Tema Verbal” (VILLALVA; ALMEIDA, 2004, p. 3). De acordo com Villalva e Almeida (2004), essas formas equivalentes provocam um problema no uso: elas ocorrem em variação livre na língua ou em distribuição complementar? Mais: existem condicionadores linguísticos internos ou externos que justificam construções com verbos abundantes em suas formas de particípio passado? Nossa proposta é, justamente, buscar compreender o que rege a variação no uso das formas de particípio, porém não acreditamos que essa variação ocorra livremente, tampouco em distribuição complementar entre voz ativa e passiva, mas sim que ela é regida por condicionadores linguísticos internos e/ou externos, conforme propõe a teoria variacionista laboviana, que será tratada no segundo capítulo.

Como já temos apontado, alguns verbos que atualmente no português têm apenas particípios regulares, tinham particípios irregulares em fases anteriores da história da língua. Conforme aponta Brocardo (2006), verbos como os destacados em (7) – exemplos adaptados desta autora –, são verbos que mantiverem apenas sua forma regular no português, perdendo a forma irregular latina⁴:

⁴ Observe que algumas formas permanecem no português, não como particípios, mas como adjetivos, como, por exemplo, *absolto* e *defeso*. Igualmente, a autora também ressalta que, apesar de a forma **colheito* não ter permanecido em nossa língua como particípio passado, sua forma derivada *colheita* permaneceu. A forma *treito* é ainda usada como *ajuste*, *contrato*, ou seja, como nome na língua, apesar de ter perdido seu valor verbal de particípio passado. Já *atreito* significa *inclinado*, *propenso*, *habitado*.

(7)

Absolver → absolvido/*assolto, absolto*Colher* → colhido/*colheito*Defender* → defendido/*defeso*Dispender* → dispendido/*despeso*Trazer* → trazido/*treito*Cingir* → cingido/*cinto

Com relação aos exemplos em (7), Brocardo (2006, p. 4) afirma que, embora nem todas as formas irregulares sincrônicas do português sejam originariamente antigas, pode-se concluir que “a mudança que as determinou teve consequências regularizadoras, tratando-se de um tipo de mudança que tradicionalmente tem sido tratada com recurso ao conceito de *analogia*”. Diante desse fato, é interessante observar que o verbo *trazer*, por exemplo, tem se mostrado um verbo abundante atualmente, uma vez que já se tem registros da forma irregular *trago*, além de sua forma regular *trazido*, de maneira que as duas formas estão concorrendo entre si. Teremos aqui mais um caso de analogia? Retomaremos essa questão adiante.

Brocardo (2006) aproveita a discussão sobre analogia para apontar a assimetria em alguns casos de particípio passado do português. Ela questiona, por exemplo, por que a forma **colheito* passou a *colhido*, mas a forma *feito* não passou a **fazido*, apesar de a criança, em sua fase de aquisição, construir essa forma, com base na analogia, como destacamos anteriormente. Para ela, devido à alta frequência de uso da forma *feito*, a criança aprende já cedo que essa é a forma que deve ser usada. Podemos estender essa explicação sobre analogia a casos como *escrevido*, *descobrido* e *abrido*, que também são produzidas pelas crianças durante a aquisição, mas que, posteriormente, são substituídas por suas respectivas formas irregulares, por conta da correção.

Um outro questionamento levantado pela autora é quanto à explicação para o uso de formas regulares e irregulares de alguns verbos, caso que se observa tanto diacrônica como sincronicamente. Segundo ela, comumente se observam explicações de gramáticos quanto à construção de sentenças ativas e passivas, de que o tipo de sentença seleciona uma ou outra forma, ao que a autora se opõe, já que “este tipo de distinção não parece [...] ter uma contrapartida nos usos diferenciados de formas fracas e fortes” (BROCARD, 2006, p. 6). De acordo com ela, talvez o uso provoque a separação entre as

duas formas de participípio, de maneira a garantir uma única forma, que pode ser a forma irregular, preferencialmente as formas regressivas como *ganho*, *gasto* e *pago*, gerando um desuso das formas regulares. Sabemos que outras formas participiais novas com terminação em *-o* têm aparecido, pois, além de *trago*, há registros de *chego*, *perco* e *ouço*, que, se ainda não estão na escrita, já estão na fala de muitos brasileiros. A autora sugere, então,

[...] que poderemos estar perante um caso em que a forma de difusão / expansão de uma mudança – a regularização, por analogia, de participípios irregulares – incluindo, eventualmente, a reversão dessa mesma mudança, ou, talvez melhor, a alteração do seu *output*, poderá melhor contribuir para a compreensão do fenómeno observado, do que a procura de uma generalização estritamente assente em princípios do tipo antes referido. (BROCARD, 2006, p. 6-7)

Mas será que as formas participiais *ganho*, *gasto* e *pago*, já nos sugerem uma preferência dos falantes do português pelas formas irregulares de participípio a ponto de criarem novos participípios irregulares para verbos que já possuem a forma regular? Será que possivelmente o que ocorreu com os verbos *ganhar*, *gastar* e *pagar* no passado vai ocorrer com os verbos *trazer*, *chegar*, *perder* e *ouvir*? Parece que a mudança linguística não é facilmente prevista. Outras formas, segundo Brocardo (2006), também candidatas à mudança, por se tratarem de formas muito semelhantes às que sofreram modificações, não se alteraram. Conforme aponta Silva (1994 *apud* BROCARD, 2006), no final do século XIV, na obra *Diálogos de São Gregório*, a forma *aceso* alterna com a forma *acendudo*, e não com a forma *acendido*, como ocorre atualmente, mostrando que outrora na língua houve concorrência entre participípios terminados em *-udo* e *-ido*, ou seja, que verbos de vogal temática *-e*, de 2ª conjugação, poderiam formar essas duas possibilidades de flexão, embora haja poucos casos como, por exemplo, em *temedo*, em que a terminação aparece com *-edo*. Há registros também em outras obras dos séculos XIV e XV, estudadas por Silva (1994 *apud* BROCARD, 2002), das formas *espargudo*, *vençudo*, *repreendudo* e *manteúdo*.

Esses participios com a terminação em *-udo*, para verbos de 2ª conjugação, segundo mostra Brocardo (2002), são construções típicas da língua portuguesa dos séculos XIII e XIV – apresentando apenas duas terminações em *-ido*, de acordo com o estudo de Maia (1986 *apud* BROCARD, 2002), a saber, as formas *conosçida* e *constrengida*⁵. Já a partir do século XV, as referências que se tem, para essas mesmas construções, são terminações em *-ido*, verificando-se, portanto, a concorrência entre as duas formas entre tais períodos. Pode-se dizer, então, conforme os estudos feitos em documentos antigos, que houve uma expansão das formas em *-ido* a partir do século XV, para os verbos de vogal temática *-e*, que, segundo Brocardo (2002), sugere uma divisão entre o Português Antigo (PA) e o Português Médio (PM) – séculos XIII e XIV e século XV, respectivamente. A autora chama a atenção por tal mudança ter alcançado uma classe flexional em seu conjunto, uma vez que não há registro de quaisquer formas em *-udo* no português atual para o participio passado, ou seja, nenhuma forma se conservou, ao contrário, permanecem apenas as posteriores a ela.

Brocardo (2002) também aponta algumas possíveis explicações para a alteração da morfologia flexional verbal do português. Citando alguns autores que defendem pontos de vista diferentes, ela apresenta duas explicações distintas para a mudança *-udo* > *-ido*: (a) extensão analógica ou “substituição”, afirmando que a terminação do participio passado de vogal temática *-i* teria se estendido aos verbos de vogal temática *-e*, teoria defendida por Willians (1975) e Nunes (1975) – citados por Brocardo (2002); e (b) nivelação analógica ou *levelling*, isto é, analogia, a qual afirma que o progressivo desaparecimento de *-udo* em relação a *-ido* se deve à penetração da vogal *-i* desinencial do pretérito desses verbos também em seus participios passados, posição defendida por Teyssier (1982) e Piel (1989) – também citados pela autora. Há, diante disso, conforme aponta Brocardo (2002), duas interpretações diferentes para tal mudança, sendo uma situada na relação entre *paradigmas diferentes*, como é o caso em (a), e a outra na relação entre *formas diferentes*, porém, situadas dentro do *mesmo paradigma*, como sugere (b). Todavia, em nenhum momento a autora

⁵ Será que é possível afirmarmos com tanta certeza de que só há duas exceções? É importante que levemos em conta o fato de que não haver registros escritos nas amostras investigadas não significa dizer que algumas formas simplesmente não existiram, já que elas podem ter sido estigmatizadas e podem ter desaparecido.

escolhe uma ou outra explicação, tampouco exclui uma interpretação da outra, ao contrário, ela mostra que ambas se complementam, mais: que cada uma por si só dá conta da mudança, apesar de não se saber qual de fato é a original.

Ao tratar da analogia, ela afirma que vários estudos já mostraram que a característica desse tipo de mudança é ser irregular ou esporádica, visto que normalmente não afeta todas as estruturas da língua que estão envolvidas no processo, fato que lhe chama a atenção, pois tal analogia, sugerida em (b), é uma mudança analógica tipicamente regular, já que afetou todas as formas de uma classe flexional, reduzindo a alomorfia.

Outro fato bastante intrigante levantado pela autora diz respeito à mudança não ter se dado de forma previsível, ou seja, não ter ocorrido de *-udo* a *-edo* (*-udo* > *-edo*), buscando uma regularidade, já que a generalização da formação de particípio passado se resume na construção *vogal temática* + *do*. Porém, sabe-se que, como já foi citado pela própria autora, algumas formas com *-edo* chegaram a ocorrer, ainda que em número reduzido, visto ter havido na língua a forma *caeda*, anterior a *caída*, a qual possivelmente gerou a palavra *queda* – exemplo retirado de Nunes (1975 *apud* BROCARDO, 2002). Além disso, segundo Brocardo (2002), verbos de 2ª conjugação em alguns momentos na história da língua “perderam” alguns verbos para a 3ª conjugação, inclusive na sua forma infinitiva como, por exemplo, os verbos *caer*, *finger* e *confonder* – exemplos tirados de Maia (1986 *apud* BROCARDO, 2002). Enfim, de acordo com Brocardo (2002), não houve alargamento dessa construção geral de particípios, o que em outras palavras significa dizer que não houve um efeito regularizador.

Da mesma maneira, Lobato (1999) também destaca a perda da distinção nas 2ª e 3ª conjugações, contrapondo-se à terminação em *-ado* da 1ª conjugação, questionando a não existência da derivação *-edo*, já que seria uma construção possível e não restrita à língua, visto as formas *medo* e *ledo* (nomes), *fedo* (verbo), *cedo* (advérbio) e *arvoredos*, *vinhedos* (derivados). Existe, na verdade, para esta autora, uma propriedade subjacente que permite tal licenciamento ou não licenciamento das conjugações verbais do português – assunto que será tratado no decorrer desta seção.

Para explicar o desaparecimento de tal terminação, Camara Jr. (1976, p. 159) elenca duas motivações diferentes das apresentadas por Brocardo (2002), a saber, “a falta de apoio estrutural no resto do verbo

para a vogal *-u-* no particípio” e “a homonímia com o sufixo nominal *-udo*, para derivar adjetivos de substantivos”, visto que esse sufixo tem valor pejorativo como adjetivo no português, de maneira que poderia gerar problemas de interpretação – como em *orelhudo* e *olhudo*. Assim, o que se pode afirmar seguramente é que o desaparecimento das formas em *-udo* gerou uma redução nas possibilidades de formação de particípios, sendo que passou de três terminações a duas (*-ado, -udo, -ido* > *-ado, -ido*).

Já Nunes (1975), não apenas confirma a existência dessas formas de particípio com terminação em *-udo*, como também afirma que tal sufixo se estendeu a todos os verbos de 2ª conjugação, permanecendo poucas formas, devido à concorrência com a terminação em *-ido*, que a venceu. Segundo ele, inclusive o verbo *ver* teve seu particípio em *-udo*, apresentando-se como *veudo*, logo desaparecendo e sendo substituído por *visto*, sua forma forte.

[...] esta terminação *-udo*, que na antiga língua se estendera em especial a todos os verbos da segunda conjugação ou de infinitivo em *-er* que não tinham conservado a primitiva forma forte, não conseguiu manter-se desaparecendo ainda nos fins do período arcaico, substituída pela dos verbos de tema em *-i* ou *-ido*, que cedo começara a concorrer com ela, apenas uma ou outra forma rara, como *teúdo*, *conteúdo*, *manteúdo*, *temudo*, etc. ficou persistindo, a atestar a sua existência. (NUNES, 1975, p. 316-317)

Quanto às formas fortes, Nunes (1975) afirma que eram muito mais abundantes no português antigo, de maneira que muitas das que permaneceram na língua assumiram lugar de substantivos, “perdendo a noção de adjectivo em que primeiro foram tomados” (NUNES, 1975, p. 317) como, por exemplo, ocorreu com as formas *jeito*, *cinto*, *despesa*, *conquista*, *colheita*, *estreito*, *peito*, dentre outras. Ele cita também a forma *quisto* que, embora ainda permaneça no português contemporâneo, é usada apenas quando precedida dos advérbios *bem* ou *mal* – como em *A criança é bem/mal quista* – não sendo comum o uso sem tais advérbios – como em *A criança é quista*, usando-se geralmente com a forma fraca: *A criança é querida*.

Em seu estudo sobre traços formais na formação de particípios, Lobato (1999) mostra que há três tipos de formação de particípio

passado no português. Embora seu artigo não tenha foco sobre a formação de participípios de verbos abundantes, mas apenas sobre verbos que geram participípios únicos, especificamente os participípios verbais, conhecer como se dão essas construções contribui muito para esta pesquisa. O trabalho desta autora se apoia na proposta minimalista de Chomsky (1995) sobre traços formais, buscando compreender, por exemplo, o que determina a realização morfológica do participípio português como arrizotônico e/ou rizotônico.

Diante disso, o artigo de Lobato (1999) tenta encontrar evidências que indiquem a existência de algo que seja determinante na realização morfológica do participípio português, além de buscar a existência de informações subjacentes na realização morfológica da língua. Sua proposta é que essas subjacências correspondem a uma configuração da estrutura, de forma a abranger a morfologia e a sintaxe, isto é, os traços formais, que estão em oposição aos traços semânticos e fonéticos. A autora defende, portanto, que esses traços formais influenciam não somente em operações sintáticas da língua, mas também na própria produção de itens lexicais, em sua forma fonético-fonológica.

De acordo com Lobato (1999), os participípios no português se distribuem em três classes, a partir dos verbos que lhe dão origem: (a) verbos que só apresentam participípios regulares: *aborrecer* → *aborrecido*, *amar* → *amado*, *sair* → *saído* etc.; (b) verbos que só apresentam participípios irregulares: *dizer* → *dito*, *ver* → *visto*, *vir* → *vindo*; e (c) verbos abundantes, que apresentam participípios regulares e irregulares: *expressar* → *expressado/ expresso*, *aceitar* → *aceitado/aceito*, *entregar* → *entregado/entregue*. Para a autora, essa distribuição dos verbos nessas três classes é algo intrínseco à língua, ou seja, não cabe aos falantes decidirem qual verbo terá participípio regular ou irregular ou qual verbo será abundante, já que se trata de um processo linguístico natural, que possui informações subjacentes. Quanto a essas afirmações de Lobato (1999), embora saibamos que nem sempre os falantes participem conscientemente de determinadas mudanças na língua, entendemos que os fatores externos, em muitos casos, contribuem para que certas formas desapareçam ou sejam criadas e, talvez, as inovações participiais possam ser explicadas com base em variáveis extralinguísticas também, já que podem apresentar significação social, estando relacionada ao estilo, por exemplo.

Sabendo-se que as três conjugações formam participípios duplos, Lobato (1999) afirma que o radical verbal é o elemento determinante

da formação de participípios, uma vez que “os radicais verbais são diferentes para cada classe” (LOBATO, 1999, np). Diante disso, ela elenca duas questões: (i) o que determina a realização morfológica do participípio português como arrizotônico e/ou rizotônico? (ii) que tipo de informação presente no radical verbal determina a realização morfológica do participípio português? Por se tratar de um tema bastante complexo, Lobato (1999) não responde a primeira questão, apenas reconhece que há um cruzamento determinante entre forma/acento na formação de participípios, que precisa ser compreendido. Assim, ela constrói a segunda questão a partir da primeira, sem fazer referência, porém, ao acento.

De acordo com a autora, existem regularidades distribucionais que estão na relação da formação de participípios, as quais apontam informações abstratas, subjacentes à realização morfológica como, por exemplo, a *vogal temática* e o *contexto fonético*. Lobato (1999) afirma então que, apesar de o radical ser determinante na derivação de participípios, existem também casos em que o tema é significativo para a constituição da forma de participípios. Diante disso, ela constrói relações entre *vogal temática e formação de participípios* e *contexto fonético e formação de participípios*.

Sobre a relação *vogal temática e formação de participípios*, Lobato (1999, np) argumenta que “existem alguns padrões na derivação dessas formas relacionados com a vogal temática”, como, por exemplo, a formação de participípios rizotônicos únicos. O primeiro padrão seria o caso de verbos de 1ª conjugação poderem formar ou apenas participípios arrizotônicos ou participípios duplos, mas nunca somente participípios rizotônicos – o verbo *amar*, por exemplo, apresenta apenas o participípio *amado*, e o verbo *aceitar* os participípios *aceitado* ou *aceito*. Ela acrescenta: “Como verbos de primeira conjugação também projetam participípios duplos, parece que a pertinência à primeira conjugação não impede a formação de participípio rizotônico, mas força a possibilidade de formação de participípio arrizotônico” (LOBATO, 1999, np). Sendo assim, parece que a língua força a formação de participípios regulares para a 1ª conjugação, sem, no entanto, ficar impossibilitada de criar participípios irregulares. Haveria, portanto, aqui, uma informação abstrata vinculada à vogal temática –*a*, pois apenas as 2ª e 3ª conjugações licenciam participípios exclusivamente rizotônicos para seus verbos. Isso, segundo a autora, levaria a outra questão: por que todo verbo que forma participípio rizotônico único projeta as vogais temáticas –*e* ou –

i no infinitivo? Embora Lobato (1999) não aponte precisamente quais são essas informações abstratas, afirma sua existência. Ela também chama a atenção para uma curiosidade da língua, a saber, o fato de outros tipos de verbos, na 2ª e 3ª conjugações, apresentarem somente participípios regulares como, por exemplo, os verbos *ler* e *medir*.

O segundo padrão apresentado por Lobato (1999), com relação à vogal temática, diz respeito à perda da distinção entre a vogal temática de 2ª e 3ª conjugações. Ora, sabemos que há licenciamento no português para formas terminadas em *-edo*, então “Por que todo radical verbal que no infinitivo se associa à vogal temática verbal *-e* rejeita essa vogal na adjacência à esquerda do sufixo participial *-do*, quando passa a exigir a vogal *-i*?” (LOBATO, 1999, np). Segundo a autora, há alguma propriedade adjacente que configura essa situação, além da evidência de que tal restrição “diz respeito à manifestação da interpretação semântica de participípio passado verbal” (LOBATO, 1999, np).

Já o terceiro padrão refere-se à não realização de vogal temática verbal nas formas rizotônicas, uma vez que ocorre sua realização nas arrizotônicas. Outra questão levantada pela autora diz respeito ao radical dos participípios irregulares da 1ª conjugação, que permanecem intactos, na maioria dos casos, perdendo apenas sua vogal temática *-a* e a consoante *-d-* (*aceitar: aceit-ad-o/aceit-o*), enquanto as demais conjugações sofrem alteração no radical (*suspender: suspend-id-o/suspen-s-o* e *imprimir: imprim-id-o/impr-ess-o*). Novamente, Lobato (1999) projeta uma pergunta: por que o processo de formação rizotônica de 1ª conjugação em geral deixa o radical intacto e o de 2ª e 3ª em geral o altera?

O papel do acento na formação de participípios é o quarto padrão apresentado por Lobato (1999), pois, segundo ela, deve haver um tipo de informação subjacente que determina o acento cair sobre a vogal temática em participípios regulares e sobre o radical em participípios irregulares, independentemente da conjugação. Diante disso, ela questiona se o acento desempenha algum papel na formação participial. Ela sugere que há sim uma relação entre *o contexto fonético e a formação de participípios*. Parece ser essencial a presença de determinados sons no participípio resultante, uma exigência que não tornam boas, segundo ela, as formas *acatado*/**acato* e *falado*/**falo*⁶.

⁶ Talvez o contexto fonético para verbos de 1ª conjugação não impeça na língua com tanta veemência a formação de participípios regulares terminados em *-o*. Tem se tornado cada vez mais comum ouvir tal regularização em

Diante disso, haveria um padrão fonético de traço(s) abstrato(s) que não permitiria certas formas entrarem em nossa língua, uma estrutura morfológica subjacente diferente para os mesmos verbos no latim e no português, o que, conforme mostra Said Ali (1964 [1931]), pode ser exemplificado por meio das formas latinas *motum*, *missum*, *receptum*, *victum*, que não entraram no português: *mover* → *movido*/**moto*, *meter* → *metido*/**misso*, *receber* → *recebido*/**receito* e *viver* → *vivido*/**vito*.

Quanto às formações morfológicas de participípios, Lobato (1999) mostra que há três tipos⁷, a saber, (a) formação regular: *radical* + *VT verbal acentuada* + *-d* + *VT nominal*, que é possível nas três conjugações (exemplos: *amado*, *vendido*, *partido*); (b) a formação irregular para a 1ª conjugação, que se apresenta como *radical acentuado terminado em consoante diferente de -d* + *VT nominal* (exemplo: *expresso*) ou *radical acentuado terminado em nasal* + *-d* + *VT nominal* (exemplo: *findo*); e (c) a formação irregular para a 2ª e a 3ª conjugações, que se dá na forma *radical acentuado* + *-t*, *-s* + *VT nominal* (exemplos: *eleito*, *preso*, *extinto* e *imerso*) ou *radical acentuado terminado em nasal* + *-d* + *VT nominal* (exemplo: *vindo*).

Com base nesses modelos, Lobato (1999) aponta que há diferenças simples na formação de participípios em português, que aparecem no *acento* – acentuação na vogal temática para as formas regulares e no *radical* para as formas irregulares – e nas *terminações* – as quais separam as formas irregulares das regulares, bem como a 1ª conjugação das demais.

Os processos fonológicos sofridos pelo radical também são um diferencial, conforme aponta Lobato (1999), quando se comparam as formas rizotônicas de 1ª conjugação com as de 2ª e 3ª, uma vez que, no primeiro caso, na maioria das vezes, apenas se acrescenta uma vogal temática nominal ao radical verbal completo (*aceit-ar* → *aceito*, *express-ar* → *express-o*, *expuls-ar* → *expuls-o*), com poucas

verbos que outrora não apresentavam participípios irregulares, como, por exemplo, *foi ativo*, em vez de *foi ativado*, também *tinha despenco* para *tinha despencado*, *tinha perco* para *tinha perdido*, dentre outros. É possível, portanto, que haja sim uma relação entre o contexto fonético e a formação de participípios, porém acreditamos que para os verbos terminados em *-ar* essa relação seja favorável, diferentemente do que ocorre com verbos terminados em *-er* e *-ir*.

⁷ Os esquemas de formações de participípios regulares e irregulares foram adaptados de Lobato (1999).

exceções (*circuncid-ar* → *circuncis-o*, *enxug-ar* → *enxut-o*). Já para o segundo caso – 2ª e 3ª conjugações –, há, normalmente, uma modificação considerável no radical: perda da consoante (*envol-v-er* → *envol-to*, *imer-g-ir* → *imer-so*, *revol-v-er* → *revol-to*), perda da nasalidade (*ace-nd-er* → *ace-so*, *pre-nd-er* → *pre-so*), alteração da vogal (*expr-im-ir* → *expr-e-ss-o*, *impr-im-ir* → *impr-e-ss-o*) ou alteração da sílaba (*inc-o-rr-er* → *inc-u-r-so*).

Lobato (1999) também ressalta que as formas arrizotônicas ou regulares, em geral, são formas verbais, ou seja, carregam as propriedades do próprio verbo, ao passo que as rizotônicas ou irregulares estão distribuídas em diversas funções, podendo aparecer como verbo (*entregue*; *pego*), adjetivo (*corrupto*, *omisso*, *perverso*, *submisso*), substantivo (*assento*, *cinto*, *crucifixo*) e preposição (*salvo*, *exceto*). Quanto aos participípios que passam a funcionar como preposições, podemos acrescentar uma breve discussão apresentada por Dias (1953). Segundo ele, *exceto* (ou *excepto*) tem sua origem como participípio passivo, sendo nominal, mas não concordando com o nome, o que facilitou a mudança de sua função na língua, funcionando também como advérbio de exclusão – *Foi gentil com todos exceto comigo* (*menos comigo*). Para este autor, construções com concordância do tipo *excetos os arquivos* ou *excetas as cartas* são correções gramaticais desnecessárias, visto que a forma participial *exceto* já ganhou *status* de preposição no português, ficando, pois, invariável. Igualmente, a forma *salvo* funciona como participípio passivo de *salvar*, mas também como preposição.

Voltando à proposta de Lobato (1999, np) sobre traços formais, já no final de seu artigo, ela apresenta uma possível contradição na língua:

Afinal, se há uma relação determinística entre traços subjacentes e forma morfofonológica, como pode o português gerar participípios duplos? Dado que nesse caso tem-se um único e mesmo radical, não se teria de projetar um único e mesmo tipo de participípio? Na verdade, não. O que acontece com os participípios duplos é que os dois itens gerados para cada par não são sinônimos perfeitos, o que é demonstrado pela diferente escolha que fazem dos auxiliares *ter*, *ser*, *estar*, na maioria dos casos. [...] e mesmo nos casos das formas *aceitado/aceito*, *entregado/entregue*, *ganhado/ganho*,

gastado/gasto, pagado/pago e pegado/pego, que consideramos os exemplos de maior aproximação entre as duas formas, não há sinonímia perfeita, se bem que aí as diferenças sejam mais sutis.

A autora assume, portanto, que, embora haja uma aproximação entre muitos participios duplos, ainda assim eles não são casos de sinonímia, supondo que, em todos os pares de participios duplos, os radicais carregam em si traços formais abstratos que possibilitam a formação de diferentes derivações e, conseqüentemente, diferentes significações, de maneira que esses diferentes significados são responsáveis pela preferência dos falantes para uma e não outra forma, mesmo que seja uma escolha inconsciente. Conclui: “a dupla derivação seria então conseqüência da própria configuração estrutural de traços abstratos do radical” (LOBATO, 1999, np).

Em resumo, os traços do radical impõem limites ao que se pode gerar, e nesse sentido determinam o produto final, tanto em sua forma quanto em sua interpretação semântica, mas muitas vezes a informação do radical dá margem a uma dupla derivação, o que implica escolha, daí advindo o caráter relativo da relação determinística. (LOBATO, 1999, np)

Existe, pois, segundo a análise dessa autora, uma informação abstrata na composição de cada uma das partes das formas de participio do português, no que respeita ao *nível morfológico dos radicais* dos verbos, às *vogais temáticas verbais*, aos *suffixos* que constituem os participios e às *vogais temáticas nominais*. Conclui, então, Lobato (1999), que a interpretação dos participios no português está relacionada à vogal acentuada e a uma consoante – seguidas da vogal temática nominal –, havendo três combinações possíveis para esses dois segmentos, conforme esquema (8), adaptado de seu artigo:

(8)

- a. [...V...] - [C...]Radical → [*libert*]-o, [*pag*]-o
- b. [...V...]Radical - [C] → [*suspen*]-s-o, [*inclu*]-s-o
- c. [...]Radical - [V] - [C] → [*am*]-a-d-o, [*ven*]-i-d-o, [*part*]-i-d-o

Observe que em (8a) a informação subjacente está concentrada inteiramente no radical do particípio e refere-se a formações irregulares de 1ª conjugação, enquanto (8b) refere-se a formações irregulares de 2ª e 3ª conjugações, concentrando a informação parcialmente no radical, ao passo que em (8c), referente a formações regulares, a informação está completamente fora do radical. Sendo assim, a autora propõe novamente que há uma relação entre estrutura morfológica, estrutura fonológica e interpretação semântica, afirmando “que a construção morfofonológica das palavras e a interpretação semântica gramatical lidam com o mesmo tipo de elemento — traços formais” (LOBATO, 1999, np).

Enfim, a autora aposta na relação *informação morfofonológica e interpretação participial*, sendo que essa informação estaria “projetada em pelo menos três diferentes partes da estrutura morfológica do item lexical, havendo uma ordem estrita entre essas três partes — sempre [V acentuada + C + VT nominal]” (LOBATO, 1999, np). Apesar de Lobato (1999) apostar nessa correlação de traços formais, ela admite que ainda não é possível elencar, com base em uma teoria fonológica ou morfológica, quais são esses traços e quais suas contribuições legítimas para a formação de particípios.

Silvério (2001) faz uma curta análise sobre o passado composto, em relação ao comportamento desses tipos de construções no sistema temporal do PB. Ainda que as questões de tempo e aspecto não sejam foco de nossa pesquisa, no que respeita aos particípios duplos, acreditamos ser relevante e, no mínimo, interessante, apresentar aqui algumas das afirmações da autora. De acordo com a autora, Giorgi e Pianesi (1997 *apud* SILVÉRIO, 2001) defendem que o verbo auxiliar da construção composta não contribui para a interpretação temporal da sentença, de maneira que a especificação eventiva está registrada apenas no verbo principal e a presença do auxiliar é relevante apenas para a sintaxe. Ressalta, porém, Silvério (2001, p. 123), que embora “o auxiliar não apresente conteúdo lexical, ele deve contribuir na interpretação tempo-aspectual da sentença”⁸.

⁸ A relação entre a forma participial e o aspecto verbal, embora não seja uma questão que permeie nossa discussão agora, possivelmente será tratada em trabalhos futuros. Nossa intenção aqui é mostrar ao leitor que não somos ingênuas quanto à importância desse estudo, visto que o aspecto do verbo pode ser um condicionador favorável à escolha de particípios regulares ou irregulares.

Segundo a autora, sentenças como, por exemplo, *João tem comido banana*, diferentemente do que ocorre no italiano, não podem ser interpretadas como um evento único e acabado/perfeito – *João comeu banana* – no PB, já que em nossa língua o passado composto recebe interpretação aspectual *iterativa*, isto é, o entendemos como *vários eventos* de comer banana, realizados por João, ao passo que no italiano sentenças do tipo *Gianni há mangiato la banana* são usadas para descrever um evento único e acabado de comer bananas, que foi realizado recentemente, admitindo, inclusive o artigo definido *la*, construção que é agramatical no PB, justamente por conta da iteração – *O João tem comido *a banana*. Diante disso, para Silvério (2001), esse fenômeno no PB tem a mesma motivação do presente simples, isto é, é pontual, de maneira que, assim que um evento acaba, instaura outro evento, que, quando se fecha, também instaura outro, e assim sucessivamente, sendo, cada um desses eventos, estados excluídos.

Outro ponto levantado por Silvério (2001) é a questão da característica do particípio – verbo principal – nas sentenças. Segundo a autora, para Giorgi e Pianesi (1997 *apud* SILVÉRIO, 2001), em construções compostas do italiano, o particípio apresenta propriedade de adjetivo, enquanto o que se verifica no PB é uma característica fortemente verbal, de aspecto perfectivo. Para a autora, essa propriedade de verbo é facilmente observada quando se comparam sentenças como (a) *O João tem comprado figurinhas para sua coleção* e (b) *João tem as figurinhas compradas*, uma vez que é evidente a flexão de gênero e de número nesta última, em que o particípio funciona como adjetivo, o que não ocorre na construção *tem comprado*, em (a).

Mas há algo relacionado à forma do particípio, compartilhada pela autora, que gostaríamos de expor aqui: o caráter perfectivo do particípio do PB é evidenciado pelo comportamento dos particípios regulares e irregulares em função adjetiva. De acordo com Silvério (2001, p. 128), o morfema do particípio verbal tem uma informação relevante: “a idéia que o fechamento se estende às passivas adjetivais pode ser visualizada, principalmente, quando contrapomos através do teste do ‘ainda’, os verbos regulares com os verbos tradicionalmente chamados de *abundantes*” [grifos da autora]. Em outras palavras, parece que onde é empregada a forma irregular de particípio, para verbos abundantes, em construções adjetivais, tem-se a descrição de um estado transitório e reversível, como, por exemplo, em *A chama da vela ainda está acesa*, não sendo aceita a forma regular, como, por

exemplo, em **A chama da vela ainda está acendida*, o que significa dizer que, para verbos que apresentam participípios duplos, parece que apenas o participípio irregular aceita o teste do *ainda*. Já para verbos regulares, que apenas têm participípio regular, seu participípio será usado em um evento concluso ou acabado, como pode ser observado em *As crianças já estão lavadas* – **As crianças ainda estão lavadas*.

Esse comportamento dos participípios, em relação às construções adjetivais, nos sugere que a forma de participípio de verbos abundantes é selecionada de acordo com o aspecto verbal na sentença: a forma irregular é a única que admite eventos transitórios. Infelizmente, nossa pesquisa, além de não contemplar sentenças construídas com o verbo auxiliar *estar*, mas apenas com o verbo auxiliar *ser*, também não pretende, por ora, buscar motivações no uso das formas de participípio com base no aspecto do verbo, até porque, para poder comparar o uso das formas participipiais – regular e irregular –, precisaríamos também trabalhar com verbos de participípio exclusivamente regular, como o verbo *lavar*, ou verbos que pelo menos até o momento não tenham apresentado uma nova forma de participípio. Embora nosso foco seja somente trabalhar com verbos abundantes ou com verbos que tenham apresentado abundância, justificamos que essa discussão é válida para apontar que é possível que existam, de fato, informações abstratas nas terminações dos participípios que atuam na escolha aspectual do verbo, como afirma Lobato (1999). Mas, da mesma maneira, não podemos sequer tentar apontá-las sem um estudo mais aprofundado.

Por meio de uma abordagem estruturalista da língua, Camara Jr. (2005 [1970], p. 111) mostra que o que as gramáticas portuguesas classificam como verbos irregulares “deve ser entendido como um desvio do padrão geral morfológico, que não deixa de ser ‘regular’, no sentido de que é suscetível a uma padronização também”, afirmando que há, pois, regularidade na própria irregularidade das formas verbais de nossa língua. Segundo ele, há pequenos grupos de verbos com particularidades próprias, as quais podem perfeitamente se tornar explícitas: o padrão geral dos participípios portugueses é a terminação em *-do*, precedida da vogal temática /a/ ou /i/, sendo que há também, em menor número, participípios rizotônicos, de tema nominal em *-o*, e, menos frequentes ainda, de tema em *-e* como, por exemplo, *pago* e *entregue*, os quais chama de padrão especial. “Os padrões especiais, por sua vez, não são inteiramente caprichosos e arbitrários. Há neles uma organização imanente, que se impõe claramente deprender. [...]

há uma lógica implícita, que o gramático [...] tem o dever de explicitar” (CAMARA JR., 2005 [1970], p. 111).

Camara Jr. (2005 [1970]) acrescenta também que, “em outros verbos, esse padrão especial está em variação livre com o padrão geral”⁹ (CAMARA JR., 2005 [1970], p. 115), sendo que o padrão especial pode ser dividido em dois grupos, a saber, (a) os que estão na base do radical do infinitivo e (b) os que estão na base de um alomorfe do radical do infinitivo. À (a) pertencem todos os verbos de 1ª conjugação, porém o autor ressalta a questão da ambiguidade desse caso, devido ao particípio comportar-se como forma verbal e adjetival, o que causa um aumento na lista de verbos abundantes nas gramáticas, o que, segundo ele, seria um erro, pois se tratam apenas de adjetivos cognatos do verbo. Para exemplificar os casos de (a), o autor cita as formas *gasto*, variante do padrão geral *gastado*; *frito*, variante do padrão geral *fritado*; *solto*, variante do padrão geral *soltado*, entre outros. Contudo, Camara Jr. (2005 [1970], p. 116) reconhece que, em muitos desses casos, os “adjetivos têm, com efeito, função de particípio” como, por exemplo, ocorre em *foi limpo* e *prato limpo*, em que *limpo* ora é uma forma verbal, ora é um adjetivo.

Entretanto, o particípio foge até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural /S/. ou em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático. (CAMARA JR., 2005 [1970], p. 103)

Já para o caso em (b), ele afirma que uma possível interpretação seria dizer que esses verbos, ao formarem seus particípios, permanecem apenas com seus radicais, perdendo a vogal temática como, por exemplo, *eleito* para *eleger*, *enxuto* para *enxugar* e *impresso* para *imprimir*. Outra possibilidade seria afirmar que, nos

⁹ Ainda que Camara Jr. (2005 [1970]) considere a variação dos particípios como *livre*, nossa proposta é exatamente o contrário: acreditamos que tal variação se dá por meio de condicionadores, não apenas linguísticos, mas também extralinguísticos, responsáveis pela escolha dos falantes entre particípios regulares e irregulares em sentenças ativas e passivas.

casos de *feito* para *fazer*, *posto* para *pôr* e *visto* para *ver*, o que ocorre é uma redução do radical.

Camara Jr. (1976, p. 160) mostra, assim, que há participípios perfeitos sem vogal temática, formas essas que persistiram no português, provenientes do latim clássico, a saber, *dito*, *escrito*, *feito*, *posto*, *visto*, *aberto*, *coberto* e *vindo*, as quais, com exceção desta última que é uma forma nasalizada, devem ser interpretadas, como participípios de temas em *-o*, já que é “mais econômico e condizente com a realidade funcional”. Por conta disso, segundo o autor, é que se dividem os participípios perfeitos portugueses em dois tipos, a saber, regulares e irregulares, sendo o primeiro composto pelo sufixo *-do* mais as vogais temáticas *-a* ou *-i*, com exceção para a forma nasalizada *vindo*, e o segundo formado sem sufixo, composto por um radical verbal mais a vogal do tema nominal *-o*.

Sobre as formas irregulares ou rizotônicas ele comenta: o verbo *extinguir* tanto pode apresentar o participípio *extinto* como *extinguido*, e o verbo *expressar*, tanto o substantivo *expresso* como *expressado*, sendo que a forma *expresso* pode referir-se também ao verbo *exprimir*. Esses participípios irregulares – *extinto* e *expresso* – nada mais seriam que o aproveitamento de “um nome adjetivo, que veio do participípio latino, sem vogal de tema e foi novamente associado ao verbo respectivo [...] ou foi associado a um verbo derivado daquele que era participípio” (CAMARA JR., 1976, p. 161).

Com relação ainda ao padrão especial tratado pelo autor, podemos citar novamente os participípios *chego* e *trago*, formas terminadas em *-o*, que apontam, sem dúvida, uma regularidade nas terminações das formas irregulares, já que há um grupo de participípios que apresenta tais características facilmente identificáveis. A lista de participípios, de acordo com esse padrão, é formada pelos participípios canônicos *pago*, *ganho* e *gasto*, e pelos não canônicos *pego*, *chego* e *trago*, e também *ouço*, *perco* e *canso*, sendo estes três últimos mais incomuns, embora correspondam a dados de fala, além de tantos outros que nem sequer conhecemos. Há, inclusive, relatos de produções de fala nas cidades de Manaus – AM e Natal – RN de sentenças do tipo *Estou canso* para *Estou cansado*, o que nos sugere a possibilidade de esta abundância *cansado/canso* ter se formado com base na conjugação *eu canso*.

Parece que, (i) em algum momento o falante criou *pago* a partir de *paça*, formando, com base nesta, as formas *gasto* e *ganho*, (ii) em outro momento, com base nessas três formas participiais, terminadas

em *-o*, criaram-se outros participípios irregulares que estão surgindo no PB. Ora, o curioso é que, como já foi ressaltado, essas formas são perfeitamente compatíveis com as formas verbais de 1ª pessoa do singular do modo indicativo – *eu pego, eu chego, eu trago, eu ouço, eu perco e eu canso*. Existe aqui uma regularidade na formação desses participípios irregulares que parece estar associada de fato à forma de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo.¹⁰ Um teste de produtividade nos ajudaria a ter mais segurança quanto a essa hipótese, respondendo-nos, inclusive, se essa afirmação contempla as três conjugações verbais, por exemplo. Apesar da grande curiosidade, um teste de produtividade não é o foco desta pesquisa, mas, como veremos adiante, esse tipo de teste já foi aplicado por Teixeira da Silva (2008), com foco nos participípios duplos.

Segundo Camara Jr, (1976), é bastante comum a criação de novos participípios, em que se acrescenta a vogal temática nominal *-o* ou *-e*, o que indica que a formação de participípios com tema nominal em *-o*, por exemplo, possa estar se tornando cada vez mais produtiva no português, já que tem havido uma expansão dos participípios rizotônicos – sem vogal temática –, ficando em variação ao lado de suas formas regulares respectivas, para muitos verbos.

Muitas vezes, aproveita-se para isso um nome adjetivo, que veio do participípio latino, sem vogal de tema e foi novamente associado ao verbo respectivo (*preso*, para *prender*; *aceso*, para *acender*; *extinto* para *extinguir*), ou foi associado a um verbo derivado daquele de que era participípio (*aceito*, verbo *accipere*, para *aceitar*; *expresso*, verbo *exprimere*, port.

¹⁰ Talvez não possamos estender essa possibilidade à forma *pago*, pois, segundo Said Ali (1969 [1923]), essa forma foi criada com base no nome *paga*, como foi exposto anteriormente. Mas não podemos deixar de chamar novamente a atenção do leitor sobre as regularidades que essas formas apresentam: em muitos casos, existe uma coincidência entre as novas formas de participípios irregulares criadas e as formas de 1ª pessoa do singular do presente do modo indicativo. Podemos arriscar e dizer também que se trata de um caso de *homonímia*. Do mesmo modo, é preciso pensar também na perspectiva do falante, uma vez que este possivelmente não conhece a etimologia da palavra, de maneira que fará mais sentido a ele falar em forma *derivada* – ou formada a partir da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo –, em vez de se falar em *homonímia*.

exprimir, para *expressar*; *expulso*, verbo *expellere*, port. *expelir*, para *expulsar*). Outras vezes, desvia-se para a função de particípio um adjetivo cognato (*livre*, para *livrar*; *limpo*, para *limpar*). (CAMARA JR., 1976, p. 161)

Observe que, em nenhum momento este autor enumera regras para a construção de sentenças ativas e passivas, mas, ao contrário, afirma que se tratam de formas respectivas que variam livremente, sem causar agramaticalidade na língua, pelo menos, para a maioria dos verbos abundantes. Em outras palavras, Camara Jr. (1976) não estabelece normas aos particípios regulares e irregulares para construções de sentenças ativas ou passivas com verbos abundantes, isto é, reconhece sua variação, ainda que a considere não condicionada.

Camara Jr. (1976) também fala a respeito de perífrases formadas com particípios. De acordo com o autor, essas construções se constituem da combinação de “uma forma nominal do verbo com qualquer forma flexional de outro verbo selecionado para ‘auxiliar’ no padrão perifrástico dado” (CAMARA JR., 1976, p. 163). Afirma o autor que o significado lexical está na forma nominal que a constitui, enquanto que as categorias flexionais (número-pessoal e modo-temporal) estão no verbo auxiliar. Além disso, ele também afirma que não há uma ordem fixa na perífrase com particípios, de forma que é perfeitamente possível se inserir locuções ou vocábulos em seu meio como, por exemplo, em *Maria tinha hoje entregado o trabalho* e *Tinha Maria hoje entregado o trabalho*.

O autor conclui, diante dessa discussão, que a tradição gramatical portuguesa tende a separar esses tempos compostos, nomeando-os como voz passiva a locução com o verbo *ser*, sendo esta lida como uma contraparte da voz ativa, que se constitui com o verbo *ter*, em qualquer um de seus tempos, mais um particípio perfeito nominal e invariável. Diante disso, garante Camara Jr. (1976) que a construção passiva é formada por um particípio perfeito de um verbo transitivo, nunca de um adjetivo puro, o que nos leva a lembrar novamente de que de fato alguns adjetivos como, por exemplo, *livre*, destacado por este mesmo autor, se tornam particípios por não se tratarem de adjetivos puros.

Do ponto de vista oracional, tem-se o mesmo tipo de frase em: a) *os soldados foram punidos*;

b) *os soldados foram covardes*. A diferença significativa está entre o adjetivo *covardes*, que expressa uma qualidade nominal, e o particípio *punidos*, que tem força verbal e assinala uma atividade realizada. (CAMARA JR., 1976, p. 165)

Como iremos tratar, na próxima seção deste capítulo, abordagens tradicionais da língua tentam resolver a questão da abundância dos verbos estabelecendo um princípio sintático, sugerindo uma espécie de distribuição complementar para cada tipo de sentença, todavia, em relação ao uso, essas regras parecem não ser fielmente obedecidas em todos os verbos abundantes. Camara Jr. (2005 [1970]) frisa, inclusive, que “a gramática normativa tem procurado, sem grande resultado, regulamentar o emprego de uma forma ou de outra. Na realidade, a tendência do uso lingüístico é ampliar o emprego do padrão geral” (CAMARA JR., 2005 [1970], p. 116) e não mais limitar as construções de ativas e passivas a determinadas formas de particípios regulares e irregulares.

Centrado numa abordagem mais sintática, Pagani (1994) afirma que, apesar do avanço da teoria gramatical, os particípios duplos sempre geraram dúvidas para os falantes do português, porém, segundo ele, essa dúvida permeia a categoria do particípio em construções passivas: trata-se de um adjetivo ou de um verbo? Para o autor, essa dúvida é bastante coerente, já que sempre foi ensinado que, para se construir uma sentença passiva de uma ativa, bastava que se acrescentasse o verbo auxiliar *ser* à forma participial do verbo principal, afirmação que, mesmo sem estar implícita, implica que o particípio é sempre um verbo. Pagani (1993), portanto, defende que há necessidade de uma distinção entre as formas de particípio, pois, para ele, enquanto uma tem função verbal, sendo invariável e constituindo tempos compostos, a outra tem função adjetival, a qual flexiona em gênero e número.

Sendo assim, para Pagani (1993, p. 1090), os verbos que apresentam particípio duplo devem apresentar uma espécie de distribuição complementar na cadeia sintática, pois, segundo o autor, “o particípio pode ocorrer em duas posições distintas na estrutura profunda [...] e cada uma delas pode ser preenchida apenas por um dos dois tipos de particípio”, sendo que a forma irregular será sempre a manifestação do particípio adjetival, devendo, então, ser usada apenas

em sentenças passivas, enquanto a forma regular de particípio deve constituir sentenças ativas, pois se trata de um particípio verbal.

A argumentação de Pagani (1993) é muito próxima das oferecidas por diversas gramáticas, como iremos mostrar ainda neste capítulo. Mas, antes de continuarmos nossa discussão sobre particípios, já gostaríamos de nos posicionar: não acreditamos que as formas participiais de verbos abundantes usadas em sentenças passivas tenham apenas função de adjetivo, ou seja, acreditamos que, se um verbo possui dois particípios, ambos podem exercer função verbal – e ser invariável em gênero e número – e função adjetival – e ser variável em gênero e número – na sentença. Mais que isso: não acreditamos que apenas as formas irregulares de particípio apresentem características de adjetivo.

Veremos ainda que, por exemplo, a forma participial *pagado*, do verbo *pagar*, é considerada desusada no português atual, mas que, antigamente, era usada tanto quanto a forma *pago* (cf. SAID ALI, 1969 [1923]). Então nos perguntamos: se o verbo *pagar* tinha uma forma verbal – *pagado* – e uma forma adjetival – *pago* –, como se resolve o problema para o tempo composto hoje, isto é, para a voz ativa? Segundo Pagani (1993), quando isso ocorre, a “única” forma participial do verbo assume tanto a característica de adjetivo como de verbo, idêntico ao que ocorre com verbos não abundantes no particípio. Mas uma dúvida ainda nos resta: por que enquanto o verbo *pagar* era abundante havia a necessidade de se demarcar a forma regular como verbal e a irregular como adjetival? Como que, de repente, a forma *pago* ganhou *status* de particípio verbal? Essa é uma questão bastante discutível, pois se essa é uma possibilidade da língua, de se atribuir aos particípios característica verbal ou adjetival, quando há necessidade, então o contrário também deve ser possível: aqueles particípios que não apresentavam duas formas de particípio, mas que agora apresentam também devem ser aceitos na lista das gramáticas atuais, porém, sem restrição no uso. Pois se um falante consegue se comunicar perfeitamente com sentenças do tipo *Ele tinha trago o presente*, significa dizer, no mínimo, duas coisas: a forma irregular *trago* (i) desempenha papel aceitável de particípio passado do verbo *trazer* e (ii) tem função verbal igualmente aceitável em sentenças ativas, e não apenas função adjetival.

O leitor verá que essa discussão será tomada e retomada diversas vezes, porém é importante que estejamos atentos para a necessidade questionarmos a todo tempo afirmações como essa. É fato

que as formas regulares e irregulares de particípio de verbos abundantes aparecem usualmente preenchendo tanto sentenças ativas como sentenças passivas, aparecendo ora com função verbal, ora com função nominal. O que nos interessa, entretanto, nessas sentenças, não é discutir qual é a função do particípio em cada uma delas, mas qual forma de particípio é a mais usual em cada uma delas e se todos os verbos abundantes se comportam da mesma maneira diante dessas construções, dentre outras questões.

Alguns estudos sociolinguísticos também têm pesquisado sobre construções com particípio no português. Esses trabalhos têm como objetivo apontar variação e mudança no uso das formas de particípio na oralidade, bem como verificar qual é a preferência dos falantes sobre particípios regulares e irregulares, por meio de testes. Barbosa (1993), ao estudar os particípios duplos, pretendia averiguar se tal fenômeno morfossintático configurava-se ou não como um caso de mudança. Para isso, seu trabalho apoiava-se em dois *corpora*, a saber, um teste com particípios e uma análise de dados orais, obtidos através de gravações da fala carioca. “O registro assistemático de novas formas participiais em relatos, conversas e publicações, somado ao registro sistematizado nos pré-testes aplicados” levou o autor a considerar “uma possível mudança [...] implementada” (BARBOSA, 1993, p. 46). De acordo com ele, observou-se o aparecimento de formas de particípio em posições de particípios verbais, formas essas nunca antes registradas, ao lado de formações tradicionais com o morfema regular *-do*, tais como *canso* para o verbo *cansar*, *chego* para o verbo *chegar*, *trago* para o verbo *trazer*, *perco* para o verbo *perder*, *espalho* para o verbo *espalhar*, *prego* para o verbo *pregar*, *cego* para o verbo *cegar*, dentre outros. Um comentário importante do autor diz respeito ao padrão dessas formas: “apresentariam a forma de primeira pessoa do singular, do presente do indicativo funcionado como particípios” (BARBOSA, 1993, p. 47). Para Barbosa (1993)

Admite-se a possibilidade de um processo em seu início para alguns itens, pois o padrão de passagem funcional da forma conjugada à forma nominal de particípio irregular tinha sido observado em itens como “GASTO”, “GANHO” ou “PAGO”, que já fazem parte da lista dos particípios perfeitos rizotônicos. Estaríamos diante, ao que parece, da reaplicação

a novos itens de uma regra de mudança.
(BARBOSA, 1993, p. 47) [grifos do autor]

É de grande importância levarmos em conta a afirmação de Barbosa (1993) de que há um *padrão de passagem funcional da forma conjugada à forma nominal*, pois nos parece que, de fato, existe uma reanálise ou, nas palavras do autor, uma reaplicação da regra para a formação de novos participios, que não se restringe apenas a terminações regulares em *-do*, mas também a terminações em *-o*, que, se se tornarem realmente produtivas, poderão ser consideradas como regulares e não mais irregulares (cf. CAMARA JR. 2005 [1970]). Porém, acreditamos que esse padrão de passagem funcional da forma conjugada à forma nominal não se limita somente a esta, uma vez que, como sabemos, esses novos participios terminados em *-o* também são usados, inclusive, como participios verbais, isto é, em sentenças ativas.

A pesquisa de Barbosa (1993) traz resultados significativos. Nos testes, o autor obtém para o verbo *cegar* 58% das formas como *cego*, embora para verbos como *empregar*, *perder* e *chegar*, tenham prevalecido os participios regulares, com um percentual de 90%, 96% e 95%, respectivamente, ainda que as formas *emprego/empregue*, *perco* e *chego* também tenham sido registradas. Por outro lado, nos dados de fala, “a certeza da variação fragilizou-se” (BARBOSA, 1993, p. 49): a motivação para uma variação foi obtida apenas com o aparecimento da forma *perco*, para o participio irregular, já que as formas *chego* e *trago* não constituíram seu *corpus* de fala, mas formas regulares valiosas também apareceram, pois foram registrados os participios *fazido* e *desfazido*. Segundo o autor, a presença dessas formas regulares “pode assinalar que não apenas a irregularidade, mas também a regularidade seria caminho de criação para novos itens” (BARBOSA, 1993, p. 51), uma proposta muito semelhante a que temos indicado aos “novos” participios *abrido*, *escrevido* e *descobrido*, de maneira que a formação/criação parece tanto se dar de participios regulares a irregulares como de participios irregulares a regulares.

Para Barbosa (1993), há três realidades para os participios duplos, com base em seu *corpus*: (a) a variação real só se deu para os pares *fixado/fixo*, *ganhado/ganho* e *pegado/pego*, ou seja, apenas esses pares teriam apresentado igual valor de verdade na variação; (b) há sinais de mudança para os pares *perdido/perco*, *fazido/feito* e *desfazido/Ø* – este último apresentou somente a forma regular; e, por

fim, (c) a difusão da terminação em *-o* se deu para os demais verbos, como, por exemplo, *completar* → *completo*, *inverter* → *inverso* e *dispersar* → *disperso*. Sobre o par *fazido/feito*, houve apenas um dado com a forma regular, de um total de 110 dados, por conta disso Barbosa (1993) sugere *sinais* de mudança, fato que julgamos importante, visto que as gramáticas tradicionais simplesmente não reconhecem a forma regular desse verbo, já que não o consideram abundante.

De acordo com o autor, os resultados de sua pesquisa sugerem “sinais de mudança com a criação de itens novos em (-O) ao lado do uso mais incidente de outros em (-DO) anteriormente combatidos pelo padrão culto; e demonstra, ainda, a difusão da irregularidade sobre a regularidade na opção pelo item em (-O)” (BARBOSA, 1993, p. 61), pois, segundo ele, “mesmo nos dados em contexto de voz ativa, a presença dos [particípios] irregulares é constatada” (BARBOSA, 1993, p. 52).

Dentre outros resultados obtidos no estudo de Barbosa (1993), gostaríamos de citar algumas variáveis controladas que foram relevantes sobre a variante *particípio regular*¹¹. A primeira delas é o grupo de fatores *ambiente sintático* em que está o particípio, o qual pode estar inserido em sentenças ativas, sentenças passivas, sintagmas nominais e predicativos¹². Conforme afirma o autor, enquanto em sentenças passivas há predominância do uso de particípios irregulares, em sentenças com predicativo há um comportamento equilibrado, aparecendo tanto particípios com terminação em *-do* como particípios com terminação em *-o*.

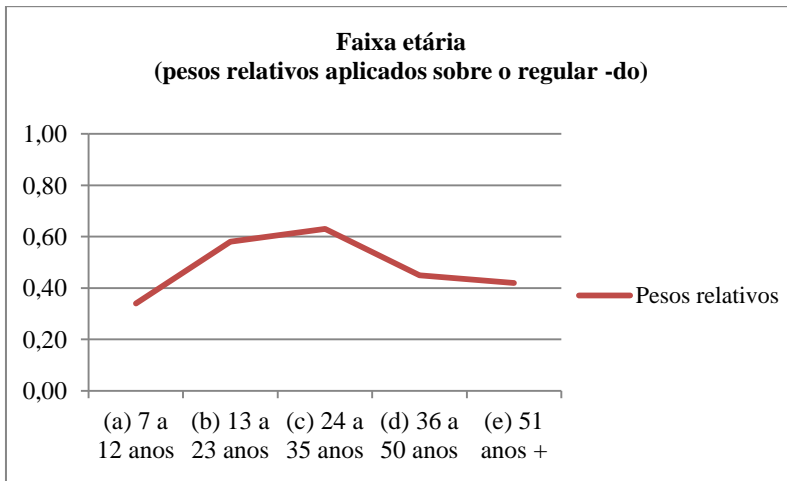
Sobre a variável *conjugação verbal*, os resultados de Barbosa (1993) apontaram para um uso maior da terminação regular em *-do* para a 1ª conjugação, depois para a 2ª conjugação e, por último, para a

¹¹ Conforme ressalta Barbosa (1993, p. 76), “marcou-se como valor de aplicação o regular (-DO)”, o que significa dizer que os pesos relativos expostos em seus resultados estão relacionados à variante *particípio regular*.

¹² A variável *ambiente sintático* – para nós *tipo de sentença* – é um fator que pretendemos expandir em pesquisas futuras, já que nosso trabalho concentra-se apenas em construções de particípios em sentenças ativas (auxiliares *ter* e *haver*) e passivas (auxiliar *ser*), isto é, não incluímos em nossa análise orações predicativas. Expandir nosso *corpus*, provavelmente, nos trará respostas mais concretas quanto ao uso de particípios regulares e irregulares, principalmente no que respeita à busca de outros auxiliares, como, por exemplo, *estar*, *ficar*, *andar* etc.

3ª conjugação. Porém, ressalta o autor, que essa projeção só seria válida se houvesse um *corpus* ideal, uma vez que os dados coletados, para este grupo de fatores, não permitiu uma igualdade no número de verbos para as três conjugações, de forma que para a 1ª conjugação foram obtidos 27 verbos, para a 2ª conjugação 15 verbos e 8 verbos para a 3ª conjugação, o que, de acordo com ele, invalida o resultado. Haveria, portanto, a necessidade de um *corpus* mais homogêneo no que respeita a essa variável.

A variável extralingüística *faixa etária* também foi significativa para indicar o uso variável dos participípios na pesquisa de Barbosa (1993), para os dados de fala, permitindo, inclusive, por meio dos pesos relativos, a formação de uma curva etária própria à variação. Essa variável foi distribuída em cinco faixas etárias, a saber, (a) de 7 a 12 anos, (b) de 13 a 23 anos, (c) de 24 a 35 anos, (d) de 36 a 50 anos e (e) a partir de 51 anos, sendo que cada um desses intervalos de idade apresentou os pesos relativos de (a) 0,34, (b) 0,58, (c) 0,63, (d) 0,45 e (e) 0,42, conforme mostra o gráfico que segue, readaptado de Barbosa (1993, p. 83):



Fonte: Barbosa (1993, p. 83)

Como é possível observar, a variação entre participípios – regulares e irregulares – se inicia mais acentuada entre os intervalos de idade de (a) e (b), variando menos entre (b) e (c) e declinado a partir de (c), embora entre (d) e (e) a curva do gráfico se mostre mais

estável, se comparada aos demais intervalos. Para o autor, tal evidência revela “um duplo caminho na mudança: de (-DO) para (-O) e de (-O) para (-DO)” (BARBOSA, 1993, p. 84), sendo que, para cada uma dessas duas *direções de mudança*¹³, parece haver fatores diferentes envolvidos.

Para a direção de mudança de *-o* para *-do*, por exemplo, segundo Barbosa (1993), a criação de particípio regular é mais provável em sentenças predicativas com o auxiliar *estar*. Ainda sobre a direção de *-o* para *-do*, os resultados de Barbosa (1993) apontam que as mulheres parecem preferir mais os particípios terminados em *-do*, o que significa dizer que, para este fenômeno linguístico, elas parecem ser mais conservadoras, contrariando outros estudos da mesma área, já que, em geral, as mulheres detêm a característica de serem mais sensíveis às mudanças em processo. Diante disso, ressalta o autor que não se arriscará “a especular sobre as razões sociológicas deste fato linguístico” (BARBOSA, 1993, p. 163) [grifos do autor].

Gostaríamos, finalmente, de chamar a atenção do leitor para os resultados de Barbosa (1993) a respeito da variável extralinguística *nível sociocultural* também significativa para a direção de mudança de *-o* para *-do*. Os resultados não poderiam ser mais interessantes. Segundo o autor, a expectativa era de que informantes com menor nível escolar criassem mais particípios com terminação em *-o*, uma vez que se esperava que os informantes mais escolarizados preferissem as formas terminadas em *-do*, julgando que teriam mais conhecimentos da variedade padrão. Mas os resultados apontaram direções diferentes: a aplicação da terminação *-do* é de 0,69 para o nível ginásial, de 0,49 para o nível primário e de 0,26 para o nível superior – sendo os pesos relativos aplicados sobre a variante *particípio regular*. Conclui então Barbosa (1993) que o uso de *-o* apresenta maior probabilidade de ocorrência em falantes com nível maior de escolaridade, fato que alguns estudos já mostram estar diretamente relacionado a questões de hipercorreção e necessidade de conservação de *status* social, por exemplo.

Barbosa (1993) conclui sua pesquisa afirmando que há uma forte tendência dos falantes a escolherem as formas irregulares de particípios terminadas em *-o*, evitando, pois, as terminações regulares,

¹³ De acordo com Barbosa (1993), não houve variáveis independentes significativas que pudessem explicar a direção de *-do* para *-o* em seu *corpus* de análise.

de maneira que novas formas são criadas, atestando a variação entre os participípios. Por outro lado, o autor assegura que essa dinâmica da língua também pode ser inversa, isto é, de *-o* para *-do*, a depender do item lexical, isto é, do verbo que constitui a frase, visto que os falantes chegam “a admitir formas altamente estigmatizadas pela norma culta” (BARBOSA, 1993, p. 190). Há, de acordo com ele, uma variação real no uso e uma variação abstrata que se revela na variação estável dessas formas, casos esses que devem ser discutidos com a ampliação do *corpus* de análise, já que este objeto não é facilmente encontrado em dados de fala real.

Em sua dissertação sobre participípios, Teixeira da Silva (2008) busca examinar a substituição da forma regular pela irregular e vice-versa, sob a possível influência de variáveis linguísticas e extralinguísticas, que podem interferir no uso da variedade padrão. Seu trabalho fala rapidamente sobre a história de origem de participípios, ainda que esse não seja o foco principal, também trata de questões da variedade padrão clássica, comparando-a ao uso efetivo da língua, além de abordar a questão da produtividade, da hipercorreção e do preconceito linguístico¹⁴. Dentre outras questões, a autora busca responder: (a) qual forma de participípio é a mais produtiva/recorrente, diante da escolha dos falantes, com o objetivo de explicar a inversão no uso de ativas e passivas; (b) como se dá a criação de novos participípios irregulares de verbos, que a gramática tradicional não considera abundantes; (c) se há influência de fatores internos e externos interferindo na aplicação da variedade padrão em sentenças ativas e passivas.

Muito semelhantemente à nossa proposta, o foco do trabalho de Teixeira da Silva (2008) é estudar a função verbal dos participípios em tempos compostos (*ter/haver*) e na voz passiva (*ser/estar*), isto é, as funções verbais participiais. Porém, enquanto nosso *corpus* de análise compõe-se de um teste de avaliação dos falantes e de dados escritos, o *corpus* da autora é formado por dados de fala do Banco VARSUL, comportando os três estados da Região Sul, nos quais a coleta de

¹⁴ Questões referentes à produtividade, à hipercorreção e ao preconceito linguístico serão tratadas apenas com apoio nos trabalhos dos autores aqui expostos. Uma discussão efetivamente nossa, principalmente com respeito às duas primeiras propriedades, será organizada em futuros trabalhos, uma vez que nosso foco nesta pesquisa é apenas levantar dados, com a finalidade de constatar a frequência no uso, bem como conhecer quais são os condicionadores envolvidos.

dados restringe-se a informantes com até nove anos de escolaridade, mais um teste de produtividade aplicado a informantes de nível superior completo ou em andamento, da cidade de Porto Alegre – RS.

De acordo com Teixeira da Silva (2008), o objetivo do teste de produtividade é entender se as novas palavras criadas pelos falantes, que aparecem na modalidade falada, estão baseadas em regularidades da língua ou se são aleatórias ou caóticas. Diante disso, a autora mostra que os novos participios criados têm base em outras formas verbais da língua, do léxico (BASÍLIO, 1980), ou seja, que há regularidade, inclusive na irregularidade, como já defendeu Camara Jr. (2005 [1970]). Considera também que essas novas formas são regulares e sistemáticas, obedecendo a padrões de produtividade do português, sendo, portanto, um processo criativo do falante (cf. CRYSTAL, 1985 *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008).

Antes de continuarmos a exposição do estudo de Teixeira da Silva (2008), gostaríamos de trazer alguns conceitos pertinentes a esta pesquisa a respeito da criatividade e da competência lexical do falante, bem como da questão da produtividade, conceitos tomados por esta autora, com base em Basílio (1980). Em seu livro *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*, Basílio (1980) trata a morfologia derivacional com base na teoria gerativa transformacional, afirmando que esta teoria, mais do que a gramática tradicional e o estruturalismo, representa o conhecimento subjacente ao uso criativo da linguagem pelo falante, de maneira que o gerativismo traz a noção de competência, isto é, “o conhecimento que o falante tem de sua língua enquanto falante nativo” (BASÍLIO, 1980, p. 8). Segundo a autora, os estudos de morfologia derivacional calcados numa abordagem gerativa se desenvolveram com a hipótese lexicalista, na qual pares do tipo nome/verbo, como, por exemplo, *afirmar/afirmação*, estariam relacionados ao léxico. No entanto, o conhecimento de língua até então concebido, que estava relacionado à capacidade do falante em descrever e estruturar sentenças, não era suficiente para explicar a competência lexical.

A competência lexical, de acordo com Basílio (1980), não está baseada apenas no conhecimento do falante a respeito dos itens lexicais de sua língua, mas também a um conjunto de regras que rege este léxico, bem como ao bloqueio (BASÍLIO, 1980 *apud* ARONOFF, 1976) de determinados itens. Isso significa dizer que o falante, com base numa lista de itens lexicais que domina, pode analisar e relacionar palavras existentes no léxico, formando, assim, novas

palavras. Diante disso, a hipótese lexicalista começou a se concentrar “em regras de formação de palavras, isto é, regras que podem formar novas palavras na língua, ou em regras de redundância lexical, isto é, regras que expressam generalizações entre itens já existentes no léxico” (BASÍLIO, 1980, p. 10). Porém, segundo a autora, não se trata de simplesmente criar novas palavras, pois o conhecimento do falante também contém a noção de restrição, que bloqueia a formação de determinados itens, por já existirem na língua outros itens que exercem a mesma função, o que evitaria a formação de formas duplas. Mas, como Basílio (1980) ressalta, o bloqueio nem sempre impede a formação de palavras com funções bastante semelhantes. Para exemplificar, a autora traz a palavra *juízo*, que bloqueia a entrada da palavra **juízo* no léxico, embora pudesse ser aceita pelos falantes, com base nas regras de formação de palavras. Acrescenta também a autora que, uma vez adquirida, a regra de redundância lexical, é potencialmente produtiva, mas apenas os fatos linguísticos irão mostrar se ela realmente se tornou produtiva.

Pensemos novamente nos participípios duplos. A formação de novos participípios para verbos que apresentam um único participípio é bastante curiosa se levarmos em conta a noção de bloqueio. Sabemos que na prática da língua, as coisas não funcionam exatamente dessa maneira, pois, se assim fosse, então poderíamos afirmar que a língua bloquearia a entrada de um novo participípio para o verbo *chegar*, por exemplo, já que há a forma *chegado*. Mais que isso, não haveria uma seção nas gramáticas para se explicar os verbos abundantes, pois a língua, rapidamente, eliminaria uma das formas de participípio. A nosso ver, a substituição do participípio regular pelo irregular e vice-versa, em muitos casos, conserva o mesmo significado referencial da sentença. É o que ocorre, por exemplo, com a substituição da forma *imprimido* pela forma *impresso* em *A secretária tinha imprimido/impresso o arquivo* e em *O arquivo foi imprimido/impresso pela secretária*. Parece que, de fato, em ambas as sentenças – ativa e passiva –, não há perda de significado.

Ademais, há verbos que, há tempos, mantêm os dois participípios e tantos outros que, atualmente, permitem a criação de formas irregulares – como *chego*, *trago*, *perco* etc. Diante disso, poderíamos, pensar, então, que (i) ou os participípios duplos desses verbos não são *totalmente* intercambiáveis na língua (ii) ou que eles existem por atuarem em distribuição complementar – na voz ativa e na voz passiva –, ou ainda (iii) que os participípios duplos se mantêm por conta da

escolha dos falantes em situações mais ou menos formais. Esta última razão remete à questão do estilo do falante, pois parece que o uso mais ou menos formal pode selecionar uma ou outra forma de particípio – talvez a forma irregular seja usada em situações mais monitoradas e as regulares em situações de menor monitoramento. Já a razão expressa em (ii), por exemplo, não explicaria nossas questões, por que estamos defendendo desde o princípio desta pesquisa que os particípios duplos não estão nem em distribuição complementar – já que o uso aponta formas regulares e irregulares tanto em sentenças ativas como em passivas – nem em variação livre – pois acreditamos haver motivações linguísticas e/ou extralinguísticas que expliquem tal variação. Da mesma maneira, a possibilidade em (i) não poderia ser aceita, porque parece que o próprio uso aponta a substituição de uma forma pela outra sem prejudicar a informação do enunciado. Esta questão será novamente discutida a partir das reflexões de Teixeira da Silva (2008). Retomemos a discussão.

Teixeira da Silva (2008) traz reflexões a respeito da questão da produtividade: embora linguistas, como, por exemplo, Basílio (1980), considerem a produtividade uma propriedade muito mais da derivação do que da flexão – já que o significado desta é bastante regular e previsível –, tal fenômeno é bastante coerente no que diz respeito à formação de particípios, pois permite gerar padrões de formação (KATAMBA, 1993 *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008). Teixeira da Silva (2008) também afirma que nem sempre o bloqueio funciona, já que muitos particípios irregulares estão sendo criados pelos falantes para verbos que têm particípio regular. Sendo assim, mesmo concordando que a produtividade tenha mais campo de discussão na derivação, a autora prefere defender “que a criação de novos verbos e novas formas de particípios em português esteja diretamente relacionada a padrões de produtividade” (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 36).

A hipótese da autora é que as novas formas irregulares seguem um padrão regular da própria língua, de maneira que *chego*, *fico* e *salgo*¹⁵ – nas construções, por exemplo, *tinha chego*, *tinha fico* e *tinha salgo* – seriam particípios criados por analogia a outras formas irregulares pertencentes ao léxico como, por exemplo, *pego*, *dito* e *salvo*, relação esta que aponta para a competência do falante. Para

¹⁵ Os particípios *chego*, *fico* e *salgo* apareceram nos testes de produtividade realizados por Teixeira da Silva (2008), confirmando a possibilidade de criação de novas formas a partir de outras existentes no léxico.

Teixeira da Silva (2008), formas participiais novas como, por exemplo, *chego, fico e salgo*, “têm como objetivo implícito dar conta de novas situações e conceitos diretamente relacionados à busca da identidade linguística” do falante (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 37). Vale a pena ressaltamos que o teste aplicado pela autora contou também com verbos hipotéticos para as três conjugações verbais, como, por exemplo, **bongar* semelhante a *pingar*, **catender* semelhante a *atender* e **casorir* semelhante a *colorir*, justamente para tentar depreender regularidade na formação de novos participípios.

Outro tema abordado por Teixeira da Silva (2008) quanto à produtividade é a simplificação de formas duplas. Embora esse termo se aplique a casos sinônimos, a autora usa-o para tentar explicar que o fato de os falantes preferirem as formas irregulares de participípio, de maneira geral, pode garantir a eliminação de participípios duplos, nos casos compostos por verbos abundantes, para aquelas formas que não se encontram em distribuição complementar:

Em outras palavras, quando duas formas de participípio de um mesmo verbo podem ocorrer nos mesmos contextos sem prejuízo ao significado, uma delas pode tender a desaparecer ou cair em desuso, como, por exemplo, o verbo *pagar*, que veio do latim para o português apenas com o participípio regular *pacatum* e, no decorrer do tempo, teve seu participípio regular suplantado pela nova forma irregular *pago*, exclusiva do português. (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 38)

Segundo a autora, a língua tende a eliminar sinônimos perfeitos, o que leva ao princípio da economia linguística (CORREIA, 1995 *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008). Mas há duas questões aqui que merecem ser discutidas por nós. A primeira delas é a respeito da suplantação do verbo *pagar*. Aceitar essa possibilidade é bastante comprometedor, pois corremos o risco de eliminar as possibilidades de uso da forma *pagado*, tanto na fala quanto na escrita e, como temos proposto, este verbo ainda é abundante no português, embora muitos gramáticos não concordem com essa afirmação. Portanto, defendemos que, se no início, para este verbo, apenas existia a forma regular, hoje existem ambas, regular e irregular. A existência dessas duas formas – *pagado* e *pago* – levaria à segunda questão: não necessariamente a

forma *pagado* cairá em desuso, já que não entendemos os participípios duplos como sinônimos perfeitos, embora reconhecamos o fato de apresentarem, em determinadas sentenças, significados bastante próximos. É possível, sim, que ambas as formas permaneçam na língua, contrariando, de certa maneira, o princípio da economia linguística, que prevê a eliminação de uma das formas. Obviamente essa discussão pode ser estendida a outros itens lexicais, como, por exemplo, os verbos *ganhar*, *salvar* e *imprimir*, dentre outros, já que igualmente apresentam resultados bastante semelhantes, em muitos contextos.

Para concluirmos a discussão da autora, com respeito à produtividade, argumentamos, juntamente com Teixeira da Silva (2008, p. 39) que “a formação de participípios irregulares (rizotônicos) é dinâmica e tende a crescer, pois, além de produtivas, elas obedecem a um padrão bem regular de formação”, regularidade tal que, de acordo com Camara Jr. (1972 *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008), deve-se fazer evitar o uso da expressão *irregulares*.

Além da produtividade, a hipercorreção também pode explicar, segundo Teixeira da Silva (2008), a criação de novos participípios irregulares no português, visto que é motivada por questões sociais.

[...] as formas irregulares detêm o *status* de formas pertencentes ao léxico das pessoas com um nível sociocultural mais elevado. Assim, a fim de alcançar o mesmo *status*, alguns falantes acabam criando novos participípios irregulares, incorrendo, na maioria das vezes, num fenômeno de hipercorreção. (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 40).

Para Crystal (1985 *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008), o uso da hipercorreção ocorre quando o usuário de uma variante não padrão tenta usar uma variante padrão, todavia para Teixeira da Silva (2008) há, não somente uma, mas duas razões para que esse fenômeno ocorra: (a) quando um falante de uma variante não padrão tenta usar uma variante padrão e (b) quando o usuário de uma variante de prestígio se excede, corrigindo seu próprio modo de falar. Assim, esse fenômeno ocorre não apenas com pessoas de menos escolaridade, mas também com pessoas em ascensão social, visto que a classe superior, em sua pesquisa, por exemplo, apresentou mais inovações, o que

remete, novamente, à identidade do indivíduo e a seu *status* dentro da sociedade.

Gostaríamos de somar à discussão da autora por meio de algumas reflexões. O fenômeno da hipercorreção é bastante comum em nossa língua. Podemos citar a concordância com o verbo *haver*, significando *existir*. De acordo com a variedade padrão, tal verbo deve permanecer no singular em sentenças do tipo *Havia muitos estudantes no evento*, contrapondo com o plural em *Existiam muitos estudantes no evento*, pois, enquanto *existir* é um verbo que deve concordar em número com seu sujeito [muitos estudantes], o verbo *haver*, nesse caso, é impessoal, devendo permanecer na 3ª pessoa do singular. Com base nisso, a sentença *Havia muitos estudantes no evento* deve ser interpretada como uma oração sem sujeito. Porém, é bastante comum ouvirmos pessoas concordando o verbo *haver* em sentenças como essa, justamente pelo fato de os falantes serem cobrados a todo instante sobre a concordância de plural, de forma que se corrigem em casos que, em princípio, não deveriam, resultando numa hipercorreção, ao colocarem, nessa mesma sentença, o verbo *haver* no plural: *Haviam muitos estudantes no evento*.

É interessante perceber que, de maneira geral, é mais habitual presenciarmos correções para quem fala *Faz dois anos que me formei*, do que para quem faz concordância com o verbo *fazer*, falando *Fazem dois anos que me formei*. Aqui, da mesma forma, segundo a variedade padrão, o verbo *fazer*, indicando tempo decorrido, é impessoal, ou seja, não deve concordar, já que se trata de uma oração sem sujeito. Essa breve discussão sobre verbos impessoais do português nos permite compreender melhor o que ocorre com as formas irregulares de participípios. Acreditamos que o fato de muitos de nós, durante a infância, sermos corrigidos ao falar *escrevido*, *descobrido* e *abrido*, contribui para que os participípios irregulares dessas formas – *escrito*, *descoberto* e *aberto*, nessa ordem – carreguem maior *status* em nossa língua a tal ponto de tornarmos verbos de um único participípio em verbos abundantes, como tem ocorrido com o verbo *trazer*. Muitas pessoas já não querem mais falar, por exemplo, *tinha trazido*, porque acreditam que essa forma está errada ou simplesmente porque a consideram “feia”, preferindo *tinha trago*, criando, pois, uma forma irregular para esse verbo. Sendo assim, é possível que seja mais natural sermos corrigidos quando falarmos *trazido* do que quando falarmos *trago*, em muitas situações.

Segundo Teixeira da Silva (2008), essa necessidade de se conhecer as formas irregulares, de se saber falá-las, talvez tenha provocado o aparecimento de outros participípios irregulares no português brasileiro. As novas criações, por sua vez, acabam por gerar exageros, percebidos por pessoas “mais cultas”, que criticam tais atitudes sem, muitas vezes, perceber que se trata de uma atitude social em busca de prestígio, o que gera, de certa forma, preconceito linguístico. A autora defende que o falante acomoda e ajusta sua fala de acordo com a situação – formal ou informal –, ao passo que a tendência dos gramatiqueros, quanto a neologismos, é considerar *tinha chego*, falada por pessoas cultas, menos errada do que *tinha abrido*, falada por pessoas de baixa escolaridade.

Sobre os participípios, Teixeira da Silva (2008) afirma que seu trabalho investiga a regularidade de um fenômeno tipicamente alternante, interessando-se pela frequência de uso do participípio irregular, com foco em verbos irregulares, na interface fonologia-morfologia. O resultado geral de sua pesquisa mostrou que, tanto para os *dados de fala* quanto para o *teste de produtividade*, o uso de participípios *regulares* foi maior, apresentando uma frequência de 85% para os dados do VARSUL e de 54% para os testes. Devemos lembrar, todavia, que a autora não trabalha apenas com verbos abundantes, mas também com verbos de participípio único – regular ou irregular –, bem como com verbos hipotéticos, nos testes.

No que respeita à formação do verbo, isto é, às construções ativas e passivas, os dados de fala mostraram que os informantes de baixa escolaridade, em geral, obedeceram à norma padrão, usando preferencialmente participípios regulares para sentenças ativas e participípios irregulares para sentenças passivas, aparecendo nessas construções apenas a forma nova *chego*. Por outro lado, o teste de produtividade mostrou que informantes de nível escolar mais elevado são os que mais criam formas novas, visto que foram marcadas nos testes alternativas como do tipo *tinha chego*, *tinha fico*, *tinha atento*, *tinha abarco*, *foi salgo*, *tinha sirvo*, *tinha peço*, *tinha cobrido*, *tinha abrido*, *foi extinguido*, *foi imprimido*, *foi suspedido* e *foi prescrevido*. Além disso, os resultados mostraram que esses mesmos informantes não usam com frequência a construção canônica para ativas e passivas, resultado que contrariou a hipótese da autora. Quanto à obediência às regras normativas referentes ao tempo composto e à voz passiva, o resultado da análise quantitativa mostrou que os falantes com baixa escolaridade seguem mais a norma do que os de alta

escolaridade, justamente pelo fato de estes usarem mais alternância nas construções.

Sobre os verbos hipotéticos aplicados no teste, Teixeira da Silva (2008) afirma que, para verbos desconhecidos, os falantes ainda preferem as formas regulares de particípio, seguindo o padrão geral do português, com frequência de 70%, o que segundo a autora, não diminui a importância dos 30% de formas irregulares criadas, um percentual significativo em se tratando de verbos hipotéticos. Finalmente, a autora conclui que as gramáticas não registram o uso efetivo de participípios em nossa língua e insistem em apontar regras de distribuição complementar para as construções ativas e passivas.

A discussão sobre variação nos participípios duplos que constituem sentenças ativas e passivas também é tomada por Mória (2004). Segundo o autor, há áreas problemáticas para a normalização da língua, e os verbos abundantes no particípio compõem uma dessas áreas, justamente por gerar contradições e conflitos: contradições porque se observa no uso um tipo de generalização e nas gramáticas outro, e conflitos porque a norma impõe um tipo de regularidade e o sistema gramatical prevê outro. O autor também aponta o problema de delimitação da fronteira entre o que é uma inovação linguística e o que é um desvio linguístico, fato que ainda é agravado por conta da desatualização dos instrumentos de normalização linguística.

Como vimos, não há um consenso entre gramáticas quando o assunto é *construção de sentenças ativas e passivas com participípios duplos*, e é justamente isso que Mória (2004) irá explorar, pois mesmo que dicionários, prontuários e gramáticas tentem generalizar a regra com cuidado para não imporem determinados tipos de construções, caem num desajuste, uma vez que a aplicação da regra geral pode causar até certa agramaticalidade, como, por exemplo, ocorre com os verbos *benzer*, *absolver* e *tingir*. Como o leitor deve saber, esses verbos apresentam, respectivamente, os participípios *benzido/bento*, *absolvido/absolto* e *tingido/tinto*. Para Mória (2004), as frases **O novo edifício foi bento pelo padre*, **O réu foi assolto* e **As calças foram tintas de azul* são agramaticais, por conta do estranhamento que causam. De acordo com o autor, tal estranhamento se dá pelo fato de *bento*, *absolto* e *tinto* serem, para o português atual, adjetivos independentes, embora em algum momento histórico tenham sido associados a participípios verbais. Sendo assim, o autor deseja mostrar que os compêndios gramaticais ainda trazem listas – às vezes longas, às vezes curtas – de participípios duplos de verbos que já não são mais

usados e se esquecem de atualizar essa mesma lista, apontando novos participípios que se comprovam no uso.

A verdade é que não é difícil de encontrar autores que, quando falam de participípios, comentam que determinadas formas são adjetivos e, portanto, não devem aparecer em sentenças ativas ou passivas. Ocorre aqui um movimento inverso? Se participípios verbais como *bento*, *absolto* e *tinto* são hoje considerados, intuitivamente, apenas adjetivos, não podem alguns adjetivos estarem sendo associados a participípios verbais hoje? Esse fato é observado com a forma *impresso*, que pode ser tanto substantivo – *o impresso* – como adjetivo – *convite impresso* –, além de estar assumindo atualmente propriedade verbal – *ter impresso*. De fato, as gramáticas precisam se atualizar: não há mais o porquê de manter *tinto* como participípio, tampouco de não acrescentar *impresso* na lista de participípios verbais.

Dentre algumas construções novas, retiradas de pesquisas empíricas¹⁶ feitas pelo autor, gostaríamos de compartilhar estas: *Na noite de sexta-feira, já a LPN tinha solto na área da Ribeira de Divor [...]; O acompanhamento é difícil, como se alguém tivesse envolto as colunas [...]; [...] de um desconhecido que (...) tinha aceso o isqueiro [...]*. Como é possível observar, as três sentenças são casos de voz ativa construídas com participípios irregulares, para verbos que apresentam dois participípios.

Móia (2004) defende que a questão dos participípios duplos, além de gerar dúvidas no uso, origina, inclusive, problemas de ordem maior, como, por exemplo, no ensino da língua portuguesa, especialmente para falantes não nativos. O autor reforça, então, sobre construções com o auxiliares *ter* e *ser* que

A questão crucial para a análise é que os verbos de participípio duplo não se comportam todos da mesma maneira, usando o participípio regular num caso e o participípio irregular no outro. Para cada um dos dois contextos relevantes, há uma gradação na tendência para o uso maior ou menor de um dos participípios. E registam-se

¹⁶ A análise de Móia (2004) foi feita com base no *corpus* CETEMPúblico (*Corpus* de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público), constituído por aproximadamente 180 milhões de palavras em português europeu, criado pelo projeto Processamento computacional do português, que deu origem à Linguateca, após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), em abril de 2000.

mesmo tendências contrárias às generalizações das gramáticas: há verbos cujo participípio irregular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ter*) e há verbos cujo participípio regular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ser*). Em suma, as acentuadas diferenças de uso (para um mesmo contexto sintático) conduzem-nos necessariamente a tipologias não binárias, que os instrumentos de normalização linguística deveriam integrar. (MÓIA, 2004, p. 117-118)

Segundo ele, há uma hierarquização de preferências, que varia de verbo para verbo, defendida também por Said Ali (1964 [1931]) e Bechara (2001 [1999]), por exemplo, que deve ser ainda mais transparecida pelas gramáticas escolares e pelos manuais de ensino, contemplando também as inovações, de maneira a atualizar a norma padrão. Assim, para Mória (2004, p. 124), tal hierarquização deve aparecer nos livros com a finalidade de informar o falante, ajudando a erradicar suas dúvidas, mostrando-lhe, por exemplo, que determinada forma “tende a desaparecer”, ou que se trata de “uma forma nova cujo uso já se difundiu, ou evidencia forte tendência para se impor”, ou até mesmo que se trata de uma “forma de uso pouco frequente e difícil normalização”. Há, portanto, de acordo com o autor, uma necessidade urgente de revisão dos instrumentos de normalização linguística, especialmente aos que envolvem o ensino, o que deve ser feito com suporte empírico, abstendo-se da idealização da língua e do conservadorismo, visto que, em muitos casos, o ideal está bastante distante do uso real.

Como bem nos alertou Mória (2004), o ensino da língua portuguesa está bastante desatualizado e, como nos mostra Barbosa (2009 [2007]), o problema não está no fato de se ensinar a língua padrão nas escolas, mas de dar exclusividade a ela, pois se trata de uma variante artificial, que gera um ensino inconsciente. Castilho (2000 *apud* BARBOSA, 2009 [2007]) aponta que há uma crise social permanente no Brasil que proporciona uma crise no ensino: o deslocamento da população do campo para a cidade. Segundo o autor, já em 1970, 80% da população brasileira era considerada urbana, ou seja, se antes havia poucos alunos, agora uma grande massa começa a frequentar as escolas. Porém, com a chegada desses novos alunos, novos hábitos linguísticos também aparecem, isto é, aparece uma

variedade de outros dialetos, e o preconceito linguístico, nesse ínterim, torna-se cada vez mais evidente dentro da sala de aula, uma vez que os usos populares e do interior começaram a ser estigmatizados por determinados grupos sociais.

Como defende Barbosa (2009 [2007], p. 34), diversas condenações no uso oral e escrito só fazem sentido quando o propósito é treinar a modalidade padrão, de maneira que o “afastamento de uma convenção [...] não poderia ser visto como um erro”, mas como mais uma variedade da língua. Assim, o *erro gramatical* deve ser apontado ao aluno, porque este precisa conhecer uma nova variedade, acrescentando a ele um novo conhecimento, porém deve ficar claro ao aluno que escrever *Encontrei ele em casa*, em vez de *Encontrei-o em casa*, não se trata de um *erro na língua*, visto que a historicidade garante esse fato linguístico, não precisando ser corrigido em todas as situações.

Barbosa (2009 [2007]) assegura também que existem três *saberes* relacionados à escola: o *saber linguístico da norma vernácula*, que é o conhecimento que o falante tem de sua língua, algo que lhe é inato e que é compartilhado por uma comunidade ou região; o *saber linguístico descritivo/prescritivo*, que é partilhado por todo o Ocidente, isto é, os modelos greco-romanos gramaticais, encontrados nas gramáticas tradicionais; e o *saber linguístico presente em sala de aula*, que é ensinado aos professores nos cursos superiores, sob o aparato de várias abordagens e teorias linguísticas, já que há uma infinidade de sentenças que não podem ser explicadas apenas com base na gramática tradicional. Esses *saberes*, para o autor, devem estar claros, para o professor, já que todos têm seu valor e sua importância no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, quando um aluno pergunta se isto ou aquilo está certo, outras questões devem ser levantadas: *o que dizem os falantes?*, *o que diz a tradição gramatical?*, *o que dizem as pesquisas linguísticas?*, pois os três saberes têm suas contribuições para a resposta. Sendo assim,

Para efetuarmos uma ponderação avaliativa do tipo *certo e errado*, precisamos ter consciência dos *saberes* envolvidos nas respostas possíveis. Não adiantará responder que está errado e mostrar a regra em uma gramática tradicional qualquer, se o aluno pode encontrar uma outra gramática que apresente o problema tratado

diferentemente. (BARBOSA, 2009 [2007], p. 37) [grifos do autor]

E este fato temos comprovado com o estudo de nosso objeto, pois a maior parte das gramáticas pesquisadas traz regras diferentes para o uso de participípios duplos em sentenças ativas e passivas, e não somente isso, pois inclusive os verbos considerados abundantes não são os mesmos na maioria delas.

Como já apontamos, Barbosa (1993) apresenta um estudo variacionista sobre o uso das formas de participípio na fala carioca, ao que aponta duas tendências de criação de novos participípios, a saber, (i) por analogia à primeira pessoa do singular do presente do indicativo, com terminação em *-o*, e outra, contrária a esta, que seria (ii) o uso da forma regular *-do* com os auxiliares *ser* e *estar*, quando a norma padrão pede o uso da forma irregular. Segundo o autor, o professor deve estar atento ao uso, ou seja, não deve conhecer apenas a norma padrão, mas a *norma local* de sua comunidade, onde estão inseridos seus alunos, pois “se há a pretensão de comunicar ao aluno a variante padrão escolar, um dos primeiros passos é tornar o aluno consciente de quais seriam seus usos locais que podem diferir do uso convencionado padrão” (BARBOSA, 2009 [2007], p. 43), para então ir em busca do que falam as gramáticas a respeito destes dados linguísticos, conscientizando-se das contradições que estes manuais poderão apresentar.

E os resultados podem ser bastante interessantes, pois, se para determinadas regiões construções do tipo *tinha trago* e *tinha perco* são estranhas, para outras elas podem ser mais bem avaliadas do que *tinha trazido* e *tinha perdido*, embora estas duas últimas sejam as registradas pela gramática tradicional. Assim, o que interessa mostrar aos alunos é que *trago*, *chego* e *perco*, por exemplo, são dados reais de fala e, portanto, gramaticais, que parecem estar inseridos em um novo padrão geral com terminação em *-o* (cf. CAMARA JR., 2005 [1970]). Por outro lado, professores e alunos poderão descobrir que a tendência de sua norma local é criar também, para determinados verbos, participípios terminados em *-do*, como, por exemplo, *descobrido*, *escrevido* etc. E para ilustrar a importância que se tem dado às gramáticas prescritivas, ou qualquer uma outra que pretenda descrever *todos* os fatos da língua, gostaríamos de expor aqui as palavras do próprio autor:

Se a gramática tradicional for entendida como a descrição da língua portuguesa, como ficarão todos os usos não descritos? Todos errados? Isso seria como se botânicos lançassem um livro com todas as espécies de vegetais que eles conseguiram catalogar na Amazônia e as pessoas pensassem que uma espécie não encontrada no livro não pudesse existir na floresta. (BARBOSA, 2009 [2007], p. 41)

Essa ilustração apenas revela o verdadeiro absurdo que têm se tornado as aulas de língua portuguesa, na tentativa de esmiuçar e esgotar todas as possibilidades linguísticas, em um só livro, prejudicando, assim, o ensino, bem como limitando o pensar do aluno, com base em suas intuições e usos, uma perda incalculável.

A próxima seção tem como propósito apresentar e, ao mesmo tempo, denunciar essa tentativa das gramáticas de padronizar a língua falada, com base na modalidade escrita, o que resulta frustração de conceitos que nem sempre se complementam e, como vimos, acabam por prejudicar o ensino. Porém, nós, estudantes e professores de língua portuguesa, precisamos nos inteirar do que dizem as gramáticas, a respeito dos particípios duplos, com a finalidade de usar as discussões e as reflexões ali apresentadas também como suporte dentro de sala de aula.

1.2. Descrevendo particípios duplos: o que dizem algumas gramáticas

Esta seção está reservada para a exposição das regras apresentadas por algumas gramáticas no que diz respeito a construções de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes. Embora não haja um consenso entre os autores consultados quanto ao número de verbos abundantes no português, podemos afirmar que existem, no mínimo, vinte e cinco verbos com particípios duplos em nossa língua registrados em grande parte dessas gramáticas. Como nosso objetivo geral é atestar a variação no uso das formas regulares e irregulares, decidimos escolher apenas doze verbos com tais características, sendo três deles canônicos, ou seja, registrados como verbos abundantes em gramáticas atuais e nove não considerados abundantes por algumas dessas mesmas gramáticas. São eles: *salvar*,

imprimir, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir, escrever, chegar, trazer e descobrir.

Talvez o leitor tenha facilidade em identificar quais desses verbos são canônicos e quais não são: os três primeiros verbos de nossa lista – *salvar, imprimir e entregar* – são os únicos ainda considerados abundantes por algumas gramáticas atuais, já quanto aos verbos *pagar, ganhar, gastar e pegar* não há uma opinião comum entre as gramáticas consultadas, sendo que os demais – *abrir, escrever, chegar, trazer e descobrir* –, com exceção dos verbos *chegar, trazer e descobrir*, foram considerados abundantes em alguns momentos da história da língua, não necessariamente por todos os autores estudados, como iremos ver adiante.

É importante ressaltar que a escolha desses verbos não se deu de forma aleatória. Nossa finalidade é atestar se de fato verbos como, por exemplo, *pagar, ganhar e gastar*, não são mais usados em suas formas regulares *pagado, ganhado e gastado*, como insistem muitos gramáticos. Nossa curiosidade também nos levou a escolher verbos que, embora registrados como abundantes por algumas gramáticas antigas, não foram reconhecidos atualmente nem mesmo como verbos que outrora tiveram mais de um particípio, como é o caso dos verbos *abrir e escrever*. Além disso, nosso objetivo é também estudar verbos que nunca foram registrados pelas gramáticas consultadas como abundantes, como, por exemplo, os verbos *chegar, trazer e descobrir*, embora saibamos que, pelo menos na fala, se apresentam com mais de um particípio. E com relação aos verbos canônicos *salvar, imprimir e entregar*, gostaríamos de confrontar seu uso na língua com as regras de algumas gramáticas apresentadas pelos diferentes autores estudados, sobre a construção de sentenças ativas e passivas, a fim de registrar se realmente os falantes são sensíveis a essas regras.

Iniciaremos esta seção observando o que cada autor afirma a respeito das construções de sentenças ativas – auxiliares *ter* e/ou *haver* – e passivas – auxiliar *ser* – com verbos abundantes no particípio. Barboza (1830), em sua *Gramática Filosófica*, por exemplo, afirma que “não se póde estabelecer huma regra fixa e universal” (BARBOZA, 1830, p. 299) para esses tipos de construções, mas que, em geral, a forma regular – a que chama de primeira forma – é conjugada com o auxiliar *ter*, mantendo-se invariável¹⁷, mas também

¹⁷ A título de curiosidade, Barboza (1830) mostra que outrora os particípios se flexionavam em gênero e número também em sentenças ativas, sendo chamados particípios ativos, o que ainda ocorre com os particípios passivos,

se combina com o auxiliar *ser*, concordando em gênero e número. Segundo o autor, os participios irregulares – a que chama de segunda forma – “são mais huns adjectivos verbaes do que participios” (BARBOZA, 1830, p. 299), por isso se combinam bem com o auxiliar *ser*, pois “indicação huma qualidade subsistente no sujeito” (BARBOZA, 1830, p. 299), mas destaca que algumas dessas formas irregulares adjetivas ganham sentido ativo, ao serem conjugadas com o auxiliar *ter*, como, por exemplo, em *tenho entregue*, *tenho escrito*, *tenho gasto* e *tenho pago*, isto é, este autor admite que as formas irregulares podem ser usadas com os auxiliares *ter* e *ser*. Barboza (1830) registra que era comum o uso de participios regulares também com o auxiliar *ser* como, por exemplo, *foi imprimido*, *foi gastado* e *foi pagado*, já que não existiam suas respectivas formas irregulares ou “contractas”, como ele mesmo as nomeia. Diante disso, podemos constatar que o autor admite ambas as formas de participios – regulares e irregulares – com os auxiliares *ter* e *ser*.

Pereira (1946 [1926]), muito semelhantemente, afirma em sua *Gramática Expositiva*, que, de maneira geral, usa-se a forma regular de participio na voz ativa, com os auxiliares *ter* e *haver*, e a forma irregular com os auxiliares *ser* e *estar*¹⁸, na voz passiva. Diante disso, ele destaca que alguns verbos permitem o uso da forma irregular também em sentenças ativas como, por exemplo, *pago*, *ganho*, *gasto*, *impresso* e *salvo*, ou seja, são formas empregadas inclusive com os auxiliares *ter* e *haver*. De igual modo, afirma que as formas regulares *ganhado*, *gastado*, *imprimido*, dentre outras, podem ser empregadas na voz passiva. Achamos curioso relatar aqui que há, em sua lista, 188 verbos abundantes!¹⁹

os quais assumem a função de predicativos/adjetivo, em sentenças com o auxiliar *ser*. Dentre os exemplos apresentados pelo autor, podemos citar *La penitencia que ha recebida*, em que há concordância entre o substantivo *penitencia* e o participio *recebida*, “uma practica mais antiga” (BARBOZA, 1830, p. 289).

¹⁸ É interessante observar que nem todos os autores consideram as construções com o verbo auxiliar *estar* como voz passiva, mas apenas as construções com o verbo *ser*.

¹⁹ Mais curioso ainda é o fato de Pereira (1946 [1926]) colocar como verbo abundante, além do verbo *cobrir*, também o verbo *fazer*, considerando não apenas *coberto* e *feito* como participios, mas também *cobrido* e *fazido*, ressaltando, porém, que se tratam de formas desusadas.

Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], p. 92), sobre construções de sentenças ativas e passivas, diz que “Nas combinações com *ser* (voz passiva) e com *ter* ou *haver* (voz ativa) varia o emprêgo dos participios duplos conforme o verbo”, admitindo, assim, variação no uso das formas regulares e irregulares. Admite também, portanto, que não há uma regra única para todos os verbos abundantes portugueses. Porém, tenta delimitar a construção de vários deles, como veremos mais adiante, quando tratarmos de alguns desses verbos como participios duplos.

Já Rocha Lima (2005 [1972]) afirma existirem inúmeros verbos auxiliares no português, os quais formam os chamados tempos compostos, porém, destaca o autor que os auxiliares *ter* e *haver*, que formam a voz ativa, e o auxiliar *ser*, que forma a voz passiva, são os principais. Ao tratar de verbos abundantes no participio, ele faz uma lista, dividindo-a de acordo com as conjugações verbais, informando que o participio regular de alguns dos verbos citados como, por exemplo, *aceitar*, *eleger* e *salvar*, podem ser empregados em sentenças ativas “e o participio irregular, não só ao lado de *ter*, mas também de *ser*” (ROCHA LIMA, 2005 [1972], p. 170). Desse modo, ele admite construções do tipo *tinha aceitado*, *tinha aceito* e também *foi aceito*, mas não admite o tempo composto *foi aceitado* para este mesmo verbo, isto é, ele desaprova a construção *ser + participio regular*, porém aceita, de modo geral, *ter + participio regular* e *ter + participio irregular*.

Na construção de tempos compostos da voz ativa, segundo Cunha e Cintra (2001), usam-se os verbos auxiliares *ter* e *haver* mais a forma regular de participio, já na constituição dos tempos da voz passiva, formadas com o verbo auxiliar *ser*, deve-se usar, preferencialmente, a forma irregular, o que sugere a possibilidade de a voz passiva também ser constituída de formas regulares. Mais adiante os autores mostram a quais verbos a construção *ser + participio regular* é permitida, uma vez que tal liberdade não alcança todos os verbos abundantes. Ademais, é importante ressaltar que, embora os autores reconheçam a variação entre as formas regulares e irregulares em passivas, para alguns casos, não estendem essa possibilidade para a voz ativa, de forma que construções do tipo *tinham eleito* não são legítimas para eles. A discussão desses autores sobre verbos abundantes é bastante breve, não citando regras para a maioria dos verbos abundantes que iremos analisar.

Ao tratar das vozes ativa e passiva, Bechara (2001 [1999], p. 222) afirma que quando “o verbo se apresenta normalmente para indicar que a pessoa a que se refere é o *agente* da ação” se trata da voz ativa como, por exemplo, em *Eu escrevo a carta*, ou seja, construções ativas não se dão necessariamente com os verbos *ter/haver* + *particípio*, como apontam alguns autores, já quando a forma verbal indica que a pessoa é o *objeto* da ação, a pessoa *paciente* da ação verbal, trata-se da voz passiva, como em *A carta é escrita por mim*. O autor chama a atenção também para que não se confunda voz passiva e passividade. Segundo ele, “Voz é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação”, ao passo que “Passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal”, podendo esta traduzir-se inclusive na voz ativa, “se o verbo tiver sentido passivo” como ocorre em *Os criminosos recebem o merecido castigo*, de modo que “nem sempre a passividade corresponde à voz passiva” (BECHARA, 2001 [1999], p. 222) [grifos do autor].

De acordo com o autor, em geral a forma regular de *particípio* é empregada com os auxiliares *ter* e *haver*, na voz ativa, e a forma irregular, que se flexiona em gênero e número, com os auxiliares *ser*, *estar* e *ficar*, na voz passiva. O diferencial deste autor, em relação aos outros, é que, embora apresente uma regra generalizada, ele reconhece a variação no uso de *particípios* regulares e irregulares de muitos verbos abundantes. Para ele, há muitos *particípios* de muitos verbos abundantes que podem variar seu uso tanto em ativas como em passivas, indiferentemente, de maneira que sua regra geral possui muitas exceções, por isso tomamos a liberdade de estendê-la, considerando que os tipos de construções *variam de verbo para verbo*.

“O *particípio* é morfologicamente versátil”, conforme assegura Azeredo (2008, p. 344), uma vez que quando está precedido dos auxiliares *ter* ou *haver*, ou seja, compondo a voz ativa, é invariável, porém quando constrói sentenças passivas se comporta analogamente como um adjetivo, ou seja, concordando em gênero e número, sendo, portanto, variável. Segundo ele, “As afinidades [...] entre o *particípio* e o adjetivo se revelam, principalmente, na aptidão de ambos para desempenharem função atributiva (adjunto adnominal) e predicativa (núcleo nominal de um predicado)”, confirmando sua semelhança com as formas adjetivas da língua. Ele diz também que as formas irregulares de verbos abundantes, que se aproximam de adjetivos, como, por exemplo, “*enxuto* (de *enxugar*), *aceso* (de *acender*), *corrupto* (de *corromper*), *imerso* (de *imersir*) [...] sempre se

emprega[m] nas ‘passivas de estado’” (AZEREDO, 2008, p. 347), além de tenderem ao uso tipicamente adjetivo, como em *lâmpada acesa*. Diante disso, entende-se que o autor sugere o uso da forma regular com os auxiliares *ter* e *haver* e as formas irregulares, que se aproximam de adjetivos, com a voz passiva.

Talvez esses exemplos apresentados pelo autor não gerem – ou gerem poucas – dúvidas ao leitor, já que *tinha enxuto*, *tinha aceso*, *tinha corrupto* e *tinha imerso* não parecem ser construções tão comuns ao PB. Mas, se formos pensar em outros verbos abundantes, será que se mantém essa mesma segurança? Por exemplo, em *candidato eleito* e em *documento salvo* não é possível analisar os adjetivos *eleito* e *salvo* como participípios verbais em *tinha eleito* e *tinha salvo*, mesmo que ambos os verbos – *eleger* e *salvar* – tenham seus participípios verbais em *-ado* equivalentes para formar sentenças ativas? Dificilmente um falante nativo do português não reconheceria essas formas como verdadeiros participípios, carregando sobre si o significado do próprio verbo que o forma. Ainda que os exemplos citados por Azeredo (2008) gerem dúvidas, ele reconhece que alguns participípios preservam suas características verbais mesmo em construções passivas, mediante a possibilidade de um *agente da passiva* como, por exemplo, em *A floresta é habitada por lobos*, em que é possível resgatar o sujeito do verbo *habitar* por meio da voz ativa.

O último gramático que iremos analisar é Perini (2010). De acordo ele, verbos abundantes possuem dois participípios distintos, a saber, um *participípio verbal* e um *participípio nominal*, sendo que, “nesses casos, a forma morfológicamente regular é sempre o participípio verbal, e o participípio nominal é irregular”²⁰ (PERINI, 2010, p. 176). Vamos explicar melhor. O verbo *acender*, por exemplo, possui os participípios *acendido* e *aceso*, participípios verbal e nominal, respectivamente, assim, enquanto esta forma se comporta como um adjetivo, variando, portanto em gênero e número como, por exemplo, em *As lâmpadas foram acesas*, aquela leva sobre si a propriedade do próprio verbo, como ocorre em *O menino tinha acendido a luz*, permanecendo, pois, invariável, bem como diretamente associada ao verbo auxiliar *ter*. Segundo o autor, os verbos que distinguem os dois

²⁰ Perini (2010, p. 178) afirma que todos os verbos têm participípio verbal, mas nem todos possuem participípio nominal, como o verbo *ser*, que não aparece com flexões do tipo **sida*, **sidas*, **sidos* etc., mas apenas na forma invariável como, por exemplo, em *tem sido* ou *temos sido*, um participípio verbal.

particípios são bem poucos, porém, trata-se “de uma tendência, com muita variação” (PERINI, 2010, p. 178). Mesmo que este autor não defina claramente regras para a formação de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes, ele assegura que, quando o particípio carrega sobre si a característica do verbo, esse particípio verbal ocorre “associado ao verbo *ter*, e só aí” (PERINI, 2010, p. 176), ao passo que o particípio nominal associa-se ao *ser*.

Com a finalidade de simplificar os tipos de construções aceitas por cada autor estudado, apresentaremos um quadro resumitivo, organizado no Quadro 1²¹.

²¹ Os itens marcados com asterisco (*) significam que o autor admite este tipo de construção para alguns verbos, não para todos.

Autor	Ativas – <i>ter/haver</i>	Passivas – <i>ser</i>
Barboza (1830)	<i>ter + particípio regular</i> <i>ter + particípio irregular</i>	<i>ser + particípio regular</i> <i>ser + particípio irregular</i>
Pereira (1946 [1926])	<i>ter + particípio regular</i> <i>ter + particípio irregular*</i>	<i>ser + particípio regular*</i> <i>ser + particípio irregular</i>
Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908])	<i>varia de verbo para verbo</i>	<i>varia de verbo para verbo</i>
Rocha Lima (2005 [1972])	<i>ter + particípio regular</i> <i>ter + particípio irregular*</i>	<i>ser + particípio irregular</i>
Cunha e Cintra (2001)	<i>ter + particípio regular</i>	<i>ser + particípio irregular</i> (de preferência)
Bechara (2001 [1999])	<i>varia de verbo para verbo</i>	<i>varia de verbo para verbo</i>
Azeredo (2008)	<i>ter + particípio regular</i>	<i>ser + particípio irregular</i>
Perini (2010)	<i>ter + particípio regular</i>	<i>ser + particípio irregular</i>

Quadro 1: quadro resumitivo com relação às construções de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes, referente às gramáticas pesquisadas.

É importante ressaltar, desde já, que o fato de autores como, por exemplo, Rocha Lima (2005 [1972]) e Cunha e Cintra (2001), não registrarem a regra de uso *ser + particípio regular* para diversos verbos abundantes não significa dizer, de maneira nenhuma, que construções do tipo *foi salvado* simplesmente não eram ou não são construídas pelos falantes. É possível que muitos gramáticos tenham como objetivo registrar, preferencialmente, as formais mais comumente usadas em suas respectivas épocas, bem como uma escrita que servisse como modelo para o falante. Isso, talvez, nos permita inferir que deveria haver, já nesses períodos, uma preferência ou uma

maior frequência de uso de participípios irregulares em sentenças passivas, por exemplo, sendo que essa preferência parece permanecer até os dias de hoje. Sendo assim, entendem-se esses registros como uma proposta de muitos desses autores de explicitar uma escrita *modelar*, isto é, que servisse como referência para a língua. Essa reflexão vale para todas as discussões sobre as gramáticas aqui consultadas.

A partir de agora, estudaremos cada um dos doze verbos elencados para nossa discussão, percorrendo várias gramáticas, a fim de buscar compreender e comparar as propostas de cada um desses autores.

1.2.1 *Salvar*

O verbo *salvar*, como já afirmamos, parece sempre ter sido apontado como um verbo abundante. Barboza (1830) já o reconhece como portador de dois participípios, o regular *salvado* e o irregular *salvo*, embora não faça nenhum comentário a seu respeito. Porém, como vimos, este autor provavelmente admite construções do tipo *tinha salvado/salvo* e *foi salvado/salvo*, sem restrições, visto que reconhece variação no uso dessas construções.

Já Pereira (1946 [1926]), embora reconheça o verbo *salvar* como abundante, ao exemplificar seu uso em sentenças ativas e passivas, sugere que a forma regular seja usada com o auxiliar *ter* e a forma irregular com o *ser*, assim: *Eu tenho salvado* e *fui salvo*²². Isso mostra que ele põe certa restrição na formação desses tipos de sentenças com esse verbo. No entanto, em seguida, acolhe o uso de *salvo* também com os verbos *ter* e *haver*, mas nada fala da forma *salvado* combinada ao auxiliar *ser*.

A respeito do verbo *salvar*, Said Ali (1964 [1931]), em sua *Gramática Histórica*, diz que quando significar “livrar de perigo” pode ser usado tanto o participípio regular *salvado* quanto o irregular *salvo*, isto é, o autor libera seu uso regular e irregular em sentenças ativas, embora não comente a respeito das passivas. Ele afirma também que quando estiver significando, por exemplo, “saudar”, apenas deve ser usado o participípio *salvado*. Já em sua *Gramática Secundária*, Said Ali (1969 [1923]) afirma que ambos os participípios *salvo* e *salvado* podem compor sentenças ativas (*ter/haver*) e passivas

²² Exemplo retirado de Pereira (1946 [1926], p. 162).

(*ser*), sendo que a forma regular *salvado* é usada também quando se fala de objetos, como em *salvados de incêndio*.

Segundo Rocha Lima (2005 [1972]), ambos os participípios do verbo *salvar* podem ser empregados com o auxiliar *ter*, ou seja, ele permite construções do tipo *tinha salvado* e *tinha salvo*, mas no caso de sentenças passivas para esse mesmo verbo, recomenda apenas *ser* + *participípio irregular*, ou seja, libera a construção *foi salvo*, e não *foi salvado*, aproximando-se do que sugere Pereira (1946 [1926]), recém-citado.

O verbo *salvar* apenas aparece na lista de verbos abundantes organizada por Cunha e Cintra (2001), de forma que os autores não o submetem a nenhuma regra diferenciada da geral, o que nos leva a deduzir que é aceita a combinação *tinha salvado* para a voz ativa e *foi salvado* ou *foi salvo* para a voz passiva, sendo esta última a mais comumente eleita por eles.

A respeito do verbo *salvar*, Bechara (2001 [1999]) estende seu uso, alargando a regra geral: as formas *salvado* e *salvo* tanto podem aparecer em ativas quanto em passivas.

Perini (2010) faz uma pequena lista de verbos abundantes, com apenas 8 verbos, na qual não cita o verbo *salvar*, o que não significa dizer que não o reconheça como abundante. Provavelmente considere, comparativamente aos verbos citados, que o participípio regular *salvado* é o participípio verbal deste verbo, associado ao verbo *ter*, enquanto *salvo* é o participípio nominal, associado ao verbo *ser*.

1.2.2 *Imprimir*

Quanto ao verbo *imprimir*, Barboza (1830) registra que a forma irregular *impresso* não era conhecida dos antigos escritores, de maneira que, antes de ela ser usada, era a forma regular *imprimido*, naturalmente, que constituía tanto sentenças ativas como passivas, como, por exemplo, *tinha imprimido* e *foi imprimido*, comportando-se como participípio ativo e passivo. Todavia, ele já mostra, em sua época, que o verbo *imprimir* é abundante, sem, no entanto, restringir seu uso a uma ou outra regra, e admite que a forma *impresso* pode ser usada com todos os auxiliares.

Pereira (1946 [1926]), ao tratar do verbo *imprimir*, também o admite como abundante, notificando que tanto a forma regular *imprimido* com a forma irregular *impresso* podem ser empregadas na

voz ativa e na voz passiva, desta maneira: *tinha imprimido/impresso* e *foi imprimido/impresso*.

De acordo com Said Ali (1969 [1923]), a forma *imprimido* só se usa com os auxiliares *ter* e *haver* (*tinha/havia imprimido*) e a forma *impresso* com *ser* (*foi impresso*), mas quando significar “produzir movimento” só pode ser usada a forma regular *imprimido*, o que significa dizer que construções do tipo *Foi impressa enorme velocidade ao carro* não são aceitas.

Não seguindo a mesma regra exposta para o verbo *salvar*, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que o particípio regular do verbo *imprimir* “somente se usa com o verbo *ter*; e o irregular, ou com valor adjetivo isolado, ou com o verbo *ser*” (ROCHA LIMA, 2005 [1972], p. 171), admitindo, portanto, somente estruturas do tipo *tinha imprimido* e *foi impresso*, sem registrar o uso de *tinha impresso* e de *foi imprimido* em qualquer contexto.

Para Cunha e Cintra (2001, p. 443), o verbo *imprimir* apresenta algumas restrições quanto à regra geral apresentada por eles: “possui duplo particípio quando significa ‘estampar’, ‘gravar’. Na acepção de ‘produzir movimento’ [...] usa-se apenas o particípio em *-ido*” [grifos nossos]. Assim, são aceitas sentenças como *Ele tinha imprimido o livro*, *Este livro foi impresso* e *Foi imprimida enorme velocidade ao carro*, mas não *Foi impressa enorme velocidade ao carro*, porque com este último sentido o verbo *imprimir* não seria abundante.

Bechara (2001 [1999]), por outro lado, afirma que o particípio regular *imprimido* e o irregular *impresso*, do verbo *imprimir*, tanto podem ser usados em ativas como em passivas, sem restrições.

Ainda sobre essa discussão, Perini (2010), apesar de admitir que são aceitáveis tanto a construção *tinha expulso* como a construção *tinha expulsado*, em sentenças ativas, para o verbo *expulsar*, limita tal variação ao verbo *imprimir*. Em sentenças ativas como, por exemplo, *Eu já tinha imprimido umas 250 páginas*²³, segundo ele, a forma *tinha impresso* não é aceitável. Perini (2010) só não explica por que o particípio nominal *expulso* se combina tão bem com o auxiliar *ter* e a forma nominal *impresso* não. Intuitivamente, falar *Ele tinha impresso* é agramatical? Será mesmo que os falantes do PB avaliam essa construção como ruim? Será que em determinados contextos esses mesmos falantes não a compreendem? Terá a forma *impresso* apenas características nominais e não verbais? Diante disso, embora o autor

²³ Exemplo retirado de Perini (2010, p. 178).

reconheça a variação no uso das formas, limita essa variação a certos verbos. Talvez, o fato de o verbo *imprimir* ser comumente usado, libera a ele a possibilidade de ser combinado com o auxiliar *ter* tanto em sua forma regular *imprimido* como em sua forma irregular *impresso*, o que parece não ser reconhecido pela abordagem de Perini (2010).

Lembremos, novamente, a reflexão recém-feita por nós: é possível que autores como Said Ali (1969 [1923]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Perini (2010) tenham registrado as construções preferidas pelos falantes, ou seja, as mais frequentemente usadas. Assim, fica evidente que, embora a escrita modelar que se deseje seja construções do tipo *tinha imprimido e foi impresso*, para o verbo *imprimir*, não podemos descartar a existência de contextos em que se usem *tinha impresso*, por exemplo.

1.2.3 *Entregar*

Barboza (1830), com relação ao verbo *entregar*, o considera abundante e aponta que sua forma irregular *entregue* era comumente usada com o auxiliar *ter* como, por exemplo, *tinha entregue*. Sobre a forma *entregado*, este autor nada comenta, mas, como já estudamos, ele admite variação no uso de sentenças ativas e passivas, de maneira geral. Já Pereira (1946 [1926]) também aceita o verbo *entregar* como abundante, mas nada fala a seu respeito, o que fica subtendido aplicar-lhe a regra geral: *tinha entregado e tinha entregue*.

Ao tratar do verbo *entregar*, Said Ali (1964 [1931]) afirma que seu particípio normal era *entregado*, porém o adjetivo *entregue*, que, segundo ele, deu origem ao verbo, identificou-se como seu próprio particípio, sendo seu uso cada vez mais frequente que a forma regular, além disso, diz que o particípio *entregue* teria influenciando o aparecimento de outros particípios em *-e*, como, por exemplo, *aceite* para *aceitar* e *encarregue* para *encarregar*, usados mais em Portugal. “E se agora se ensina que *entregado* pode usar-se na voz ativa como na passiva, há de entender-se isso relativamente ao falar hodierno, que terá reabilitado o uso do particípio regular na acepção comum” (SAID ALI, p. 2008 [1908], p. 158). Assim, segundo ele, é “a forma irregular evidentemente o particípio intruso” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 157), uma concorrente. Observa-se também que o autor considera essas novas formas supérfluas, não passando de criações feitas pelo povo, que, por analogia, criam particípios sem utilidade.

O particípio *entregue*, proveniente de um adjetivo latino [...] é a única forma participial em -E cujo emprêgo remonta à fase mais antiga da língua portuguesa. Por analogia criou-se modernamente a par de *assentado* o supérfluo *assente* [...]. *Aceite*, *fixe* e *encarregue* (usados em Portugal) são criações plebéias de todo inúteis, havendo já *aceito* e *aceitado*, *fixo* (adjetivo) e *fixado* (particípio) e *encarregado*. (SAID ALI, 1969 [1923], p. 93)

Porém, quanto à construção de sentenças com o particípio *entregue*, ele diz combinar-se apenas “com os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *andar*, *ir*, *vir*” (SAID ALI, 1969 [1923], p. 92), sendo usado também como determinante de substantivos, isto é, como adjetivos, sendo que sua respectiva forma regular – *entregado* – deve aparecer somente em sentenças ativas. Em outras palavras, Said Ali (1969 [1923]) considera este verbo como abundante, mas determina seu uso por meio de regras, dando preferência em sentenças passivas à forma *entregue* e em sentenças ativas à forma *entregado*, ou seja, não recomenda o uso de construções do tipo *tinha entregue* ou *foi entregado*.

Seguindo a mesma regra colocada para o verbo *imprimir*, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que o particípio regular do verbo *entregar* deve ser usado em sentenças ativas, sugerindo o uso apenas de *tinha entregado* e de não *tinha entregue*, bem como o particípio irregular em sentenças passivas, apontando, portanto, somente a estrutura *foi entregue* e não *foi entregado*.

Cunha e Cintra (2001) não submetem o verbo *entregar* a regras diferentes da geral, portanto, entende-se que eles aceitam para este verbo construções do tipo *tinha entregado*, *foi entregue* e *foi entregado*, apenas não registrando variação na voz ativa, já que não liberam aos auxiliares *ter/haver* o uso do particípio irregular *entregue*.

A regra apresentada por Bechara (2001 [1999]) para o verbo *entregar* difere da aplicada para os verbos *salvar* e *imprimir*, pois, enquanto não atribui restrições a estes verbos, afirma que aquele varia entre as formas de particípio *entregado* e *entregue* em sentenças ativas, de modo que a forma irregular de particípio deve ser usada apenas em passivas. Isso significa que ele admite as construções *tinha entregado/entregue* e *foi entregue*.

Em sua pequena lista de verbos abundantes, Perini (2010) cita o verbo *entregar*, admitindo como particípio verbal a forma *entregado*, associada, portanto ao auxiliar *ter*, e como particípio nominal a forma *entregue*, associada ao auxiliar *ser*: *tinha entregado* e *foi entregue*. Novamente se questiona: quando um falante ouve uma frase do tipo *João tinha entregue o documento pela manhã*, ele não compreende o particípio irregular *entregue* como próprio do verbo *entregar*? Será mesmo que a forma *entregue* não possui propriedades verbais? Ora, se o gramático se propõe a registrar uma regra modelar, deve também se propor a apontar que, embora pareça ser mais frequente o uso de *tinha entregado*, o uso de *tinha entregue* também deve ser registrado, mesmo porque nos parece que esta última construção está se tornando cada vez mais comum e, ousamos afirmar, mais frequente que a própria construção que se indica como modelo, a saber, *ter* + *particípio regular*.

1.2.4 *Pagar*

Quanto ao verbo *pagar*, no momento em que Barboza (1830) o registra, é um verbo abundante, apresentando tanto a forma *pagado* como a forma *pago*. O autor nada comenta a respeito de esta última forma ter preferência sobre aquela, mas apenas que a forma regular é anterior à irregular, uma vez que, segundo ele, os antigos escritores apenas usavam a forma *pagado*. Este autor também não traz regras associadas diretamente ao uso desses particípios em construções ativas e passivas. Pereira (1946 [1926]), igualmente, assume *pagar* como verbo abundante, mas chama a atenção para seu uso na voz ativa, que, segundo ele, também admite sua forma irregular *pago*, com os verbos *ter* e *haver*.

Said Ali (1964 [1931], p. 149), do mesmo modo, destaca o fato de o verbo *pagar*, no português antigo, apresentar as formas *pagado* e *pago*, “usadas indiscriminadamente”, porém afirma que o uso da forma irregular foi tornando-se cada vez mais frequente, de maneira que, cada vez mais omite-se *pagado*. Quando comenta sobre este verbo, em sua *Gramática Secundária*, embora afirme que se usava em português antigo o particípio *pagado* tanto como *pago*, declara que “hoje só se emprega esta última forma” (SAID ALI, 1969 [1923], p. 92) [grifos nossos], ou seja, ele assegura que construções do tipo *Eu tinha pagado a conta ontem* não são mais formadas no português desde a década de 1920, pelo menos.

A origem de *pago*, segundo Said Ali (1964 [1931]), se deu por uma adaptação semântica do substantivo deverbais *paga*, termo usual às línguas românicas, como já ressaltamos. Tal hipótese, que, segundo ele, é bastante atrevida, mas não gratuita²⁴, teria influenciado o aparecimento de outros participípios terminados em *-o*, estendendo-se aos verbos *ganhar* e *gastar*, verbos esses que por muito séculos conheciam apenas as formas *ganhado* e *gastado*, até surgirem, por analogia a *pago*, suas formas irregulares respectivas *ganho* e *gasto*. Segundo ele, “o povo não perde tempo em meditar sobre a legitimidade das suas criações analógicas” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 159), sendo inútil tentar eliminá-las.

Muito semelhantemente, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que “na linguagem contemporânea, quer com o auxiliar *ter*, quer com *ser*, só se usam os participípios irregulares *ganho*, *gasto* e *pago*, dos verbos *ganhar*, *gastar* e *pagar*” (ROCHA LIMA, 2005 [1972], p. 171) [grifos nossos]. Assim, sustenta que a forma *pagado* não é mais usada, corroborando com Said Ali (1964 [1931]), ao afirmar que o verbo *pagar* no português *era* abundante.

Apesar de também reconhecerem o verbo *pagar* como abundante em outro momento da história da língua, Cunha e Cintra (2001), não o consideram mais, afirmando que a forma irregular *pago* “substituiu completamente o antigo *pagado*” (p. 442) [grifos nossos]. Não insistiremos novamente nesse ponto. Deixemos que os dados falem.

Por outro lado, Bechara (2001 [1999]) reconhece ainda a abundância do verbo *pagar* no português, embora registre o uso da forma regular *pagado* apenas em sentenças ativas como, por exemplo, *tinha pagado*, sendo que descreve o uso da forma irregular *pago* em sentenças ativas e passivas – *tinha/foi pago*. Já Perini (2010) não cita o verbo *pagar* em sua lista de verbos abundantes e não faz nenhuma referência a ele.

1.2.5 *Ganhar*

Barboza (1830) não apresenta o verbo *ganhar* em sua lista de verbos abundantes, o que nos leva a deduzir que este verbo em sua época só apresentava a forma regular *ganhado*, ou seja, era um verbo

²⁴ Para Said Ali (2008 [1908]), uma hipótese gratuita para o aparecimento do participípio irregular *pago* seria afirmar que teria surgido da forma regular *pagado*, em latim *pacatum*, contrariando as leis fonéticas.

de participípio único, pois a forma *ganho*, segundo Said Ali (1964 [1931]), aparece posteriormente na língua. Porém, Pereira (1946 [1926]) já inclui *ganhar* em sua lista de verbos abundantes, admitindo variação nas construções, visto que descreve o uso de seu participípio regular *ganhado* e de seu participípio irregular *ganho* tanto em sentenças ativas quanto em sentenças passivas.

Assegura Said Ali (1964 [1931]) que o verbo *ganhar* só conhecia seu participípio regular *ganhado*, desde o português antigo até o século XVIII, sendo que *ganho* surgiria apenas no século XIX. O autor comenta: “na incerteza entre as duas maneiras de dizer, vai-se manifestando hoje predileção pelo participípio intruso” (SAID ALI, 1964 [1931], p. 150), evitando-se, pois, a forma regular, que é a mais antiga, o que nos sugere, segundo ele, que este verbo está perdendo sua abundância. Como foi citado anteriormente, segundo Rocha Lima (2005 [1972]), este verbo perdeu sua característica abundante, sendo usado atualmente apenas seu participípio irregular *ganho*. Porém, diferentemente, Cunha e Cintra (2001) não eliminam a possibilidade do uso da forma regular *gastado* para este verbo, apenas comentam ser a irregular *ganho* preferencialmente usada na linguagem atual.

É interessante observar que Bechara (2001 [1999]) não só admite o verbo *ganhar* ainda como portador de dois participípios, como também admite o uso tanto da forma *ganhado* e da forma *ganho* em sentenças ativas e passivas, não apresentando restrições para ambas as construções. Já Perini (2010) não faz nenhuma referência ao verbo *ganhar*, ao tratar de verbos abundantes.

1.2.6 *Gastar*

O verbo *gastar* é considerado abundante para Barboza (1830), mas ele ressalta que a forma *gastado* é anterior à forma *gasto*, sendo que esta não era conhecida por escritores mais antigos, ganhando prestígio no decorrer do tempo. Como estudamos, este autor não cria restrições para construções de sentenças ativas e passivas. Pereira (1946 [1926]), da mesma maneira, inclui este verbo em sua lista de verbos abundantes e admite variação em seu uso, já que descreve, em construções com os auxiliares *ter*, *haver* e *ser*, tanto o uso do participípio regular *gastado* como do participípio irregular *gasto*.

Sustenta Said Ali (1964 [1931]) que o verbo *gastar*, desde o português antigo até o século XVIII possuía apenas seu participípio regular *gastado*, tal qual o verbo *ganhar*, forma tal que perdeu

prestígio para a forma irregular *gasto*, uma forma deverbal que ganhou função de particípio. Segundo ele, essa nova forma veio com tanta força na língua que atualmente evita-se a forma antiga na maioria dos contextos em que era usada, não apenas em construções com tempos compostos como, por exemplo, *tinha gastado*, mas também em construções adjetivas, como em *municações gastadas* e *valor mal gastado*.

Como já citamos, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que o verbo *gastar* perdeu sua abundância, apresentando apenas o particípio irregular *gasto* atualmente. Por sua vez, Cunha e Cintra (2001) registram a possibilidade de uso da forma regular *gastado* para este verbo, embora assegurem que atualmente prefere-se, tanto em construções com o auxiliar *ser* como com o auxiliar *ter*, a forma irregular *gasto*.

Bechara (2001 [1999]), embora admita ambos os particípios para este verbo, aponta o uso da forma *gastado* apenas em sentenças ativas, mas o uso da forma *gasto* em ativas e passivas. Perini (2010) não faz nenhuma referência ao verbo *gastar*, ao tratar de verbos abundantes.

1.2.7 *Pegar*

Barboza (1830), Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Perini (2010) não incluem em sua lista de verbos abundantes o verbo *pegar*. Dos autores estudados para esta pesquisa, apenas Pereira (1946 [1926]) e Bechara (2001 [1999]) relatam este verbo como portador de dois particípios, a saber, *pegado* e *pego*. Pelo fato de Pereira (1946 [1926]) não registrar qualquer informação adicional a respeito desse verbo, não ousaremos afirmar, por exemplo, qual dos particípios é a forma mais antiga, a regular ou a irregular. Bechara (2001 [1999]) admite que a forma *pegado* tanto pode ser usada em ativas como em passivas.

Apesar de tratar do verbo *pegar*, Rocha Lima (2005 [1972]) apenas o cita em meio aos verbos abundantes para reforçar sua não abundância, ressaltando que seu “particípio literário é *pegado*, com qualquer auxiliar” (ROCHA LIMA, 2005 [1972], p. 171), isto é, favorece o uso de *tinha pegado* e de *foi pegado*, mas não registra construções com o particípio *pego*, nem mesmo na linguagem popular. Porém, como afirmamos, não devemos subentender que o particípio

pego não é usado pelos falantes, uma vez que fica muito evidente aqui que se registrou apenas o particípio *literário*, isto é, o particípio recomentado à escrita modelar.

1.2.8 *Abrir*

É bastante curioso o registro de Barboza (1830) quanto ao verbo *abrir*. Segundo este autor, se trata de um verbo abundante, que apresenta o particípio regular *abrido* e o particípio irregular *aberto*, o que nos leva a perceber que comumente se usavam as duas formas em sua época. Inclusive, ele não assinala que a forma regular estava iniciando um processo de desuso na língua portuguesa. Já Pereira (1946 [1926]), após um século, apesar de colocar o verbo *abrir* em sua lista de verbos com particípios duplos, notifica que sua forma regular *abrido* caiu em desuso, sendo a forma irregular *aberto* usada tanto em sentenças ativas como em passivas.

Said Ali (1969 [1923]), ao citar o verbo *abrir*, não o coloca como verbo abundante, mas como verbo de particípio único. Segundo ele, apenas a forma irregular *aberto* é particípio desse verbo. Além do verbo *abrir*, o autor considera também o verbo *escrever* como verbo somente de particípio irregular, e completa: “Dêstes verbos e dos respectivos compostos nunca se usou particípio em –IDO, excetuando *desabrir*, que faz *desabrido* em vez de *desaberto*” (p. 91) [grifos nossos]. Assim, embora algumas gramáticas antigas registrem os verbos *abrir* e *escrever* como abundantes, assinalando que suas respectivas formas regulares caíram em desuso, Said Ali (1969 [1923]) simplesmente não os considera verbos de dois particípios em qualquer período histórico da língua portuguesa.

Ao tratar da forma regular *abrido*, em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Said Ali (2008 [1908]) cita o dicionário de Fr. Domingos Vieira, o qual afirma que *abrido* se configura como a forma participial mais antiga do verbo *abrir*, usada por Fernão Lopes na Crônica de D. João I, sendo, atualmente, banida da linguagem e usada apenas pelo povo inculto. Para Said Ali (2008 [1908]), Fr. Domingos Vieira dizer que se trata da forma de particípio mais antiga do verbo *abrir* é um exagero, pois nada se poderia afirmar a respeito disso, visto que ambas as formas, regular e irregular, estão presentes na crônica. Ademais, para ele, a única coisa que se pode assegurar é que “já em meados do século XV andaria na boca do povo a forma *abrido* e por descuido [Fernão Lopes] a teria usado, em seus escritos” (SAID ALI,

2008 [1908], p. 154) [grifos nossos]. O autor ainda acrescenta: “Muitas dicções populares são bem aceitas pelos escritores e se incorporam à linguagem literária, mas as criações em *-ido* de *abrir*, *cobrir* e *escrever* não foram julgadas bastante dignas deste honroso acolhimento” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 154).

Said Ali (2008 [1908]) também comenta sobre a tentativa²⁵ de entrada das formas regulares *escrevido* e *abrido* na lista de participípios de verbos abundantes, sugerindo que se trata de uma ousadia, pois são simplesmente desnecessárias.

Mais ousadia houve quanto à *abrido*, *cobrido* e *escrevido*, por *aberto*, *coberto* e *escrito*, sem que jamais se definisse a necessidade de tais excrescências. Em verdade não passam de meros plebeísmos, mais frequentes porventura em Portugal do que no Brasil, repelidos pela gente culta e naturalmente excluídos da linguagem literária. Sem embargo disso, registram-nos sem cerimônia nem censura e, o que é pior, subordinando a regras o seu uso, justamente os compêndios escolares, cujo primeiro deve é ensinar a falar e escrever corretamente, tomando por modelo a linguagem dos autores clássicos ou, pelo menos, das pessoas educadas. (SAID ALI, 2008 [1908], p. 153)

Ora, se esses participípios são inúteis à língua, tantos outros também o são, pois, da mesma maneira que se acha supérfluo manter *abrido* e *aberto*, também poderia ser considerado supérfluo manter *salvo* e *salvado* ou *entregue* e *entregado*. É interessante fazermos uma comparação aqui: se tanto *abrido* como *entregado* possuem registros escritos em textos antigos, ainda que em número menor de uso, segundo Said Ali (2008 [1908]), por que apenas esta última forma é consagrada e pode ser ensinada nas escolas, sendo considerada atual e moderna? Por que a forma *abrido* não recebeu igualmente tal honra de ser reconhecida como uma forma antiga também reabilitada ao uso?

²⁵ Tentativa? Se essas formas são encontradas há décadas na fala e, possivelmente, na escrita, elas não só entraram na lista de participípios abundantes, mas simplesmente já fazem parte dela, ainda que sejam estigmatizadas.

Parece-nos que não há dúvidas de que se trata de uma valoração social fundamentada e favorecida por algumas gramáticas. Mais: para Said Ali (2008 [1908]), o uso das formas irregulares *aberto*, *escrito* e *coberto* está diretamente associado à educação do falante, de modo que seria mal educado usar seus respectivos participípios regulares. Mas será que não tem a ver apenas com o prestígio social que normalmente se dá a uma forma e não a outra?

Mais uma vez: quando gramáticos propõem-se a apontar quais são os participípios indicados à escrita modelar, não podem simplesmente não reconhecer que a forma *abrido* nunca foi participípio do verbo *abrir*. Ora, parece haver uma contradição nas próprias palavras do autor: se a forma *abrido* já foi registrada na escrita é porque o verbo *abrir* já foi abundante – se é que deixou de ser –, ainda que tenha sido observada somente no vocabulário de pessoas incultas (SAID ALI, 1969 [1923]).

Do mesmo modo que Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2001 [1999]) citam *abrir* como verbo apenas de participípio irregular, não reconhecendo sua abundância, nem mesmo em períodos anteriores, embora Bechara (2001 [1999]) reconheça o participípio regular *desabrido* de seu derivado *desabrir*. Já Perini (2010) não faz nenhuma referência ao verbo *abrir*, ao tratar de verbos abundantes, tampouco o classifica como verbo de participípio único.

Queremos também registrar aqui que Lobato (1999), ao relacionar traços formais com a formação de participípios no português, ressalta que os verbos *abrir*, *escrever* e *cobrir* fazem parte do grupo de verbos com participípio exclusivamente irregular, não considerando, portanto, suas possíveis variações *abrido*, *escrevido* e *cobrido* na língua portuguesa. Por outro lado, ela considera o verbo *pegar* como abundante.

1.2.9 *Escrever*

Barboza (1830) considera o verbo *escrever* como abundante, isto é, em sua lista de participípios duplos há as formas *escrevido* e *escrito*, porém ressalta ser bastante comum a forma irregular *escrito* se combinar com o verbo auxiliar *ter*, compondo sentenças ativas. Apesar de o verbo *escrever* também compor a lista de verbos abundantes de Pereira (1946 [1926]), este autor comunica que sua

forma regular *escrevido* não é mais usada, sendo a forma irregular *escrito* usada tanto em sentenças ativas como em passivas.

De acordo com o dicionário de Aulete, citado por Said Ali (2008 [1908]), o uso da forma regular *escrevido* é antigo, porém também afirma que este particípio caiu em desuso, sendo empregada apenas e *exclusivamente* por incultos e rústicos. Todavia, a afirmação feita por Aulete é questionada por Said Ali (2008 [1908]), já que este autor assegura não haver textos escritos que comprovem seu uso, mas que comprovem apenas o uso de *escrito*, o que, segundo ele, é *naturalíssimo*: “Da alta camada dos letrados transmitiu-se o nobre termo à gente analfabeta e rústica. Respeitando o que vinha de cima, esta gente não teria desde logo ousado corromper a expressão *escrito*” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 153). Ele acrescenta também que é comum as pessoas ignorantes e as crianças, baseadas na analogia, criarem essas formas regulares – *abrido* e *escrevido* –, além de outras formas como, por exemplo, *fazido* para *feito* e *fazeu* para *fez*, porém, segundo ele, quando escutarmos esses dizeres, é necessário corrigirmos e não estimularmos seu uso.

Do mesmo modo que Sai Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2001 [1999]) citam *escrever* como verbo apenas de particípio único e irregular, não reconhecendo sua abundância. Já Perini (2010) não faz nenhuma referência ao verbo *escrever*, ao tratar de verbos abundantes, nem mesmo o classifica como verbo de particípio apenas irregular.

1.2.10 *Chegar, Trazer e Descobrir*

Embora nenhum dos autores abordados registrem os verbos *chegar*, *trazer* e *descobrir* como verbos abundantes, nós os consideramos por conta do uso, já que é bastante comum em nossa região – grande Florianópolis – escutarmos dois particípios para cada um deles: *chegado/chego*, *trazido/trago* e *descobrido/descoberto*.

Apesar de já termos registrado, no breve histórico que apresentamos sobre os particípios, que o verbo *trazer* possuía o particípio irregular **treito*, o qual caiu em desuso, nenhuma das gramáticas abordadas nessa pesquisa apontou ser este um verbo abundante do português antigo. Mas este registro histórico é bastante interessante. Talvez possamos fazer uma leitura desse tipo: o verbo *trazer* já foi abundante – tendo os particípios *trazido* e *treito* –, deixou de ser – pois permaneceu, por um período de tempo, só com seu

particípio regular *trazido* – e parece estar se tornando novamente – já que ao lado da forma *trazido* também tem compartilhado sua nova forma irregular *trago*. Entretanto, não podemos afirmar que essa nova forma permanecerá na língua, tampouco que ganhará mais prestígio que sua forma regular respectiva. A única evidência é que esse verbo realmente apresenta variação nas formas de particípio atualmente, pelo menos na grande Florianópolis.

O verbo *descobrir* não é citado diretamente como não abundante pelos autores estudados, porém, Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]) e Cunha e Cintra (2001), ao classificarem o verbo *cobrir* como portador apenas do particípio irregular *coberto*, afirmam que, igualmente seus derivados também só possuem um particípio. Ora, em princípio, *descobrir* deve comportar-se como o verbo *cobrir*, fazendo apenas o particípio *descoberto*. Mas, na oralidade, podemos afirmar com tanta segurança que esses verbos “não conheceram *nunca* particípio em –ido” (ROCHA LIMA, 2005 [1972], p. 171) [grifos nossos]?

Quanto ao verbo *chegar*, não temos nenhum comentário a seu respeito, nem mesmo no português antigo, de ter sido em algum momento da história da língua um verbo abundante. No entanto, seu uso hoje tem chamado nossa atenção, principalmente porque muitos falantes manifestam dúvidas a respeito de seu particípio regular: está correto dizer *chegado*? E muitos deles prontamente respondem à sua indagação: *chego* é muito melhor! Sendo assim, parece que o verbo *chegar* atualmente se comporta como verbo abundante. Resta-nos agora buscar dados que comprovem seu uso.

A questão da analogia pode explicar, por exemplo, o aparecimento dos particípios irregulares *trago* e *chego*. Como muitos particípios irregulares bastante usuais têm a mesma forma da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo de muitos verbos, é possível que o falante faça essa relação ao criar formas novas. É perfeitamente aceitável que o particípio *pago* do verbo *pagar* tenha surgido do nome *paga* e que, por analogia os particípios *ganho* e *gasto* tenham se formado. Mas será precipitado afirmar que o falante associa as formas *pago*, *ganho* e *gasto* às formas conjugadas da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo do português – *eu pago*, *eu ganho* e *eu gasto*? Até mesmo o particípio do verbo *pegar* apresenta seu particípio irregular *pego* com a mesma forma verbal conjugada de *eu pego*. Mais interessante que isso é observar que os novos particípios irregulares terminados em –o têm apresentado as mesmas características.

Analogamente parecem ter sido criadas as novas formas *trago* e *chego* com base na associação de suas respectivas conjugações *eu trago* e *eu chego*, conforme o modelo que a língua já tem apresentado. Será essa uma hipótese plausível para a formação desses novos participípios? Talvez um teste de produtividade nos ajude a compreender um pouco mais o que de fato está ocorrendo na língua.

Segundo Coutinho (1974, p. 151), “os casos decorrentes de analogia podem ser considerados verdadeiras criações. A forma analógica não motiva logo o desaparecimento da originária. Vive uma a par da outra durante algum tempo, e nem sempre é a analógica que consegue triunfar”. Não podemos afirmar qual será a vencedora ainda, mas uma coisa é fato: as duas formas já concorrem e não há dúvidas de que, pelo menos na grande Florianópolis, esses verbos – e também outros – possuem duplo participípio, sendo um regular e outro irregular.

[...] o efeito regularizador da analogia operou esporadicamente, evidenciando uma característica da analogia que sempre foi sublinhada, a sua irregularidade. Portanto, os casos mais típicos de analogia manifestam o seu carácter regularizador, mas dada a irregularidade (ou assistemática) típica das mudanças analógicas, há redução da incidência (frequência de ocorrência) da alomorfia (enquanto alternância linguisticamente não significativa), mas não da alomorfia em si mesma. (BYRON, 1986, p. 36 *apud* BROCARD, 2006).

Bechara (2001 [1999]), ao tratar de verbos abundantes, traz juntamente a discussão de defectividade verbal, a qual, segundo ele, deve-se principalmente à eufonia e à significação. Ele nos mostra que a razão de alguns verbos serem defectivos não está diretamente ligada a uma restrição morfológica da língua, mas em razão “do uso e da norma vigentes em certos momentos da história da língua” (BECHARA, 2001 [1999], p. 226), o que explicaria certas disparidades entre diferentes gramáticas. Ele exemplifica essa afirmação por meio dos verbos *colorir* e *colorar*, pois, enquanto a tradição linguística aceita a forma de 1ª pessoa do singular *coloro* para este verbo, dispensa para aquele. Mais: o autor também acrescenta que este critério eufônico varia com o tempo e com o gosto dos escritores e, acrescentamos, com o gosto dos falantes, o que, de acordo com o

autor, explica o aparecimento “de vez em quando de uma forma verbal que a gramática diz não ser usada” (BECHARA, 2001 [1999], p. 226). Essa discussão é bastante relevante, visto que pode esclarecer o surgimento na língua de algumas formas rizotônicas ou irregulares de particípio como, por exemplo, *chego* e *trago*, formas ainda não reconhecidas pelas gramáticas, embora usuais e criadas por conta da analogia a outras formas participiais irregulares.

Antes de fecharmos esta seção, gostaríamos de assinalar que Dias (1953), Nunes (1975) e Azeredo (2008) não apresentam uma lista de verbos que consideram abundantes. Este último autor, embora cite alguns verbos como, por exemplo, *acender*, *enxugar*, *corromper* e *imersar*, nada comenta a respeito dos verbos que estamos investigamos nesta pesquisa. Comenta Nunes (1975) que a língua portuguesa, além dos participios fortes que herdou do latim, seguiu a tendência de criar outras formas fortes, as quais chama de *truncadas*, formas essas que substituíram a desinência padrão em *-do* por terminações em *-o* e em *-e*, coexistindo com as formas fracas. Embora este autor não defina explicitamente construções de sentenças ativas e passivas, já que seu foco é uma análise morfológica da língua, ele afirma que as formas fortes são, na maioria dos casos, usadas como adjetivos, podendo também constituir a voz passiva, com valor de particípio passado. Mas, segundo ele, são suas respectivas formas fracas ou regulares que possuem sentido ativo, isto é, que compõem a voz ativa. Dentre alguns participios abordados por ele, podemos citar *limpo*, *entregue*, *ganho*, *gasto* e *pago*.

A próxima seção tem como objetivo expor nossas questões e hipóteses gerais, relacionadas aos participios duplos que constituem sentenças ativas e passivas.

1.3 Questões e hipóteses gerais

Após nossa conversa com base em discussões sobre formação, variação e mudança de participios, bem como com base no que dizem algumas gramáticas, podemos elencar algumas questões e hipóteses gerais a respeito dos participios duplos estudados neste trabalho:

- (i) Há variação na avaliação dos falantes e no uso escrito das formas de particípio – regulares e irregulares –, em sentenças ativas e passivas, para os doze verbos investigados? Acreditamos que, tanto em sentenças ativas como em

sentenças passivas, há variação no uso das formas de particípio, para os doze verbos elencados, independentemente da amostra em questão – avaliada ou escrita;

- (ii) Qual das formas de particípio – regular ou irregular – é a mais bem avaliada pelos falantes? E qual é a mais usual na escrita? Nossa expectativa é de que haverá uma preferência pelas formas irregulares de particípio, tanto na avaliação dos falantes como no uso escrito;
- (iii) Quanto à obediência à variedade padrão da língua, tanto a avaliação dos falantes como o uso escrito obedecerão às regras prescritivas, com relação a sentenças ativas e passivas, formadas com os participípios duplos elencados? Nossa hipótese é de que tanto a avaliação dos informantes como o uso escrito não satisfarão às exigências da variedade padrão, já que haverá preferência por participípios irregulares tanto em sentenças ativas como em sentenças passivas.
- (iv) Quais grupos de fatores linguísticos favorecem a avaliação e o uso escrito das formas – regulares e irregulares – de particípio, em sentenças ativas e passivas? Esperamos que o *tipo de sentença* – ativa ou passiva – e o *item lexical* – verbo em questão que compõe a sentença –, por exemplo, condicionem a avaliação dos falantes, bem como o uso escrito das formas regulares ou irregulares de particípio, em sentenças ativas e passivas;
- (v) Quais grupos de fatores extralinguísticos favorecem a avaliação e o uso escrito das formas – regulares e irregulares – de particípio? Nossa expectativa é de que, para a avaliação dos falantes, por exemplo, a *idade* e a *escolaridade* sejam fatores significativos para explicar a escolha por determinados participípios; já para o uso escrito, acreditamos que o gênero textual/discursivo *comentários de leitores*, por exemplo, favoreça o aparecimento de formas “novas” de particípio, tais como *abrido*, *descobrido*, *chego* e *trago*, por se tratar de uma postagem que, provavelmente, não é revisada.

1.4 Concluindo este capítulo

A variação nas formas de participípios de verbos abundantes – especificamente dos doze verbos elencados – é o foco da discussão deste primeiro capítulo. Como o leitor pôde observar, este capítulo

está dividido, basicamente, em duas discussões teóricas: uma calcada em estudos – gerativistas, variacionistas, estruturalistas, dentre outras abordagens – já feitos sobre participípios duplos, e outra firmada na exposição de várias gramáticas, com o intuito de apontar como cada uma delas trata o fenômeno linguístico em questão. Assim, apontamos estudos que apresentam desde a formação de participípios, a partir de um cunho histórico, percorrendo as mudanças morfológicas por que muitos participípios passaram, além de teorias que buscam explicar o porquê da formação de dois participípios passados para um mesmo verbo, como, por exemplo, o estudo de Lobato (1999), bem como a discussão de Silvério (2001) a respeito do aspecto verbal, suscitando-nos hipóteses de que o aspecto do verbo pode selecionar o participípio – regular ou irregular – na sentença.

Ainda dentro deste capítulo, apresentamos alguns trabalhos variacionistas, que assinalaram a alternância no uso de participípios regulares e irregulares, dos quais podemos citar o estudo de Barbosa (1993) e de Teixeira da Silva (2008), que analisam dados de fala e testes de produtividade, além do estudo de Mória (2004), que traz relevâncias para este objeto por meio de um *corpus* escrito, apontando uma tendência ao uso de formas irregulares de participípio no PP. É o estudo de Mória (2004) que introduz também uma discussão sobre as disparidades entre uso e norma padrão, levando nossa discussão para dentro de sala de aula, complementada por Barbosa (2009[2007]), que revela os prejuízos de um ensino escolar que se baseia apenas numa língua artificial.

Na segunda parte de nosso arcabouço teórico, apresentamos diversas abordagens gramaticais, desde suas definições acerca de sentenças ativas e passivas, até suas definições de uso para os doze pares de participípios duplos elencados, nesses tipos de construções. Vimos, por exemplo, que autores como Barboza (1830) não apresentam restrições para o uso de participípios regulares e irregulares em sentenças ativas e passivas. Já autores como Bechara (2001[1999]), por exemplo, não definem quais formas de participípios devem ou não constituir esses tipos de sentenças, já que terão comportamentos particulares, variando o uso de verbo para verbo, enquanto Rocha Lima (2005[1972]) aponta apenas a forma irregular para sentenças passivas. Assim, trouxemos reflexões sobre o fato de que norma padrão está desatualizada e que não há um consenso entre os autores na abordagem de verbos abundantes, o que confirma os danos que um ensino baseado apenas em gramáticas pode trazer.

Outra questão vista por nós foi que alguns autores defendem, em muitos casos, a distribuição complementar de participípios regulares e irregulares, como, por exemplo, Pereira (1946 [1926]), Pagani (1993), Azeredo (2008) e Perini (2010), enquanto outros defendem a variação livre em sentenças ativas e passivas, argumento defendido por Camara Jr. (2005 [1970]), por exemplo. Defendemos uma variação condicionada por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos, já que estar em distribuição complementar significa dizer que não iremos encontrar o participípio irregular *salvo* em sentenças ativas, ou seja, construções do tipo *ter + participípios irregular*, como em *A secretária tinha salvo o arquivo*, o que, na prática, sabemos que não ocorre, pois esse tipo de construção é bastante comum em nossa língua. Da mesma maneira, não podemos defender que os participípios duplos estão em variação livre, porque seria defender uma variação simplesmente não condicionada.

Finalmente, apresentamos nossas questões e hipóteses gerais, que estão calcadas numa discussão que pretende encontrar variação no uso, mas que possivelmente apontará uma preferência pelo uso de formas irregulares de participípio, e iremos controlar possíveis fatores internos e externos que possam explicar a variação na escolha de determinadas formas participiais. Além disso, como já expusemos, acreditamos encontrar formas novas de participípio, mesmo na escrita, confirmando que há novos verbos abundantes no português que ainda não foram legitimados por muitas gramáticas.

O próximo capítulo, que trata do modelo teórico-metodológico adotado, contribuirá para nossa discussão e nos ajudará a compreender e a responder algumas de nossas questões e hipóteses elencadas, uma vez que apresenta uma concepção de língua sistematizada em meio à heterogeneidade, o que significa dizer que é perfeitamente aceitável haver ordem onde há variação. Diante disso, entenderemos que nossa variável dependente – os participípios duplos – somente atesta a dinamicidade das línguas naturais.

2 MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A Sociolinguística, modelo teórico-metodológico adotado nesta pesquisa, apresenta uma proposta de estudo da língua que se apoia na relação entre a língua e o contexto social, no qual está inserida. Outras abordagens de língua como, por exemplo, o estruturalismo e o gerativismo têm suas concepções de língua calcadas principalmente na estrutura linguística, desconsiderando, em diversos estudos, os grupos de fatores externos, que atuam sobre ela. Sendo assim, a concepção de língua como um fato social não se revela idêntica para os linguistas: uns dão mais e outros dão menos importância ao contexto social na tentativa de explicar as mudanças linguísticas.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: primeiramente iremos explicar algumas diferenças pontuais que demarcam as abordagens estruturalista e gerativista, comparando-as com os pressupostos da teoria da variação e mudança linguísticas, já que estamos assumindo uma concepção de língua fundamentada no componente social; apontaremos a dinamicidade das línguas, com base na variação interna e externa, nos níveis linguísticos; apresentaremos os princípios empíricos tratados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]); e, por fim, iremos apresentar nossa metodologia, bem como nossas questões e hipóteses específicas para este estudo, que está calcada nessa mesma concepção de língua, que varia e muda no seio da sociedade.

2.1 A língua como comportamento social

“A língua é uma forma de comportamento social” (LABOV, 2008 [1972], p. 215), por conta disso deve ser estudada dentro da sociedade, dentro de uma comunidade de fala. Conforme afirma Labov (2008 [1972], p. 150), a língua se mostra heterogênea nas diferentes comunidades, apresentando uma variação que lhe é inerente, embora a comunidade compartilhe de um conjunto de regras estáveis, que “podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso”. Porém, ressalta o autor que há dificuldade em se limitar geograficamente as comunidades de fala, mesmo que elas apresentem, em relação à língua, atitudes sociais bastante uniformes.

Para Labov (2008 [1972], p. 225), “os membros de uma comunidade de fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos uma variação altamente estratificada na fala real” (LABOV, 1966). De acordo com Guy (2001), além de compartilhar normas, a comunidade de fala também compartilha características linguísticas, apresentando alta densidade comunicativa, ainda que semelhanças e diferenças linguísticas sejam observadas nos vários contextos.

Assim, o objetivo da busca de uma comunidade de fala pode estar relacionado, dentre outras razões, à necessidade de se ter uma fonte de dados, porém não basta apenas buscar esses dados: é necessário conhecer o contexto socioeconômico da região pesquisada, bem como as relações sociais entre os falantes e os interlocutores, a interação entre as pessoas, entre o ambiente e as pessoas, investigar os domínios sociais que frequentam como, por exemplo, escolas, igrejas, trabalhos, dentre outros, com a finalidade de registrar o comportamento linguístico dos informantes pesquisados e, se possível, relacioná-lo com o uso da língua, isto é, com os dados linguísticos. Afirma ainda Labov (2008 [1972], p. 327) que “o modo como o indivíduo habitualmente se apresenta a si mesmo em vários ambientes sociais” pode ser moldado conforme a situação, pois a todo o instante nossa linguagem informa o ouvinte sobre *quem somos, o que fazemos*, e responde ao interlocutor *o que achamos dele*. Dessa forma, nossa linguagem nos identifica, se adapta, se transforma e está correlacionada aos modos linguísticos dos grupos sociais que temos contato e nos aproximamos. Diante dessa diversidade, atestada nas comunidades, assegura Labov (2008 [1972], p. 301) que “as consequências de se evitar a dimensão social da mudança linguística são sérias”, já que há uma rica produção inovadora de mudanças à volta, em todas as línguas humanas.

O modelo de língua proposto por Labov (2008 [1972]) surge no momento histórico em que a teoria gerativa despontava, período em que vigorava a concepção estruturalista de Saussure de língua como objeto sistemático e homogêneo, aparecendo como uma nova proposta de análise linguística. Nosso estudo se apoia, pois, numa concepção de língua que se além, não apenas aos fatores internos, mas também aos fatores externos para tentar explicar a variação e a mudança, não considerando que a comunidade em que estão inseridos os indivíduos é homogênea, mas, ao contrário, enfatizando a diversidade linguística.

Dentre as críticas apresentadas por Labov (2008 [1972]) ao modelo estrutural de Saussure, podemos citar o *princípio da imanência*. Encarar a língua como imanente é assumir que os fatos da língua são explicados com base apenas na linguística interna, sem introduzir o componente social na investigação. Outro aspecto do modelo saussuriano criticado por Labov (2008 [1972]) diz respeito à separação entre *sincronia* e *diacronia*. Conforme afirma Saussure, enquanto a sincronia refere-se a um recorte da língua em um determinado momento estático da história, a diacronia é o resultado das mudanças e evoluções por que a língua passa, demarcando, portanto, a dinâmica de suas transformações como um acontecimento não mensurável de um estado sincrônico de língua a outro. Por conta disso, Saussure afirma que o eixo diacrônico não permite o estudo científico da língua, mas apenas o sincrônico, já que o considera estático e, por isso mesmo, passível de investigação. Ora, para Labov (2008 [1972]) a variação e a mudança no sistema devem ser investigadas a partir de fatos sincrônicos e diacrônicos, uma vez que tanto na sincronia quanto na diacronia podemos observar sistematicidade e heterogeneidade.

A abordagem gerativista, defendida por Chomsky, concebe a língua como um sistema de princípios universais, defendendo que o falante tem competência linguística para compreender as regras de sua língua, ou seja, é competente para criar sentenças gramaticais nunca ouvidas, de maneira que esses princípios estão diretamente ligados ao que chama de *estado inicial da faculdade da linguagem*. Para Chomsky, o real objeto da linguística é a comunidade de fala abstrata e homogênea, constituída por falantes-ouvintes ideais, pois, segundo ele, todos falam de maneira igual e aprendem a língua instantaneamente, sendo as intuições do indivíduo acerca da língua os dados que devem ser estudados, intuições essas que dizem respeito aos seus julgamentos sobre quais frases são gramaticais ou agramaticais (LABOV, 2008 [1972]). Diferentemente, Labov (2008 [1972]) defende que a comunidade de fala é heterogênea e formada por falantes-ouvintes reais, além de apontar o estudo das intuições dos falantes nativos como outro problema da teoria gerativa.

De acordo com Labov (2008 [1972]), considerar as intuições como objeto próprio da linguística é algo questionável, pois não há um consenso entre os próprios falantes, tampouco entre os linguistas, sobre quais formas ou construções são aceitáveis ou inaceitáveis para sua língua, de maneira que, se uma forma ou construção é gramatical

para determinados indivíduos, já não o é para outros. Desse modo, “já ficou evidente que a busca pela homogeneidade em julgamentos intuitivos leva ao fracasso” (LABOV, 2008 [1972], p. 233), porque as próprias intuições não são regulares.

Embora assegure que essa relação entre dados e teoria seja um problema, Labov (2008 [1972]) reconhece que, no que respeita ao estudo de intuições e propriedades abstratas, a teoria gerativa tem se mostrado de grande importância para a Linguística, devido às suas descobertas. Ademais, o autor também chama a atenção para o fato de que seria injusto afirmar simplesmente que o estruturalismo e o gerativismo desconsideram os fatores sociais para explicar a mudança linguística. O que ocorre é que essas abordagens encaram os fatores sociais como uma “interferência disfuncional no desenvolvimento normal [...] ou como intervenção rara ou assistemática” (LABOV, 2008 [1972], p. 306), de tal forma que essas interferências são responsáveis por causar um desequilíbrio no sistema linguístico em alguns intervalos de tempo, sendo necessários, portanto, reajustes estruturais estritamente internos, que podem durar anos, séculos ou até mesmo milênios. Nessa concepção de língua, portanto, entende-se que as influências sociais causam “catástrofes” no sistema das línguas, levando tempo para ser “consertado”.

Diante dessas considerações sobre as concepções de língua do estruturalismo e do gerativismo, podemos concluir, então, que a língua, para essas teorias, é um sistema abstrato e que a estrutura linguística está associada à homogeneidade. É verdade que Labov (2008 [1972]) também assume que a língua é um sistema, mas, para este autor, o sistema é variável e não é caótico, mas ordenado em meio à heterogeneidade. Ora, a teoria da mudança linguística defendida por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) se configura numa teoria que acomoda os fatos das línguas em seu uso variável, bem como em seus determinantes sociais e estilísticos, pois “a descrição de uma língua como objeto homogêneo [...] é em si mesmo desnecessariamente irrealista e representa um retrocesso em relação às teorias estruturais, capazes de acomodar os fatos da heterogeneidade ordenada” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 35). Sendo assim, os estudos sociolinguísticos têm atestado a heterogeneidade em todos os momentos, reforçando que a existência de um estilo único e homogêneo para o próprio indivíduo ou para a comunidade de fala é um mito. Labov (2008 [1972]) afirma que é necessário

[...] reconhecer que essa é a situação normal – a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais. [...] Tão logo eliminarmos a suposta associação entre estrutura e homogeneidade, estaremos livres para desenvolver os instrumentos formais necessários para lidar com a variação inerente dentro da comunidade de fala (LABOV, 2008 [1972], p. 238).

Em meio a essa discussão, os autores lançam uma questão bastante importante e, por que não, curiosa: “se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, quando passa por períodos de menor sistematicidade?” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 35). Em outras palavras: é possível uma comunicação eficaz em meio à variação linguística? Como conseguimos nos compreender enquanto a língua varia? Segundo Labov (2008 [1972], p. 263),

A capacidade dos seres humanos de aceitar, preservar e interpretar regras com condicionamentos variáveis é sem dúvida um aspecto importante de sua competência linguística ou *langue*. Mas ninguém tem consciência dessa competência [...]. Ao contrário, a percepção ingênua do nosso próprio comportamento e do dos outros é normalmente categórica, e somente o estudo cuidadoso da língua em uso demonstrará a existência dessa capacidade de operar com regras variáveis.

Diante disso, fica evidente que nós, falantes, temos competência linguística para lidar com regras variáveis, ainda que isso se dê de maneira involuntária. Além disso, as regras variáveis contribuem para romper com a associação entre estrutura e homogeneidade, pois “a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 36) [grifos dos autores], já que o natural da língua é sofrer

variação, transformação e mudança, no decorrer dos séculos, em diversos níveis de sua estrutura.

A definição de língua como um *instrumento de comunicação* gera uma neutralidade entre o falante e sua própria língua, o que, segundo Calvet (2002 [1993], p. 65), não é real, já que “um instrumento é [...] um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se deixa para lá em seguida” quando não é mais útil. Ora, a língua não se comporta como um instrumento para seus falantes, mais que isso, ela reflete suas atitudes e seus comportamentos, de maneira que “as atitudes linguísticas exercem influências sobre o comportamento linguístico”. Isso é bem verdade quando observamos os juízos que os falantes fazem sobre sua língua, sobre as demais línguas, pois os diferentes usos não remetem somente a línguas distintas, mas também às variantes geográficas ou às sociais de uma mesma língua. Os próprios falantes avaliam as variantes numa escala de valores, com atitudes diferentes sobre a norma utilizada em determinado tempo e espaço.

Aqui, o que interessa à sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar. De fato, ela pode desenvolver dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria fala, outros se referem às reações dos falantes ao falar dos outros. Em um caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar. (CALVET, 2002 [1993], p. 69)

Sendo assim, o comportamento dos falantes sobre determinadas formas pode gerar novas variantes e reprimir outras, já que as novas formas poderão concorrer com outras já usadas na língua. E o que se observa, mais uma vez, é que a variedade linguística comprova a sistematicidade da língua, frente ao seu caráter heterogêneo.

Partindo, portanto, do pressuposto de que o sistema linguístico é heterogêneo, acreditamos que seja perfeitamente possível estudar a mudança *em andamento*, quando, por exemplo, observamos formas em coocorrência em diferentes épocas, disputando espaço. Alguns estudos sociolinguísticos mostram que determinadas formas novas entram na língua disputando lugar com formas antigas, sendo que

essas novas formas vão ganhando mais espaço aos poucos, e, no final de um período de tempo, acabam sendo as formas mais utilizadas. Para Labov (2008 [1972]), estudar a língua dessa maneira é uma solução possível para se conhecer as mudanças linguísticas, já que não se tem muitas informações com respeito ao estado da sociedade em que a maioria das mudanças linguísticas aconteceram. E, de acordo com o autor, acredita-se que “as forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de grandeza das que operaram no passado” (LABOV, 2008 [1972], p. 317), ao que chama de *princípio da uniformidade*. Porém, ressalta o autor que, se esse princípio, de alguma forma, não se mostra verdadeiro, nada se poderá afirmar sobre o passado com relação ao presente.

Sendo assim, é possível perceber mudança *em andamento* ou em progresso de duas maneiras: (i) por meio da análise das faixas etárias e (ii) por meio da análise da língua no tempo – análise diacrônica. Assegura também Labov (2008 [1972]) que a mudança em andamento não é observada de maneira exata, visto que o que se estuda realmente é a mudança em *tempo aparente*, isto é, estágios discretos do percurso de mudança, bem como “o comportamento diferenciado dos falantes em várias faixas etárias” (LABOV, 2008 [1972], p. 318).

Porém, de acordo com o autor, não se deve confundir o princípio da uniformidade com uma visão de comportamento linguístico uniforme e homogêneo, pois não se trata de uma comunidade de fala homogênea, mas de “uma mudança gradual na frequência com que certas regras são utilizadas em diversos ambientes” (LABOV, 2008 [1972], p. 318-319). Para Labov (2008 [1972]), a evolução interna das regras linguísticas é algo demasiadamente abstrato para ser observado em suas minúcias, de forma que é necessário haver transcorrido um período discreto de tempo, a fim de que as transformações possam ser observadas e relatadas, sendo que esse período de tempo tanto pode ser observado através da análise da mudança nos diferentes séculos ou décadas ou através da análise em diferentes faixas etárias. Ademais, argumentam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) que as estruturas heterogêneas de uma língua não dizem respeito aos vários dialetos que um falante pode dominar, tampouco ao seu desempenho, mas à sua competência linguística monolíngue. Defendem, portanto:

[...] uma teoria da mudança linguística que lide nada menos do que com a maneira como a

estrutura lingüística de uma comunidade complexa se transforma no curso do tempo, de tal modo que, em certo sentido, tanto a língua quanto a comunidade permanecem as mesmas, mas a língua adquire uma forma diferente. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 37)

Obviamente, os autores reconhecem que a comunidade também muda com o passar do tempo, mas ressaltam que muitas vezes não é tão simples afirmar se a língua ou a comunidade já são as mesmas. Sabe-se apenas que ambas, língua e comunidade, variam e mudam. Assim, pretende-se uma teoria que consiga abarcar o percurso da evolução lingüística, mostrando como as línguas atuais se transformam, traçando os estágios das formas mais antigas até hoje, para responder, por exemplo, se os mesmos fatores que operaram no passado atuam no presente, o que está diretamente ligado ao princípio da uniformidade.

Mas como se dá a mudança nas línguas? Qual sua origem? Sobre a origem da mudança lingüística, Labov (2008 [1972], p. 320) responde:

Obviamente, não é o ato de algum indivíduo cuja língua desliza ou que se entrega a alguma idiossincrasia. [...] Atos idiossincráticos não fazem parte da língua assim concebida, e as mudanças idiossincráticas muito menos. Portanto, só podemos dizer que a língua mudou quando um *grupo* de falantes usa um padrão diferente para se comunicar entre si. Vamos supor que dada palavra ou pronúncia tenha sido de fato introduzida por um indivíduo. Ela só se torna parte da língua quando é adotada pelos outros, quando se propaga. [grifos do autor]

Assim, o autor não distingue *origem* de *propagação*, pois, segundo ele, a origem de uma mudança é sua própria propagação, ou seja, uma está atrelada à outra: um indivíduo transfere um determinado padrão a outro indivíduo, gradualmente, até atingir um grupo de pessoas. É absurda, portanto, a crença de que a comunidade inteira muda simultaneamente para um mesmo padrão de regras, sem

que haja essa propagação²⁶. Alguns estudos empíricos fortalecem essa teoria e muitos deles são citados pelo autor, estudos esses que evidenciam o progresso da mudança linguística, correlacionada aos grupos de fatores sociais.

Segundo Labov (2008 [1972]), a decisão de encarar a mudança no contexto social traz consigo, pelo menos, três questões não tão fáceis de serem respondidas: (i) a variação social e estilística da língua desempenha um papel importante na mudança linguística? (ii) regras fonológicas e gramaticais abstratas, de alto nível, podem ser afetadas por fatores sociais? e (iii) existe uma função adaptativa à diversificação linguística?

Cada uma dessas questões, como mostra Labov (2008 [1972]) não são respondidas com tanta facilidade e certeza, mas, ao contrário, situam-se muitas vezes no campo da dúvida. A primeira questão, por exemplo, submete o social aos “traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea” e o estilo às “alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 313). Ora, conceber a língua como inserida num contexto social é assumir que os fatores sociais desempenham um papel importante na mudança linguística. Porém, ressalta o autor que estudos apontam sobre o fato de os falantes não terem percepção consciente quanto às regras gramaticais profundas (regras abstratas da fonologia e da sintaxe) de sua língua, por conta disso, é bastante comprometedor afirmar que os fatores sociais influenciam grandemente o sistema linguístico, pois tal afirmação levaria a uma contradição da própria teoria linguística. Quanto ao nível de abstração, diz Labov (2008 [1972], p. 315) que, embora se observe que os fatores sociais alteram de maneira intensa a fonética e o vocabulário de uma língua e algumas de suas formações superficiais, ainda assim seria possível alegar que “a mudança linguística em regras de nível mais alto é um mero reajuste interno”, ou seja, que ela pode se dar, em determinados casos, sem influência externa, o que mostra a não obviedade em se responder a segunda questão levantada.

A terceira e última questão refere-se à posição de Darwin quanto a encarar a biologia e a língua como paralelas no que respeita à evolução: as palavras e as formas gramaticais estão lutando, como os

²⁶ Labov (2008 [1972]) não descarta possíveis inovações independentes simultâneas de alguns falantes, o que não significa dizer que a comunidade inteira adota essas inovações instantaneamente.

seres vivos, para sobreviverem, de maneira que as formas melhores e mais curtas tendem a prevalecer sobre as demais. Quanto a esse ponto de vista, Labov (2008 [1972]) não o defende, já que, a teoria linguística não deve entender que as línguas evoluem a ponto de irem se tornando cada vez melhores, pois, segundo ele, não haveria evidências de que uma forma é melhor que a outra.

De acordo com Labov (2008 [1972]), a evolução linguística se dá em três etapas, simplificadas aqui: (i) há variação entre formas, sendo que a variação está relacionada a fatores internos e externos; (ii) ela se propaga e passa a ser adotada pela maior parte dos falantes, os quais deixam, aos poucos, de usar a antiga forma; e (iii) ocorre a eliminação da(s) forma(s) rival(is), alcançando a regularidade. Portanto, segundo o autor, a ideia de progresso linguístico está descartada. O que se tem é a função da diversidade, uma vez que assumir a língua como heterogênea e sistemática implica “demonstrar que a analogia pode ser sistemática, ou que a mudança gramatical sistemática existe” (KURYLOVICZ, 1964 *apud* LABOV, 2008 [1972], p. 316).

Diante disso, assume-se que a evolução por que passam as línguas não caminha rumo a um caos linguístico, mas, ao contrário, sustenta-se que existe sistematicidade mesmo nos períodos de transição de uma forma para outra ou de um traço para outro. Essa ordem no sistema pode ser garantida, por exemplo, quando temos marcação de plural em sintagmas nominais como *As meninas bonitas*. Como a ideia de pluralidade já está assinalada no artigo, a “marcação é sistemática: a marca de plural – o morfema /s/ – é apagada sempre da direita para a esquerda em um sintagma nominal, e não o contrário” (COELHO; GÖRSKI; MAY; NUNES DE SOUZA, 2010, p. 59), como, por exemplo, *As meninas bonita*.

É importante ressaltar também que o fato de se assumir que a língua varia não implica reconhecer apenas regras variáveis, mas também regras categóricas ou invariáveis num mesmo sistema, pois assim como, por exemplo, temos regras do tipo *a menina*, em que a posição do artigo sempre antecede um nome, já que **menina a* é agramatical, também temos casos em que escolhemos usar, para um mesmo verbo abundante, ou o particípio regular ou o irregular, no mesmo tipo de sentença – ativa ou passiva. Além disso, quando assumimos uma concepção de língua que apresenta regras variáveis e coexistência de formas, estamos assumindo também que toda a variação dentro do sistema é condicionada por determinados grupos

de fatores – linguísticos e/ou extralinguísticos –, o que significa dizer que não há variação livre, e sim que há sempre uma condição ou motivação para que tal mutação ocorra, pois, como assegura Naro (2003, p. 43), em “qualquer estado real da língua, costumam coexistir formas de diversos estágios de evolução, apesar do fato de que a longo prazo [...] a mudança quase sempre acaba afetando todos os itens lexicais e todas as estruturas de um determinado tipo”.

A coexistência, em uma língua, de duas ou mais formas diferentes com um mesmo significado é realmente um fato curioso. De acordo com Calvet (2002 [1993], p. 90), trata-se, pois, da existência de diferentes *variáveis*, que se manifestam por meio da presença de diferentes *variantes*, sendo que variável é “o conjunto constituído pelos diferentes modos de realizar a mesma coisa (um fonema, um signo)” e variante é “cada uma das formas de realizar a mesma coisa”. Como mostra o autor, essas variáveis tanto podem estar presentes nas diferentes pronúncias de certas palavras ou nos diferentes itens lexicais usados para se referir, demarcando territórios e sendo, portanto, geográficas, ou podem também carregar um significado social, permitindo que, em um mesmo território, tal forma linguística demarque uma característica da sociedade.²⁷ Assim, do ponto de vista referencial, duas ou mais formas podem indicar a mesma coisa, mas em geral revelam diferenças sociais e/ou estilísticas, caso contrário, não haveria necessidade de se manter formas idênticas na língua.

É importante notar que a significação social depende da variabilidade. Nesse sentido, o significado social é parasita da língua: ele está confinado àquelas áreas de variação, em geral na ponta de lança de uma mudança linguística em fase de generalização, onde existem modos alternativos de dizer “a mesma coisa”. (LABOV, 2008 [1972], p. 369)

Outro fato curioso é levantado por Labov (2008 [1972]): as regras variáveis, quando não estão associadas a valores sociais, não

²⁷ Embora Calvet (2002 [1993]) não comente, sabemos que a variação não se limita à pronúncia (sotaque) e ao léxico, já que, como muitos estudos sociolinguísticos têm mostrado, ela também pode atingir o nível morfossintático, como é o caso das construções com participípios duplos.

são comumente percebidas pelos falantes, mas, ao contrário, quando possuem estigma dentro da sociedade, são facilmente notadas. Isso leva os falantes a avaliarem certas formas linguísticas e a enfatizarem aquelas que julgam ser de maior ou menor prestígio. Conforme o autor afirma, “a regra variável tem uma função comunicativa – nesse caso, valor ‘estilístico’, ‘expressivo’ ou ‘enfático’ –, enquanto a regra invariante [ou categórica] não tem nenhuma: ela simplesmente facilita a expressão de escolhas já feitas” (LABOV, 2008 [1972], p. 275).

Há diferentes tipos de variantes. Tem-se, por exemplo, variantes do tipo *padrão*, ou seja, aquelas ditas canônicas, reconhecidas pelas gramáticas tradicionais, que obedecem a regras prescritivas, e aquelas *não padrão*, as quais, de algum modo, não contemplam a prescrição gramatical²⁸. É interessante perceber que a variante padrão carrega a propriedade de ser mais conservadora, recebendo, na maioria das vezes, prestígio social, ao passo que a não padrão, por ser inovadora, geralmente é estigmatizada. São justamente esses comportamentos e essas atitudes positivas ou negativas dos falantes sobre as formas variantes da língua que podem contribuir para um avanço ou um retrocesso da mudança linguística, pois, como temos ressaltado, a avaliação é também um condicionador favorável à variação (COELHO; GÖRSKI; MAY; NUNES DE SOUZA, 2010).

As formas coexistentes também são conhecidas como padrões, gírias, jeito antigo de falar, dentre outros, e nada mais são do que “meios alternativos de dizer ‘a mesma coisa’” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 97). É importante reafirmarmos que alternar o estilo, enquanto se fala, não causa assistemática na língua. Isso fica bastante claro quando pensamos num falante que usa ora formas novas, ora formas antigas, quando deseja se expressar. Muitos linguistas, aos poucos, foram se convencendo de que a ideia de uma língua homogeneamente estruturada não caberia mais à teoria da mudança linguística, de tal forma que foram admitindo que a variabilidade e a sistematicidade não se excluem.

Sabe-se que o caráter heterogêneo dos sistemas linguísticos nem sempre pode ser explicado com base na *alternância de estilo* do falante; é o resultado de muitas combinações, de diferentes

²⁸ Há casos em que temos, por exemplo, em vez de duas, três (ou mais) variantes, além disso, essas variantes nem sempre estão ancoradas na dicotomia padrão *versus* não padrão. Um bom exemplo seriam as variantes *sujeito nulo* e *sujeito preenchido*, ambas ditas por diversas gramáticas do português, que também concorrem, embora sejam variantes padrão.

subsistemas, bem como dessas alternâncias. Em muitos casos, é preciso admitir que existam elementos variáveis dentro do próprio sistema, controlados por uma única regra. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), como pode ser encontrada alternância de código entre dois sistemas como, por exemplo, ocorre entre o francês canadense e o inglês, pode também ser encontrada alternância entre elementos e regras de uma mesma língua, sendo chamada de *coocorrência*, isto é, que ocorre ao mesmo tempo, sem que haja uma mistura aleatória na língua: “um código ou sistema é concebido como um complexo de regras ou categorias inter-relacionadas que não podem ser misturadas aleatoriamente com as regras ou categorias de outro código ou sistema” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 104) [grifos dos autores]. Por conta disso, a coocorrência não pode ser associada às regras de um dialeto, pois, segundo os autores, há evidências de que, quando há sentenças do tipo *A* e *A'* e *B* e *B'* em contato, o que se encontra no final não é uma mistura *A* e *B'* ou *A'* e *B* das regras ou dos códigos, mas a observação das duas formas que concorrem entre si. Nesse caso, um analista, ao analisar essas situações de alternância, deve concluir que os falantes alternam códigos várias vezes dentro de um enunciado. Em outras palavras, enquanto a coocorrência diz respeito à alternância, a concorrência refere-se à disputa entre variantes.

Como ressaltamos, muitas vezes o que realmente ocorre dentro de um sistema é a *alternância de diferentes variantes*, no conjunto de diferentes variáveis independentes observadas. Nesses casos, o que se verifica é uma *covariação* ou correlação entre a variável dependente – aquela que se deseja estudar – e uma ou mais variáveis independentes, podendo estas serem linguísticas e/ou extralinguísticas. O mais interessante é que as variáveis independentes covariam – isto é, se correlacionam – sem, no entanto, coocorrerem.

O sistema heterogêneo é então visto como um conjunto de subsistemas que se alternam de acordo com um conjunto de regras co-ocorrentes, enquanto dentro de cada um desses subsistemas podemos encontrar variáveis individuais que co-variam mas não co-ocorrem estritamente. Cada uma dessas variáveis acabará sendo definida por funções de variáveis independentes extralinguísticas ou linguísticas, mas essas funções não precisam ser

independentes umas das outras. Pelo contrário, normalmente se esperaria encontrar íntima co-variação entre as variáveis linguísticas. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 108)

Diante disso, entendemos que as formas de particípio de verbos abundantes, nossa variável dependente, covariam com diferentes variáveis linguísticas e extralinguísticas, ou seja, estão correlacionadas a grupos de fatores. O que tem acontecido com os particípios duplos no português pode ser relacionado também a comportamentos e atitudes linguísticas. Retomemos aqui nossa discussão. Como vimos, muitas das formas regulares de particípio são avaliadas como ruins pelos falantes, de maneira que esses modos de falar caracterizam os próprios falantes que as produzem, por conta do valor social que determinados particípios têm. Sendo assim, boa parte dos falantes consideram muitas vezes as formas *abrido*, *escrevido* e *descobrido*, por exemplo, como formas plebeias, de gente de baixa escolaridade, que “não aprendeu a falar” (cf. SAID ALI, 2008 [1908]), ao passo que as formas irregulares, em geral, bem vistas, possuem alta significação social e referem-se a pessoas mais escolarizadas, sendo, além disso, também neutras, no que respeita à avaliação dos falantes. Tal afirmação se sustenta quando se percebe que os falantes criam novas formas de particípios irregulares como, por exemplo, *trago* e *chego*, na tentativa de, talvez, ou se situarem numa classe mais bem estabelecida ou manterem um certo *status* diante da sociedade.

A respeito de questões relacionadas a atitudes linguísticas, Calvet (2002 [1993]) nos mostra também que há certa segurança/insegurança por parte dos falantes sobre certas pronúncias, palavras e construções da língua. Como já comentamos, existe certa insegurança dos falantes em construir sentenças ativas do tipo *tinha pegado*, porém há segurança desses mesmos falantes ao pronunciar construções do tipo *tinha pego*. O que garante essas seguranças ou inseguranças na fala e na escrita das pessoas? Será o prestígio que cada forma tem? Afirma o autor que

Fala-se de *segurança linguística* quando, por razões sociais e variadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram *sua* norma *a* norma. Ao contrário, há *insegurança linguística* quando os

falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam. (CALVET, 2002 [1993], p. 69) [grifos do autor]

Inseguranças que geram criações linguísticas nos remetem a um outro caso dentro da língua: a hipercorreção. De acordo com Labov (2008 [1972]), a hipercorreção é também uma aliada da mudança linguística. Bastante ligada à variedade padrão, ela resulta num exagero das formas da língua, quando se tenta imitar variáveis linguísticas prestigiosas, e tal comportamento, como afirma Calvet (2002 [1993], p. 78), “pode corresponder a estratégias diferentes: fazer crer que se domina a língua legítima ou fazer esquecer a própria origem”, o que testemunha uma insegurança linguística por parte dos falantes.

Podemos, nesse caso, novamente aplicar os conceitos discutidos ao que, de fato, ocorre com as formas de particípio. É possível considerar, por exemplo, que construções do tipo *tinha trago* e *tinha chego*, para os falantes, estejam mais próximas da variedade padrão²⁹, uma vez que, na maioria dos casos, não são questionadas por aqueles que as ouvem. Já os falantes que não as usam, muitas vezes, se sentem obrigados a aprendê-las, por se tratar de formas mais valorizadas. Acrescenta ainda o autor: “é por considerar o próprio modo de falar como pouco prestigioso que a pessoa tenta imitar, de modo exagerado, as formas prestigiosas” (CALVET, 2002 [1993], p. 79). Em outras palavras, os falantes se sentem mais seguros usando particípios terminados em *-o*, em alguns casos, do que suas respectivas formas regulares que, muitas vezes, carregam sobre si um menor valor social, e as atitudes negativas sobre as formas em variação podem gerar preconceitos e desprezos na sociedade. Mas, como destaca Calvet (2002 [1993]), muitas pessoas são sensíveis a inovações e, quando conhecem a variedade culta, ridicularizam as novas formas, reconhecendo sua aparência imitativa, isto é, muitas

²⁹ Como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho, a competência linguística dos falantes dá a eles potencialidade para criarem diferentes formas com as mesmas regras estruturais da sua língua, aplicando essas regras, já conhecidas, por exemplo, na formação de outros particípios. Assim, se os falantes julgam as formas *pago*, *ganho* e *gasto* de maior prestígio, é bastante aceitável que criem outros particípios também terminados em *-o* para verbos que apenas apresentam particípios regulares.

peessoas percebem que essas novas formas, como, por exemplo, *trago*, imitam formas já existentes na língua, como *ganho*, e as ridicularizam.

Conforme afirma Calvet (2002 [1993], p. 80), tanto a hipercorreção como a hipocorreção “são *estratégias* que se deixam ler nos discursos, mas que têm uma outra função, uma função social. As circunstâncias da aquisição dessa ou daquela forma linguística, do controle dessa ou daquela pronúncia só aparentemente são linguísticas”. Para ilustrar essa questão, o autor cita a peça de teatro *Pigmalião*, de Bernard Shaw (1856-1950), dramaturgo inglês. A peça trata de uma moça que vendia flores e que queria se comportar como uma *lady* e, para isso, ela procura um foneticista, que a ensinaria as pronúncias de prestígio do inglês. Observa-se, pois, que as motivações dela de aprender o modo prestigioso de falar não são linguísticas, mas simplesmente sociais. Diante disso, podemos garantir que as atitudes e o comportamento dos falantes podem ser considerados fatores importantes no processo de variação e de mudança das línguas.

Até agora temos insistido que a teoria da variação e mudança linguística adota uma abordagem que defende uma estrutura heterogênea, própria das línguas humanas, inserida em um contexto social que a modifica, evitando, portanto, concepções teóricas que excluem mutuamente a variabilidade e a sistematicidade (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Todavia, precisamos destacar que, embora Labov (2008 [1972]) reconheça a importância de se estudar a língua em seu contexto social, ele não se mostra ingênuo quanto aos problemas que essa teoria pode apresentar: *qual é a forma da regra linguística?, que restrições podem incidir sobre ela?, como as regras e os sistemas de regras mudam?*. Diante dessas questões, ele assegura que, por mais que se faça um trabalho assíduo e produtivo para o campo em estudo, existem muitas questões que ainda não foram respondidas, mas uma coisa é certa: a variação é explícita, inevitável e intrínseca às línguas humanas, operando sistematicamente num processo contínuo, em meio à interação.

2.2 Variação interna e externa: a dinâmica das línguas

A variação linguística pode se dar em duas dimensões – interna e externa –, pois, como temos visto, segundo Labov (2008 [1972]), o esclarecimento pleno das mudanças linguísticas nem sempre está intimamente relacionado ao contexto social, o que exige investigações

da estrutura interna, a fim de que muitas questões possam ser elucidadas.

Com relação à dimensão interna, estudos sociolinguísticos têm mostrado que as línguas sofrem variações, no decorrer do tempo, em seus níveis, de maneira que as transformações atingem, por exemplo, o léxico, a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o discurso. Mas há casos de variações em que mais de um nível está sendo atingido, como é o caso dos participípios, visto que atingem tanto o nível morfológico – por conta das suas diferentes terminações em *-do*, *-o* ou *-e* – como o nível sintático – que diz respeito à distribuição das formas participiais em relação a sentenças ativas e passivas, com os auxiliares *ter/haver* e *ser*, nessa ordem. Parece que o uso de uma ou outra forma de participípio em sentenças ativas e passivas está intimamente ligado ao sufixo do participípio – regular em *-do* e irregular em *-o* ou *-e* –, a depender do item lexical em questão.

A dimensão externa da variação linguística se dá por meio de uma combinação de fatores que, juntos, podem condicionar a mudança. Como o próprio nome sugere, esses fatores estão fora da estrutura, contribuindo para explicar as transformações por que passam as palavras e as expressões das línguas na sociedade. Estudos sociolinguísticos têm apontado nas línguas, por exemplo, *variação diatópica* – também chamada regional ou geográfica –, *variação diastrática* – ou dos extratos sociais, como, por exemplo, grau de escolaridade, ao nível socioeconômico³⁰, ao sexo dos falantes e à sua

³⁰ Quanto ao *nível socioeconômico* dos falantes, embora aqui no Brasil não tenhamos conhecimento preciso dos diferentes níveis sociais e econômicos da população, ele contribui para nos auxiliar a reconhecer as forças sociais que condicionam a variação linguística. Labov (2008 [1972]), em seus estudos, leva em conta, por exemplo, o acesso dos informantes a certos privilégios na sociedade. Dentre seus trabalhos, podemos citar o estudo em três lojas de departamento de Nova York, a saber, *Sacks Fifth Avenue*, *Macy's* e *S. Klein*, onde trabalhavam pessoas de classe média alta, classe média baixa e classe baixa, respectivamente. Nesse caso, o autor investigava a variável *presença ou ausência de /r/ em posição pós-vocálica*, em palavras do tipo *car*, *card*, *four*, *fourth*, dentre outras com as mesmas características fonológicas, com a finalidade de saber se esses três diferentes níveis de fala nova iorquinos correspondiam aos três níveis socioeconômicos registrados. O resultado do estudo de Labov (2008 [1972]) foi bastante esclarecedor: observou-se que quanto maior o nível socioeconômico dos falantes maior era o uso da variável de prestígio que, nesse caso, era a presença de /r/, ainda que fosse a variante inovadora, ao passo que, quanto menor o nível socioeconômico, maior a

faixa etária –, *variação diafásica* – ou estilística – e *variação diamésica* – que corresponde à variação na fala e na escrita.

Com relação à variação diatópica, podemos nos questionar se, por exemplo, independentemente das regiões brasileiras, os falantes estão criando novas formas de particípio terminadas em *-o*. Será que em todas as regiões do Brasil as formas irregulares de particípio são as mais bem avaliadas? Como vimos no capítulo primeiro, Barbosa (1993) e Teixeira da Silva (2008) já mostraram que na fala carioca e na fala da Região Sul, respectivamente, os particípios irregulares com sufixo *-o* são as preferidas de muitos verbos, aparecendo na fala, por exemplo, formas novas como *trago*, *perco* e *chego*. Estudos mais aprofundados talvez nos ajudariam a responder questões como essa recém-levantada.

A variação diastrática também pode contribuir para explicar as variações e mudanças por que passam as línguas. Labov 2008 ([1972]) mostra que o comportamento dos falantes muito tem a ver com a história cultural de cada local. Ele afirma que as diferenças linguísticas entre homens e mulheres podem ser, muitas vezes, explicadas pelas suas posições nas sociedades. O comportamento das mulheres ocidentais, bastante diferente do comportamento de mulheres asiáticas e indianas, por exemplo, pode esclarecer a razão por que estas mulheres são mais conservadoras em sua fala do que aquelas, uma vez que as mulheres dos Estados Unidos, da Europa e da América Latina, por terem um lugar de destaque na sociedade, tendem a ser menos conservadoras, linguisticamente falando, enquanto em lugares como a Ásia e a Índia, os homens é que tendem a ser menos conservadores.

A Sociolinguística tem mostrado que há também uma relação estreita entre a variação linguística e a faixa etária dos membros de uma comunidade. É possível, por exemplo, comparar as diferentes faixas etárias da comunidade para perceber que há *mudança em tempo aparente*. “Segundo essa hipótese, num determinado momento *t*, falantes de diferentes faixas etárias representam diferentes estados da

ausência de */r/*, a variante considerada estigmatizada, embora conservadora. Casos como esse talvez possam ser exemplificados com base em nosso fenômeno linguístico, com o verbo *abrir*: podemos pensar que os sujeitos menos privilegiados tendem a usar o particípio *abrido*, enquanto os mais privilegiados o particípio *aberto*. Isso apenas mostra que cada variável se apresenta de maneira particular em seu contexto social.

língua” (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 142), de maneira que os mais velhos se apresentam como mais conservadores do que os jovens, o que pode sugerir uma *mudança em progresso*, baseada numa gradação etária. Talvez as formas de participípio possam ilustrar esses casos, se pensarmos que construções do tipo *tinha trago* e *tinha chego* dificilmente serão encontradas na fala ou na escrita de pessoas mais velhas, bem como determinadas gírias, já que denunciam, muitas vezes, a idade dos indivíduos. Mas há casos em que, mesmo que os falantes de diferentes faixas etárias usem palavras ou construções diferentes, a variação permanece estável, sem revelar uma possível mudança. Não podemos deixar de considerar também que a fala dos indivíduos muda no decorrer dos anos. Esse fato é atestado quando observamos que há muitas formas que vão sendo deixadas para trás, principalmente quando se entra no mercado de trabalho, bem como novas formas vão sendo adotadas.

Embora um teste avaliativo³¹ sobre participípios, aplicado por nós, tenha mostrado que, independentemente do sexo, da idade e da escolaridade, os informantes tendem a avaliar como *bons* os participípios irregulares, inclusive formas inovadoras como *chego*, pode ser que uma análise de dados reais de fala ou de escrita possam revelar diferenças mais significativas, quando essas mesmas variáveis são controladas, o que ainda não foi feito por nós. Estudos mais aprofundados talvez respondam se os estratos sociais são relevantes ou não para explicar as variações no uso de nosso fenômeno linguístico.

A variação *estilística* ou *diafásica* também pode ser observada nos diferentes estilos da fala de um mesmo indivíduo, funcionando como uma adequação ao meio em que o falante está inserido, um comportamento que está diretamente ligado à sua função social. É bastante fácil perceber que temos um modo de falar com nossos amigos, com as pessoas que temos intimidade e que, com elas, usamos uma fala menos monitorada, mais coloquial. Por outro lado, quando vamos nos referir a pessoas mais velhas, a pessoas que estão hierarquicamente numa posição acima da nossa ou a quem não temos intimidade, monitoramos mais nossa fala, como se ela aos poucos fosse se tornando mais formal.

³¹ Sobre nosso teste de avaliação, trataremos dele com mais detalhes ainda dentro deste capítulo.

Segundo Labov (2008 [1972], p. 313), “a variação social e estilística pressupõe a opção de dizer ‘a mesma coisa’ de várias maneiras diferentes, isto é, as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística”. Diante disso, podemos pensar esse tipo de variação no que respeita ao uso de participios regulares e irregulares de verbos abundantes. Como afirmamos, estamos assumindo que ambas as formas participiais – regular e irregular – são variantes de uma mesma variável, de maneira que o falante pode escolher, consciente ou inconscientemente, qual forma irá usar. Mas é viável pensarmos que o estilo do falante acarreta a escolha de uma ou outra forma de participio? Será que podemos afirmar que, em geral, a forma irregular se inscreve num contexto mais formal e culto, ao passo que a regular é uma variante de menor prestígio social, e por isso é usada em contextos de informalidade? Isso explicaria talvez o fato de muitos falantes, que responderam nosso teste de avaliação, assinalarem como *boas* ambas as formas de participio de um mesmo verbo. Nesse caso, podemos concluir que, embora eles reconheçam as duas formas e as usem, em uma situação formal farão a escolha pela forma de mais prestígio que, na maioria das vezes, é a forma irregular? Parece haver implicações estilísticas nesses casos, relacionadas ao grau de formalidade.

Por fim, as línguas humanas também estão diretamente associadas à variação *diamésica*, isto é, à variação que se dá na *fala* e na *escrita*. De acordo com Ilari e Basso (2006, p. 181), este tipo de variação está diretamente associado ao uso de diferentes meios ou veículos, de maneira que “entre o escrito e o falado, há uma diferença irredutível de planejamento” (ILARI; BASSO, 2006, p. 181). Segundo os autores, o texto escrito é “retilíneo” e tem a necessidade de falar por si, não dando ao destinatário um conhecimento muito exato da situação em que foi escrito, já o texto falado funciona como uma espécie de “espiral”, pois a todo tempo se atropela, dispensa a necessidade de descrição de pessoas e local para o interlocutor. Podemos pensar, portanto, a fala como uma atividade mais espontânea e improvisada, mais variável que a escrita, a qual é artificial e não espontânea.

Com base nisso, é possível que encontremos em nossos dados escritos, retirados do jornal Diário Catarinense *online*, um texto mais planejado, no sentido de que haverá, talvez, menor variação no uso de participios regulares e irregulares em sentenças ativas e passivas – se

comparamos, por exemplo, com a avaliação dos falantes no teste de atitude –, porque um texto, principalmente quando é escrito por um jornalista, tende a apresentar maior obediência às regras da variedade padrão. Sendo assim, acreditamos que os dados escritos que serão investigados por nós tendem a obedecer à “gramática do escrito”, de acordo com o gênero textual/discursivo (ILARI; BASSO, 2006), que, no caso do nosso *corpus*, são *notícias* e *comentários de leitores*, como iremos ver ainda neste capítulo.

Após essa breve discussão entre a variação interna e externa das línguas, baseada em variáveis linguísticas e extralinguísticas, iremos apresentar, na próxima seção, os princípios empíricos que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), regem a variação e a mudança linguísticas.

2.3 Princípios empíricos para uma teoria da mudança linguística

Conforme apontam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), existem alguns princípios empíricos que regem a teoria da variação e mudança linguística: (i) os *grupos de fatores condicionantes* ou *restrições*, que determinam e distinguem mudanças possíveis de impossíveis dentro do sistema, apontando a direção da mudança; (ii) o *encaixamento*, que mostra como a mudança linguística se encaixa nos sistemas sociais e linguísticos; (iii) a *transição*, na tentativa de mostrar como e por quais caminhos a língua muda; (iv) a *avaliação*, tratando dos efeitos e da reação dos membros da comunidade em relação à mudança; e, finalmente, (v) a *implementação*, que busca responder por que, quando e onde a mudança ocorreu.

Observe que para cada um desses princípios há uma questão que precisa ser respondida, um problema que precisa ser resolvido: (i) quais as condições para que uma mudança ocorra na estrutura da língua? (ii) como a mudança se encaixa na língua e na sociedade? (iii) como se dão e quais são os estágios da mudança? (iv) como as mudanças são avaliadas pelos falantes? e (v) quais grupos de fatores permitem que a mudança seja implementada e por que ela ocorre em determinada língua, em determinada época, e não em outra? A partir de agora, abordaremos cada um desses princípios.

2.3.1 Fatores condicionantes

Os *fatores condicionantes* dizem respeito aos condicionadores internos e externos da língua, determinando o conjunto de mudanças e condições possíveis para a mudança linguística, mostrando que a língua é sistemática enquanto muda. Sendo assim, ao analisar uma determinada variável, é preciso levantar quais os grupos de fatores internos e externos que condicionam o uso da nova forma que está sendo inserida na língua, na tentativa de buscar explicações para sua realização. Como veremos adiante, mais detalhadamente, elencamos variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas, nos dois *corpora*, com o objetivo de tentar explicar quais fatores condicionam a variação nas formas de particípio, em sentenças ativas e passivas. Por ora, apenas apontaremos ao leitor quais são essas variáveis.

Para o *teste de atitude*, as variáveis independentes linguísticas controladas foram o item lexical em questão e o tipo de sentença – ativa e passiva –, além dos fatores externos avaliação, sexo, idade e escolaridade do informante. Já para os *dados escritos*, controlamos, para os fatores internos, além do item lexical e do tipo de sentença – ativa ou passiva –, a conjugação e o número de argumentos do verbo, a animacidade, a ordem e o preenchimento do sujeito, se, por exemplo, um material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio pode selecionar a escolha deste último, além da variável extralinguística gênero textual/discursivo. Dessa maneira, buscamos conhecer quais desses grupos de fatores são significativos para esta pesquisa.

É importante ressaltar aqui, novamente, que o falante é competente para lidar com regras variáveis, consciente ou inconscientemente. Dessa forma, a busca por cada um dos grupos de fatores condicionantes colabora para a confirmação de que a língua não é estática ou homogênea, mas sim que é inerentemente um sistema heterogêneo e dinâmico.

2.3.2 Encaixamento

Sobre o princípio de *encaixamento*, afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) que as várias cadeias de eventos por que passam as formas estruturais mostram que as relações dentro da língua não têm caráter imediato, categórico e instantâneo, como insiste o modelo de homogeneidade linguística, uma vez que a generalização a

que se chega não ocorre instantaneamente, visto que há correlações nesse processo. De acordo com os autores, é necessário levar em conta que o encaixamento se dá em duas estruturas: (i) na estrutura linguística, na qual estão os traços mutantes, definidos pela coocorrência estrita e pela covariação entre elementos linguísticos e extralinguísticos, levando em conta que o controle dessa variação faz parte da competência linguística dos falantes da comunidade; e (ii) na estrutura social, pois as variações sociais e geográficas são elementos inseparáveis da estrutura linguística.

Linguistas que desejam evitar o estudo dos fatores sociais não conseguiram avançar muito fundo neste sistema: existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz linguística. Relações dentro do contexto social não são menos complexas do que as relações linguísticas [...]. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 114)

Os autores asseguram que os fatores sociológicos têm sido cada vez mais explorados para explicar as mutações por que passaram os fenômenos linguísticos. Eles argumentam, por exemplo, que muitos estudos teriam sido entendidos como mudanças linguísticas simplesmente aleatórias, caso não tivessem sido adotados fatores externos para explicar a variação. Desse modo, afirmam que linguistas que excluem “fatores sociológicos teria[m] de lidar com [...] um feixe de dialetos separados que fortuitamente estão mudando em paralelo” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 117). Mais: segundo os autores, assumir essa concepção associada de língua leva cada uma das variáveis controladas a serem interpretadas como objetos separados, resultando numa variação livre, isto é, numa variação não condicionada ou sem inter-relação. Insistem, pois, os autores que não há como avançar no estudo se os linguistas não levarem em conta os fatores sociais, visto que a explicação da mudança linguística deve estar firmada em ambas as relações estruturais – internas e externas: “A forma mais poderosa de explicação viria de uma análise das condições sociais” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 114).

Todavia, destacam os autores que nem sempre a significação social das variáveis linguísticas se distribui igualmente no sistema, bem como nem todos os elementos do sistema são igualmente

difundidos em diferentes regiões. Os resultados de uma mudança, por exemplo, podem estar pouco correlacionados a fatores sociais, como seria o caso do fenômeno sobre a monotongação do ditongo decrescente /ow/ > o, já que ocorre em todas as regiões do Brasil, atingindo todas as faixas etárias, sem demarcar diferentes grupos socioeconômicos.

Há também um outro tipo de encaixamento apontado por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), além do encaixamento estrutural e social. Segundo eles, trata-se de um tipo de *reação em cadeia*: uma determinada mudança, ao ser encaixada nas matrizes linguística e social, pode atingir outros campos da gramática da língua, desencadeando outras mudanças, em outros níveis. Para exemplificar um caso de reação em cadeia, podemos citar a entrada no português das formas *dele, dela, deles, delas*, na 3ª pessoa, as quais também possuem função de posse, que por hipótese deve ter sido desencadeada pela entrada de *você* no paradigma pronominal, que levou consigo os possessivos *seu, sua, seus, suas*, para a 2ª pessoa do discurso.

Quanto à restrição e ao encaixamento, Labov (2008 [1972], 1982) propõe que sejam tratados juntos, uma vez que os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos podem ajudar a compreender como de fato se deu o encaixamento de uma estrutura na língua e na sociedade. Com base em vários estudos, feitos por diversos autores, o autor mostra que uma inovação linguística pode ter início em qualquer grupo e então se difundir por toda a comunidade, podendo esse grupo pertencer à classe baixa, média ou alta. Essa afirmação contraria o que o que muitos linguistas assumem, a saber, que os falantes tendem a imitar a fala daqueles que julgam ter uma posição social mais elevada (BLOOMFIELD, 1933 *apud* LABOV, 2008 [1972]), o que não necessariamente se verifica. Segundo o autor, muitas mudanças linguísticas se iniciam na classe operária, mas, normalmente, essas novas formas são consideradas estigmatizadas, fazendo frear sua difusão; outras surgem na classe média, se propagando para a classe baixa, até atingir a classe alta; já “a inovação feita pelo grupo de *status* mais alto é, em geral, uma forma emprestada de fontes externas, mais ou menos conscientemente; com algumas exceções, serão formas de prestígio” (LABOV, 2008 [1972], p. 333).

Labov (2008 [1972]) acrescenta também que os hábitos de fala pertencentes a este último grupo – classe alta – são percebidos muito facilmente, embora não seja comum este grupo se comportar como

inovador. Ele ainda cita casos na língua, por exemplo, em que a mudança vem de baixo para cima, ou seja, do vernáculo, porém a classe dominante corrige o uso, de forma que a “correção” segue a direção inversa, de cima para baixo, o que remonta ao princípio de *encaixamento linguístico* vinculado ao *encaixamento social*, sendo que “o padrão inovador entra como uma cunha, com um ou outro grupo atuando como ponta de lança” (LABOV, 2008 [1972], p. 339) no processo de propagação.

Como já ressaltamos, as formas participiais como, por exemplo, *abrido* e *escrevido*, são bastante comuns no processo de aquisição para a maior parte das crianças. Talvez possamos dizer que essas formas participiais regulares permaneçam, principalmente, nos falares de pessoas de *status* social menos elevado. Assim, em casos de criações com esse sufixo, estaria havendo um processo de regularização da terminação em *-do* de alguns itens lexicais, como *abrir* e *escrever*, sendo que essa regularidade de alguns participípios seria principalmente inovações de pessoas de nível escolar menos elevado. As classes mais favorecidas, por sua vez, ao estigmatizar formas regulares como *abrido* e *escrevido*, parecem que avaliam negativamente também outros participípios terminados em *-do*, como *trazido* e *chegado*, levando à criação de participípios terminados em *-o* para esses mesmos verbos – *trago* e *chego* –, com base em outras formas que consideram de prestígio no léxico, como, por exemplo, *ganho* e *gasto*. Dessa maneira, é possível pensar que a inovação linguística, no que respeita às criações *trago* e *chego*, correspondentes à direção de *-do* para *-o*, ocorre *de cima para baixo*, isto é, da classe de prestígio ou dominante para as demais.

Esses exemplos, trazidos por nós, se tratam apenas de reflexões sobre as possíveis direções de mudança na criação de novas formas de participípio (cf. BARBOSA, 1993). Obviamente, não descartamos as criações de participípios terminados em *-do* por pessoas de nível escolar alto, tampouco participípios terminados em *-o* por pessoas de nível de escolaridade menor. O que temos observado é que a criação de novos participípios tem gerado novos tipos de construções, que em outro momento não eram aceitas pelos falantes, mas que agora resultam numa generalização de aplicação da regra, que atinge muitos verbos, tanto em sentenças ativas como em passivas, sem causar prejuízos ao sistema, devido à sua perfeita configuração, e sem perda informacional. Diante disso, nos parece evidente que a variação nas

formas de particípio mostra a correlação entre os encaixamentos linguístico e social.

Além da influência da *classe econômica* sobre a variação e a mudança linguística, Labov (2008 [1972]) aponta outros efeitos que podem contribuir para esse processo. Vários estudos mostraram que, por exemplo, o *grupo étnico* e a *casta* dos falantes muito podem contribuir para a entrada de formas inovadoras na língua. Verificou-se que dois dialetos asiáticos se comportam diferentemente: o *brâmane* resiste com mais veemência à mudança gramatical e fonológica interna, mas aceita mais facilmente palavras e padrões fonêmicos estrangeiros, ao passo que o *não brâmane* não aceitava essa mesma influência estrangeira com tanta facilidade – conforme estudos de Bright e Ramanujam (1964 *apud* LABOV, 2008 [1972]). A partir desses fatos linguísticos é possível concluir que “vários grupos étnicos podem tratar a mesma variável de modos diferentes” (LABOV, 2008 [1972], p. 342).

A *identidade local* também pode explicar muitos casos linguísticos. Sabemos, com base no estudo de Labov (2008 [1972]), na ilha de Martha’s Vineyard, sobre a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/, em palavras como *right* e *house*, que a mudança sonora estava diretamente associada ao extrato social dos falantes, bem como com o fato de serem a favor ou contra a presença de turistas na ilha. Os resultados mostraram que a centralização dos ditongos era feita por falantes que desejavam preservar sua marca linguística identitária e eram contra a presença de turistas, já aqueles que centralizavam menos ou não centralizavam se comportavam como neutros ou a favor da presença de turistas na ilha. Essa diferenciação fonológica proposital era tão evidente que não se pôde estudar a mudança linguística local sem se estudar o contexto social daquela ilha: a mudança sonora é a identidade local.

Outro fator importante que pode explicar a mudança de padrões linguísticos é o deslocamento de falantes de áreas rurais para áreas urbanas. Assim como nos Estados Unidos – como mostra Labov 2008 ([1972]) –, no Brasil são bastante perceptíveis as diferenças nas falas de pessoas vindas do interior, que são taxadas de caipira, por exemplo. Segundo o autor, quando a fala caipira é ridicularizada, ela vai perdendo, aos poucos, seus traços mais salientes, amoldando-se. O que ocorre nesses casos, portanto, é a *transformação de dialetos regionais em dialetos de classe urbana*.

O *papel das mulheres* na sociedade, como muitos estudos mostram, também pode contribuir com o processo de mudança linguística. Como vimos, de acordo com Labov (2008 [1972]), geralmente, as mulheres usam mais as formas inovadoras que os homens, podendo-se afirmar que elas são mais sensíveis às formas de prestígio e que avançam em primeiro lugar. Segundo o autor, apesar de não haver justificativas concretas a esse respeito, talvez o fato de as mulheres conversarem mais que os homens e terem uma relação mais próxima com crianças, principalmente nos primeiros anos de vida destas, nos quais as regras linguísticas estão se formando, permita com que elas experimentem mais os processos de transformação da língua. Porém, como sabemos, estudos mostram que, no mundo oriental, são os homens que estão na ponta da mudança.

O estudo de Labov (2008 [1972]), já citado, na ilha de Martha's Vineyard, interessantemente, mostrou o contrário: os homens é que usavam mais o traço inovador. Com base nisso, “seria um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança linguística” (LABOV, 2008 [1972], p. 347). Como salienta o autor, uma conclusão notável e cabível para o grupo de fatores *sexo* seria afirmar que as diferenças no comportamento entre homens e mulheres se mostram como mais um fator social importante para a Sociolinguística. “A generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística” (LABOV, 2008 [1972], p. 348).

Finalmente, Labov (2008 [1972]) cita a *reestruturação de padrões iniciais sob influência do grupo de pares* como uma possibilidade de se explicar as variações e mudanças por que passam as línguas. Ele aponta, por exemplo, que a maioria das abordagens sobre aquisição da linguagem limita-se à relação mãe-filho como o único contexto social de aprendizagem envolvido, o que exclui, desse modo, a importância da interação com outras crianças no processo, por exemplo. Sendo assim, esses modelos teóricos explicam a entrada de novas formas ou construções linguísticas como consequência puramente interna ao sistema, já que tais formas não são usadas pelos familiares da criança. Não consideram, portanto, que a criança possa ter aprendido novas regras, novas palavras ou até mesmo novas construções linguísticas com base na fala de outras crianças, com quem tem contato. Outro problema dessas teorias, segundo Labov

(2008 [1972], p. 349), é o fato de que “as crianças não falam como os pais. Na grande maioria dos casos [...] as crianças seguem o padrão de seus pais”. O autor propõe, então, uma espécie de reestruturação da teoria no que concerne à fala da criança, apostando que, talvez, o que ela acrescenta à sua fala sejam regras de outros dialetos que não herdou da gramática dos pais, mas sim da gramática de seus amigos (pais).

2.3.3 Transição

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), quando se faz um estudo atento da *transição* de um sistema linguístico para outro ou de um lugar da gramática a outro, o que está em questão é o valor da variável linguística. Apesar de reconhecerem que a mudança linguística possa se dar de maneira discreta, os estudos que têm feito “mostram transições contínuas nas frequências e valores modais das formas” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 109), isto é, mostram que, ainda que seja possível haver uma mudança abrupta, ela não é recorrente. Assim, “entre quaisquer dois estágios observados de uma mudança em progresso, normalmente se tentaria descobrir o estágio interveniente que define a trilha pelo qual a estrutura *A* evoluiu para a estrutura *B*” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 122), com a finalidade de compreender as fases intermediárias em função do tempo, captando o processo gradativo e contínuo da mudança, pois a forma antiga não é simplesmente substituída pela nova: há diferentes estágios durante o processo, de maneira que as duas formas coexistem e concorrem, levando ou não à mudança.

Descobriu-se, então, que a teoria da mudança linguística muito pode se beneficiar com os dialetos transicionais, pois, dessa forma, a teoria da língua pode observar a mudança linguística enquanto ela ocorre, a partir do uso de traços arcaicos e inovadores, por exemplo. Uma leitura feita por Paiva e Duarte (2006, p. 141) sobre esse princípio nos ajuda a compreender que a transição é um processo natural, já que uma mudança não ocorre de forma abrupta:

As evidências acumuladas ao longo dos anos mostram que a instalação de uma nova variante é progressiva e que, entre dois estágios de uma língua, podem ser identificados sistemas transicionais que suscitam questões sobre a

forma como uma variante passa de um indivíduo para o outro e de um contexto estrutural a outro. A apreensão ou postulação desses estágios intermediários [...] pode contribuir muito mais para a formulação de uma teoria da mudança do que o estudo dos pontos inicial e final.

Com base nesse princípio, afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 122) que a mudança ocorre: “(1) à medida que o falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta”, ou seja, arcaica. Segundo os autores, a transferência pode ocorrer entre grupos de faixas etárias distintas, já que parece que as crianças não preservam as características do dialeto dos pais, mas as dos grupos que as cercam antes da adolescência. A hipótese do tempo aparente, apresentada pelos autores, por exemplo, contribui sobremaneira para o entendimento da transição de formas, já que é possível observar, em muitos casos de variação e mudança, uma progressão ordenada entre as idades dos falantes. Novamente, podemos aplicar nosso objeto de estudo ao princípio da transição, com base nas etapas (1), (2) e (3), recém-apresentadas. Parece ser razoável pensarmos que, algumas formas novas de participípio têm ganhado destaque atualmente, principalmente aquelas terminadas em *-o*, assim, novas alternativas têm surgido para o uso do falante: o verbo *chegar* já conta com duas formas participiais – *chegado* e *chego*. Pode-se dizer que vivemos no momento em que ambas as formas coexistem em nossa língua e talvez uma delas se torne obsoleta e desapareça, assim como ocorreu com o verbo *trazer*, que contava, além da forma *trazido*, com a forma irregular *treito*, como mostramos, no primeiro capítulo, e até mesmo a forma *bento*, que possivelmente já não é mais compreendida como participípio irregular do verbo *benzer*, como bem aponta Mória (2004).

Uma questão não simples de responder está relacionada às etapas internas de transição das formas de participípio. Como afirma Barbosa (1993), é possível lançar a hipótese de que está havendo uma passagem funcional das formas conjugadas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo para as formas participípios terminadas em *-o*, o que, em outras palavras, significa dizer que os participípios podem ser derivados de formas verbais conjugadas. Da mesma maneira, podemos compreender essa transição, em muitos casos, como a passagem

funcional de adjetivos a participios verbais, como bem mostra Camara Jr. (2005 [1970], 1976). Já Cunha e Cintra (2001) encaram os participios irregulares como formas reduzidas, isto é, trata-se da redução da forma regular para a forma irregular, como, por exemplo, de *chegado* para *chego*, em que há queda da vogal temática na transição dos itens, permanecendo apenas o radical e o sufixo, mudando de *-do* para *-o*, assim: *cheg + a + do* → *cheg + Ø + o*. Ora, se a transição se dá da derivação de uma função a outra (forma verbal conjugada/adjetivo → *participio*) ou de um participio regular a um irregular (*chegado* → *chego*), não podemos confirmar, o que apenas podemos observar é que, no primeiro caso, o item lexical fica intacto, ao passo que, no segundo, há perda de morfemas, já que ocorre redução do radical.

Mas há um problema levantado pelos autores no que respeita à transição linguística, que pode ser exemplificado pelo trabalho de Hermann (1929 *apud* WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Este autor mostrou que a ditongação /ε/ > /ε¹/ não atingiu igualmente todos os membros da comunidade, uma vez que o processo de transferência da variável linguística não está baseado na simples distribuição das faixas etárias. Como mostram Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], 109), “os casos que têm sido estudados mais cuidadosamente mostram a variável com uma função de estilo tanto quanto de idade, mesmo nos estágios iniciais”, além disso, verificou-se também que inclusive os falantes de baixa escolarização alternaram o estilo, usando formas arcaicas e inovadoras em sua fala.

Vale a pena retomar aqui um fato curioso: durante a transição de uma forma a outra, como esse processo de mudança pode não interferir na comunicação bem sucedida entre os membros de uma comunidade? Lembremos novamente que, como nos garantem Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a heterogeneidade da língua é ordenada, mesmo nesses estágios em que pode parecer menos sistemática.

2.3.4 Avaliação

O estudo da *avaliação* das variáveis linguísticas, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), apesar de gerar alguns problemas teóricos, tem permitido um progresso considerável nos esclarecimentos da mudança linguística, uma vez que a atitude social diante da língua pode ser uma propriedade importante no processo de

mudança linguística. Estudos mostram que os falantes, de maneira geral, têm consciência social sobre as novas formas (ou variantes), havendo, portanto uma sensibilidade do falante sobre as formas que estão em variação, de maneira que, em inúmeros casos, há um julgamento sobre cada uma das variantes. Mas que condições favorecem ou não a mudança? “São favoráveis as condições quando a forma é prestigiada na sociedade e desfavoráveis quando a forma é estigmatizada, por exemplo. Ou seja, a avaliação da mudança linguística pelos membros da comunidade de fala se dá pelo seu significado social – prestígio ou não” (COELHO; GÖRSKI; MAY; NUNES DE SOUZA, 2010, p. 103). Em outras palavras, as reações positivas ou negativas dos falantes podem determinar o processo de mudança nas línguas. Diante disso, podemos admitir que existe consciência social em algumas escolhas, o que coloca o falante como um ser ativo e não passivo nos processos de variação e mudança das línguas.

Porém, “nem todas as mudanças linguísticas recebem avaliação social explícita ou sequer reconhecimento” (LABOV, 2008 [1972], p. 354), de maneira que muitas delas passam despercebidas pela comunidade, não sendo julgadas. Por conta dos estudos empíricos que mostram as diferentes avaliações linguísticas, Labov (2008 [1972]) diferencia três níveis de avaliação social: *indicadores*, *marcadores* e *estereótipos*. De acordo com ele, os primeiros não apresentam variação estilística, tampouco força avaliativa, mas apenas indicam traços linguísticos referentes à idade e ao grupo social do informante, por exemplo; já os do segundo caso se estratificam social e estilisticamente, ou seja, carregam sobre si a avaliação dos falantes; e, por fim, os do terceiro caso “são formas socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade” (LABOV, 2008 [1972], p. 360), podendo marcar grupos específicos por meio de estereótipos linguísticos cristalizados, como ocorre com expressões do tipo “sai da carçada sordado marvado” e “bom dia, titia”³², para caracterizar a fala estigmatizada de caipiras e de nordestinos, respectivamente, dentre outros. Todavia, como ressalta o autor, nem sempre os estereótipos dizem respeito a marcas estigmatizadas. Muitas delas variam no seu prestígio social, sendo resistentes ao tempo, justamente por

³² Exemplos creditados a Labov (2008 [1972], p. 360), porém fornecidos pelos tradutores do livro.

identificarem grupos, povos, regiões, de forma que recebem avaliação positiva de alguns e negativa de outros. Um bom exemplo seria o “manezês”, falado pelos manezinhos da ilha de Florianópolis, que reforça uma identidade local.

Muitos dos estereótipos marcados negativamente podem levar a mudanças linguísticas rápidas, sendo quase apagados totalmente da comunidade, aparecendo apenas como variável estigmatizada com valor de humor. Para exemplificar esse caso podemos pensar no verbo *abrir*. Como vimos no capítulo primeiro, esse verbo já não é considerado abundante para a maioria das gramáticas analisadas e, quando aparece nelas, é apenas para marcar que se trata de um verbo apenas de participio irregular. Nesse caso, podemos pensar que a forma *abrido* é usada por muitas pessoas para marcar estereótipos de indivíduos menos escolarizados, com intenção humorística. Assim, algumas pessoas que usam essa forma, muitas vezes a usam em contextos específicos para ironizarem, garantindo que sabem perfeitamente que o participio canônico é *aberto*. Por conta disso, é possível que a forma regular seja corrigida e até mesmo eliminada do uso.

Dentre os casos que não sofrem julgamento social podemos citar novamente a pronúncia de algumas palavras que sofrem monotongação na fala, como ocorre em *caixa>caxa*, *peixe>pexe* e *louco>loco*, que não carregam estigma e parecem não impactar conscientemente. Mas, como reforça o Labov (2008 [1972]), os casos referentes a mudanças gramaticais são mais facilmente notados pelos falantes, como se observa na alternância das formas pronominais *nós* e *a gente*. Esta última, sim, recebeu – e de muitos ainda recebe – avaliação negativa na escrita. Nesses casos em que há avaliação negativa, em que há formas estigmatizadas, é curioso observar que os “falantes que exibem o mais alto índice de uso de um traço estigmatizado em sua própria fala espontânea apresentam a maior tendência a estigmatizar os outros pelo uso dessa mesma forma” (LABOV, 2008 [1972], p. 357), o que significa dizer que eles mesmos não se dão conta do que produzem. Aliás, quando, nós, falantes, dizemos *nunca* falar determinadas formas ou construções gramaticais, isso pode não ser verdade, basta que coloquemos um gravador para registrar a nossa própria fala: com certeza, na grande maioria dos casos, iremos nos surpreender ao nos depararmos com tantos usos inconscientes em nossa oralidade, o que confirmaria o texto de Labov (2008 [1972]) supracitado.

Ainda dentro da discussão sobre avaliação social, Labov 2008 [1972] afirma ser bastante comum grupos mais fechados socialmente, de classe média baixa, avaliarem positivamente sua maneira de falar, ainda que conheçam as normas gramaticais e o vocabulário que regem os falares de grupos dominantes em sua comunidade. Isso reflete uma posição desses falantes em não adotar tais regras, com a finalidade de valorizar as inovações linguísticas de seu próprio grupo social, que os separa dos demais – estamos retomando aqui a ideia de identidade. Além disso, como destaca o autor, embora exista uma hierarquia no quadro da mudança linguística, que se estratifica conforme a sociedade, nem sempre a mudança vinda de um grupo de *status* social mais elevado tem sucesso, da mesma maneira que nem todas as formas prestigiadas são difundidas.

Ainda referente ao estudo de variação do /r/ em Nova York, por exemplo, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) mostram que o uso do /r/ é a marca de prestígio da classe média para falantes entre 20 e 39 anos, sendo que não há variação na avaliação subjetiva deles, porém para informantes mais velhos, entre 40 e 60 anos, a avaliação não foi unânime, havendo variação de opinião, pois muitos deles avaliaram negativamente o uso de /r/. Como mostram os autores, esse é um caso em que a mudança está mais na dimensão da avaliação social do que no comportamento linguístico do falante, estando associada, inclusive, à estratificação estilística. Eles ressaltam também, com relação a esses correlatos subjetivos, a importância do nível de consciência linguística dos falantes entrevistados, já que a intuição deles é significativa.

Um outro caso, mas que também merece destaque, é o estudo de Lambert (1967 *apud* WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 103), o qual mostra que estudantes anglo-canadenses apresentam mais dificuldades de aprender o francês do que os estudantes dos Estados Unidos, por conta da avaliação negativa que fazem dos falantes de francês. Não há dúvidas de que as avaliações sociais causam efeitos na mudança linguística, o que resta saber é como ela afeta a estrutura interna de uma língua, uma questão bastante delicada.

2.3.5 Implementação

O quinto e último princípio levantado pelos autores diz respeito à *implementação* da mudança linguística, ou seja, como de fato ela se

origina e por que isso ocorre em tempos e lugares específicos. Muitos estudos têm mostrado que esse problema está diretamente associado aos condicionadores linguísticos e sociais, os quais podem explicar como a mudança se implementa na língua e nos estratos da sociedade.

Embora a implementação não seja tão facilmente identificada, conforme assumem Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), já é possível afirmar que a mudança, em muitos casos, pode ser observada e estudada enquanto se implementa no sistema, mas, talvez, seja mais seguro se resolver o problema da implementação quando a nova forma ou o novo traço passou a ser constante na estrutura linguística, ou seja, deixou de ser variável. Sendo assim, talvez possamos suspeitar que a variação nas formas de participípio, mais precisamente as inovações terminadas em *-o*, podem ter se originado da necessidade de o falante se identificar em meio à sociedade, já que os participípios regulares e irregulares carregam significação social, se encararmos, por exemplo, que se trata de uma variação de estilo, pois, como vimos, os participípios irregulares *ganho* e *gasto* já no século XX apontaram preferência no uso, provocando a generalização desse sufixo em outros verbos. Contudo, não vamos ser ousadas tentando explicar como essa mudança se implementa no sistema, mesmo porque a variação ainda é evidente em construções ativas e passivas com participípios duplos, e parece não ser possível, por ora, prever sua conclusão. O que parece ser certo é que todo esse processo está correlacionado a variáveis linguísticas e extralinguísticas.

Pode-se admitir, então, que a mudança se inicia num grupo social específico, ganha valor social e se expande de maneira gradativa à comunidade, até se completar. Os estudos, então, atestam que

[...] a mudança lingüística começa quando um dos muitos traços da variação da fala se difunde para um subgrupo específico da comunidade de fala. Este traço lingüístico então assume uma certa significação social – simbolizando os valores sociais associados àquele grupo [...]. Uma vez que a mudança lingüística está encaixada na estrutura lingüística, é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o

processo se complete. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 124)

Isso mostra que as mudanças por que passam as línguas humanas não estão na base de uma deriva aleatória, mas, ao contrário, “o domínio do falante nativo sobre a língua [também] inclui o controle destas estruturas heterogêneas” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 125), confirmando, mais uma vez, que há íntima relação entre fatores linguísticos e sociais. Os autores, embora apostem nessa relação de fatores, não estão somente interessados em saber se os princípios gerais adotados funcionam perfeitamente ou não. Seu interesse é primeiro apresentar propostas sobre a teoria da mudança linguística, calcadas empiricamente.

Temos ressaltado, ao longo de nossa discussão, que muitos verbos apresentam duas ou mais formas de participípio passado, despertando nossa curiosidade. O que precisamos agora é demarcar quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas que podem influenciar a coexistência dessas diferentes formas em nossa língua. Como bem aponta Calvet (2002 [1993], p. 90), “nem sempre [a Sociolinguística] conseguiu juntar as duas pontas desse conjunto, o linguístico de um lado e o social de outro”. Terá a abundância nos participípios uma distribuição em diferentes faixas etárias, ou se dividirão conforme o sexo do falante, ou ainda estarão distribuídas numa escala social de classes? Não há dúvidas: nos resta saber qual a *função* dessas formas coexistentes, o que não é simples, já que o uso de uma forma ou outra nem sempre é inconsciente, pois pode ser voluntária, refletindo o comportamento do falante (CALVET, 2002 [1993]). Veremos agora cada uma das variáveis levantadas por nós com a finalidade de tentar explicar a variação nas formas de participípio no português, bem como a metodologia adotada para a coleta de dados.

2.4 Metodologia

A variação no prestígio das formas regulares e irregulares de participípio, que pode ser observada em textos escritos, nos levou a embasar essa pesquisa não somente na busca de dados do jornal Diário Catarinense *online*, mas também em um teste de avaliação. Por conta disso, nossa metodologia está dividida em duas propostas, que serão apresentadas a seguir, relacionadas à *avaliação* dos falantes e ao *uso escrito*.

2.4.1 Testando participíos duplos: a busca pela avaliação dos falantes

Com o objetivo de investigar como os falantes avaliam a variação nas formas de participío regulares e irregulares de alguns verbos abundantes do português, bem como conhecer o prestígio dado a cada uma dessas formas, decidimos fazer, primeiramente, um teste de avaliação com falantes nativos do PB. Como nos mostra Labov (2008 [1972]), esse tipo de teste avaliativo nada mais é do que um teste de atitude dos falantes, que avaliam positiva ou negativamente as variantes linguísticas em questão, dando prestígio a umas formas e estigmatizando outras, e, muitas vezes, julgando algumas como “certas” e outras como “erradas”. De maneira geral, como já ressaltamos, nossa expectativa é de que as formas regulares de participío sejam consideradas de baixo prestígio, relacionadas a pessoas de baixa escolaridade, por isso a tendência é que as pessoas que se consideram mais cultas acreditem que usem mais formas irregulares, criando, muitas vezes, participíos fortes para verbos que não os têm, o que resulta, numa hipercorreção.

É importante ressaltar que o teste elaborado não revela, obviamente, a produção real dos falantes no que respeita à formação de sentenças ativas e passivas, porém seu resultado é de suma importância para conhecermos quais formas têm maior prestígio na língua atualmente, visto que reconhecemos que “esse tipo de dado colhido em testes não pode ser interpretado sem dados sobre os padrões de fala real das pessoas” (LABOV 2008 [1972], p. 249), pois

Quando indagadas sobre quais dentre várias formas são características de sua própria fala, as respostas das pessoas refletem a forma que elas acreditam gozar de prestígio ou ser a ‘correta’, mais do que a forma que elas realmente empregam. [...]. (LABOV 2008 [1972], p. 249)

Uma questão muito intrigante é investigar, por exemplo, se as diferentes formas de participío passado, de um mesmo verbo, apresentam diferentes significados sociais, se há uma distribuição entre avaliação do uso segundo a estratificação do informante, de acordo com idade, sexo e escolaridade, ou seja, se os grupos de fatores sociais são reveladores na escolha das formas regulares ou irregulares. Outro ponto interessante é observar se as construções ou as formas

participiais escolhidas são as de maior prestígio, ou seja, se obedecem à norma prescritiva, conforme apontamos no exemplo em (1). Reconhecemos que, provavelmente, não responderemos todas essas questões, mas bem sabemos que são perguntas que merecem uma pesquisa a fundo.

Ainda nesta subseção, serão apresentados a composição e a aplicação do teste de atitude, os fatores controlados durante sua aplicação, bem como as questões e as hipóteses que permearam o desenvolvimento desse teste.

2.4.1.1 Sobre a composição e a aplicação do teste de atitude

Doze verbos abundantes foram escolhidos para compor nosso teste de avaliação³³, para formar um total de 46 sentenças, ativas e passivas, a saber, *salvar, pegar, imprimir, pagar, gastar, ganhar, entregar, chegar, trazer, abrir, escrever* e *descobrir*. Como já ressaltamos no capítulo anterior, consideramos como abundantes inclusive os verbos não reconhecidos pelas gramáticas investigadas, justamente porque tínhamos a curiosidade de conhecer a avaliação dos falantes sobre as formas participiais “novas” como, por exemplo, *chego, trago, abrido, escrevido* e *descobrido*.

Cada um desses verbos forma sentenças ativas e passivas, conforme o modelo em (2), readaptado em (9), sendo que o informante poderia avaliar cada sentença como *boa, ruim* ou *nem boa nem ruim*, conforme sua intuição linguística sobre a forma do participípio – regular e irregular. Lembremos que as sentenças do Tipo 1 e 2 referem-se à voz ativa e as sentenças do Tipo 3 e 4 à voz passiva:

(9)

Tipo 1: A secretária *tinha/havia imprimido* o arquivo.

Tipo 2: A secretária *tinha/havia impresso* o arquivo.

Tipo 3: O arquivo *foi impresso* pela secretária.

Tipo 4: O arquivo *foi imprimido* pela secretária.

O teste de avaliação foi aplicado a 48 informantes, sendo 24 homens e 24 mulheres, distribuídos igualmente com relação a dois grupos de escolaridade e a três grupos de faixa etária, de forma

³³ O modelo do teste de atitude está disponível para consulta no final deste trabalho, em *anexo*.

que o informante deveria preencher o questionário com seus dados sociais – sexo/gênero, idade e escolaridade –, bem como preencher sua naturalidade, pois nos interessam apenas informantes catarinenses³⁴. Sendo assim, o controle da variável *naturalidade* nos permitiu deixar nossa amostra mais homogênea.

2.4.1.2 Sobre os grupos de fatores controlados

Como se tratam de sentenças prescritas para avaliação do informante, a categorização de cada uma delas segue o parâmetro de forma e conteúdo, de maneira que apenas são substituídos os participios, ora regular ora irregular, como já foi mostrado em (9). Dessa maneira, cada verbo apresenta quatro sentenças que o representam – com exceção do verbo *chegar*, já que o teste não apresenta construções do tipo *foi chegado* e *foi chego*³⁵. Ao formar cada uma dessas sentenças, alguns grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos estavam em questão. Os grupos de fatores internos, relacionados à nossa variável dependente *formas de participio*, são *tipo de sentença* e *item lexical*. Já os grupos de fatores externos dizem respeito às características do informante, ou seja, sua *avaliação* sobre a sentença, seu *sexo/gênero*, sua *idade* e sua *escolaridade*. Cada uma dessas variáveis estão expostas nos quadros que seguem, estando a variável dependente no Quadro 2 e as variáveis independentes no Quadro 3:

Variável dependente	Categorias
Forma de participio	regular, irregular

Quadro 2: variável dependente binária – teste de atitude.

³⁴ Neste primeiro momento da pesquisa, foram elencados para a análise apenas os testes em que a naturalidade do informante era da grande Florianópolis. Posteriormente é possível que pensemos em expandir nossa pesquisa para outras regiões brasileiras.

³⁵ Isso se deve, provavelmente, ao número de argumentos do verbo, já que o verbo *chegar* é inacusativo, ou seja, tem apenas um argumento. Devido a essa sua propriedade, parece soar bastante estranho construções do tipo *foi chegado* e *foi chego*. Mas essa discussão será feita, brevemente, na subseção 3.2, quando tratarmos do fator linguístico *número de argumentos do verbo*, que compõe as variáveis controladas para os dados escritos desta pesquisa.

Variáveis independentes	Categorias
Tipo de sentença	ativa (ter/haver), passiva (ser)
Item lexical	salvar, imprimir, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir escrever, chegar, trazer, descobrir
Avaliação do informante	boa, ruim, nem boa nem ruim
Sexo/gênero do informante	masculino, feminino
Idade do informante	Idade 1: de 15 a 30 anos; Idade 2: de 30 a 50 Idade 3: acima de 50 anos
Escolaridade do informante	Escolaridade 1: até o Ensino Médio Escolaridade 2: a partir da graduação

Quadro 3: *variáveis independentes – linguísticas e extralinguísticas – controladas no teste de atitude, correlacionadas à nossa variável dependente binária – formas de participio.*

Como é possível observar no Quadro 3, o primeiro grupo de fator linguístico controlado foi *tipo de sentença*, pois, como temos reforçado, nossa intenção é também conhecer a avaliação dos falantes sobre sentenças ativas e passivas, formadas ora com participios regulares ora com participios irregulares. Nesse caso, busca-se conhecer a avaliação sobre as regras da variante padrão, já que, como vimos, na segunda seção do primeiro capítulo, deste trabalho, as formas regulares de participio devem constituir *sentenças ativas*, enquanto as *sentenças passivas* devem ser escritas com participios irregulares, preferencialmente, de acordo com a maior parte dos autores pesquisados, como, por exemplo, Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001), Azeredo (2008) e Perini (2010).

O *item lexical*, segundo grupo de fatores interno controlado, é sem dúvida, uma variável de grande importância, se consideramos, por exemplo, que, como afirmam Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]) e Bechara (2001 [1999]), o uso de participios em sentenças ativas e passivas varia de verbo para verbo. Se isso é verdade, não podemos esperar uma categoricidade no uso das formas

participiais em relação aos tipos de sentenças – ativa e passiva –, pois o comportamento delas irá variar de acordo com o verbo em questão.

Em relação aos grupos de fatores externos, talvez a *resposta/avaliação do falante* seja o grupo de maior importância para o teste, já que, ao assinalar cada uma das sentenças como *boa*, *ruim* ou *nem boa nem ruim*, pudemos conhecer quais formas, em geral, possuem mais estigma e mais prestígio, independentemente do uso real. Sobre as sentenças, é importante salientar que, como o leitor pôde observar, elas estão agrupadas, ou seja, cada verbo está representado de quatro formas distintas, a saber, *ter/haver + participípio regular*, *ter/haver + participípio irregular*, *ser + participípio regular* e *ser + participípio irregular*, nesta ordem, como já foi mostrado em (9). Tal agrupamento, que engloba as quatro possibilidades de construções com participípios duplos, para esses auxiliares, foi proposital, pois nossa intenção era que essas quatro sentenças não ficassem distantes uma das outras no teste, mas que ficassem, justamente, próximas, para que o informante pudesse compará-las ao assinalar sua avaliação, podendo, inclusive, assinalar todas como *boas* ou todas como *ruins*, ou todas como *nem boas nem ruins*. É importante ainda salientar que essa variável – *resposta/avaliação do falante* – não será analisada como favorecedora ou não favorecedora da escolha das formas de participípio – regular ou irregular –, mas como uma variável que tem como finalidade estabelecer uma correlação com as demais variáveis controladas no teste de atitude.

Os demais grupos de fatores externos, relacionados ao informante, tinham como objetivo caracterizar o sujeito que responde o teste. A variável *sexo/gênero* poderá responder, por exemplo, se há diferença entre homens e mulheres, no que respeita à avaliação de formas regulares e irregulares de participípio. Semelhantemente, o controle da *idade* e da *escolaridade* do informante poderá responder a essa mesma questão, quanto à avaliação no uso.

A seguir, serão expostas as questões e as hipóteses específicas que fundamentaram a aplicação do teste de avaliação.

2.4.1.3 Questões específicas

- (i) Há variação na avaliação das formas de participípio – regulares e irregulares – para os doze verbos abundantes elencados, em construções de sentenças ativas e passivas?

- (ii) Quais formas de particípio são consideradas como *boas*, as regulares ou as irregulares? E quais são consideradas ruins?
- (iii) Como os falantes se comportam em relação às regras normativas? Eles obedecem à norma prescrita nas gramáticas consultadas?
- (iv) As formas “novas” de particípio que compõem os testes de avaliação possuem prestígio?
- (v) Os grupos de fatores sociais – sexo/gênero, idade e escolaridade – condicionam a escolha dos falantes quanto às formas de particípio?

2.4.1.4 Hipóteses específicas

- (i) Acreditamos que há variação na escolha dos falantes na avaliação das formas de particípio – regulares e irregulares – para os doze verbos abundantes elencados, tanto em sentenças ativas como em passivas;
- (ii) As formas irregulares de particípio, de maneira geral, serão consideradas *boas* para os falantes, enquanto as regulares serão avaliadas, na maioria das vezes, como *ruins*;
- (iii) Os falantes do PB, no que diz respeito à construção de sentenças ativas e passivas, não obedecerão às regras normativas, de maneira geral;
- (iv) Dentre as formas de particípio consideradas “novas” – *chego, trago, abrido, escrevido, descobrido* –, acreditamos que as irregulares terão maior prestígio sobre as regulares, ainda que estas sejam “novas”;
- (v) Quanto aos grupos de fatores sociais, acreditamos que o sexo/gênero não interferirá na avaliação, porém a idade e a escolaridade sim: quanto menor a idade do informante (Idade 1), maior o uso de formas irregulares de particípio e quanto maior a escolaridade (Idade 2), maior o uso de formas irregulares de particípio.

2.4.2 Uso de particípios duplos: a busca por dados escritos

“Para lidar com a *língua*, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, [...] corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado” (LABOV, 2008 [1972], p. 236), uma vez que é na fala do dia-a-dia que

observamos de fato o vernáculo dos falantes, isto é, a fala que recebe um menor grau de atenção justamente por ser menos monitorada. Segundo Labov (2008 [1972]), a pesquisa Sociolinguística deve basear-se, principalmente, na coleta de dados de fala, feita por meio de entrevistas individuais gravadas³⁶. O objetivo dessas gravações é registrar de forma fidedigna os dados colhidos, bem como disponibilizá-los para posteriores pesquisas, sejam no nível linguístico ou no nível social, para um estudo sobre a identidade do indivíduo, por exemplo. Sobre esta metodologia, Labov (2008 [1972]) também ressalta que o ideal de uma pesquisa Sociolinguística é atestar como realmente as pessoas falam, quando não estão sendo gravadas, o que gera o *paradoxo do observador*, já que só é possível estudar as falas por meio de gravações. Uma solução para esse paradoxo, segundo o autor, seria deixar os entrevistados o mais à vontade possível, para que seu vernáculo possa despontar.

Embora tenhamos consciência de que a oralidade é a principal fonte de dados para a pesquisa Sociolinguística, também sabemos que há tipos de dados que não são encontrados tão facilmente em entrevistas. Sintagmas nominais com ou sem concordância de número, por exemplo, são facilmente encontrados, já que estão no vernáculo de qualquer falante do português, principalmente em situações de menor monitoramento. Já construções de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes são dados mais limitados, o que nos levou a adotar outro tipo de metodologia de coleta.

2.4.2.1 Sobre a coleta dos dados escritos

Com a finalidade de levantar um número maior de dados de participios duplos em construções de sentenças ativas e passivas, decidimos trabalhar com fontes escritas. A delimitação de nosso *corpus* de análise obedeceu a determinados critérios, sendo que os dados deveriam fazer parte do jornal Diário Catarinense *online*, no *site* clicRBS *online* de Santa Catarina, apenas gerados/postados/publicados no decorrer do ano de 2012.

É importante salientar que, por ora, apenas nos interessaram os dados que formavam sentenças declarativas e que tivessem o participio no gênero masculino em sentenças passivas como, por

³⁶ Cada uma dessas entrevistas individuais gravadas devem ser submetidas previamente à aprovação do Comitê de Ética da instituição à qual o pesquisador está vinculado.

exemplo, *Os meninos foram salvos*, e não *As meninas foram salvas*, uma vez que decidimos pesquisar apenas a forma e não seu gênero. Sendo assim, foram pesquisadas as formas *pagado, pago, gastado, gasto, ganhado, ganho* etc., e não suas respectivas formas no gênero feminino, a saber, *pagada, paga, gastada, gasta, ganhada, ganha* etc., com a finalidade de definir e limitar mais precisamente a pesquisa. Além disso, é importante informar o leitor de que também não iremos controlar a concordância de número dos participios.

A coleta dos dados foi feita por meio da digitação das formas de participio regular e irregular de cada um dos verbos abundantes estudados na primeira seção – *salvar, imprimir, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir, escrever, chegar, trazer* e *descobrir* –, inclusive daqueles verbos considerados não abundantes pelas gramáticas estudadas. Acreditamos que, se essas formas de participio não canônicas já aparecem na escrita de profissionais da área de jornalismo, bem como na escrita de leitores de jornais, significa dizer que já estão na fala de catarinenses e, provavelmente, de brasileiros, em geral, há algum tempo. Gostaríamos, ainda, de relembrar o leitor sobre o critério para a escolha desses doze verbos. Decidimos organizá-los em três grupos: (i) sempre considerados verbos abundantes pelas gramáticas pesquisadas (*salvar, entregar, imprimir*); (ii) a depender da gramática estudada, foram ora considerados verbos abundantes ora não considerados (*pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir, escrever*); e (iii) não foram considerados verbos abundantes por nenhuma das gramáticas pesquisadas (*chegar, trazer, descobrir*).

A busca pelos dados foi dividida em duas etapas: (a) *pesquisa avançada do Google* e (b) *ferramentas de pesquisa*, também oferecidas pelo *Google*. Observe a Figura 1, que segue, que exemplifica a primeira etapa da pesquisa:

Google

Pesquisa avançada

FAZER LOGIN

Localizar páginas com...

todas estas palavras:

esta expressão ou frase exata:

qualquer uma destas palavras:

nenhuma destas palavras:

números que variam de: a

Fazer isso na caixa de pesquisa.

Digite as palavras importantes: **USE SELECIONAR**

Coloque palavras exatas entre aspas: "salvado"

Digite (:) entre letras as palavras que você deseja: **salvado:de**

Coloque um sinal de menos antes das palavras que você não deseja: **salvado -"diário de santa maria"**

Coloque 2 pontos finais entre os números e adicione uma unidade de medida: **10, 33 1h, 10h 30s, 10h 50s, 2010...2011**

Em seguida, limite seus resultados por...

idioma: Localizar páginas no idioma selecionado.

região: Encerre páginas publicadas em uma determinada região.

última atualização: Encerre páginas atualizadas dentro do tempo especificado.

site ou domínio: Pesquise um site (como wikipedia.org) ou limite seus resultados a um domínio (como www.ig.com.br)

termos que aparecem: Pesquise por termos em toda a página, no título da página, no endereço da web ou em links para a página que está procurando.

SafeSearch: Informe ao SafeSearch a quantidade de conteúdo sensível explícito a ser filtrado.

tipo de arquivo: Encerre páginas no formato que preferir.

direitos de uso: Encerre páginas em que não haja restrições de uso.

Pesquisa avançada

Figura 1: opções para a ‘pesquisa avançada’ do Google.

Como é possível observar na Figura 1, a pesquisa avançada do Google permite preencher inúmeras opções antes de se iniciar uma pesquisa *online*. Nosso primeiro passo foi preencher a lacuna *todas estas palavras*, campo em que colocamos o particípio a ser buscado, entre aspas, para que seja uma busca específica, ou seja, uma busca que apresente resultados exatos para uma determinada palavra. Na Figura 1, temos como exemplo de busca da palavra “salvado”. O segundo passo é buscar um período específico em que esses dados foram postados, no caso, interessa-nos apenas o ano de 2012. Mas a opção mais importante que esse tipo de pesquisa nos oferece é que, como o leitor pode observar na Figura 1, podemos selecionar nossos dados dentro de um *site* ou domínio em particular, e, nesse caso, desejamos buscar somente textos com a palavra “salvado”, por exemplo, que estejam inseridos no *site* do clicRBS *online* de Santa Catarina, mais precisamente que tenham sido publicados no jornal Diário Catarinense *online*, já que esse domínio permite acesso a uma diversidade de jornais – *A notícia*, *Zero Hora*, *diário de Santa Maria*, dentre outros. Outro item importante para a coleta de dados é a desativação do campo *SafeSearch*, para que nenhum tipo de dado seja bloqueado por conta de seu conteúdo. Os demais campos preenchidos

não foram modificados por nós, uma vez que já estavam preenchidos pelo *Google*.

A segunda etapa da busca de dados foi selecionar os itens das *ferramentas de pesquisa*. Como nossa pesquisa é feita pelo *site* do *Google* e não se limita a imagens, mapas, vídeos, dentre outros, mas busca todos os tipos de páginas, selecionamos a opção *Web* que esse *site* oferece, como é possível observar na Figura 2, na parte destacada:



Figura 2: opções das 'ferramentas de pesquisa' do *Google*.

A Figura 2 também mostra, no destaque, que é possível selecionar novamente o período em que se deseja buscar os dados, num *intervalo personalizado* para o ano de 2012, o qual, no caso, está selecionado para o intervalo de *1 de maio de 2012 a 31 de maio de 2012*, contemplando cada um dos dias do mês de maio. Mantivemos também a opção *classificados por relevância* e *todos os resultados*, a fim de que o *Google* nos trouxesse os dados mais próximos daquilo que desejamos encontrar. Dessa forma, para cada um dos participípios – regulares e irregulares – procurados, para os doze verbos elencados, repetimos o mesmo critério de busca, que foi feito mês a mês. Em outras palavras, pesquisamos a forma *salvado* em todos os intervalos desse mesmo ano – de *1 de janeiro de 2012 a 31 de janeiro de 2012*, de *1 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012*, de *1 de março de 2012 a 31 de março de 2012*, e assim por diante, até o mês de dezembro –, e também as formas *salvo*, *imprimido*, *impresso*, *entregado*, *entregue* etc. Ainda sobre a Figura 2, é possível observar que para o participípio *salvado* há um único dado no mês de maio, no domínio do Diário Catarinense *online* – clicRBS, de maneira que

clicamos nessa notícia e se abre uma nova página da *internet* para ela. Quando essa nova página da internet é aberta, buscamos localizar apenas o dado que interessa: *salvado*. Para isso, clicamos no teclado do computador *Ctrl+F* (*F* do inglês *find*), comando este que faz a caixa *localizar* se abrir, indicada no canto superior esquerdo da página, na qual escrevemos a palavra que procuramos no texto, como é mostrado na Figura 3:



Figura 3: página da notícia que apresenta o dado ‘salvado’, exemplificando a opção de busca por meio do atalho ‘Ctrl+F’.

Quando buscamos a palavra *salvado* na caixa *localizar*, automaticamente ela é destacada no texto, como um marcador de textos, o que facilita sobremaneira o ‘achamento’ do dado. Então, é só coletá-lo para, posteriormente, categorizá-lo. Existem ainda outras informações que podem ser retiradas da Figura 3, ou seja, da página da *Web* em que o dado se encontra: a data exata da postagem, se o dado faz parte do texto escrito pelo próprio jornalista ou se se trata de um texto escrito pelo leitor, se é uma notícia, em qual seção ela foi publicada etc. Nesse caso, é possível identificar que o dado está no texto da notícia, isto é, que foi escrito pelo jornalista e não pelo leitor. Um dado escrito por um leitor do Diário Catarinense *online*, por exemplo, aparecerá no espaço *comentários* ou nas respostas dos *murais* – enquetes lançadas pelo jornal.

Ainda sobre a coleta de dados, é importante ressaltar que o máximo de páginas que o *Google* seleciona em sua busca é dez, sendo que, cada página apresenta até 10 *links*, que podem ou não conter os

dados que desejamos. Dentre os dados que o *Google* seleciona ou que julga de maior relevância, aparecem construções com o particípio *salvado*, por exemplo, tanto com os auxiliares que elencamos – *ter*, *haver* e *ser* –, quanto com os demais auxiliares – *ficar*, *estar* etc. A busca foi, portanto, criteriosa e exigiu atenção.

2.4.2.2 Sobre os grupos de fatores controlados

Nossa *variável dependente*, aquela que será correlacionada com os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, são as *formas de particípio*, as quais podem se manifestar sob as formas *regular* e *irregular* e, por esse motivo, é chamada de variável dependente *binária*. Como temos ressaltado, os grupos de fatores internos e externos, também chamados de *variáveis independentes*, permitem verificar, por exemplo, qual a frequência de ocorrência das formas regulares e irregulares de particípio em cada um dos contextos controlados, além de contribuírem na busca por explicações para os fatos da língua. No Quadro 5, que segue, apresentaremos um quadro resumitivo de cada uma das variáveis independentes que serão controladas e correlacionadas com nossa variável dependente binária, exposta no Quadro 4:

Variável dependente	Categorias
Forma de particípio	<i>regular, irregular</i>

Quadro 4: *variável dependente binária – corpus escrito.*

Variáveis independentes	Categorias
Tipo de sentença	<i>ativa (ter/haver), passiva (ser)</i>
Item lexical	<i>salvar, imprimir, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir, escrever, chegar, trazer, descobrir</i>
Conjugação do verbo	<i>1ª conjugação (-ar) 2ª conjugação (-er) 3ª conjugação (-ir)</i>
Número de argumentos do verbo	<i>1 argumento, 2 argumentos, 3 argumentos</i>
Animacidade do sujeito	<i>animado, inanimado</i>
Preenchimento do sujeito	<i>preenchido, nulo</i>
Ordem do sujeito	<i>anteposto, posposto</i>
Função do material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio	<i>ausente, adjunto adverbial, sujeito, clítico, objeto</i>
Gênero textual/discursivo	<i>notícias, comentários de leitores</i>

Quadro 5: variáveis independentes – linguísticas e extralinguísticas – controladas no corpus escrito, correlacionadas à nossa variável dependente binária – formas de particípio.

As variáveis independentes elencadas para nossa análise podem ser divididas em linguísticas e extralinguísticas, conforme mostra o Quadro 5. As variáveis linguísticas são: *tipo de sentença, item lexical, conjugação do verbo, número de argumentos do verbo, animacidade o sujeito, preenchimento do sujeito, ordem do sujeito e função do material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio.*

Nossa primeira variável linguística – *tipo de sentença* – será controlada com o objetivo de verificar se o uso de particípios regulares e irregulares se distribui de maneira uniforme em sentenças ativas e passivas, formadas a partir dos verbos auxiliares *ter/haver* e *ser*, respectivamente. De acordo com as gramáticas estudadas no

capítulo primeiro, percebemos que, de maneira geral, as formas regulares devem ser empregadas na voz ativa e as formas irregulares, preferencialmente, na voz passiva. É nosso interesse também constatar se os falantes do PB são sensíveis a essas regras prescritas ou se têm preferência pelos participípios irregulares independentemente do tipo de sentença em questão.

O controle do *item lexical* também é algo que nos interessa. Quando categorizamos o verbo em questão, estamos em busca de uma resposta sobre quais verbos abundantes no participípio têm se manifestado mais na forma regular ou mais na forma irregular. Lembremos que os itens controlados dizem respeito aos doze verbos selecionados – *salvar, imprimir, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, abrir, escrever, chegar, trazer e descobrir* – e que nem todos eles são aceitos como portadores de participípios duplos para as gramáticas estudadas. Por conta disso, e também pelo fato de nossos dados serem escritos, é possível que os verbos considerados de participípio único como, por exemplo, *abrir* e *descobrir* se manifestem preferencialmente sob sua forma irregular, ao passo que os verbos *chegar* e *trazer*, pelo mesmo motivo, apareçam mais nas formas *chegado* e *trazido*. Acreditamos, pois, que cada verbo se manifesta em sua particularidade no uso, em relação à nossa variável dependente.

A *conjugação do verbo*, nossa terceira variável linguística controlada, também pode nos apontar certa preferência de cada conjugação sobre a forma de participípio a ser usada. Os doze verbos escolhidos estão distribuídos conforme o Quadro 6 a seguir:

Conjugações	Verbos selecionados
1ª conjugação (-ar)	<i>salvar, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, chegar</i>
2ª conjugação (-er)	<i>escrever, trazer</i>
3ª conjugação (-ir)	<i>imprimir, abrir, descobrir</i>

Quadro 6: distribuições dos doze verbos elencados para o grupo de fatores linguístico ‘conjugação do verbo’.

Embora não tenhamos o mesmo número de verbos para cada uma das conjugações, é possível que elas não se manifestem igualmente com relação às formas de participípio. Como tratamos, no

primeiro capítulo deste trabalho, nossa intenção era elencar verbos que sempre mantiveram sua abundância, verbos que perderam sua abundância, bem como verbos que apresentam participípios novos, questões essas que variam de autor para autor. Essa grade não sistemática na distribuição das conjugações verbais se deve ao fato de a decisão por controlar esse grupo de fatores linguístico ter sido tomada após a seleção dos doze verbos que iriam compor o teste de avaliação dos falantes, portanto, após a escolha dos doze participípios elencados para esta pesquisa.

Sobre esta variável, pensamos que, talvez, a 1ª conjugação seja mais propícia, dentre as três conjugações verbais, em favorecer, preferencialmente, participípios irregulares, como, por exemplo, *salvo*, *pago*, *ganho*, *gasto* etc. Além disso, a competência do falante pode favorecer a criação de novas formas participiais, com base na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, como, por exemplo, para o verbo *chegar* → *chego*, com terminação também em *-o*. Essa hipótese se deve ao fato de a maior parte dos verbos pertencer a esta conjugação, bem como ao fato de todos – com exceção do verbo *entregar* – já apresentarem esse tipo de terminação, bastante usual no PB. As 2ª e a 3ª conjugações, por outro lado, além de apresentarem restrição quanto ao número de verbos envolvidos, são constituídas por verbos que, segundo a variedade padrão, têm apenas um participípio, o que pode, de certo modo, dificultar o aparecimento das formas *escrivido*, *trago*, *abrido* e *descobrido* nos textos escritos, com exceção para o verbo *imprimir* que, dos cinco verbos, é o único que é reconhecido como abundante pelas gramáticas estudadas. Sendo assim, não há como esperar grandes resultados para esse grupo de fatores, no que se refere à escolha por participípios regulares ou irregulares. Teixeira da Silva (2008) também controlou essa variável, mas seu objetivo estava diretamente relacionado à produtividade de participípios nas três conjugações verbais, diferentemente do nosso, que se refere ao uso desse objeto variável na escrita.

Semelhantemente ao que ocorreu com o grupo de fatores *conjugação do verbo*, ocorreu com a variável linguística *número de argumentos do verbo*, pois não há uma distribuição sistemática quanto à quantidade de verbos em cada uma das grades temáticas, pela mesma razão: quando elencamos os verbos para realizar o teste de avaliação dos falantes, não esperávamos controlar esse grupo. Observe a distribuição dos doze verbos elencados no Quadro 7:

Número de argumentos do verbo	Verbos selecionados
1 argumento	<i>chegar</i>
2 argumentos	<i>imprimir, gastar, pegar, abrir, escrever, trazer e descobrir</i>
3 argumentos	<i>salvar, entregar, pagar, ganhar</i>

Quadro 7: distribuição dos doze verbos elencados para o grupo de fatores linguístico ‘número de argumentos do verbo’.

Com base no Quadro 7, é possível observar que, embora o número de verbos não seja igual entre as categorias argumentais, essa variável pode ser de grande importância para mostrar quais tipos de verbos preferem formas regulares ou irregulares de particípio. Esperamos, diante disso, que a categoria *1 argumento* seja a mais prejudicada para nos fornecer resultados significativos quanto à seleção de particípios regulares e irregulares, em sentenças ativas e passivas, porém as outras duas categorias, de dois e três argumentos, poderão nos trazer implicações relevantes quanto ao uso, pois são compostas por sete e quatro verbos, nessa ordem.

As características do sujeito da sentença – ativa e passiva – também foram selecionadas como fatores que poderiam nos trazer respostas quanto à preferência pelo uso das formas regulares e irregulares de particípio. Tais propriedades podem, talvez, nos trazer evidências de que, por exemplo, o uso de cada uma dessas formas esteja diretamente relacionado à sua *animacidade*, ao seu *preenchimento*, e à sua *ordem*. Dessa maneira, é possível que o fato de o sujeito ser [+animado] ou [-animado], preenchido ou nulo, anteposto ou posposto à construção verbal, implique na construção da própria sentença construída com determinado particípio. Por conta disso, essas três variáveis, referentes ao sujeito da sentença, também serão controladas.

A última variável linguística independente a ser controlada é a *função do material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio*. Não é incomum aparecerem elementos em meio a construções de sentenças ativas e passivas como, por exemplo, *Foi hoje descoberto o esconderijo do bandido* e *Tinha o sujeito trazido as malas no dia anterior*. Gostaríamos, pois, de analisar se o fato de haver um material interveniente nessas construções favorece a escolha de uma ou de outra forma de particípio. Além disso, gostaríamos também de

verificar quais funções sintáticas costumam aparecer nas sentenças analisadas, se há uma tendência em aparecer, por exemplo, mais advérbios ou sujeitos em ativas do que em passivas.

As variáveis extralinguísticas, como temos assinalado, também podem nos ajudar a elaborar explicações para casos em variação nas línguas. Devido aos nossos dados se tratarem de textos escritos em um jornal *online*, não apenas por jornalistas, mas também por leitores, que nem sempre se identificam, não temos acesso a dados sociais de quem escreve, não nos permitindo controlar, por exemplo, se a faixa etária, a escolaridade ou o sexo dos falantes são condicionadores favoráveis ou não à escolha de participípios regulares ou irregulares. Porém, elencamos também a variável extralinguística *gênero textual/discursivo* para nossa pesquisa.

Finalmente, o grupo de fator externo controlado *gênero textual/discursivo* pode nos informar, por exemplo, onde as formas regulares ou irregulares são mais usuais: em *notícias* – escritas por jornalistas – ou em *comentários* – escritos por leitores *online*?³⁷ Serão as formas irregulares de participípio as preferidas, tanto para leitores quanto para jornalistas? É possível, por exemplo, que os textos escritos por leitores apresentem mais formas não canônicas de participípio por se tratar de textos, provavelmente, sem revisão antes de sua publicação/postagem. É uma hipótese, embora saibamos que essa variável simplesmente possa não ser um condicionador para escolha das formas de participípio.

Infelizmente, por conta do pouco tempo disponível para concluir a dissertação de mestrado, não buscamos verbos abundantes que não façam parte do conjunto dos doze verbos selecionados, embora saibamos que registrar a abundância de verbos como *aceitar*, *acender*, *concluir*, *eleger*, *enxugar*, *expressar*, *expulsar*, *extinguir*, *isentar*, *limpar*, *prender*, *soltar*, *suspender*, dentre outros, muito iria contribuir para nossa pesquisa. A rodada dos dados coletados e categorizados foi feita com o auxílio do programa GOLDVARB 2001, com a finalidade de verificar quais das variáveis independentes controladas são mais relevantes para escolha das formas de participípio.

³⁷ É importante ressaltar que, embora nossa pesquisa tenha buscado dados em todos os tipos de gêneros textuais/discursivos, nosso fenômeno apenas apareceu registrado nos gêneros apontados nesta pesquisa – *notícias* e *comentários de leitores*. Por conta disso, apresentamos somente esses dois gêneros como fatores para esse grupo.

Os resultados serão apresentados em tabelas e gráficos, no terceiro capítulo deste trabalho e comparados com os resultados do teste de avaliação.

Nesse momento, apresentaremos nossas questões e hipóteses específicas, com base em nossas variáveis linguísticas e extralinguísticas, controladas para os dados escritos.

2.4.2.3 Questões específicas

- (i) Como se dá a distribuição das formas de particípio – regular ou irregular – em sentenças ativas e passivas? Os falantes do português são sensíveis às regras gramaticais prescritivas para as construções dessas sentenças?
- (ii) Quanto aos itens lexicais, isto é, quanto aos doze verbos abundantes selecionados, quais deles favorecem mais o uso de particípios regulares? E de particípios irregulares?
- (iii) Como se comportam as conjugações verbais quanto à frequência no uso das formas de particípio – regulares e irregulares?
- (iv) O número de argumentos dos verbos elencados é um grupo de fatores relevante para selecionar o uso de formas regulares ou irregulares de particípio?
- (v) As propriedades do sujeito da sentença – ativa e passiva –, relacionadas à animacidade, ao preenchimento e à ordem, são variáveis linguísticas que podem definir a preferência por particípios regulares ou irregulares em sentenças ativas e passivas?
- (vi) O fato de haver material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio interfere na escolha das formas de particípio em sentenças ativas e passivas? Qual é a função mais recorrente desse material?
- (vii) O gênero textual/discursivo seleciona o uso de particípios regulares ou de irregulares? Qual gênero textual/discursivo mais favorece o aparecimento de particípios não canônicos, as notícias ou os comentários de leitores?

2.4.2.4 Hipóteses específicas

- (i) Acreditamos que tanto em sentenças ativas como em passivas o uso de formas irregulares de particípio seja mais recorrente, independentemente das regras apresentadas pelas gramáticas investigadas;
- (ii) Por se tratar de dados coletados em textos escritos, esperamos que os verbos *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar*, *chegar*, *escrever*, *trazer*, *abrir* e *descobrir*, por não serem verbos abundantes canônicos³⁸, apareçam mais em suas formas canônicas – *pago*, *ganho*, *gasto*, *pegado*, *chegado*, *escrito*, *trazido*, *aberto* e *descoberto* –, já para os demais verbos – *salvar*, *entregar* e *imprimir* –, considerados possuidores de particípios duplos, esperamos que haja uma preferência pela forma irregular de particípio;
- (iii) Por se tratar de dados coletados em textos escritos, acreditamos que, para a 1ª conjugação, haja preferência pelo uso das formas irregulares terminadas em *-o* para os verbos *salvar*, *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar* e terminada em *-e*, para o verbo *entregar*, sendo que a exceção se dá para o verbo *chegar*, já que seu particípio *chego* é uma forma nova. Para a 2ª conjugação, esperamos que, para o verbo *escrever*, apareça mais a forma irregular *escrito*, mas para o verbo *trazer*, mais a forma regular *trazido*, pois sua forma irregular *trago* também deve ser uma inovação. Para a 3ª conjugação, composta pelos verbos *imprimir*, *abrir* e *descobrir*, esperamos que se manifestem principalmente na forma irregular – *impresso*, *aberto* e *descoberto*.³⁹

³⁸ Lembremos o leitor de que estamos considerando verbos abundantes canônicos aqueles verbos apontados pelas gramáticas prescritivas contemporâneas como, por exemplo, os verbos *salvar*, *entregar* e *imprimir*, uma vez que os verbos *pagar*, *ganhar* e *gastar*, como vimos, não estão sendo mais considerados portadores de particípios duplos. Quanto aos verbos *chegar*, *escrever*, *trazer*, *abrir* e *descobrir*, também são considerados hoje como verbos de particípio único – embora em nenhum momento o verbo *descobrir* tenha sido apontado como abundante nas gramáticas estudadas.

³⁹ Como o leitor pode observar, é possível que haja uma sobreposição das variáveis discutidas em (iii) e (iv), porém iremos controlá-las individualmente em um primeiro momento, para conferir se há preferência de uma sobre a

- (iv) Acreditamos que os verbos que apresentam três argumentos sejam os mais favoráveis ao uso de formas irregulares de particípio, já que contam com dois verbos – *salvar* e *entregar* – que sempre foram considerados abundantes, bem como com dois verbos – *pagar* e *ganhar* – que têm seu histórico também reconhecido por verbos de participípios duplos. Como a categoria dos verbos com dois argumentos contemplam verbos que, na maior parte das gramáticas, são assinalados como verbos de particípio único – *pagar*, *abrir*, *escrever*, *trazer* e *descobrir* –, é possível que haja categoricidade no uso, para alguns deles. Finalmente, como apenas o verbo *chegar* apresenta um argumento, espera-se que o uso do particípio seja categórico e regular, embora se deseje que a forma participial irregular *chego* também componha nosso *corpus*;
- (v) Esperamos, em relação às propriedades do sujeito da sentença, que sujeitos [+animados], preenchidos e antepostos apareçam principalmente em sentenças ativas, com participípios irregulares;
- (vi) Quando houver material interveniente entre o verbo auxiliar e o particípio, acreditamos que, na maioria das vezes, seja um advérbio, porém, acreditamos que sua presença não irá interferir na escolha de participípios regulares ou irregulares;
- (vii) Esperamos que tanto em textos escritos por leitores como em textos escritos por jornalistas as formas irregulares de particípio sejam as mais recorrentes, e, por se tratar de textos escritos por leitores do jornal Diário Catarinense *online*, postados automaticamente, sem passar, provavelmente, por uma revisão prévia, esperamos que os *comentários de leitores* sejam os gêneros textuais/discursivos que mais apresentem participípios não canônicos.

outra, sendo que, posteriormente, elas poderão ser amalgamadas e/ou cruzadas.

2.5 Concluindo este capítulo

A proposta da Sociolinguística, como temos reforçado neste capítulo, tem como objetivo mostrar que muitos fenômenos linguísticos podem ser explicados com base em grupos de fatores internos e externos à língua, uma vez que acreditamos que as atitudes do falantes, por exemplo, sua avaliação sobre determinadas formas da língua, podem contribuir para acelerar ou frear determinada mudança. Em outras palavras, a língua é uma maneira de o sujeito manifestar-se dentro da sociedade, de ele se posicionar diante dos demais. Temos defendido, com base em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), que essas transformações por que passam as línguas não são caóticas, mas sistemáticas, tratando-se de uma heterogeneidade ordenada. Assim, mesmo que haja variação ou alternância entre as formas de participípio, o que evidencia num mesmo período de tempo, por exemplo, a existência das formas participiais *chegado* e *chego* para o verbo *chegar*, os falantes se entendem perfeitamente, por conta de sua competência linguística, já que o caráter heterogêneo da língua é regido por regras, regras essas que além de categóricas, podem também ser variáveis, ou seja, garante-se aqui uma concepção de língua que abarque variabilidade e sistematicidade conjuntamente (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]).

Neste capítulo, mostramos também que existem princípios empíricos que regem a teoria da mudança linguística, apresentados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), princípios esses que são propostas teórico-metodológicas importantes para serem investigados em pesquisas empíricas, como esta. São eles: (i) os *grupos de fatores condicionantes*, que diz respeito aos grupos linguísticos e extralinguísticos que atuam na mudança; (ii) o *encaixamento*, que se refere, *grosso modo*, à maneira como essa mudança se encaixa na estrutura linguística e social; (iii) a *transição*, que garante a coexistência e a concorrência das variantes linguísticas; (iv) a *avaliação*, que mostra a consciência dos falantes ao eleger determinadas formas prestigiosas ou estigmatizadas, por exemplo; e, por fim, (v) a *implementação*, que geralmente é diagnóstica após a mudança já ter concluído.

Finalmente, expusemos nossa metodologia, em suas duas etapas – teste de atitude e uso escrito –, abordando para cada uma delas a busca pelos dados, as variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas controladas. Para os testes, controlamos os grupos de

fatores *tipo de sentença*, *item lexical*, *avaliação do informante*, *sexo/gênero do informante*, sua *idade* e *escolaridade*, e para os dados escritos controlamos, além do *tipo de sentença* e do *item lexical*, também a *conjugação do verbo*, o *número de argumentos do verbo*, a *animacidade*, o *preenchimento* e a *ordem do sujeito*, a *função do material interveniente entre o auxiliar e o particípio* e o *gênero textual/discursivo*. Além de demarcar os grupos de fatores, também apresentamos as questões específicas que permeiam nosso estudo, bem como as hipóteses específicas para essas questões, com o intuito de tentar responder se a variação nas formas de particípio de verbos abundantes pode ser explicada com base em fatores internos e externos à língua portuguesa.

O terceiro capítulo, a seguir, está reservado para a apresentação de nossos resultados obtidos a partir do teste de avaliação das formas de particípio, aplicado aos falantes do PB, em Florianópolis, bem como para a apresentação dos dados sincrônicos, coletados do jornal Diário Catarinense *online*, referentes ao ano de 2012. Será a partir dos resultados expostos que poderemos conferir nossas hipóteses para cada uma das questões específicas recém-levantadas, para as duas etapas da pesquisa: avaliação e uso. Convidamos o leitor a investigar junto conosco o que de fato está acontecendo com as formas de particípio regular e irregular no português.

3 COMPORTAMENTO DOS PARTICÍPIOS DUPLOS: AVALIAÇÃO E USO

Algumas construções linguísticas da oralidade têm ganhado nossa atenção nesses últimos meses. Temos percebido que falantes têm alternado o uso de participípios de verbos abundantes em várias falas do seu dia-a-dia e, não somente isso, têm preferido usar, para a maioria dos verbos, formas irregulares de participípio. Mas será que essa grande hipótese é atestada em nossos resultados? Será que os falantes avaliam como *boas*, tanto sentenças ativas como passivas, construídas com os participípios irregulares, em detrimentos das formas regulares, na maioria dos casos? E na escrita, aparecem preferencialmente as formas irregulares de participípio? Nossa expectativa com relação a essas questões é que, de fato, as formas irregulares de participípio sejam as mais avaliadas positivamente nos testes, bem como sejam as mais usadas na escrita, tanto em sentenças ativas como em sentenças passivas, para a maioria dos verbos elencados, independentemente de tais verbos serem considerados abundantes pelas gramáticas pesquisadas, isto é, pela variedade padrão da língua.

A análise de nossos dados para as *formas de participípio* – regular e irregular – está organizada em duas etapas, que compõem as próximas seções deste capítulo, assim como nossa proposta de pesquisa: primeiramente, analisaremos as implicações sobre as formas de participípio obtidas no teste de atitude, que visou à avaliação dos falantes; depois, apresentaremos os resultados obtidos a partir de nosso *corpus* escrito, retirados do *site* clicRBS, dados que compõem o jornal Diário Catarinense *online*.

3.1 Primeira análise: descrevendo a avaliação de participípios duplos

Esta seção contempla a análise da avaliação dos participípios duplos feita por falantes catarinenses, avaliação essa que em muito pode contribuir para o estudo da variação das formas de participípio, uma vez que está diretamente relacionada ao prestígio e ao desprestígio de cada uma dessas formas. Como vimos, nem todas as mudanças linguísticas são avaliadas (cf. LABOV, 2008 [1972]), mas acreditamos que na escolha por participípios regulares ou irregulares manifesta-se uma preferência dos falantes por participípios irregulares, na maioria dos casos. Dentre as três possibilidades de avaliação social

citadas por Labov (2008 [1972]), a saber, *indicador*, *marcador* e *estereótipo*, ousamos enquadrar a variação nos participios como um marcador, visto que acreditamos se tratar de uma variação principalmente de estilo, pois, como temos estudado, parece que pessoas de maior nível escolar preferem criar formas novas de participio terminadas em *-o* para demarcar sua posição diante da sociedade, na tentativa de se inserir como “mais culto”.

Nossa proposta é apontarmos os resultados, de acordo com nossas questões e hipóteses específicas propostas nas subseções 2.4.1.3 e 2.4.1.4, do segundo capítulo, que envolve, primeiramente, a variação na escolha dos participios – regulares e irregulares –, para então tratarmos de cada uma das variáveis independentes – *tipo de sentença*, *item lexical*, *sexo/gênero*, *idade* e *escolaridade* –, no que respeita à avaliação dos falantes, lembrando que o grupo de fatores *naturalidade do informante* não será tratado de forma independente na análise, porque nossa intenção era trazer os resultados somente para informantes de Santa Catarina, o que significa dizer que toda a análise está permeada por esta variável.

Mas o que nossos resultados revelam? Eles atestam nossas hipóteses? O Gráfico 1, a seguir, mostra o percentual geral para cada uma das avaliações – *boa*, *nem boa nem ruim* e *ruim* – feitas pelos falantes sobre as formas de participio regular e irregular, para um total de 2.208 sentenças avaliadas:

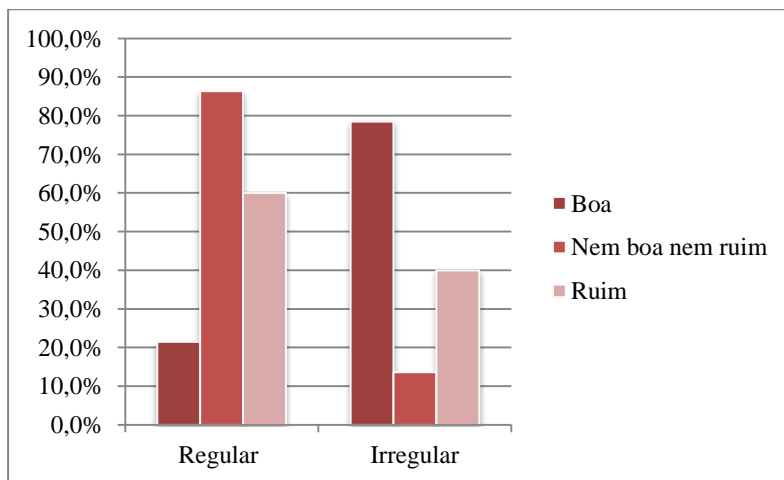


Gráfico 1: valores percentuais para avaliação dos falantes no teste de atitude quanto às formas regulares e irregulares de participio.

Com base no Gráfico 1, é possível constatar que nossa hipótese foi atestada: os participios irregulares são os mais bem avaliados nos testes de subjetividade, marcando 78,5% do total se sentenças avaliadas como *boa*. A Tabela 1 que segue tem como objetivo apontar, além dos valores percentuais, o valor em quantidade de sentenças assinaladas como *boa*, *nem boa nem ruim* e *ruim*, complementando nossa análise geral de avaliação dos participios, com base no teste aplicado por nós:

Avaliação	Regular	%	Irregular	%
<i>Boa</i>	231/1075	21,5%	844/1075	78,5%
<i>Nem boa nem ruim</i>	634/734	86,4%	100/734	13,6%
<i>Ruim</i>	239/399	60%	160/399	40%
Total	1104/2208	50%	1104/2208	50%

Tabela 1: valores gerais e percentual para avaliação dos falantes, no teste de atitude, quanto às formas regulares e irregulares de participio, para um total de 2.208 avaliações.

A partir da Tabela 1 é possível observar que, das 1.075 sentenças assinaladas como *boa*, 844 são constituídas por participípios irregulares, valor que corresponde a 78,5%, como já foi apontado com base no Gráfico 1. Já quando se tratam de sentenças formadas com participípios regulares, esse valor cai para 231, o que equivale a 21,5% das sentenças assinaladas como *boa*. Ainda é possível observar que, nas sentenças assinaladas como *nem boa nem ruim*, 634 delas são constituídas por participípios regulares e apenas 100 com participípios irregulares, de um total de 734 sentenças com esta avaliação. Esse resultado pode sugerir que são os participípios regulares que causam maior estranhamento na leitura das sentenças para os doze verbos elencados nesta pesquisa. A Tabela 1 ainda nos mostra que foram os participípios regulares os mais assinalados como *ruins*, contemplando 60% do total desta avaliação. O Gráfico 2, que segue, mostra a avaliação *boa* para as formas de participípio – regular e irregular – nas sentenças ativas e passivas:

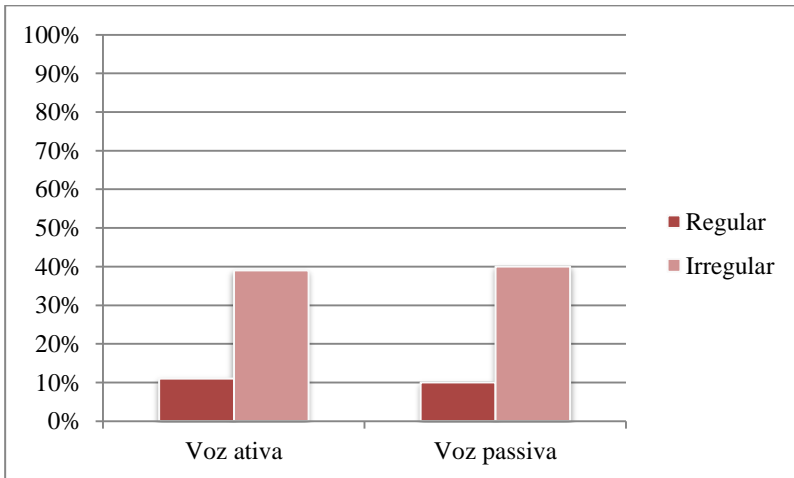


Gráfico 2: avaliação 'boa' para as formas de participípio – regular e irregular – em sentenças ativas e passivas.

Como é possível observar no Gráfico 2, tanto em sentenças ativas quanto em sentenças passivas, a avaliação dos informantes escolheu como sentenças *boas* aquelas formadas por participípios irregulares, com um percentual bastante semelhante. A Tabela 2, a

seguir, exhibe, além da distribuição da avaliação *boa* nas sentenças ativas e passivas, também as avaliações *ruim* e *nem boa nem ruim*, para os quatro tipos de sentenças, conforme o modelo já exposto em (9):

Tipo de sentença	Ativa		Ativa		Passiva		Passiva	
	Regular Tipo 1	%	Irregular Tipo 2	%	Regular Tipo 3	%	Irregular Tipo 4	%
<i>Boa</i>	122/576	11%	416/576	39%	109/528	10%	428/528	40%
<i>Ruim</i>	327/576	45%	57/576	8%	307/528	42%	43/528	5%
<i>Nem boa nem ruim</i>	127/576	32%	10/576	25%	112/528	29%	57/528	14%

Tabela 2: valores gerais para avaliação dos falantes para o teste de atitude quanto às formas regulares e irregulares de particípio em construções ativas e passivas.

A Tabela 2 permite-nos observar a distribuição das formas abundantes em relação ao *tipo* de sentença – Tipos 1, 2, 3 e 4, de acordo com os modelos em (9), em que os Tipos 1 e 3 são sentenças construídas com as formas regulares de particípio e os Tipos 2 e 4 com particípios irregulares. Observa-se, por exemplo, que as formas irregulares são as mais assinaladas como *boas*, independentemente de se tratarem de sentenças ativas ou passivas, pois 39% das sentenças ativas construídas com particípios irregulares foram avaliadas como *boas*, e apenas 11% delas foram avaliadas como *boas*, para construções ativas com particípios regulares. Resultado bastante semelhante se observa nas construções passivas: enquanto 40% das sentenças passivas foram assinaladas como *boas* para as formas irregulares de particípio, apenas 10% delas foram assinaladas como *boas* para esse mesmo tipo de sentença.

Valores igualmente interessantes, encontramos também para a avaliação *ruim*. Enquanto as construções ativas e passivas formadas com particípios irregulares recebem avaliação *ruim* de 8% e 5%, nessa ordem, esses mesmos tipos de sentenças recebem 45% e 42% de avaliação *ruim* quando são sentenças construídas com formas regulares de particípio. Nota-se, portanto, que a diferença para este tipo de avaliação é ainda mais acentuada. Isso quer dizer que os

participios irregulares, além de receberem o maior percentual para a avaliação *boa*, são os que apresentam o menor percentual para a avaliação *ruim*. Ainda é possível observar na Tabela 2 que, para a avaliação *nem boa nem ruim*, as sentenças do Tipo 4, *ser + participio irregular*, foram as que menos causaram estranhamento nos falantes, já que receberam apenas 14% no total de avaliação, além disso, esse mesmo tipo de sentença foi o mais assinalado como *bom* e o menos assinalado como *ruim*. Lembremos novamente que os falantes poderiam assinalar qualquer sentença como *boa*, *ruim* e *nem boa nem ruim*, para o mesmo verbo.

Os resultados da Tabela 2 ainda nos mostram que, em alguns casos, as regras prescritivas não são obedecidas, visto que muitos informantes preferiram construções do tipo *tinha impresso* ou *tinha chego*. Parece que a escolha/avaliação dos falantes não se baseia na estrutura *verbo auxiliar + participio*, para os auxiliares *ter/haver* e *ser*, mas apenas nas formas regulares e irregulares de participio, independentemente do verbo auxiliar, variando de verbo para verbo.

Apesar de esse teste de atitude contemplar apenas doze verbos, os resultados já apontam maior prestígio para as formas irregulares de participio. Com exceção para o verbo *trazer* que, contrariando as nossas hipóteses, ainda apresentou maior prestígio para a forma regular *trazido* quando comparada à forma irregular *trago*, uma vez que todos os outros verbos apresentaram sua forma irregular como *boa*, como se observa no Gráfico 3, a seguir:

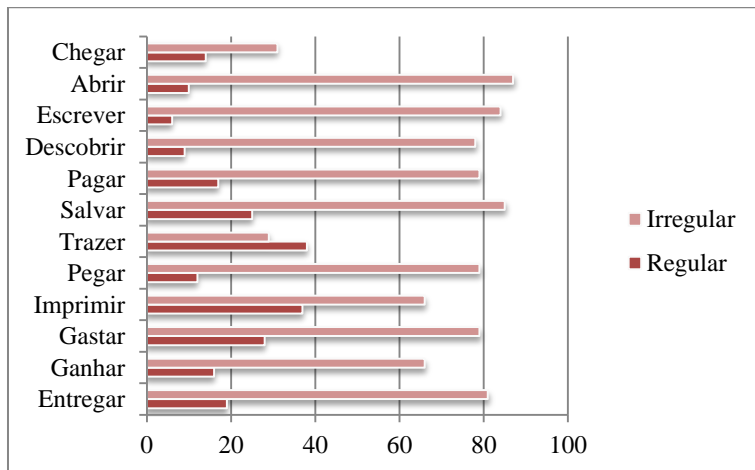


Gráfico 3: avaliação 'boa' para os verbos abundantes, com relação aos seus participípios regulares e irregulares, conforme o número de sentenças assinaladas como 'boa'.

Como já discutimos, é possível que esse resultado inverso apenas para o participípio irregular do verbo *trazer* esteja relacionado ao bloqueio com a forma substantiva *trago* do verbo *tragar*, que carrega o significado de “beber de uma vez”, como na expressão “tomar um trago”. De qualquer forma, embora seja um caso de homonímia, essa forma ocupa funções diferentes no português – substantivo e participípio –, isto é, são muito bem reconhecidas e distinguidas quando constituem sentenças do tipo *Ele tomou um trago antes de sair* e *Ele tinha trago o dinheiro antes de sair*. Portanto, basta que os falantes do português se “acostumem” com essa nova forma de participípio, que ela já não causará mais estranhamento, até porque se percebe nas construções *tinha trago* e *foi trago* que se trata exclusivamente do verbo *trazer*.

Ainda sobre o resultado exposto no Gráfico 2, que apresenta a avaliação *boa* para os *itens lexicais*, gostaríamos de retomar a discussão de Lobato (1999). De acordo com esta autora, não são os falantes que decidem em sua língua qual verbo terá participípio regular ou irregular ou qual verbo será abundante, visto que se trata de um processo linguístico natural. Sendo assim, há verbos que têm um único participípio regular, outros que têm apenas participípio irregular e outros, ainda, que têm duas formas de participípio. Mas, se é a língua que em seu processo natural decide tais características verbais, é ela também

que decide quais verbos deixarão de ser abundantes e quais se tornarão abundantes. Parece então que, a língua, aos poucos, tem “liberado” o particípio *trago* para o verbo *trazer*. Lembre-se o leitor de que já comentamos o fato de, em outro período, este verbo ter sido abundante – com as formas *trazido* e **treito* –, deixando de sê-lo, e tornando-se novamente – por conta dos particípios *trazido* e *trago*. Mas será mesmo que a avaliação dos falantes não contribui para vigorar o uso do particípio *trago*? Como defendemos no segundo capítulo deste trabalho, acreditamos sim que a avaliação dos falantes pode favorecer ou frear a mudança linguística. É bastante viável pensar que o falante não tem total domínio sobre sua língua, principalmente no que se refere a criações e à manutenção ou conservação dessas criações, porém eliminar completamente sua participação no processo é um argumento que não será sustentado por nós, visto que defendemos uma concepção de língua que leva em conta o componente social na análise linguística.

Há ainda outras observações interessantes quanto ao teste de atitude. Embora Said Ali (1964 [1931], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]) e Cunha e Cintra (2001) afirmem que o verbo *pagar* não é mais um verbo abundante no PB, ele se manifestou na avaliação como tal. Da mesma maneira, como vimos, Rocha Lima (2005 [1972]) é taxativo em afirmar que os verbos *ganhar* e *gastar* também perderam sua abundância, não reconhecendo, em nenhum contexto, suas formas regulares *ganhado* e *gastado*, respectivamente. Ora, os particípios *ganhado*, *gastado* e *pagado* também foram assinalados como formas *boas* pelos falantes que participaram do teste, embora em menor número, contrariando algumas gramáticas e atestando que essas formas ainda são reconhecidas atualmente.

Sobre o verbo *pegar*, é considerado verbo de particípio único para Barboza (1830), Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Perini (2010). Para esses autores, o único particípio possível para esse verbo é a forma regular *pegado*. Porém, podemos, por meio dos resultados expressos no Gráfico 1, atestar sua abundância. Mais que isso: é possível atestar que justamente a forma *pegado*, que é a reconhecida pela maior parte das gramáticas que estudamos, foi a menos assinalada como *boa*, registrando apenas 12% para este tipo de avaliação, ao passo que a forma participial *pego*, recebeu 78% do total da avaliação *boa*.

Com relação aos verbos *abrir* e *escrever*, também admitidos como verbos de particípio único pelas gramáticas prescritivas atuais, igualmente se comportaram como abundantes. Todavia, suas formas *abrido*, *escrivido* e *descobrido*, consideradas novas, apesar de terem sido assinaladas como *boas*, ainda são avaliadas negativamente por grande parte da avaliação dos informantes, uma vez que o prestígio parece recair sobre suas formas irregulares equivalentes. Dentre esses três verbos, a forma regular *escrivido* foi a menos assinalada como *boa*, ou seja, a que recebeu mais avaliação negativa. Porém, como destacamos, é importante levarmos em conta que essa forma também foi assinalada como *boa* por alguns falantes, bem como as formas *abrido* e *descobrido*, o que confirma serem formas participiais existentes e não hipotéticas, contrariando a norma prescritivista.

É interessante observar também que os verbos *chegar*, *trazer* e *descobrir*, embora não tenham sido considerados verbos abundantes por nenhuma gramática por nós estudada, se apresentaram como verbos de participios duplos em nosso teste de avaliação, resultado que já esperávamos. Contudo, seus comportamentos foram diferentes: para os verbos *chegar*, por exemplo, a forma *chego* apresentou maior avaliação positiva sobre a regular *chegado*, enquanto para os verbos *trazer* e *descobrir*, a forma regular *trazido* e a forma irregular *descoberto* ainda têm preferência sobre suas novas formas, *trago* e *descobrido*, para esta avaliação. Resultados como esses, mais uma vez, parecem atestar que o comportamento dos participios em sentenças ativas e passivas varia de verbo para verbo, isto é, está diretamente relacionado ao verbo que constitui a sentença, ao *item lexical*. Ainda sobre o verbo *chegar*, muito semelhante ao que ocorreu com o verbo *pegar*, é a forma de particípio mais bem avaliada pelos falantes, embora seja o particípio não registrado pelas gramáticas.

Sobre os verbos *salvar*, *entregar* e *imprimir*, pôde-se atestar sua abundância no particípio, porém com uma preferência esmagadora sobre suas formas irregulares. Como esses três verbos são considerados portadores de participios duplos pelas gramáticas prescritivas atuais aqui estudadas, resta-nos olhar para os tipos de construções ativas e passivas de cada um deles, com o objetivo de verificarmos se as regras avaliadas pelos informantes conferem com aquelas registradas por esses mesmos autores.

Com relação ao verbo *imprimir*, de acordo com Said Ali (1969 [1923]) e Cunha e Cintra (2001), por exemplo, a forma irregular *impresso* só pode ser usada em sentenças passivas, quando significar

“estampar”, mas, conforme aponta o Gráfico 1, essa forma possui mais prestígio sobre sua forma regular *imprimido* tanto em sentenças ativas como em passivas. No Gráfico 4, que segue, referente a construções ativas e passivas com o verbo *imprimir*, mostraremos a escolha dos falantes para ambas as formas *imprimido* e *impresso*, a fim de confrontarmos a regra normativa nesses tipos de sentenças com a avaliação dos falantes:

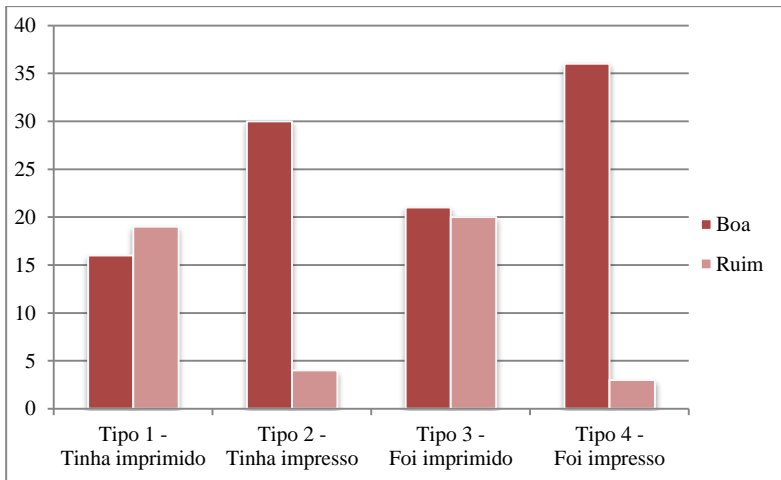


Gráfico 4: avaliação ‘boa’ e ‘ruim’ para o verbo ‘imprimir’ para as construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de particípio (quantidade de respostas assinaladas).

Com relação ao Gráfico 4, verifica-se que a forma irregular *impresso* teve preferência na escolha dos falantes tanto em construções ativas – Tipos 1 e 2 – como em passivas – Tipos 3 e 4 –, não havendo obediência, por parte deles, portanto, à regra normativa estabelecida por algumas gramáticas. Com relação aos números reais, das 103 sentenças assinadas como *boas* para o verbo *imprimir*, 66 são sentenças com a forma irregular *impresso*, o que significa 64% do total, sendo que 30 delas são sentenças ativas do Tipo 2 – *tinha impresso* –, um tipo de sentença não reconhecida, por exemplo, por Perini (2010). Isso reafirma, pois, que há prestígio das formas irregulares sobre as formas regulares, na maioria dos casos, bem como

que não há uma obediência efetiva à variedade padrão por parte dos falantes na avaliação dessas sentenças.

O comportamento do verbo *entregar* não foi diferente. De acordo com o Gráfico 5, as sentenças mais assinaladas como *boas* foram aquelas formadas com participípios irregulares, ainda que as sentenças do Tipo 1 e do Tipo 3 também tenham sido avaliadas como *boas*, mesmo que em menor número, sendo 11 para *tinha entregado* e 8 para *foi entregado*, nessa ordem.

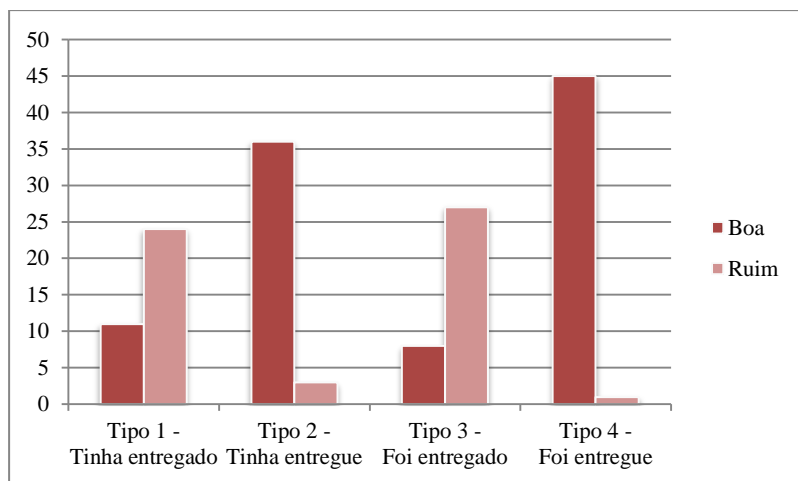


Gráfico 5: avaliação 'boa' e 'ruim' para o verbo 'entregar' em relação a construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de participípio (quantidade de respostas assinaladas).

Relembremos o que dizem os gramáticos Said Ali (1969 [1923]) e Rocha Lima (2005 [1972]), sobre o verbo *entregar*: a forma *entregado* deve aparecer somente em sentenças ativas, o que significa dizer que sentenças do Tipo 3 estariam incorretas; e a forma *entregue* apenas em sentenças passivas, não considerando, portanto, o modelo de sentença do Tipo 2. Da mesma maneira, Bechara (2001 [1999]) admite o uso da forma irregular *entregue* somente em passivas, desconsiderando sentenças do Tipo 3. Não há dúvidas: nosso teste de avaliação mostra que tanto as sentenças do Tipo 2 quanto as do Tipo 3 também são avaliadas positivamente, principalmente as do Tipo 2, que são constituídas a partir do participípio irregular – *tinha entregue*.

Finalmente, com respeito ao verbo *salvar*, Rocha Lima (2005 [1972]) libera a voz ativa tanto com a forma regular quanto com a forma irregular, admitindo, portanto, construções dos Tipos 1 e 2, porém, não libera construções do tipo *ser + particípio regular*, como do Tipo 3, mas apenas *ser + particípio irregular*, conforme o Tipo 4:

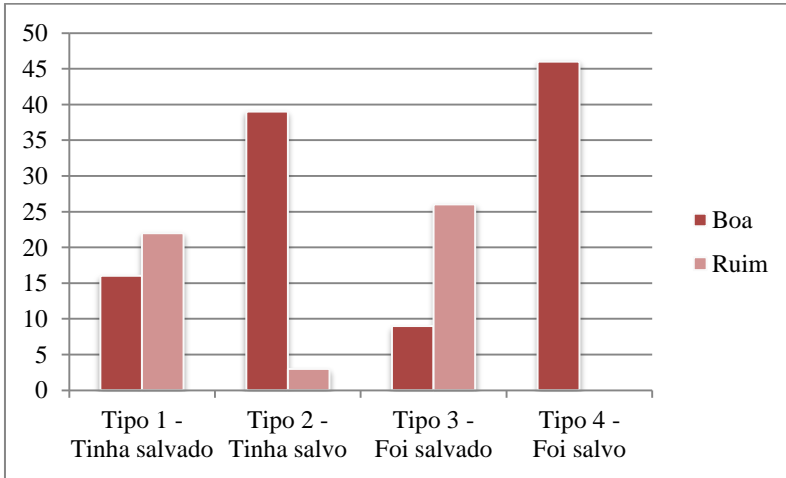


Gráfico 6: avaliação 'boa' e 'ruim' para o verbo 'salvar' em relação a construções ativas e passivas com formas regulares e irregulares de particípio (quantidade de respostas assinaladas).

Novamente, com base no Gráfico 6, podemos constatar que, embora sentenças do Tipo 3 – *foi salvado* – não sejam aceitas por algumas gramáticas prescritivas atuais do português, elas ainda são avaliadas como *boas*, embora em menor escala, se comparadas a sentenças do Tipo 4 – *foi salvo*. Aliás, esta última sentença não recebeu sequer uma única avaliação negativa.

Quanto aos grupos de fatores externos investigados (ou variáveis extralinguísticas), iremos discutir agora cada um deles. Observe o Gráfico 7, que segue, referente às formas *boas* assinaladas para a variável *sexo/gênero*:

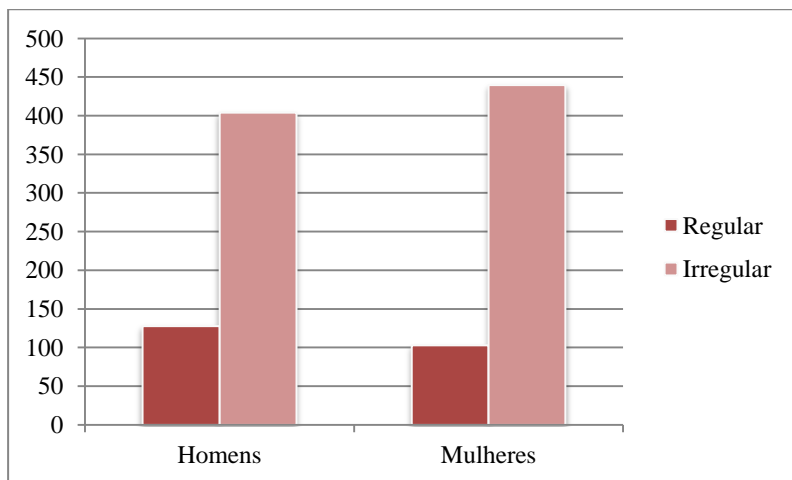


Gráfico 7: avaliação 'boa' para o grupo de fatores social 'sexo/gênero' em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas).

O primeiro grupo de fatores social controlado – *sexo/gênero* –, como é possível observar no Gráfico 7, que apresenta os resultados em quantidades de dados não interferiu de maneira considerável no resultado da avaliação das formas de participios, como esperávamos, pois enquanto as mulheres assinalaram 440 formas irregulares como boas de um total de 543, o que equivale a 81%, os homens assinalaram 404 de um total de 532, o que equivale a 76%, uma diferença de apenas 5% entre homens e mulheres.

Como estudos sociolinguísticos têm mostrado, as mulheres geralmente são mais sensíveis aos processos de mudanças, principalmente quando essas mudanças envolvem variantes de prestígio, ao passo que a fala masculina associa-se mais comumente às formas menos prestigiadas (PAIVA; DUARTE, 2006). Mas essa questão, correspondente ao sexo do falante, se verifica com a avaliação feita sobre os participios? Ainda é muito cedo para responder se as mulheres dominam a escolha por participios irregulares no português, já que nosso teste contempla apenas 48 informantes, embora os resultados já apontem essa preferência, conforme pode ser observado no Gráfico 7. O que podemos afirmar com mais segurança é que as formas irregulares de participio, na maioria dos casos, possuem maior avaliação positiva, quando

comparadas às suas formas regulares respectivas, independentemente do sexo do informante.

Os resultados em quantidade de dados, para a avaliação *boa*, com relação ao grupo de fatores social *escolaridade*, são apresentados no Gráfico 8, que segue:

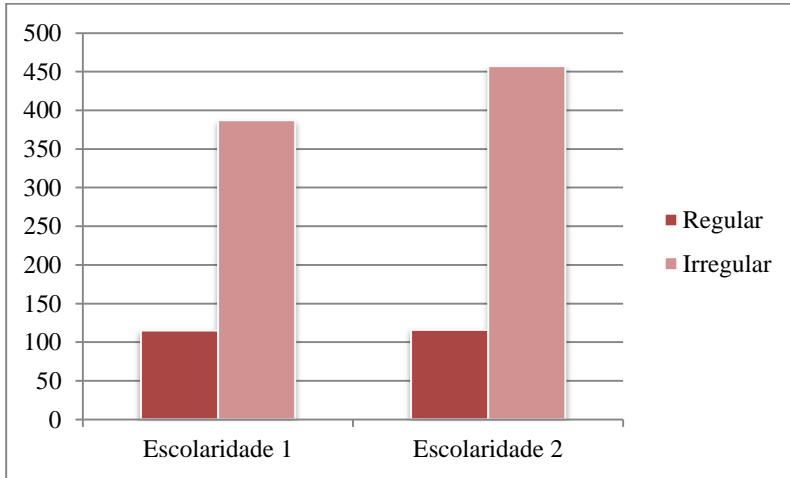


Gráfico 8: avaliação 'boa' para o grupo de fatores social 'escolaridade' em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas).

Com relação à escolaridade dos informantes, embora os informantes mais escolarizados tenham assinalado mais formas irregulares como *boas*, sendo 457 de 573 no total, equivalente a 80%, também os menos escolarizados assinalaram como *boas* mais as sentenças com participios irregulares, sendo 387 de um total de 502, o que equivale a 77%. Diante desses resultados, parece que tanto os mais escolarizados quanto os menos escolarizados preferem as formas irregulares, não atestando nossa hipótese, já que a diferença foi de apenas 3% entre esses dois fatores, ainda que a Escolaridade 2 tenha assinalado mais os participios irregulares como formas *boas*. Com base nesses números, é bastante interessante pensarmos na construção de nossas hipóteses para esta variável independente.

Quando decidimos controlar a escolaridade dos informantes, num primeiro momento, pensamos que falantes com um nível de

escolaridade mais elevado, por terem mais contato com a leitura, com livros, não prefeririam formas irregulares de particípio, justamente por terem maior contato com a escrita e, portanto, não estranhariam particípios regulares, como, por exemplo, *chegado*. Por outro lado, observamos, ao nosso redor, que as pessoas mais cultas é que tendem a falar mais as formas irregulares, talvez por uma questão de hipercorreção, como já discutimos brevemente na primeira seção do primeiro capítulo deste trabalho, ou talvez por tentarem evitar terminações em *-ado* e *-ido*, avaliadas negativamente pelas gramáticas normativas com os verbos *abrir*, *cobrir* e *descobrir*, por exemplo. Além disso, concluímos também que ter um nível de escolaridade elevado não significa, necessariamente, ter contato com a norma da língua, ou melhor, com a variedade padrão da língua. Por conta disso, decidimos supor que os informantes mais escolarizados iriam avaliar melhor as formas irregulares de particípio, até por uma questão de *status* social, bem como para expor que conhecem as regras que formam particípios.

Nossa hipótese, portanto, foi construída diante dessas intuições, mesmo porque o trabalho de Teixeira da Silva (2008) já apontava esses resultados, afirmando que falantes de maior escolaridade fariam maior uso de particípio irregular, devido a um maior contato com a variedade culta, gerando, por sua vez, um maior contato com as gramáticas, as quais apresentam um modelo de correção. Toda essa discussão, então, nos ajudou a entender como de fato os particípios regulares e irregulares são avaliados, embora, como vimos, nossos resultados para o grupo de fatores *escolaridade* tenham apontado diretamente para as formas irregulares de particípio, pois tanto a Escolaridade 1 quanto a Escolaridade 2 preferiram as construções feitas com particípios irregulares. Além disso, como vimos, Teixeira da Silva (2008) mostra que a obediência à norma, quanto à construção de sentenças ativas e passivas, é observada principalmente nos dados de fala de falantes menos escolarizados, uma vez que, segundo ela, são os falantes com nível escolar mais alto que criam formas novas, não usando construções canônicas também nos testes de produtividade.

O último grupo de fatores extralinguístico investigado foi a *idade* dos informantes. Observe o Gráfico 9, que mostra a avaliação *boa*, para as três faixas etárias controladas:

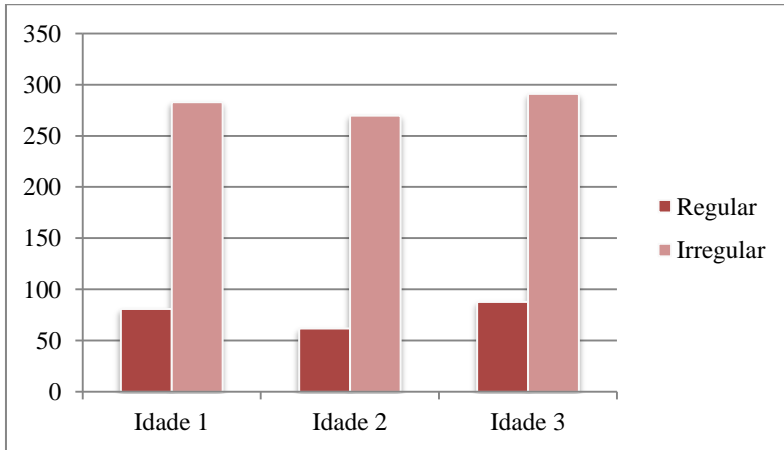


Gráfico 9: avaliação 'boa' para o grupo de fatores social 'idade' em relação às formas regulares e irregulares de participio assinaladas (quantidade de respostas assinaladas).

Antes de discutirmos os resultados do Gráfico 9, vale apontar ao leitor que, quando construímos a hipótese para esta variável, também nos deparamos com algumas questões. Nossa primeira intuição foi a de que falantes mais velhos, por já estarem com seu vocabulário, em princípio, estabilizado, escolheriam mais facilmente as formas regulares de participio, rejeitando as criações, novamente porque não estranhariam construções de sentenças ativas e passivas com a forma *chegado*, por exemplo. Por outro lado, os falantes com idade menor aceitariam mais facilmente as formas irregulares de participio, principalmente as formas novas. Essas duas intuições nos levaram a testar a hipótese de que quanto menor a idade do informante (Idade 1), maior a porcentagem de avaliação *boa* para participios irregulares. Mas, conforme mostra o Gráfico 8, nossa terceira variável independente também não atestou nossa hipótese, uma vez que as três faixas etárias controladas avaliaram como *boas* as formas irregulares de participio, com um percentual mínimo de diferença entre elas, sendo 78% (283/364), 81% (270/332) e 77% (291/379) para as Idades 1, 2 e 3, respectivamente. Curiosamente, foi a Idade 3, isto é, os informantes mais velhos, que mais assinalaram as formas irregulares como *boas*, sendo 291 no total.

Os resultados para o teste de avaliação mostraram que, de fato, as formas irregulares de participio foram avaliadas

positivamente, o que parece indicar que possuem maior prestígio quando comparadas às formas regulares, para os doze verbos analisados. Embora todos os condicionadores extralinguísticos controlados apontem para essas formas fortes, ainda há verbos – e, provavelmente, não somente o *trazer* – que resistem a essa preferência. Sobre os grupos de fatores internos, parece que, de fato, o *item lexical* é uma variável que permeia a escolha dos falantes por formas regulares ou irregulares de participípio. Porém, para o teste aplicado, o *tipo de sentença* não selecionou preferencialmente formas regulares para sentenças ativas, por exemplo, como prescreve a variedade padrão, resultado que pode e deve ser comparado com os dados escritos de uso.

Com esse simples teste avaliativo, sem dúvidas, não é possível responder quais grupos de fatores condicionam essas peculiaridades entre os verbos, mas em muito ele contribui para conhecermos qual é a avaliação dos falantes sobre algumas formas de participípio. Nossa intenção é também comparar esses resultados com os dados encontrados no clicRBS, mais especificamente com os dados extraídos do jornal Diário Catarinense *online*, para atestar ou não as hipóteses já lançadas.

A próxima seção tem como objetivo fazer uma análise dos dados escritos coletados no Diário Catarinense *online*, referentes ao ano de 2012. Nossa proposta é que seja feita uma análise mais geral, inicialmente, para que, então, possamos, no decorrer da seção 3.2, relacionar os grupos de fatores – linguísticos e extralinguísticos – controlados com nossa variável dependente em questão – os participípios duplos.

3.2 Segunda análise: descrevendo o uso escrito de participípios duplos

A escolha por formas regulares e irregulares de participípio parece estar diretamente ligada a variáveis linguísticas, principalmente ao item lexical em questão, isto é, ao tipo de verbo que constitui a sentença, visto que determinados verbos selecionam preferencialmente o uso de formas regulares ou irregulares. Temos apontado, desde o início desta pesquisa, que acreditamos serem as formas irregulares de participípios as mais frequentemente usadas por falantes do português e, como recém vimos, as mais bem avaliadas. Obviamente, nossa hipótese é bastante abrangente, visto que o foco

deste trabalho é buscar dados escritos no Diário Catarinense *online*, que constituam somente textos publicados no ano de 2012. Dessa maneira, embora reconheçamos a limitação de nosso *corpus*, acreditamos que essa pequena amostra suscite bons questionamentos e considerações válidas acerca deste objeto linguístico. O Gráfico 10, que segue, aponta os primeiros resultados quanto à frequência de uso dos participios duplos pesquisados, em nosso *corpus* escrito:

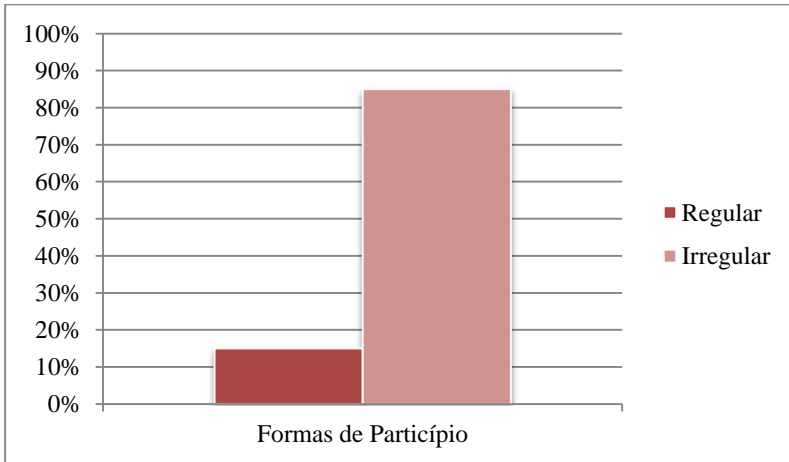


Gráfico 10: percentual geral da frequência de uso de participios regulares e irregulares, para os 843 dados encontrados no jornal Diário Catarinense *online*, referente ao ano de 2012.

De acordo com o Gráfico 10, 85% das formas de participios coletadas no jornal Diário Catarinense *online* são irregulares, o que corresponde a 712 de 843 dados encontrados, ou seja, apenas 15% ou 131 dados são construções ativas ou passivas formadas com participios regulares. Esses percentuais, ainda que se refiram a um *corpus* bastante restrito, já nos mostram que, de fato, há uma preferência pelo uso de formas irregulares de participio também em textos escritos. Após essa análise geral, iremos descrever os resultados de cada uma das variáveis – linguísticas e extralinguísticas – controladas, em sua ordem de relevância para nosso fenômeno, selecionadas pelo pacote estatístico GOLDVARB 2001.

A primeira variável linguística controlada nesta pesquisa, que se mostrou relevante para diagnosticar o uso escrito de participios duplos, foi o *item lexical*, ou seja, o verbo que compõe a sentença.

Parece que cada verbo se comporta de uma maneira particular em relação ao uso de participípios duplos, de maneira que determinados verbos selecionam uma ou outra forma de participípio – lembre-se o leitor de que já explicamos, na primeira seção, por que elencamos cada um dos verbos em questão – *salvar*, *imprimir*, *entregar*, *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar*, *abrir*, *escrever*, *chegar*, *trazer* e *descobrir*. O Gráfico 11 que segue mostra os percentuais de frequência de uso para cada item lexical encontrado em nosso *corpus* escrito:

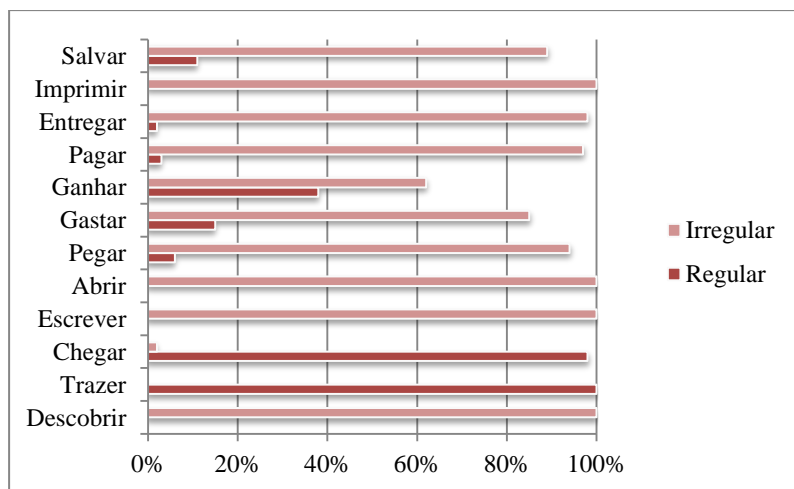


Gráfico 11: valores percentuais para a variável 'item lexical' referente ao corpus escrito.

Com base no Gráfico 11, podemos observar que alguns verbos tiveram um uso categórico de participípios irregulares – *imprimir*, *abrir*, *escrever*, e *descobrir* – e apenas um deles apresentou uso categórico de participípio regular – a saber, o verbo *trazer*. A Tabela 3, a seguir, com o objetivo de detalhar e aprofundar a análise dos itens lexicais investigados, mostra a quantidade de participípios regulares e irregulares, encontrados em nosso *corpus*, bem como os pesos relativos aplicados sobre nossa variante *participípio irregular*:

Item lexical	Particípio regular	%	Particípio irregular	%	PR
<i>Salvar</i>	2/18	11%	16/18	89%	0,285
<i>Imprimir</i>	0/3	0%	3/3	100%	1,0
<i>Entregar</i>	5/271	2%	266/271	98%	0,506
<i>Pagar</i>	3/105	3%	102/105	97%	0,611
<i>Ganhar</i>	10/26	39%	16/26	61%	0,195
<i>Gastar</i>	4/26	15%	22/26	85%	0,840
<i>Pegar</i>	3/51	6%	48/51	94%	0,929
<i>Abrir</i>	0/166	0%	166/166	100%	1,0
<i>Escrever</i>	0/31	0%	31/31	100%	1,0
<i>Chegar</i>	68/69	98%	1/69	2%	0,073
<i>Trazer</i>	36/36	100%	0/36	0%	0,0
<i>Descobrir</i>	0/41	0%	41/41	100%	1,0
Total	131/843	15%	712/843	85%	

Tabela 3: valores em quantidade de dados e percentuais para a variável 'item lexical' e seus respectivos pesos relativos, referente ao corpus escrito.

De acordo com a Tabela 3, é possível observar que, embora muitos verbos apresentem um número bastante pequeno de ocorrências, muitos deles nos trazem resultados, no mínimo, interessantes. Os verbos *salvar* e *entregar*, como já apontamos, na primeira seção deste trabalho, parecem sempre ter sido considerados verbos de particípio duplo. O que observamos é que, em nosso *corpus*, há uma preferência pelo uso do particípio irregular *salvo*, para o verbo *salvar*, com 16 ocorrências para um total de 18 dados, o que equivale a 89%, e, da mesma maneira para o verbo *entregar*, uma vez que a forma irregular *entregue* é a mais usada, sendo 266 ocorrências num total de 271 dados, valor equivalente a 98% dos dados. Porém, se observarmos os pesos relativos desses dois verbos, veremos que a proximidade dos resultados não se mantém: enquanto o verbo *salvar* apresenta peso relativo de 0,285, o verbo *entregar* apresenta peso relativo de 0,506, sobre a variante *particípio irregular*. Esses pesos mostram que o uso de particípios irregulares ainda é maior ou mais recorrente em sentenças com o verbo *entregar*, talvez, por conta do número de ocorrências, que é maior para este verbo. Os exemplos retirados de nosso *corpus* escrito, para ilustrar o uso dos verbos *salvar* e *entregar*, estão expostos em (10) e (11), respectivamente:

- (10)
- a. Uma denúncia anônima pode ter salvado a vida de uma menina de dois anos [...]. (DC, 08/05/2012)
 - b. Ferrari diz que foi salvo pelo pai [...]. (DC, 28/02/2012)
- (11)
- a. O grupo tem se entregado porque sabe que é a nossa sobrevivência. (DC, 13/09/2012)
 - b. Eles concorrerão ao prêmio de R\$ 1,5 milhão, que será entregue ao vencedor do programa [...]. (DC, 04/01/2012)

Com base nos exemplos em (10), registramos que o verbo *salvar* tanto apresentou construções com o particípio regular (10a) como com o particípio irregular (10b), embora a forma *salvo* tenha sido a mais recorrente, como já apontamos. Da mesma maneira, os exemplos em (11) apenas vêm atestar que ambas as formas participiais – *entregado* e *entregue* – do verbo *entregar* foram encontradas em nosso *corpus* escrito, conforme as sentenças apresentadas em (11a) e (11b), nessa ordem.

O verbo *imprimir*, igualmente considerado abundante pelas gramáticas pesquisadas, apesar dos poucos dados encontrados, também nos mostra uma tendência ao uso do particípio irregular *impresso*, visto que os únicos três dados encontrados, transcritos em (12), que segue, são construções passivas formadas com particípio irregular e, curiosamente, todas escritas por jornalistas do jornal *Diário Catarinense online*:

- (12)
- a. A turma visitando a rotativa onde o jornal é impresso. (DC, 16/01/12)
 - b. O pôster, que será impresso em papel couché [...]. (DC, 22/04/12)
 - c. [...] a réplica do prelo onde foi impresso a primeira edição de *O Catharinense* [...]. (DC, 28/07/12)

Como o uso do particípio desse verbo foi categórico, com base em nossos dados em (12), não registramos em nosso *corpus*

particípios regulares com o verbo *imprimir*. Mas, além desses dados expostos em (12), que constituem nosso *corpus* de análise, gostaríamos de apresentar outros da *Web*, a título de curiosidade, bem como com a finalidade de registrar que o particípio irregular *impresso* também é usado na voz ativa, o que contraria, por exemplo, a afirmação de Perini (2010), de que o particípio irregular do verbo *imprimir* tem apenas características nominais e não verbais. Eis alguns dados da *Web*: [...] *mas como eu não tinha impresso os posts, ficava sempre postergando* (em: www.joaninhacacana.blogspot.com.br, 04/03/2013); *Perdi o protocolo do passaporte e não tinha impresso a GRU [...]* (em: www.br.answers.yahoo.com, sem data). Com base nesses dados, fica bastante evidente que a forma irregular *impresso* também é tomada como particípio verbal no português atualmente.

Como estudamos, o verbo *pagar* foi registrado como abundante por Barboza (1830) na segunda metade do século XIX, sendo que Pereira (1946 [1926]), na primeira metade do século XX também o registra como portador de dois particípios, porém Said Ali (1969 [1923]), nessa mesma década, garante que apenas a forma *pago* permaneceu no português, fato que implica variação no uso das formas participiais para este verbo já nesse período. É certo que nossos resultados não desmentem de todo a afirmação de Said Ali (1969 [1923]), mas, de certa forma, não se pode garantir o não uso da forma *pagado*, uma vez que, no século XXI ela continua sendo usada, ainda que com pouca frequência, pois são apenas 3 ocorrências do particípio regular *pagado* de um total de 105 dados, o que equivale a apenas 3%. Dessa maneira, fica evidente que há uma preferência pelo uso da forma irregular para este verbo em detrimento da regular, bem como que esse verbo ainda pertence à classe dos verbos abundantes no particípio. Os quatro dados encontrados com a forma *pagado* estão expostos em (13):

(13)

- a. Um delegado de Florianópolis disse ter pagado com dinheiro próprio [...] (DC, 21/06/12)
- b. [...] Zilnete havia justificado o voto e pagado o valor [...] (DC, 09/08/12)
- c. [...] Ele teria se negado a fazer o teste de bafômetro e pagado fiança para ser liberado. (DC, 09/10/12)
- d. Nunca havia pagado tão caro pra comer as mesmas coisas [...] (DC, 22/10/12)

Interessante é observar que, embora para o verbo *pagar* o percentual tenha favorecido o uso de particípio irregular, para o peso relativo a diferença não foi tão evidente, uma vez que este verbo apresenta peso relativo de 0,611, isto é, não está tão próximo de um uso categórico, embora tenha significância para este estudo, em relação à variante *particípio regular*, já que excedeu a neutralidade – marcada em 0,5. Talvez esse resultado ilustre o uso do particípio regular para este verbo atualmente.

Sobre o verbo *ganhar*, como mostramos na segunda seção do primeiro capítulo, Said Ali (1964 [1931]) mostra que a forma *ganho* surge após a forma *ganhado*, sendo criada no português com base no particípio *pago* do verbo *pagar*. Vimos também que Barboza (1830) não registra a forma *ganho*. Todavia, enquanto Said Ali (1964 [1931]) comenta da preferência pelo uso da forma irregular de particípio para este verbo, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que o verbo *ganhar* simplesmente perdeu sua abundância no particípio passado, restando apenas o uso da forma irregular *ganho*. Nossos resultados para esse verbo também nos surpreendem: dos 26 particípios encontrados para o verbo *ganhar*, 10 são com a forma *ganhado* e 16 com a forma *ganho*, valores que correspondem a 39% e 61%, respectivamente. Esses percentuais nos mostram que a variação ainda é evidente, como pode ser observada nos dados em (14), ambos na voz ativa:

(14)

- a. Se tivéssemos ganho o jogo não seria injustiça nenhuma. (DC, 28/05/12)
- b. [...] a Cantina oferece o chopp de vinho, que tem ganhado a simpatia dos clientes. (DC, 05/10/12)

Porém, não apenas os percentuais nos mostram essa abundância: a aplicação do peso relativo sobre a variante *particípio irregular* para o verbo *ganhar* foi de 0,195, o que nos mostra, numa análise geral do *corpus*, que há favorecimento do uso do particípio regular para este verbo. Esse fato é bastante curioso se pensarmos que muitos autores já não reconhecem mais o uso do particípio *ganhado* como uma forma ainda recorrente na língua.

O registro da abundância no particípio para o verbo *gastar* já é mostrado em Barboza (1830) e Said Ali (1964 [1931]), sendo que este autor destaca o prestígio da forma irregular *gasto* sobre a regular

gastado. Mas, se o leitor se lembra, mostramos também que, segundo Rocha Lima (2005 [1972]), o verbo *gastar* perdeu seu particípio regular, permanecendo atualmente somente a forma *gasto*. É verdade que há uma preferência pela forma irregular de particípio para este verbo, já que dos 26 dados encontrados, apenas 4 são construções com a forma *gastado*, ou seja, apenas 15%. Além disso, o peso relativo atesta o uso do particípio irregular em detrimento do particípio regular, uma vez que apresentou o valor de 0,840 sobre aquele particípio. Porém, não há como afirmar com categoricidade que o particípio regular desse verbo não é mais recorrente na língua. Vamos a alguns desses dados que compõem nosso *corpus*, apresentados em (15):

- (15)
- a. Ele já teria gastado cerca de R\$ 500. (DC, 17/01/12)
 - b. [...] devem ter gastado com os caixões dos mortos [...] (DC, 13/01/2012)
 - c. [...] porque havia gastado o dinheiro recebido (DC, 02/04/12)
 - d. Em vez de terem gastado milhoes na Hercilio Luz [...] (DC, 12/12/12)

De fato, os quatro dados apresentados em (15) não são uma quantidade altamente significativa para nossa análise, contudo, a qualidade de cada um deles nos garante que a forma regular *gastado* ainda é usual neste século, o que mantém o verbo *gastar* na lista de verbos abundantes. Outro ponto interessante de se destacar é que, dos dados encontrados com o particípio regular do verbo *gastar*, (13a) e (13c) são dados de notícias, isto é, escritos por jornalistas do jornal Diário Catarinense *online* e (13b) e (13d) são dados escritos no espaço *comentários* deste mesmo jornal, destinado a leitores.

Quanto ao verbo *pegar*, como já foi ressaltado, Barboza (1830), Said Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Perini (2010) também não o incluem como verbo abundante, ou seja, admitem apenas a forma regular *pegado* para este verbo, sendo que apenas Pereira (1946 [1926]) e Bechara (2001 [1999]) apresentam-no como verbo de particípio duplo – com as formas *pegado* e *pego*. Porém, nossos resultados mostram que há uma preferência de uso que vai de encontro à norma padrão: 48 ocorrências de um total de 51 dados são sentenças construídas com o

particípio irregular *pego*, isto é, 94%. Esse resultado corrobora os resultados recém-apresentados para nosso teste de avaliação, pois a forma *pego* foi a mais bem avaliada pelos falantes. Eis os dados escritos, expostos em (16):

(16)

- a. [...] ele teria pego carona com outros 14 adolescentes (DC, 20/08/12)
- b. E na última semana, ele foi pego de surpresa [...] (DC, 01/12/12)

Os dados em (16) apenas atestam que a forma irregular *pego* aparece tanto em construções ativas (16a) quanto em passivas (16b), embora o maior número de ocorrências seja em sentenças passivas. Esse resultado pode ser considerado de grande importância, pois parece que a forma *pego* está se tornando cada vez mais usual pelos falantes do PB, e, mais do que isso, está sendo a mais usada na escrita. Ademais, o valor de peso relativo para este verbo contribui para atestar a preferência pelo particípio irregular *pego*, visto que apresentou peso de 0,929, sobre nossa variante forma irregular, valor este bastante surpreendente. Fica, pois, evidente mais uma vez que a forma *pego* exibe preferência sobre a regular *pegado*.

Como vimos, os verbos *abrir* e *escrever* são considerados verbos de particípios duplos por Barboza (1830), mas começaram a perder suas formas regulares – *abrido* e *escrevido*, respectivamente –, segundo Pereira (1946 [1926]), tornando-se desusados. Diferentemente, Said Ali (2008 [1908]) afirma que o verbo *abrir* simplesmente permaneceu na lista de verbos com particípio único e irregular, ao passo que o autor reconheceu o verbo *escrever* outrora como abundante, ressaltando que este verbo perdeu sua forma regular *escrevido*, usada apenas por rústicos e incultos, sendo um processo natural da língua de eliminar essas formas. Sendo assim, nossos dados não puderam contradizer as afirmações de autores como, por exemplo, Sai Ali (1964 [1931], 1969 [1923], 2008 [1908]), Rocha Lima (2005 [1972]), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2001 [1999]), que afirmam que os verbos *abrir* e *escrever* são verbos de particípio único e irregular.

Todos os 166 dados encontrados com o verbo *abrir* são construções formadas com o particípio *aberto*, bem como todas as 31 construções com o verbo *escrever* são sentenças formadas com o

particípio *escrito*, marcando categoricamente o particípio irregular. Mas, de maneira nenhuma, esses resultados refutam nossas hipóteses. Como temos argumentado, nosso *corpus* de análise, por ora, é bastante restrito, além disso, formas aparentemente estigmatizadas como essas – *abrido* e *escrevido* – são muito mais recorrentes na fala do que na escrita, o que diminui a probabilidade de as encontrarmos, já que a segunda parte desta amostra é composta apenas por textos escritos. Além disso, nosso teste de atitude mostrou que, embora as formas regulares dos verbos *abrir* e *escrever* tenham sido pouco assinaladas como *boas*, ainda sim, para determinados informantes, elas não causam estranhamento.

A título de curiosidade, fomos em busca dessas formas participiais regulares – *abrido* e *escrevido* –, para verificar se, em algum texto *online*, elas de fato não aparecem escritas. Dessa maneira, expandimos nosso *corpus* e decidimos procurar em todo site clicRBS *online*. Encontramos, no jornal Diário Catarinense *online*, uma ocorrência da forma *abrido*, datada em 05/03/2009, no espaço *comentários*, isto é, trata-se de um registro deixado pelo próprio leitor sobre a notícia publicada: [...] *quero parabenizar as autoridades da suíça pq aqui ja tinham abrido ate uma cpi*. Note que se trata de uma sentença ativa com a forma regular do verbo *abrir*.

Mas resolvemos expandir ainda mais nossa pesquisa: buscando em toda a *Web*, encontramos outras construções com o particípio regular do verbo *abrir*: *Um dia me disseram que tinham abrido um portal e me colocado lá dentro* (em: www.pensador.info, sem data); *Quem lembra as programações que tinham abrido vagas?* (em: www.habbid.com.br, 21/04/12); *ñ sabia q tinham abrido ponto dentro de escritórios* (em: www.orkut.com, 12/06/12); *Alguns pontos tinham abrido* (em: www.amordoce.com, 12/03/13); *servidor teste ser abrido* (em: <http://pt.board.bigpoint.com/seafight/showthread.php?t=37826>, sem data), dentre outros dados. Certamente, a forma *abrido* não é a mais usual, mas, diante dessas evidências, não podemos afirmar que atualmente o verbo *abrir* só dispõe do particípio irregular *aberto*, além disso, os dados da *Web* nos mostram que o particípio regular desse verbo aparece tanto em sentenças ativas como em passivas.

A busca por formas regulares de particípio, nos mesmos critérios, também foi feita com o verbo *escrever*. No site clicRBS *online* encontramos um dado com a forma regular *escrevido*, a saber, *Há três métodos para poder te comvercer a assistir esse filme: primeiro, por entusiasmo, que é o mais nobre; segundo, por ter*

escrevido essa mensagem, que é o mais fácil [...], retirado de uma frase destinada a uma promoção da Rádio Atlântida, do Rio Grande do Sul. Na *Web*, também encontramos outros dados: *Eu nunca mais tinha escrevido, gosto de escrever nos momentos em que meu coração se aperta* (em: www.pensador.info, sem data); [...] *nem lembro mais o que eu tinha escrevido* (em: www.tumblr.com, sem data); *Guerra no CS!!! tinha escrevido errado [...]* (em: www.orkut.com, 24/07/07); *Eu achei que tinha sido você que tinha escrevido [...]* (em: www.ask.fm, sem data); *o texto foi bem escrevido [...]* (em: www.vibeflog.com, sem data). Mais curioso que transcrever esses dados é registrar que existe um *site* – www.conjugation.com – que oferece a conjugação completa do verbo *escrever*, no qual se apresenta como particípio pretérito desse verbo apenas a forma regular *escrevido*.

Lembre-se o leitor de que os verbos *chegar*, *trazer* e *descobrir* não são considerados abundantes por nenhum dos autores pesquisados. Infelizmente, desses três verbos, obtivemos, em nosso *corpus* de análise, apenas uma forma nova de particípio e refere-se ao verbo *chegar*. De um total de 69 dados com o verbo *chegar*, 68 são construções com a forma *chegado*, valor que corresponde a 98% dos dados, gerando um peso relativo de apenas 0,073 sobre a variante *particípio irregular*, já que o uso do particípio regular foi quase categórico. Este é o único dado formado com o particípio irregular *chego*, transcrito em (17):

- (17) [...] Beatriz Montemezzo, dizia que o acelerador linear já havia chego [...]. (DC, 20/11/12)

Outros dados com a forma participial *chego* ainda foram encontrados, fora de nosso *corpus* de análise, a fim de melhor evidenciar a variação no uso das formas de particípio: [...] *nesses dias tava a procura de uma coisita q ainda não tinha chego* (em: clicRBS/garotas modernas, 14/03/2010); *tinha chego mesmo ameei!!* (em: www.twitter.com, 13/12/12); (em: www.recantodasletras.com.br, 28/11/08); dentre outros exemplos.

Finalmente, para os verbos *trazer* e *descobrir*, foram encontradas, nessa ordem, 36 ocorrências e 41 ocorrências no total, sendo que para este foi categórico o uso do particípio irregular *descoberto* e para aquele do particípio regular *trazido*, o que remete a um peso relativo de 0,0 para o primeiro e de 1,0 para o segundo, sobre a variante *particípio irregular*. Por conta disso, fomos buscar novos

dados, expandindo novamente nosso *corpus*, e encontramos na *Web* dados que comprovam o uso das formas *trago* e *descobrido* na escrita: *ele perguntou se eu tinha trago o livro e eu disse q ã [...]* (em: www.tumblr.com, sem data); *A Sophia tinha trago tudo isso para a Lua no hospital [...]* (em: www.fashion.me, 11/10/2012); *é descobrido planeta com água no sistema solar* (em: www.blogspot.com.br, 11/01/11); *Grupo de amigos garantem ter descobrido pegada de dinossauro na cidade de Santa Luzia, PB* (em: www.globotv.globo.com, 15/09/12); dentre outros. Observe que este último dado foi retirado de um texto do *site globo.com*, o que, de certa forma, o valoriza ainda mais, pois se trata de uma notícia, que, em princípio, passa por revisores.

Certamente há muitos outros dados disponíveis na *Web*, mas, por ora, ficaremos com esses. É possível que os participípios irregulares dos verbos *abrir* e *escrever* não sejam tão usuais quanto as suas formas participiais respectivas, porém sabemos que esses poucos dados evidenciam que há ou que, em certo momento histórico da língua, houve variação. Mais que isso: a variação ainda se dá hoje! A mesma evidência pode ser tomada para os verbos *chegar*, *trazer* e *descobrir*, uma vez que seus “novos” participípios – *chego*, *trago* e *descobrido* – também já estão aparecendo na escrita, em sentenças ativas e passivas, e não somente em contextos informais, o que sugere que tais formas têm apresentado cada vez mais menos estranhamento.

Ainda sobre os participípios *abrido*, *escrevido* e *descobrido*, como apontamos em nossa discussão no capítulo primeiro, Said Ali (2008 [1908]) e Coutinho (1974) explicam se tratarem de participípios formados por analogia a outras formas da língua. Este último autor, e também Villalva e Almeida (2004), mostram, inclusive, que a analogia demarca o processo de sonorização de /t/ para /d/ nos participípios, como, por exemplo, *amatus* → *amado*, sonorização que atinge todas as conjugações. Mas, se a formação analógica é um processo natural da língua, que pode explicar a variação e a mudança de fenômenos linguísticos, por que, para autores, como, por exemplo, Said Ali (2008 [1908]) e Coutinho (1974), analogias do tipo *imprimido* → *abrido*, *escrevido*, *descobrido* não são dignas de aceitação em nossa sociedade? Por que formas como *pego* e *chego* são mais bem avaliadas pelos informantes? Como vimos, os argumentos desses autores estão baseados no fato de que são as pessoas ignorantes que usam *abrido*, *escrevido* e *descobrido* e, portanto, essas formas devem ser evitadas, fazendo-nos pensar que *pego* e *chego* são

particípios usados por pessoas cultas e por isso não são tão estigmatizadas, sendo aceitas com mais facilidade no dia-a-dia.

Sobre essa questão, Brocardo (2006) afirma que as crianças param de usar os particípios regulares de determinados verbos justamente porque são corrigidas, uma vez que, se não fossem, talvez seria um percurso natural da língua manter as formas *abrido* e *escrevido*, por exemplo, visto que se observa uma característica regularizadora na criação dessas formas, apoiada na analogia. Se bem que, por mais que se tente, os exemplos recém-transcritos para os verbos *abrir* e *escrever*, retirados da *Web*, apenas atestam que esses particípios são perfeitamente possíveis, embora pareçam carregar estigma. Sendo assim, é a avaliação que as pessoas têm sobre essas formas que irá garantir maior ou menor frequência no uso.

A segunda variável linguística selecionada que trouxe resultados relevantes para este estudo foi o *tipo de sentença* – ativa e passiva. O Gráfico 12, a seguir, revela a distribuição geral, em sentenças ativas e passivas, dos doze particípios duplos pesquisados:

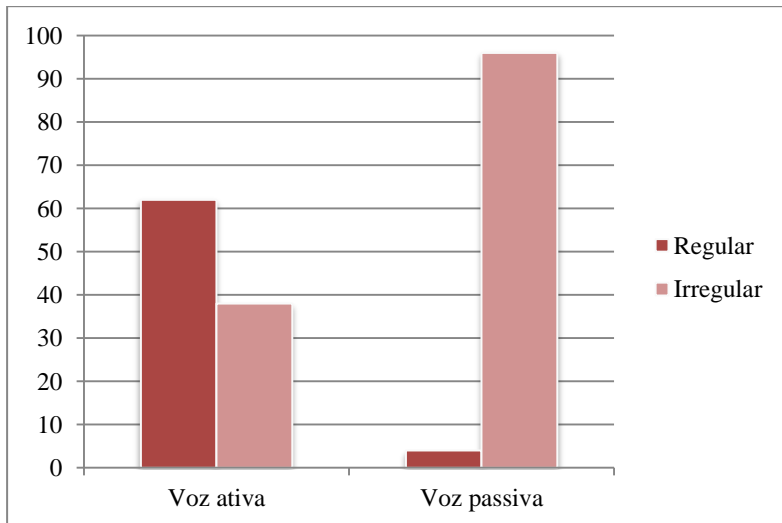


Gráfico 12: percentual geral da frequência de uso de particípios regulares e irregulares, no corpus escrito, para a variável 'tipo de sentença' – ativa e passiva.

Como é possível observar no Gráfico 12, há mais variação no uso de formas regulares e irregulares de particípio em sentenças ativas, ao passo que, em sentenças passivas, existe quase que uma categoricidade de uso de particípios irregulares. A Tabela 4, que segue, com a finalidade de complementar a discussão, apresenta os números reais para esses dois tipos de construções:

Formas de particípio	Regular	%	Irregular	%	PR
Construção ativa	109/176	62%	67/176	38%	0,174
Construção passiva	22/667	3%	645/667	97%	0,601
Total geral	131/843	15%	712/843	85%	

Tabela 4: frequência e número de ocorrências de particípios regulares e percentual da frequência, número de ocorrências e pesos relativos, referentes a particípios irregulares, segundo a variável ‘tipo de sentença – ativa e passiva’, com base no corpus escrito.

A Tabela 4 mostra que, das 176 sentenças ativas, 109 delas são construções formadas por particípios regulares, o que equivale a 62% do total, restando 67 delas construídas com formas irregulares de particípio, valor equivalente a 38%. Já em construções passivas, as formas participiais irregulares são predominantes, visto que, das 667 sentenças formadas com o auxiliar *ser*, 97% delas são construídas com formas irregulares de particípios, um total de 645 ocorrências, isto é, tem-se apenas 22 de 667 dados formados com particípios regulares, o que equivale a 3% do total de dados. Diante desses resultados, observamos que, embora haja tanto particípios regulares quanto irregulares em construções ativas e passivas, as sentenças ativas são as que mais apresentam particípios regulares, enquanto as sentenças passivas são construídas, quase que na totalidade dos casos, por formas irregulares de particípio.

Esses resultados se tornam ainda mais interessantes quando observamos os valores dos pesos relativos em ambos os tipos de sentenças, aplicados à variante *particípio irregular*: o peso relativo é de 0,174 para construções ativas e de 0,601 para construções passivas. Com bases nos pesos, pode-se afirmar que ainda se mantém, de maneira geral, uma obediência, para esses tipos de construções, à tradição gramatical, segundo a qual sentenças ativas devem ser

escritas com participios regulares e sentenças passivas com participios irregulares, preferencialmente, quando formadas por verbos abundantes. Deve-se lembrar o leitor de que, para esta mesma variável linguística – *tipo de sentença* –, os resultados dos testes não foram semelhantes, pois, como vimos na seção anterior, não houve, em geral, obediência nas escolhas dos informantes à variedade padrão, já que não foram selecionados preferencialmente participios regulares para a voz ativa, pois em ambos os tipos de sentenças prevaleceu a avaliação positiva para as formas irregulares de participio.

Ainda sobre a variável linguística *tipo de sentença*, a Tabela 5, a seguir, mostra a distribuição das formas de participio – regular e irregular – para cada um dos doze verbos elencados em nossa pesquisa, nas sentenças ativas e passivas:

Item lexical	Particípio	Sentença ativa	%	Sentença passiva	%
<i>Salvar</i>	Regular	2/18	11%	0/18	0%
	Irregular	2/18	11%	14/18	78%
<i>Imprimir</i>	Regular	0/3	0%	0/3	0%
	Irregular	0/3	0%	3/3	100%
<i>Entregar</i>	Regular	5/271	2%	0/271	0%
	Irregular	7/271	3%	259/271	95%
<i>Pagar</i>	Regular	3/105	3%	0/105	0%
	Irregular	8/105	8%	94/105	89%
<i>Ganhar</i>	Regular	10/26	39%	0/26	0%
	Irregular	13/26	50%	3/26	11%
<i>Gastar</i>	Regular	4/26	15%	0/26	0%
	Irregular	8/26	30%	14/26	55%
<i>Pegar</i>	Regular	3/51	6%	0/51	0%
	Irregular	6/51	12%	42/51	82%
<i>Abrir</i>	Regular	0/166	0%	0/166	0%
	Irregular	9/166	5%	157/166	95%
<i>Escrever</i>	Regular	0/31	0%	0/31	0%
	Irregular	7/31	22%	24/31	78%
<i>Chegar</i>	Regular	68/69	98%	0/69	0%
	Irregular	1/69	2%	0/69	0%
<i>Trazer</i>	Regular	13/36	36%	23/36	64%
	Irregular	0/36	0%	0/36	0%
<i>Descobrir</i>	Regular	0/41	0%	0/41	0%
	Irregular	7/41	17%	34/41	83%
Total		176/843	21%	667/843	79%

Tabela 5: quantidade de dados para a variável ‘item lexical’ em relação à variável ‘tipo de sentença’ – ativa e passiva –, referente ao corpus escrito.

Com base na Tabela 5, é possível observar que as construções com participios regulares e irregulares em sentenças ativas e passivas estão diretamente relacionadas ao verbo em questão. O verbo *salvar*, por exemplo, não apresentou em nenhum contexto construções do tipo *ser + particípio regular*, isto é, não apresentou em nenhum dado a construção *foi salvo*, resultado este que sustenta, de certa forma, a afirmação de Rocha Lima (2005 [1972]) e de Perini (2010), por

exemplo, de que a forma regular *salvado* é apenas um particípio verbal, devendo ser usada somente em sentenças ativas. Este verbo apresentou os demais tipos de construções, a saber, *ter/haver salvado*, *ter/haver salvo* e *ser salvo*, apesar de a maior parte das construções terem sido deste último tipo, já que foram registrados os percentuais de 11%, 11% e 78%, respectivamente. Em (18), apresentamos alguns modelos de construções que compõem nosso *corpus*:

(18)

- a. Uma denúncia anônima pode ter salvado a vida de uma menina [...] (DC, 08/05/12)
- b. Riquelme Wesley dos Santos ficou conhecido em todo o Brasil como o menino-aranha, por ter salvo uma menina [...] (DC, 03/04/12)
- c. O PM que foi salvo graças a película continuou no seu plantão. (DC, 15/11/12)

Esses três modelos de sentenças expostos em (18) apenas ilustram que passivas com a forma participial *salvado* não foram encontradas, mas apenas ativas com o particípio regular (18a) e com particípio irregular (18b), bem como passivas com a forma *salvo*. É interessante observar que este tipo de diagnóstico não se limita apenas ao verbo *salvar*, uma vez que outros verbos parecem obedecer a este mesmo critério, não apresentando *apenas* sentenças passivas formadas com particípio regular – *ser + particípio regular*. Observa-se que esse uso ocorre com os verbos *entregar*, *pagar*, *ganhar*, *gastar* e *pegar*, uma vez que não apresentaram em nosso *corpus* escrito sentenças formadas com as construções *ser + entregado*, *ser + pagado*, *ser + ganhado*, *ser + gastado* e *ser + pegado*⁴⁰, respectivamente, como veremos no decorrer deste capítulo.

Por outro lado, se voltarmos à análise da distribuição entre sentenças ativas e passivas com o verbo *salvar* e expandirmos nosso *corpus*, buscando novamente dados na *Web*, são encontradas construções do tipo *ser + particípio regular* para este verbo: *Veículo*

⁴⁰ Gostaríamos de justificar que, no momento da coleta de dados, encontramos dados do tipo *foi pegado*, porém entendemos que tais dados se encaixam em outro contexto de uso, que não o do verbo *pegar*, isto é, se tratam de expressões cristalizadas, as quais demarcam um adjetivo, como, por exemplo, pode ser observado em *Vamos com tudo porque o confronto será "pegado"*, não constituindo, portanto, nosso *corpus* de análise.

aparentemente perfeito, porém, foi salvado de seguro com média (em: spcc.com.br/salvado.html, sem data); *Uma vez instalado o programa, é salvado os lançamentos* (em: www.tecmundo.com.br, 12/02/2010); *Salomão foi salvado* [...] (em: perguntas.gospelprime.com.br, 21/02/11), dentre outros. Esses dados, então, de certa forma, contribuem agora para a *não* sustentação da afirmação de Rocha Lima (2005 [1972]) e de Perini (2010).

Como já foi exposto, no momento em que discutimos a variável independente *item lexical*, o verbo *imprimir* apresentou apenas três dados (cf. exemplo em (12)), sendo todos na voz passiva com a forma participial *impresso*, o que não nos permite fazer considerações mais aprofundadas, com base em nossos resultados. Mas, como mostramos, encontramos esse particípio também em sentenças ativas, porém, nesse momento, gostaríamos de mostrar ao leitor outros tipos de construção com esse verbo, por meio de dados retirados da *Web*. Antes de mostrarmos os dados, vale a pena lembrar que, segundo Said Ali (1969 [1923]), a forma *imprimido* só deve ser usada com os auxiliares *ter* e *haver* exceto quando significar “produzir movimento”, podendo, nesse caso, ser usada apenas a forma regular *imprimido* mesmo em passivas. Semelhantemente, Rocha Lima (2005 [1972]) afirma que o particípio regular desse verbo apenas deve ser usado com o auxiliar *ter*.

Todavia, o que se observa numa pesquisa feita na *Web*, é que o particípio *imprimido* aparece também em sentenças passivas, inclusive quando não quer dizer “produzir movimento”: *Há como acessar um histórico do que foi imprimido no PC?* (em: <http://br.answers.yahoo.com/question>, sem data), *Duvida com o novo CPF que é imprimido pelo site da Receita federal?* (em: www.pergunteaqui.com, 02/03/11). Quanto à busca pelo particípio *imprimido* em sentenças ativas, foi surpreendente nos depararmos com a dificuldade em encontrar o dado, já que é o tipo de construção mais comum, de acordo com as gramáticas. Ao expandir nossa busca em todo o *site* clicRBS, por exemplo, encontramos apenas dois dados, a saber, [...] *Maria não tinha pensado em mim por eu ter imprimido muito essa coisa do humor, e que ela precisaria de um ator mais denso e acredita que não tenha imprimido qualquer marca, por onde andou*, ambos retirados do jornal *A notícia*, o primeiro datado de 08/05/09 e o segundo de 09/07/11.

Da mesma maneira, ao buscar dados na *Web*, não foram tão fáceis de ser encontradas construções do tipo *ter/haver* + *particípio*

regular para o verbo *imprimir*, o que mais encontramos foram vários sites ensinando e discutindo como deve ser usado esse particípio. Mas, se a construção com o auxiliar *ter* mais o particípio *imprimido* é a mais comum ou “correta”, por que não a encontramos tão facilmente? Eis alguns exemplos retirados da *Web*: *Marsilio Ficino Saturn parece ter imprimido Mouse Pad criado por brownquotes* (em: www.zazzle.com.br, sem data); *Se tivesse me falado, tinha imprimido ontem no centro pra vc* (em: www.feeltiptop.com, 06/04/13); *Devo ter imprimido quase todas elas na época!* (em: panelinha.ig.com.br, 07/04/2007).

Sobre o verbo *entregar*, segundo a Tabela 5, a maior parte de seus dados são sentenças passivas, com a construção *ser + entregue*, sendo 259 de 271 dados (95%) encontrados. Os demais dados pertencem a sentenças ativas, num total de 12 sentenças registradas em nosso *corpus*, das quais temos construções tanto com particípios regulares como com particípios irregulares, sendo 5 sentenças do tipo *ter/haver entregado* e 7 sentenças do tipo *ter/haver entregue*. Conforme estudamos na segunda seção do primeiro capítulo deste trabalho, autores como, por exemplo, Said Ali (1969 [1923]), Rocha Lima (2005 [1972]) e Perini (2010) não registram construções ativas com particípios irregulares – *tinha entregue* –, porém Bechara (2001 [1999]) aceita ambos os particípios – *tinha entregado* e *tinha entregue*. O que de fato ocorre é que atualmente as pessoas escrevem, em muitos casos, sentenças ativas com as duas formas de particípio, mas parecem restringir o uso do particípio irregular a sentenças passivas, resultado que se aproxima da proposta de Bechara (2001 [1999]). Os modelos de sentenças encontradas para este verbo estão expostos em (19) sendo que em (19a) e em (19b) temos sentenças ativas e em (19c) uma sentença passiva:

(19)

- a. A suspeita era que a empresa teria entregado para uma candidata [...] (DC, 01/06/12)
- b. Um novo estudo precisa ser feito, pois a Litoral Sul tinha entregue a de um traçado mais curto [...] (DC, 10/12/12)
- c. [...] a central com oito câmeras será entregue no dia 23. (DC 12/01/12)

Apesar de não termos encontrado em nosso *corpus* a construção *ser + entregado*, como já mencionamos, a *Web* nos confirma o uso escrito desse tipo de construção: *vc ja foi entregado pelo agum cabueta?* (em: www.orkut.com, 12/01/2007); *Comprei um espelho e foi entregado quebrado [...]* (em: www.reclameaqui.com.br, 20/11/2012); *Um Sultana é entregado uma chávena de café [...]* (em: www.zazzle.com.br, sem data).

Para o verbo *pagar*, foram encontrados principalmente dados formados com o particípio irregular *pago*, em sentenças passivas – como em *foi pago* –, sendo 94 de 105 dados, o que equivale a 89% do total. Apenas 11 dados aparecem em sentenças ativas, valor que corresponde aos 11%, sendo 3 particípios regulares e 8 particípios irregulares. Lembre-se o leitor de que Bechara (2001 [1999]) também reconhece a abundância desse verbo, mas aceita a forma regular *pagado* apenas em sentenças ativas, ou seja, libera apenas a construção *tinha pagado*. Diante disso, parece que os resultados expostos na Tabela 5 garantem tal afirmação, já que não há nenhum dado com o particípio regular desse verbo em sentenças passivas. Em (20), expomos os tipos de sentenças encontradas com este verbo, retomando aquela já apresentada anteriormente em (13a), agora em (20a):

(20)

- a. Um delegado de Florianópolis disse ter pagado com dinheiro próprio [...]. (DC, 21/06/12)
- b. Ele alegou ter pago R\$ 16 mil pelo material e disse que iria revendê-lo aleatoriamente. (DC, 19/05/12)
- c. O reajuste deveria ser pago retroativo para 1º de janeiro deste ano. (DC, 28/02/12)

Com base nos exemplos em (20), observamos que a forma regular *pagado* é usada tanto em sentenças ativas, como em (20a), quanto em sentenças passivas, como em (20b), ao passo que, em passivas, somente aparece a forma irregular *pago*, exemplificada em (20c), fato que nos motivou a buscar na *Web* a construção *ser + particípio regular* para este verbo, onde registramos seu uso: *com o porte postal que está sendo pagado pelo receptor* (em: wikipedia.qwika.com, sem data); *O saldo deve ser pagado no dia do texto no início do curso* (em: www.ilm.it, sem data); *Esse custo é pagado na pilha de energia* (em: pt.wikipedia.org/wiki/Epic_Battles,

sem data). De fato, a maior parte dos dados referem-se a discussões a respeito de como se deve ou não usar as formas de particípio do verbo *pagar*, sendo que, na maioria das vezes, os próprios usuários da internet corrigem o que leem. Foi o que ocorreu com o dado *Que jogo que não é pagado e é online tipo imvu?*, que obteve como resposta *Primeiro que não é pagado, é pago, e segundo, tenta Lord of the rings online [...]*. A preferência pela forma irregular parece ser indiscutível, contudo, a modalidade escrita apresenta a construção *ser + particípio regular* para o verbo *pagar*.

Já o verbo *ganhar* apresenta 23 dados na voz ativa, de um total de 26 dados, o que equivale a 89% dos casos, ou seja, a maior parte das ocorrências são com os auxiliares *ter* ou *haver*, porém, como já ressaltamos, 10 ocorrências são construções do tipo *ter/haver ganhado* e 13 do tipo *ter/haver ganho*, evidenciando uma variação no uso de seus particípios apenas em sentenças ativas. Observe os exemplos em (21):

(21)

- a. Estou muito feliz de ter ganhado esse prêmio. (DC, 19/12/2012)
- b. Furacão aposta em um profissional que tem ganho espaço nos últimos anos no futebol brasileiro [...]. (DC, 25/08/2012)
- c. Como negar a municipalidade um terreno que foi ganho do próprio governo? (DC, 20/03/2012)

As sentenças em (21) contemplam exemplos de sentenças ativas tanto com o particípio *ganhado* (21a) quanto com o particípio *ganho* (21b), pois, como recém afirmamos, em nosso *corpus* escrito, a variação só se deu nesse tipo de sentença, visto que a passiva apenas apresentou o particípio irregular, como em (21c). Porém, construções do tipo *ser + particípio regular* também foram encontradas na *Web*, mostrando que este particípio aparece em ambas as sentenças. São elas: *teu tenis da DC é robado ou é ganhado* (em: ask.fm, sem data); *As unidades nesse tipo de jogo são criadas a partir de pontos ou dinheiro, que é ganhado pela destruição de unidades* (em: pt.wikipedia.org, sem data); *Um jogo consiste em uma seqüência de pontos jogado com o mesmo serving do jogador, e é ganhado pelo primeiro jogador [...]* (em: wikipedia.qwika.com, sem data); dentre outras.

Os resultados para o verbo *gastar* estão, de certa forma, mais equilibrados, uma vez que foram encontradas 12 sentenças ativas e 14 passivas, de um total de 26 sentenças, o que equivale a um percentual de 45% e 55%, nessa ordem, embora as ativas apareçam construídas principalmente com a forma irregular de particípio, como no modelo *ter/haver + gasto*, sendo 8 das 12 sentenças, como nos exemplos retirados do jornal Diário Catarinense *online*, expostos em (22). Antes de irmos aos exemplos em (22), gostaríamos de salientar que, para este verbo, nossos resultados corroboram a afirmação feita por Bechara (2001 [1999]), de que não há restrição ao uso desses particípios em sentenças ativas, mas apenas em passivas, nas quais a forma regular *gastado* não aparecerá.

(22)

- a. Ele já teria gastado cerca de R\$ 500. (DC, 17/01/12)
- b. [...] o avião não tinha gasto muito combustível [...] (DC, 04/09/12)
- c. Aposto que para demolir, nao foi gasto 1/6 do valor [...] (DC, 23/02/12)

Os exemplos em (22) apenas ilustram que em sentenças ativas houve variação no uso dos particípios, sendo a forma regular apresentada em (22a) e a irregular em (22b), ao passo que em sentenças passivas apenas foram encontrados casos como no modelo em (22c). Ainda que nosso *corpus* escrito corrobore a afirmação de Bechara (2001 [1999]), sobre a voz passiva, não é difícil de encontrar sentenças na *Web*, por exemplo, em que a forma regular do verbo *gastar* é usada com o auxiliar *ser*, como pode ser observado nas sentenças que seguem: *A frugalidade quando tudo é gastado vem demasiado tarde* (www.zazzle.com.br, sem data); *Gerente pessoal de finanças para você saber facilmente onde seu dinheiro é gastado* (www.download.net.br, sem data), *Notícias de esportes mais relevante sobre orçamento de quanto foi gasto na copa da africa* (www.espbr.com, sem data), dentre outros exemplos. Essas frases apenas atestam que esse tipo de construção também é encontrado no português.

Das construções ativas e passivas formadas com o verbo *pegar*, 42 delas são construções do tipo *ser + pego*, ou seja, dos 51 dados totais, 82% deles apresentam o particípio *pego* em sentenças passivas.

Apenas 9 sentenças são construções ativas, nas quais se confirma variação no uso, pois, destas, 3 são construções com participio regular e 6 com participio irregular, correspondendo a 18% do total de dados. Observe em (23a) e (23b), a seguir, que o auxiliar *ter* selecionou, em nosso *corpus* escrito, tanto o participio regular *pegado* como o irregular *pego*, enquanto o *ser* apenas o participio irregular *pego*, como ocorre em (23c). Novamente, estes dados parecem confirmar o registro que é feito por Bechara (2001 [1999]), em sua *Moderna gramática portuguesa*, visto que admite a forma *pego* tanto em ativas quanto em passivas:

(23)

- a. Rafael tem pegado dicas com o treinador Argel [...]. (DC, 27/09/2012)
- b. Ela teria pego carona com um caminhoneiro para chegar na cidade. (DC, 14/02/12)
- c. Marco Aurélio Braga foi pego de surpresa [...]. (DC, 07/11/2012)

Como é possível observar em (23), construções do tipo *ser* + *pegado* foram as únicas não encontradas em nosso *corpus*, sendo que na *Web* apenas um caso foi registrado, ao menos até o momento, a saber, *esse carro foi pegado fogo mis so na frente nada mais* (em: www.fernandopolis.olx.com.br, 23/01/13). Esse resultado apenas transparece que a forma participial *pego* está praticamente consagrada no português atual, pois das 9 sentenças ativas com este verbo, que constituíram nosso *corpus* escrito, somente 3 delas são formadas com a forma *pegado*. Os demais dados que encontramos na *Web* com a construção *ser* + *pegado* foram aqueles em que *pegado* não é participio – como já foi mencionado em nota de rodapé –, mas advérbio, como, por exemplo, *Jogo foi pegado na Arena Barueri* (em: globoesporte.globo.com, 07/02/2013), isto é, a palavra *pegado* registra a maneira *como* o jogo se deu, no caso, de maneira bastante competitiva. Em outras situações, *pegado* também é adjetivo: *jogo pegado* → *jogo competitivo*.

Ainda analisando a Tabela 5, os verbos *abrir*, *escrever*, *trazer* e *descobrir*, como apresentaram apenas as formas canônicas de participio – sendo 9 sentenças ativas (5%) e 157 passivas (95%) para o verbo *abrir*, 7 sentenças ativas (22%) e 24 passivas (78%) para o verbo *escrever*, 13 sentenças ativas (36%) e 23 passivas (64%) para o

verbo *trazer* e 7 sentenças ativas (17%) e 34 passivas (83%) para o verbo *descobrir* –, não atestaram, em nosso *corpus*, variação na escrita em sentenças ativas e passivas para seus respectivos participípios duplos. Ou seja, como tais verbos apenas apresentaram as formas participiais *aberto*, *escrito*, *trazido* e *descoberto*, respectivamente, esses participípios irregulares apareceram em todos os casos, independentemente do auxiliar em questão – *ter/haver* ou *ser*.

Todavia, como já mostramos, essas formas não canônicas – *abrido*, *escrevido*, *trago* e *descobrido* – também aparecem em sentenças passivas, além de ativas, em dados retirados da *Web*, apenas com exceção para o verbo *abrir*, o qual não encontramos nenhum registro, até o momento, da construção *ser* + *abrido*. Para exemplificar construções ativas e passivas com o verbo *escrever*, retomaremos exemplos já expostos: *Eu achei que tinha sido você que tinha escrevido [...] (em: www.ask.fm, sem data); o texto foi bem escrevido [...] (em: www.vibeflog.com)*. Gostaríamos de ressaltar, para este verbo, que a forma *escrevido* também aparece como adjetivo, o que pode ser observado na sentença *Escrever é tão gostoso como um biscoito escrevido da Maria (em: www.territoriobrincar.com.br, 12/03/13)*.

O verbo *trazer*, como vimos, também apresenta a forma participial *chego* na voz ativa: *ele perguntou se eu tinha trago o livro e eu disse q ã [...] (em: www.tumblr.com, sem data)*. Encontramos, ainda, um dado curioso para este verbo também com a forma *trago*: *hoje é trago seus fogueteiros (em: www.fotolog.com/deadman13, 31/12/2009)*. Se esta sentença não é passiva é, no mínimo, ambígua, pois talvez seja possível ler a sentença como *Seus fogueteiros hoje são trazidos*. E, por fim, o verbo *descobrir* também apresentou variação em seus *tipos de sentença*, como mostram os exemplos retomados aqui: *Grupo de amigos garantem ter descobrido pegada de dinossauro na cidade de Santa Luzia, PB (em: www.globoTV.globo.com, 15/09/12)* e *é descobrido planeta com água no sistema solar (em: www.blogspot.com.br, 11/01/11)*.

Finalmente, sobre o resultado para o verbo *chegar*, este foi o único verbo que não apresentou nenhuma construção passiva em nosso *corpus*, talvez devido ao estranhamento desse tipo de construção com esse verbo, já que não nos parecem muito comuns

construções do tipo **ser chego* ou **ser chegado*⁴¹. Isso pode ser explicado pelo número de argumentos do verbo. Como vimos, *chegar* é inacusativo, ou seja, apresenta um único argumento e, se bem observarmos, apenas é possível construir sentenças passivas com verbos transitivos diretos ou bitransitivos, isto é, com verbos que tenham, no mínimo, dois argumentos, como nos mostra Ilari (2001) em seu exemplo com o verbo *descobrir*: *Cabral descobriu o Brasil* → *O Brasil foi descoberto por Cabral*. Segundo o autor, o que muda nessas duas sentenças é o termo que funciona como sujeito, já que na primeira o sujeito é [Cabral] e na segunda é [o Brasil], “mas Cabral é sempre o agente da descoberta, e o Brasil é sempre o seu alvo” (ILARI, 2001, p. 131).

Por conta disso, não esperávamos resultados para o verbo *chegar* na voz passiva, mas apenas pretendíamos confirmar a possibilidade de a voz ativa também ser construída com a forma irregular de particípio – *ter/haver chego* –, como foi atestado em uma das ocorrências, já comentada nesta seção. Porém, novamente, nossa curiosidade nos fez buscar dados fora de nosso *corpus* de análise, para verificar se, de fato, o particípio irregular *chego* é usado somente em sentenças ativas. Com base nos dados que encontramos na *Web*, parece que, realmente, a construção *ser + chego* não é muito comum, ou pelo menos não tem característica de voz passiva, como é possível observar em *É chego a conclusão que para fazer um clipe de musica [...]* (www.butecodomannolo.blogspot.com.br, 11/08/2010). Talvez esta sentença possa ser lida como indeterminação – *Chega-se à conclusão de que para fazer um clipe de música [...]* –, mas não como passiva.

Gostaríamos de informar o leitor de que outras construções com o verbo *chegar* também têm chamado nossa atenção. São os casos em que *chega* aparece como substantivo: *A chega de Begônia deve ocorrer antes mesmo de Nina ser desmascarada por Carminha*

⁴¹ A respeito da construção *ser chegado*, estamos levando em conta apenas aquelas sentenças em que o verbo *chegar* não perdeu seu significado lexical pleno, isto é, de movimento. Obviamente, sabemos que *ser chegado* é uma expressão possível e bastante usada no português, mas, por ora, parece que apenas com o significado de *gostar*, como em *Ele é chegado a uma fofoca* (em: www.aulete.uol.com.br/chegado, sem data), o que equivale a dizer que *Ele gosta de uma fofoca*. Dizemos, portanto, que o verbo *chegar* se gramaticalizou. Um estudo sobre este caso pode ser encontrado em Pena-Ferreira (nd).

(www.colunistas.ig.com.br, em 11/06/12); *Confirma a chega da última bateria do Mundialito de Triatlo Rápido* (www.globoTV.globo.com, sem data). Como essa nova forma do verbo *chegar* têm atingido inclusive substantivos – a *chega* –, não é impossível pensarmos que ela também pode se fazer presente em sentenças passivas, futuramente.

Como estudamos, não há um consenso entre os linguistas – tampouco entre os gramáticos – sobre a formação de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes. Enquanto Pagani (1993) defende que há necessidade de uma distinção entre as formas de particípio, devendo a verbal ser usada em tempos compostos e a adjetival em passivas, obedecendo a uma distribuição complementar, Brocardo (2006) afirma que a preferência no uso por formas regressivas como *ganho*, *gasto* e *pago*, por exemplo, tendem a garantir uma única forma na língua, sendo completamente desnecessária essa distinção entre esses tipos de sentenças. Com base no argumento desta autora e também apoiadas nos resultados até aqui expostos, concordamos que não somente é incabível manter essas diferenças, visto que o uso tem atestado a variação nas formas participiais, principalmente em sentenças ativas, como também é perceptível que a forma irregular tem se mostrado mais usual, para a maioria dos verbos.

Antes de finalizarmos a discussão sobre o grupo de fatores *item lexical*, gostaríamos de fazer uma análise mais geral, com base no critério apresentando no primeiro capítulo, que distribui os doze verbos elencados em três grupos: (a) verbos sempre considerados abundantes pelas gramáticas consultadas – *salvar*, *imprimir* e *entregar*; (b) verbos que ora são ora não são considerados abundantes pelas gramáticas consultadas – *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar*, *abrir*, *escrever*; e (c) verbos que não foram considerados abundantes por nenhuma das gramáticas consultadas – *chegar*, *trazer* e *descobrir*. Para isso, a partir da Tabela 5, iremos apresentar os resultados, para cada um desses grupos, por meio de gráficos, nos quais há percentuais para os quatro tipos de sentenças possíveis, a saber, *ter/haver* + *particípio regular*, *ter/haver* + *particípio irregular*, *ser* + *particípio regular* e *ser* + *particípio irregular*. O Gráfico 13, que segue, mostra a distribuição dos participios pertencentes ao grupo (a):

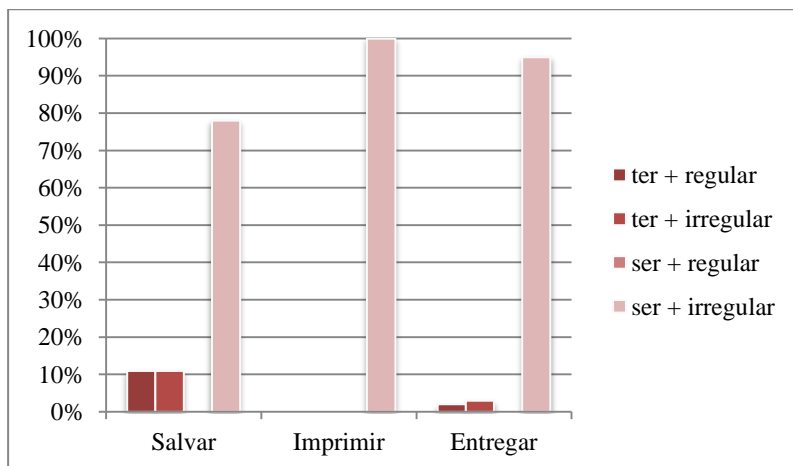


Gráfico 13: percentuais gerais para os participios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘salvar’, ‘imprimir’ e ‘entregar’, correspondentes ao grupo (a), em sentenças ativas e passivas.

Conforme mostra o Gráfico 13, é categórico o uso de participios irregulares em sentenças passivas – *ser + participio irregular* – para os três verbos que representam o grupo (a), uma vez que não há dados que apresentem participios regulares com o auxiliar *ser*. Quanto às sentenças ativas, o comportamento dos verbos *salvar* e *entregar* é bastante semelhante, já que ambos registram tanto o uso do participio regular como o uso do participio irregular com os auxiliares *ter* ou *haver*, apontando variação no uso para esse tipo de sentença, sendo 11% para as construções *ter + salvado/salvo* e 2% e 3% para as construções *ter + entregado* e *ter + entregue*, nessa ordem. Por conta dos percentuais próximos que cada verbo apresentou em relação a esse tipo de sentença, não é possível afirmar que em ativas, por exemplo, há preferência de uma forma de participio sobre a outra, para ambos os itens lexicais. Como apontamos anteriormente, não foram encontradas ocorrências de outras construções com o verbo *imprimir*, senão a construção passiva com a forma irregular de participio, de maneira que nada podemos afirmar com relação às sentenças ativas construídas com esse verbo.

Observe o Gráfico 14, que apresenta os percentuais para os verbos que compõem o grupo (b):

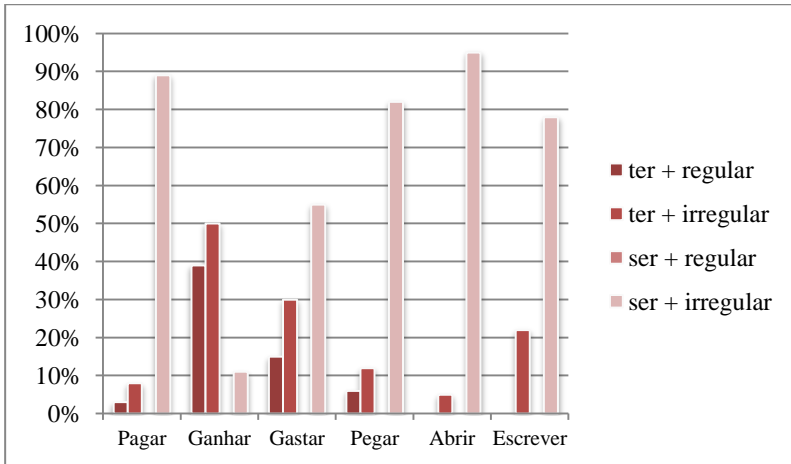


Gráfico 14: percentuais gerais para os participios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘pagar’, ‘ganhar’, ‘gatar’, ‘pegar’, ‘abrir’ e ‘escrever’, correspondentes ao grupo (b), em sentenças ativas e passivas.

Com base no Gráfico 14, é possível observar que os verbos que compõem o grupo (b) se comportam diferentemente, atestando mais uma vez que o uso varia de verbo para verbo. As particularidades de cada um dos itens em questão são evidenciadas principalmente quando observamos os percentuais das sentenças ativas: de um lado temos os verbos *pagar*, *ganhar*, *gastar* e *pegar* que apresentam variação nas construções com os auxiliares *ter* ou *haver*, e do outro há os verbos *abrir* e *escrever* que registram somente a construção *ter* + *participio irregular*. Mas há algo importante que deve ser assinalado para os quatro primeiros verbos: todos eles, embora apresentem variação no uso em sentenças ativas, mostram maior frequência no uso das formas irregulares de participio para essas mesmas sentenças, a saber, *pago*, *ganho*, *gasto* e *pego*, ainda que este último verbo – *pegar* –, como vimos anteriormente, seja reconhecido apenas por duas gramáticas pesquisadas como portador de participio irregular (cf. PEREIRA, 1946 [1926], BECHARA, 2001 [1999]). Os demais verbos – *abrir* e *escrever* – foram registrados como o esperado para as gramáticas atuais, visto que se comportaram como verbos de participios únicos e irregulares. Em relação às sentenças passivas, nenhum deles apresentou a construção *ser* + *participio regular*.

O Gráfico 15 mostra os resultados percentuais para os verbos do grupo (c), e pode ser visualizado a seguir:

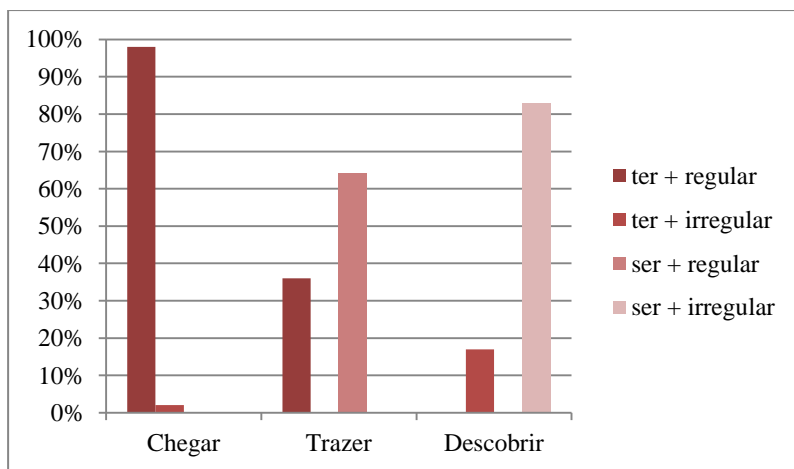


Gráfico 15: percentuais gerais para os participípios – regular e irregular – dos itens lexicais ‘chegar’, ‘trazer’ e ‘descobrir’, correspondentes ao grupo (c), em sentenças ativas e passivas.

Os verbos que compõem o grupo (c) são aqueles que não foram citados como abundantes no participípio por nenhuma das gramáticas pesquisadas. Novamente se observa que cada um deles tem um comportamento particular: (i) o verbo *chegar*, como já ressaltamos, apresentou apenas uma ocorrência com a forma *chego*, correspondendo a 2% dos dados, sendo que não há nenhuma sentença passiva em nosso *corpus* e (praticamente) todas as ativas são do tipo *ter + chegado*; (ii) o verbo *trazer* registrou tanto em sentenças ativas como em sentenças passivas o participípio regular *trazido*; e (iii) a forma irregular *descoberto* foi o único participípio encontrado para o verbo *descobrir* em nossos dados escritos.

Com base nos resultados que demarcam os três grupos – (a), (b) e (c) –, podemos concluir que o grupo (c) parece atestar o que registram as gramáticas, pois, de fato, os verbos que o compõem apresentaram (quase que) exclusivamente uma única forma de participípio, não se comportando como verbos abundantes no uso escrito. Já os grupos (a) e (b) não nos permitem fazer generalizações quanto aos critérios propostos para a distribuição, uma vez que há

diferentes comportamentos, a depender do item lexical em questão. Isso sugere que é preciso repensar os critérios de classificação dos grupos, pois parece que o verbo *abrir* não deve pertencer ao mesmo grupo do verbo *ganhar*, por exemplo, já que o primeiro se manifestou somente na forma de particípio irregular e o segundo, em princípio, preferencialmente na forma de particípio regular. Talvez seja relevante sistematizar os verbos quanto a outras propriedades, separando-os primeiramente em dois grupos, o de sentenças ativas e o de sentenças passivas. Em seguida, agrupando cada grupo em (a) verbos abundantes, (b) verbos de particípio único e regular, e (iii) verbos de particípio único e irregular, uma análise que, possivelmente, será realizada em nossas próximas pesquisas.

Antes de finalizarmos a discussão para os grupos de fatores linguísticos *item lexical* e *tipo de sentença*, queremos novamente reforçar que a análise para essas variáveis foi expandida, já que contou com vários dados *extra-corpus*, além dos dados obtidos no jornal Diário Catarinense *online*. Com isso, objetivamos registrar a existência de determinadas formas participiais na escrita, de maneira a enriquecer a “conversa”. Continuemos a tratar dos outros grupos de fatores que se mostraram relevantes.

A terceira variável linguística selecionada pelo pacote estatístico foi a *animacidade do sujeito*. Os resultados estão apresentados no Gráfico 16, a seguir:

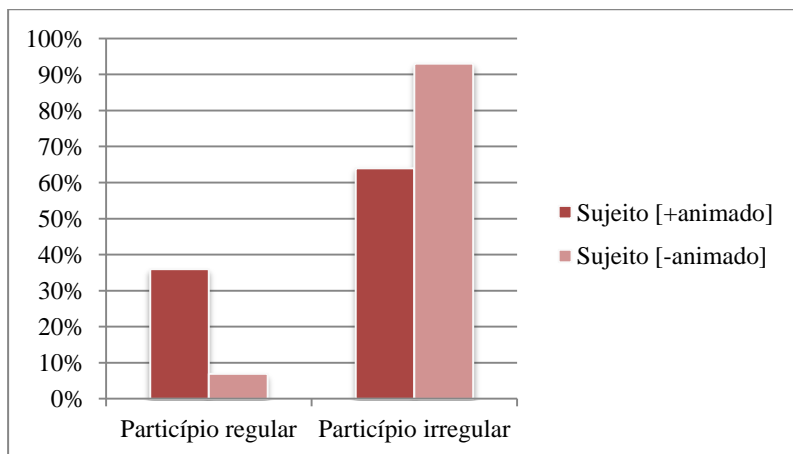


Gráfico 16: valor percentual geral para a variável 'animacidade do sujeito' em relação às formas de participio – regular e irregular.

Como é possível observar, de acordo com o Gráfico 16, o resultado geral de nosso *corpus* mostrou que, enquanto 36% dos sujeitos com traço [+animado] constituem sentenças formadas com participios regulares, 64% deles estão presentes também em sentenças construídas com formas irregulares de participio. Os resultados referentes ao traço [-animado] são ainda mais interessantes: 93% das sentenças construídas com participio irregular apresentam sujeito com traço [-animado], isto é, apenas 7% dessas sentenças são formadas com sujeito [+animado]. Tal percentual parece revelar que, quando o sujeito é [-animado], há preferência pelo uso de formas irregulares de participio, ao passo que sentenças formadas com participios regulares parecem selecionar, preferencialmente, sujeitos com traço [+animado]⁴². A Tabela 6, que segue, complementa nossa discussão, uma vez que traz os valores em quantidade de dados para este grupo de fatores, bem como os pesos relativos aplicados sobre a variante *participio irregular*:

⁴² Das 843 sentenças que compõem nosso *corpus*, apenas 8 são constituídas por sujeitos metonímicos como, por exemplo, em *Como as equipes de resgate ainda não haviam chegado* (DC, 15/05/2012), com sujeito [+animado], e *Assim, a Prefeitura teria gasto R\$ 3,8 milhões com publicidade* (DC, 29/09/12), com sujeito [-animado]. Como o número total de sujeitos metonímicos não é significativo, contemplando apenas 1% do total geral, decidimos não fazer uma análise sobre tal propriedade.

Sujeito	Regular	%	Irregular	%	PR
[+animado]	85/235	64%	150/235	36%	0,280
[-animado]	46/608	7%	562/608	93%	0,590
Total	131/843	15%	712/843	85%	

Tabela 6: valor, em quantidade de dados, e percentual geral da variável ‘animacidade do sujeito’ e pesos relativos, aplicados sobre a variante ‘participio irregular’, referentes ao corpus escrito.

Com base na Tabela 6, podemos observar, mais detalhadamente, que há, em nosso *corpus*, 235 sentenças formadas com sujeitos [+animado], o que equivale a 28% dos dados, e 608 sentenças formadas com sujeitos [-animados], valor correspondente a 72% do total de sentenças. O que a Tabela 6 ainda nos revela de grande importância são os pesos relativos aplicados sobre o *participio irregular*: parece que o sujeito com traço [-animado] é o que revela maior significância sobre o uso das formas irregulares de participio, pois apresentou um peso relativo de 0,590, se comparado ao peso relativo referente ao sujeito [+animado], que foi de apenas 0,280. Diante disso, a *animacidade do sujeito* se mostrou um grupo de fatores que pode contribuir para explicar a distribuição dos participios – regulares e irregulares – em sentenças ativas e passivas. Por conta disso, apresentamos o Gráfico 17, resultados de um cruzamento entre essas duas variáveis independentes – *tipo de sentença* e *animacidade do sujeito*:

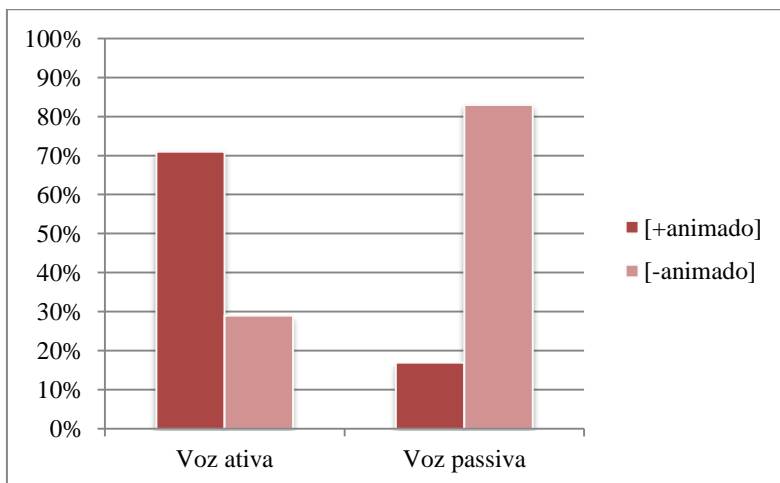


Gráfico 17: percentual geral, referente ao corpus escrito, para variável 'animacidade do sujeito' em relação à variável 'tipo de sentença' – ativa e passiva.

O cruzamento entre as variáveis linguísticas *animacidade do sujeito* e *tipo de sentença* trazem resultados igualmente curiosos. Como já apresentamos, ambas as variáveis foram relevantes para nossa pesquisa, por conta disso, decidimos buscar o que elas, juntas, podem nos responder sobre sentenças que envolvem participípios. Os percentuais expostos no Gráfico 17 nos mostram que há uma diferença bastante acentuada entre o traço do sujeito e o tipo de sentença em que o sujeito está inserido. O gráfico revela que 71% das sentenças ativas são formadas por sujeito com traço [+animado], isto é, apenas 29% delas apresentam sujeitos inanimados. O oposto ocorre com sentenças passivas: 83% delas são construídas com sujeitos de traço [-animado], sendo, portanto, 17% delas formadas com sujeitos animados. Ora, se já temos afirmado que a maioria das sentenças passivas são formadas com participípios irregulares, e que eles selecionam preferencialmente sujeitos de traço [-animado], então o resultado desse cruzamento não é surpreendente, porém assume grande importância diante de nossas respostas, pois eles apenas vêm atestar diagnósticos: participípios irregulares formam principalmente sentenças passivas e selecionam preferencialmente sujeitos inanimados.

O *número de argumentos do verbo* foi a quarta variável selecionada pelo programa GOLDVARB 2001 para tentar explicar a variação nas formas de participio. A Tabela 7 a seguir mostra os resultados relacionados à nossa variável dependente – participios duplos:

Número de argumentos do verbo	Verbos	Regular	%	Irregular	%	PR
1 argumento	<i>chegar</i>	68/69	98%	1/69	2%	0,077
2 argumentos	<i>imprimir, gastar, pegar, abrir, escrever, trazer, descobrir</i>	46/358	12%	312/358	88%	0,236
3 argumentos	<i>salvar, entregar, pagar, ganhar</i>	17/416	4%	399/416	96%	0,806

Tabela 7: percentuais e quantidade de dados para os participios regular e percentuais, quantidade de dados e pesos relativos, aplicados sobre a variante ‘participio irregular,’ para a variável ‘número de argumentos do verbo’, referente ao corpus escrito.

Antes de iniciarmos a análise para esta variável, gostaríamos de relembrar o leitor de que o critério de escolha dos verbos *não* foi baseada no número de argumentos que cada um deles apresenta e que controlar a variável *número de argumentos do verbo* foi uma decisão tomada após a aplicação do teste de avaliação, ou seja, após a escolha dos doze verbos elencados para este trabalho. Isso explica, por exemplo, porque temos apenas um verbo com um único argumento e porque temos mais verbos transitivos do que verbos bitransitivos. Reconhecemos, dessa forma, que os resultados, embora relevantes, ainda são bastante preliminares para esse grupo de fatores linguístico e que devemos estudar uma nova maneira de controlá-lo, com mais sistematicidade, por exemplo. Mas vamos aos resultados.

O único verbo de um só argumento, como mostra a Tabela 7, é o verbo *chegar*, o qual, como temos exposto, é um verbo abundante “novo” e, por conseguinte, não reconhecido como portador de dois particípios pelas gramáticas – pesquisadas – atuais, além disso, seu particípio canônico é regular, o que explica seu peso relativo de 0,077, aplicado sobre a variante *particípio irregular*, que se refere à única ocorrência encontrada, em nosso *corpus* de análise, com a forma *chego*, que marca apenas 2% de frequência de uso.

Por outro lado, os verbos que possuem em sua grade temática dois argumentos – *imprimir, gastar, pegar, abrir, escrever, trazer e descobrir* – trazem resultados bastante intrigantes, quando comparados aos verbos que têm três argumentos – *salvar, entregar, pagar, ganhar* –, principalmente quando observamos seus pesos relativos. Os resultados da Tabela 7 mostram que 312 de 358 sentenças formadas com verbos transitivos são construídas com particípios irregulares, o que equivale a 88% do total, percentual que sobe para 96% quando as sentenças são formadas com verbos bitransitivos, isto é, 399 de 416 dados. Mas os pesos relativos nos revelam ainda mais diferenças entre esses dois tipos verbais: enquanto o peso relativo referente aos verbos que apresentam dois argumentos é 0,236, o peso relativo relacionado aos verbos com três argumentos é de 0,806, indicando que a recorrência de formas irregulares é ainda maior quando se tratam de verbos bitransitivos formando sentenças ativas e passivas. Diante desses resultados, parece que o número de argumentos do verbo é uma variável bastante significativa para o estudo de particípios duplos, devendo, pois, ser investigada em trabalhos posteriores.

As demais variáveis independentes controladas – *conjugação do verbo, preenchimento do sujeito, ordem do sujeito, material interveniente entre auxiliar e particípio e gênero textual/discursivo* –, embora não tenham apontado resultados relevantes para esta pesquisa, também serão abordados em nossa análise.

Como já ressaltamos, da mesma forma que não há um mesmo número de verbos com igual número de argumentos, também não há uma distribuição igualitária em relação à vogal temática dos doze verbos elencados, pois há sete verbos com terminação em *-ar*, dois verbos com terminação em *-er* e três verbos com terminação em *-ir*. Isso se dá pela mesma razão exposta anteriormente: quando elencamos os doze verbos para a pesquisa, não tínhamos a intenção de controlar o grupo de fatores linguístico *conjugação do verbo*, variável

esta que poderá ainda contribuir para esclarecer a variação no uso de participípios regulares e irregulares em sentenças ativas e passivas, devendo, pois, ser controlada em trabalhos futuros. A Tabela 8, a seguir, mostra os resultados para a variável *conjugação do verbo*, relacionada à nossa variável dependente:

Conjugação	Item lexical	Regular	%	Irregular	%
1ª conjugação (-ar)	<i>salvar, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, chegar</i>	96/566	16%	470/566	84%
2ª conjugação (-er)	<i>escrever, trazer</i>	36/67	54%	31/67	46%
3ª conjugação (-ir)	<i>imprimir, abrir, descobrir</i>	0/210	0%	210/210	100%

Tabela 8: percentual geral e valores em quantidade de dados para as três conjugações verbais, relacionadas aos participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito.

Com base na Tabela 8, observa-se que há sete verbos que compõem o quadro da 1ª conjugação verbal – *salvar, entregar, pagar, ganhar, gastar, pegar, chegar* –, sendo que esta conjugação escolhe preferencialmente participípios irregulares, apresentando 470 formas irregulares para um total de 566 dados, o que corresponde a 84% do total. Ainda sobre esta conjugação, achamos relevante chamar a atenção do leitor sobre o fato de que a maioria dos verbos que a compõe apresentaram preferencialmente a terminação em *-o*, com exceção dos verbos *entregar* e *chegar*.

Como vimos, segundo Basílio (1980), a competência lexical está voltada a regras de formação de palavras, ou seja, à capacidade que o falante nativo tem em criar generalizações com base em palavras já existentes no léxico. Essas generalizações, a que dá o nome de redundância lexical, quando adquiridas pelo falante, podem se tornar produtivas na língua, de maneira que são os fatos linguísticos

que irão comprovar se de fato tal regra se tornou produtiva. Com base nisso, podemos então pensar que a formação de participípios terminados em *-o* tem se tornado produtiva no português, já que é a mais bem avaliada pelos falantes e tem atingido cada vez mais itens lexicais. Parece, portanto, que essa terminação vem se concretizando como um novo padrão geral, como estudamos em Barbosa (1993), argumento já exposto por Camara Jr. (2005 [1970], 1976), quando aponta um padrão especial em *-o* passível de padronização e altamente produtivo.

E, como temos visto, esse é um argumento também levantado por Teixeira da Silva (2008) em seu estudo sobre o tema. A hipótese desta autora aponta para uma regularização por analogia dos participípios irregulares no português, assumindo que se trata de um padrão de produtividade, em decorrência da previsibilidade que essas criações mantêm, ainda que Basílio (1980) assegure que esta propriedade da língua esteja mais relacionada à derivação. Todavia, ainda assim, poderíamos pensar na produtividade para nosso objeto, se encararmos que, por exemplo, os novos participípios terminados em *-o* são derivados das formas verbais conjugadas da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, como sugere Barbosa (1993).

Embora para o verbo *chegar* tenhamos registrado apenas um dado terminado em *-o*, este dado tem sua importância para a discussão, pois é mais uma forma participial que tem se apresentado como produtiva para este morfema, o que em outras palavras significa dizer que esse padrão especial de formação de participípios tem se comportado cada vez mais como uma generalização na criação de formas novas. Mas, como vimos, para Lobato (1999) há uma relação entre *o contexto fonético e a formação de participípios*, que proibiria a entrada na língua, por exemplo, das formas como *acatado/*acato* e *falado/*falo*, devido à ausência de um padrão fonético nelas. Se isso é verdade, então a forma *chego* também não apresenta um padrão fonético? Ora, parece que essa nova forma é boa, sim, pois, como vimos, no teste de avaliação ela foi a mais avaliada positivamente, quando comparada à forma regular *chegado*. Ademais, a título de curiosidade, temos registrado também outras construções com essa mesma terminação: a construção *foi ativo*, que apareceu numa mensagem enviada pela empresa de telefonia TIM e também a construção *tinha despenco*, que foi falada por um repórter da BAND News TV.

Com base nesses exemplos, parece, que o contexto fonético não tem impedido a formação de novos participípios terminados em *-o*, pelo menos para os verbos de 1ª conjugação, se bem que, como já mostramos, não são tão incomuns construções na oralidade para a 2ª e a 3ª conjugações, como, por exemplo, se observa com os verbos *trazer* e *ouvir* – *tinha trago* e *tinha ouço* –, para esse mesmo sufixo. Além disso, essas ocorrências que assinalam o aparecimento de novas formas vêm apenas atestar que nem sempre o bloqueio (cf. BASÍLIO, 1980) é eficaz na língua, pois os participípios duplos se mantêm mesmo em contextos com o mesmo valor referencial, como temos mostrado nos exemplos retirados de nosso *corpus* escrito.

Ainda sobre as terminações em *-o*, somamos um total de 446 ocorrências de uma total de 712 participípios irregulares coletados, o que equivale a 63% do dados, sendo que o único verbo com participípio irregular terminado em *-e* é o verbo *entregar*, que contou com 266 ocorrências, equivalendo a 37% do total. Porém, dentre os onze verbos que têm terminação com morfema *-o*, nem todos têm as mesmas características. Conforme Lobato (1999) afirma, apenas os verbos de 1ª conjugação permanecem com seu radical intacto, na maior parte dos casos, na forma forte de participípio, a saber, os verbos *salvar*, *pagar*, *ganhar*, *gastar*, *pegar* e *chegar*. Para estes verbos, a terminação em *-o* soma um total de 205 dados, o que equivale a 29% das 712 terminações irregulares. Já para os verbos *imprimir*, *abrir*, *escrever*, *trazer* e *descobrir*, que apresentam alomorfa no radical em seus participípios irregulares, coletamos 241 dados, correspondendo a 34% do total. Observe que, embora os verbos de 1ª conjugação estejam em maior número, há menos dados para eles em nosso *corpus*, o que faz os percentuais dos verbos de 2ª e 3ª conjugações serem maiores, quando comparados.

Retornando aos resultados de nosso *corpus* escrito, apresentados na Tabela 8, a 2ª conjugação verbal pouco pode nos dizer sobre a escolha dos participípios, uma vez que é composta por apenas dois verbos, os quais atualmente não são reconhecidos pelas gramáticas como verbos de participípios duplos, já que o verbo *escrever* é caracterizado por ter participípio apenas irregular e o verbo *trazer* participípio apenas regular. Essa característica oposta entre ambos talvez explique o fato de 36 das 67 sentenças (54%) serem formadas com participípios regulares e 46% delas serem construídas com participípios irregulares. Além disso, esse resultado apenas nos mostra que há mais dados para o verbo *trazer* do que para o verbo *escrever*,

em nosso *corpus*, justificando os valores dos percentuais equilibrados. Por conta disso, a 2ª conjugação nada nos revela sobre a variação de nosso fenômeno linguístico. Finalmente, para a 3ª conjugação, temos três verbos, dos quais apenas um – *imprimir* – é considerado abundante atualmente, já que os verbos *abrir* e *descobrir*, de acordo com a norma padrão, são verbos de participípios únicos e irregulares. Como já foi apontado, nosso *corpus* de análise dispõe de apenas três ocorrências de participípio passado com o verbo *imprimir*, sendo todos com a forma irregular *impresso*, o que explica os 100% de frequência para esta conjugação verbal. De fato, esses resultados não são significativos para esta pesquisa, principalmente por conta da não sistematicidade dos verbos elencados.

Ainda quanto à *conjugação do verbo*, entendemos que, para as próximas pesquisas, cada conjugação deverá ser composta por verbos usuais, não tão usuais, abundantes canônicos e abundantes não canônicos e, até mesmo, por verbos hipotéticos (cf. TEIXEIRA DA SILVA, 2008), com a finalidade de comparar os resultados para as três conjugações verbais, o que não foi possível obter neste momento.

A busca por diagnósticos que pudessem explicar a distribuição das formas de participípio fez com que controlássemos outras características dos sujeitos que compõem as sentenças – ativas e passivas –, além de sua *animacidade*. Por conta disso, controlamos também a *ordem do sujeito* – se o sujeito é anteposto ou posposto – e seu *preenchimento* – se o sujeito é preenchido ou nulo – na sentença. O Gráfico 18 e a Tabela 9 seguintes referem-se a esta propriedade do sujeito, a saber, sua realização na sentença:

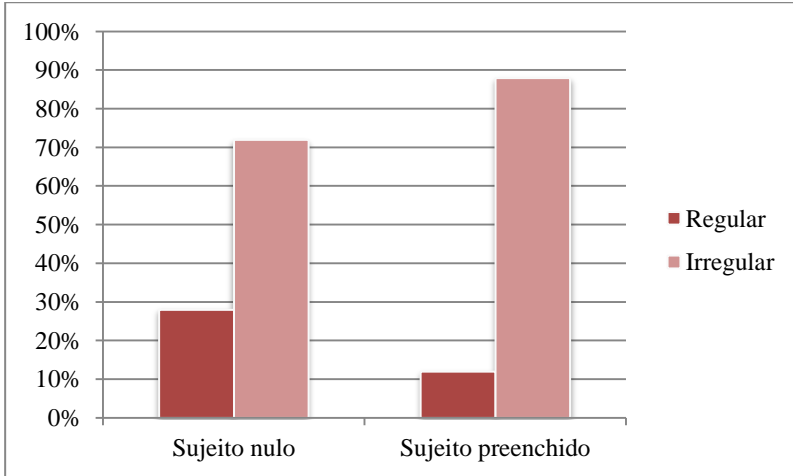


Gráfico 18: percentual geral, referente ao corpus escrito, para a variável linguística 'preenchimento do sujeito' em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares.

Preenchimento do sujeito	Particípio regular	%	Particípio irregular	%	Total geral	%
Nulo	46/165	28%	119/165	72%	165/843	20%
Preenchido	85/678	12%	593/678	88%	678/843	80%

Tabela 9: percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'preenchimento do sujeito' em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito.

O resultado exposto no Gráfico 18 aponta que, independentemente de o sujeito da sentença ser preenchido ou nulo, a frequência de uso de participios irregulares é superior ao uso de participios regulares, já que 72% das sentenças construídas com participios nulos, como em (24a), e 88% das sentenças formadas com sujeitos preenchidos, como em (24b), apresentam formas irregulares de participio, o que equivale, nesta ordem, a 119 de 165 ocorrências e

593 de 678 ocorrências para cada uma dessas duas possibilidades, conforme mostra a Tabela 9.

(24)

- a. [O local] é mantido pelo Movimento Escoteiro de Santa Catarina e [Ø] é aberto ao público (DC, 14/02/2012)
- b. [...] uma tela que aparece no lugar da interface do site, quando ele é aberto pelo navegador Internet Explorer (DC, 31/01/2012)

Resultado semelhante ocorre com o grupo de fatores linguístico *ordem do sujeito* na sentença, o que pode ser observado no Gráfico 19 e na Tabela 10, que seguem:

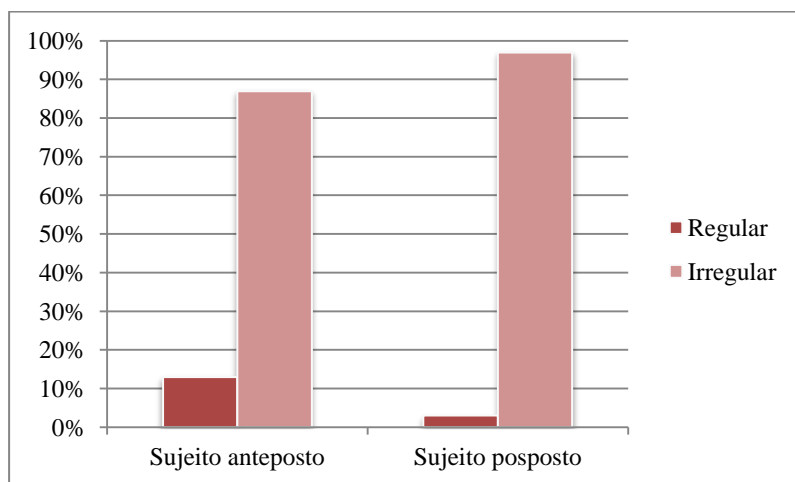


Gráfico 19: percentual geral, referente ao corpus escrito, para a variável linguística 'ordem do sujeito' em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares.

Ordem do sujeito	Particípio regular	%	Particípio irregular	%	Total geral	%
Anteposto	83/617	13%	534/617	87%	617/678	91%
Posposto	2/60	3%	58/60	97%	60/678	9%

Tabela 10: percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'ordem do sujeito' em relação às sentenças formadas com participios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito.

De acordo com o Gráfico 19, tanto em sentenças com sujeito anteposto como em sentenças com sujeito posposto, há maior frequência de uso das formas irregulares de particípio. A Tabela 10, que complementa esta análise, nos mostra que 534 de 617 sentenças construídas com sujeito anteposto são formadas com participios irregulares, o que significa dizer que 87% dos dados apresentam sujeitos que antecedem a construção *verbo auxiliar + particípio*, como, por exemplo, em (25a), percentual este que se aproxima das sentenças constituídas com sujeito posposto a essa construção, como ocorre em (25b), sendo 97% do total, ou seja, 58 das 60 sentenças encontradas.

(25)

- a. Animal deve ter sido trazido pelas correntes marinhas do Sul (DC, 15/06/2012)
- b. Vai ter que ser trazido material de área externa ao aeroporto (DC, 15/06/2012)

Com base nesses resultados, percebe-se que, com exceção da *animacidade*, as variáveis *ordem* e *preenchimento*, relacionadas ao sujeito, não foram significativas para esta pesquisa, já que todos os seus fatores – anteposição, posposição, preenchimento e não preenchimento – apontam para o uso de formas irregulares de particípio.

A última variável linguística controlada foi a *função do material interveniente entre o auxiliar e o particípio*. Observe a Tabela 11, a seguir:

Material interveniente	Particípio Regular	%	Particípio Irregular	%	Total geral	%
Sem material interveniente	128/832	15%	704/832	85%	832/843	98%
Com material interveniente	4/11	36%	7/11	64%	11/843	2%

Tabela 11: percentual geral e quantidade de dados para a variável linguística 'material interveniente entre auxiliar e particípio' em relação às sentenças formadas com particípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito.

Como mostra a Tabela 11, apenas 2% dos dados obtidos apresentaram material interveniente entre o auxiliar e o particípio, o que equivale a 11 das 843 ocorrências, sendo que, desses 11 dados, sete deles (7/843) são advérbios, como, por exemplo, em (26a), três (3/843) deles são clíticos, como no exemplo em (26b), e apenas um é sujeito (1/843), transcrito em (26c).

(26)

- a. Pode também ser descoberto um filho fora da relação estável (DC, 24/10/2012)
- b. O que tinha se salvado da plantação de banana na última vez, agora terá de ser colocado abaixo [...] (DC, 23/10/2012)
- c. [...] mas era tudo pago como o combinado [...] (DC, 27/11/2012)

Em princípio, havíamos criado quatro categorias para controlar o material interveniente que aparecia entre o verbo auxiliar e o particípio, a saber, *sem material interveniente*, *com advérbio interveniente*, *com clítico interveniente* e *com sujeito interveniente*, porém como recém mostramos, foi necessário amalgamarmos esses resultados, por conta dos poucos dados encontrados com material interveniente. Infelizmente, com esse número reduzido de dados, não há como trazer conclusões significativas para esta análise, como por

exemplo, afirmar se a presença de material interveniente condiciona uma ou outra forma de participípio, o que justifica o fato de essa variável não ter sido selecionada pelo programa GOLDFARB 2001.

Os próximos resultados que veremos, finalizando esta seção, dizem respeito à variável extralinguística controlada – *gênero textual/discursivo*. Observe a Tabela 12 a seguir:

Gênero textual	Regular	%	Irregular	%	Total geral	%
Notícia	122/779	15%	657/779	85%	779/843	92%
Comentários de leitores	10/64	15%	54/64	85%	64/843	8%

Tabela 12: percentual geral e quantidade de dados para o grupo de fator externo ‘gênero textual’ em relação às sentenças formadas com participípios regulares e irregulares, referente ao corpus escrito.

É possível observar, conforme mostra a Tabela 12, que dos 843 dados encontrados para nossa variável dependente, apenas 64 deles pertencem a comentários feitos por leitores no jornal Diário Catarinense *online*, o que equivale a 8% do total. Além disso, observa-se que o grupo de fatores extralinguístico *gênero textual* não se mostrou uma variável relevante para diagnosticar o uso de participípios regulares e irregulares, em sentenças ativas e passivas, visto que, tanto no gênero *notícia* como no gênero *comentário de leitores*, 85% dos dados constituem-se de formas irregulares de participípio.

Mas o leitor deve estar se perguntando: e sobre a única construção *havia chego*, em qual gênero ela apareceu? Deve-se lembrar o leitor de que nossa hipótese era de que formas participiais consideradas “novas”, tais como *abrido*, *escrevido*, *descobrido*, *chego* e *trago*, apareceriam escritas, principalmente, no gênero textual *comentário de leitores*, por se tratar de um gênero que, em princípio, não é revisado antes de sua postagem. Todavia, a construção *havia chego* constitui um texto escrito por uma jornalista, ou seja, aparece em uma *notícia* do jornal Diário Catarinense *online*, fato que, talvez, valorize ainda mais a qualidade desse dado, justamente por se tratar de um texto revisado antes da publicação e que, provavelmente, não

gerou estranhamento a quem o leu, evidenciando, assim, que a forma *chego* está se tornando cada vez mais usual em nossa língua, pois tem aparecido, inclusive, em textos jornalísticos.

Como já salientamos, nossos dados escritos foram retirados do jornal Diário Catarinense *online*, dados esses que compõem publicações/postagens no decorrer do ano de 2012. Apenas a título de curiosidade, mostraremos no Gráfico 20, a seguir, os valores em quantidade de dados para a distribuição das formas de participio – regular e irregular – no decorrer deste período de tempo:

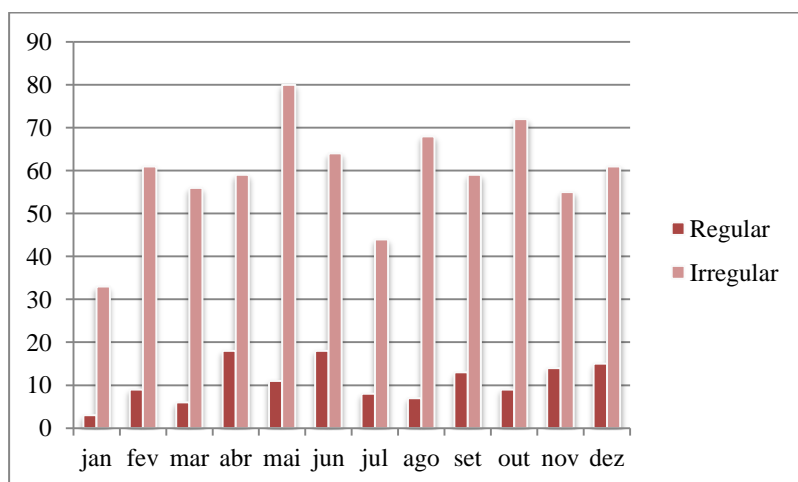


Gráfico 20: valor em quantidade de dados, referente ao corpus escrito, para a variável dependente ‘formas de participio’ – regulares e irregulares –, em cada um dos meses do ano de 2012.

Os resultados do Gráfico 20 apenas vêm atestar que, em todos os meses do ano de 2012, houve preferência pelo uso das formas irregulares de participio, em detrimento das formas regulares.

3.3 Concluindo este capítulo

O objetivo geral deste capítulo foi atestar a variação na avaliação subjetiva e no uso escrito dos participios duplos, além de apontar, empiricamente, que há preferência, tanto na avaliação como na escrita, pelas formas irregulares de participio. Esses resultados

empíricos foram obtidos, como vimos, por meio de um teste de atitude aplicado a falantes catarinenses, bem como por meio da coleta de dados escritos do jornal Diário Catarinense *online*, referentes ao ano de 2012.

Os resultados do teste de atitude mostraram que o *item lexical*, isto é, o verbo que forma a sentença, é determinante para apontar a avaliação *boa* ou *ruim* das formas de particípio. O verbo *trazer*, por exemplo, foi o único que manteve o *status* da forma regular de particípio, ao passo que o verbo *pegar*, não reconhecido como abundante pela maioria das gramáticas pesquisadas, teve sua forma irregular *pego*, não canônica, mais bem avaliada que a adotada pela variedade padrão – *pegado*. Inclusive, o verbo *chegar*, que atualmente ainda não é chamado abundante por essa mesma norma, além de apresentar dois particípios no uso – *chegado* e *chego* –, revela a forma não canônica *chego* como a preferida dos falantes. Ainda sobre o teste de atitude, vimos que a maior parte das sentenças assinaladas como *boas* contemplam sentenças passivas formadas com particípios irregulares, o que significa dizer que o *tipo de sentença* também é um grupo de fatores relevante na seleção de uma ou outra forma de particípio. Porém, quanto aos grupos de fatores externos controlados – *sexo/gênero, idade e escolaridade* –, observamos que, em nosso teste, nenhum deles foi significativo para explicar a variação no uso dos particípios duplos, pois todos apontaram avaliação positiva para o particípio irregular.

Observamos também que os resultados obtidos em nosso *corpus* escrito apontaram variação no uso das formas de particípio, embora ainda tenha havido preferência por particípios regulares em sentenças ativas e irregulares em sentenças passivas. Porém, com a finalidade de apontar tal variação em ambos os tipos de sentenças, lançamos mão de dados da *Web*, expandindo nosso *corpus*, como ocorreu, por exemplo, com os exemplos trazidos para o verbo *descobrir*. Como mostramos, dos grupos de fatores externos e internos controlados para este *corpus*, apenas quatro variáveis linguísticas foram selecionadas: (i) o *item lexical* – apontando que o uso varia de verbo para verbo, embora haja predominância de uso das formas irregulares de particípio; (ii) o *tipo de sentença* – mostrando que a variação no uso de particípios duplos é maior em sentenças ativas, ao passo que as sentenças passivas revelaram quase um uso categórico de particípios irregulares; (iii) a *animacidade do sujeito* – sugerindo que particípios regulares tendem a selecionar sujeitos animados, ao passo

que participios irregulares tendem a selecionar sujeitos inanimados; e (iv) o *número de argumentos do verbo* – parece que verbos bitransitivos selecionam com mais frequência formas irregulares participio.

Com base nisso, é possível constatar que as variáveis linguísticas *item lexical* e *tipo de sentença*, controladas tanto no teste de atitude como na coleta dos dados escritos, foram bastante relevantes para esta pesquisa, visto que, de maneira geral, os resultados para as duas etapas deste trabalho se mostraram bastante semelhantes: ambas apontaram para o uso das formas irregulares de participio, bem como para a variação no uso dessas formas em sentenças ativas e passivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos empíricos propostos para a teoria da mudança linguística apresentados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) em muito contribuíram para o avanço dos estudos sociolinguísticos no Brasil, conforme apontam Paiva e Duarte (2006), uma vez que a inovação dessa proposta, com bases empíricas, não foi somente assumir a língua como um objeto heterogêneo, mas como ordenado e sistemático em meio à heterogeneidade inevitável. Diante disso, cabe ao linguista descrever e buscar explicar essa ordem, apontando os fatores linguísticos e sociais que governam esse processo.

Até recentemente (e, por que não dizer, mesmo ainda hoje) perdurou uma concepção de variação na fala como caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade significativa e interessante, decorrendo, na maioria das vezes, do desconhecimento das “regras da língua”. [...] Ora, aprender a ver a língua como inerentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e a amplitude dessa infração dentro do próprio sistema. (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 133-134).

A concepção de fala homogênea, bem como a necessidade de “correção” de construções e estruturas linguísticas em nossa sociedade, tanto na oralidade como na escrita, segundo as autoras, provém de uma consequência natural devido a uma tradição literária esmagadora que impera desde os primeiros anos escolares, por meio de regras prescritivas, mas que, diante do conceito de heterogeneidade da língua fica invalidado – ou, pelo menos, deveria ficar –, visto que esse princípio se expande a todos os níveis linguísticos e em todas as línguas, não excluindo, obviamente, a existência de regras categóricas (PAIVA; DUARTE, 2006).

A variação no uso das formas de particípio é verificada em nosso *corpus* e apenas vem atestar a dinamicidade das línguas, sem, no entanto, registrar um uso caótico e assistemático. Enquanto no teste de atitude houve preferência pela forma irregular, tanto em sentenças ativas como em sentenças passivas, nos dados escritos houve maior percentual de uso de particípios regulares em sentenças ativas, o que

não atestou nossa hipótese, já que a amostra escrita se revelou obediente à variedade padrão da língua. Por outro lado, em ambas as amostras investigadas, os participios irregulares foram os que apresentaram maior percentual, como esperávamos, já que são as formas mais bem avaliadas pelos falantes e as mais frequentemente usadas na escrita.

Tais evidências, que atestam um caráter heterogêneo e ordenado, mostram que as formas linguísticas carregam sobre si significação social, o que pode explicar, por exemplo, o fato de a língua manter em sua estrutura dois participios que, em muitos contextos, apresentam o mesmo significado referencial. Além disso, nosso objeto também permitiu atestar mais uma vez a competência linguística dos indivíduos (cf. BASÍLIO, 1980), que criam novas formas, porque são suficientemente capazes e aptos para lidar com as regras de sua língua. E, como nos assegura Said Ali (2008 [1908], p. 160), sobre as formas participiais, “dado o primeiro passo, animou-se o povo [...] a fabricar mais alguns produtos do mesmo tipo, e bem pode ser que o processo, ainda ativo, se estenda a alguns casos mais” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 160).

Ainda que os grupos de fatores externos controlados para o teste de atitude e para o *corpus* escrito não tenham se mostrado significativos para resultados aqui apresentados, vêm atestar mais uma vez a preferência no uso de formas irregulares de participio, na maioria dos casos. Parece que, neste primeiro momento, são as variáveis linguísticas, a saber, *item lexical*, *tipo de sentença*, *animacidade do sujeito* e *número de argumentos do verbo*, que se mostraram relevantes para tentar explicar este fenômeno alternante, sendo que as duas primeiras foram grupos de fatores internos comuns às duas amostras investigadas, embora, como temos reforçado ao longo deste trabalho, saibamos que é preciso sistematizar com mais cuidado os verbos abundantes a serem analisados, bem como expandir nosso *corpus* de análise, a fim de obtermos resultados mais precisos.

Pretendemos rever, inclusive, como devem ser estruturados e aplicados os testes de atitude, criando testes mais neutros e aumentando, por exemplo, a gradiência de respostas, de maneira que o informante possa avaliar a forma de participio também como *muito boa* ou *muito ruim*, sendo que esta última sugeriria profunda rejeição pelo participio em questão. Além disso, gostaríamos de expandir nossa amostra para outras regiões do Brasil, incluindo dados flexionados, no caso de sentenças passivas, bem como buscando

outros verbos auxiliares. Outro tópico importante a ser analisado é o comportamento de cada item lexical em cada tipo sentença, sendo que será bastante válido separar as rodadas, ora apenas com sentenças ativas ora apenas com sentenças passivas, a fim de verificar se as variáveis linguísticas elencadas se mantêm e se outras são selecionadas.

De fato, a variação está em todos os níveis da língua, e não se mostra diferente na formação de sentenças ativas e passivas com participípios duplos. Reforça Mória (2004) que se perde tempo com regras de construções arcaicas, mas não se investe tempo em observar a fala e a escrita reais, que representam este século, esta década, pois registrar as formas linguísticas modelares não implica desconsiderar as demais. Sendo assim, “tanto para brasileiros, quanto para portugueses, a distância entre o que usam normalmente e o prescrito sempre será grande porque se trata da distância entre o artificial e o natural” (BARBOSA, 2009 [2007], p. 38).

Nossas leituras relacionadas ao nosso objeto de estudo não apenas firmaram as hipóteses aqui lançadas – embora nem todas tenham sido atestadas –, como também nos fizeram refletir a respeito de possíveis transformações que tenham ocorrido ou que estão ocorrendo com os participípios no português. Algumas hipóteses ainda podem ser investigadas.

A primeira hipótese que queremos lançar é a da *passagem funcional de adjetivos a participípios*. Deve-se lembrar o leitor de que autores, como, por exemplo, Camara Jr. (1976), mostraram que alguns adjetivos, ao longo da história, foram associados a participípios, como, por exemplo, as forma *preso*, *extinto* e *aceso*, como pode ser observado na sentenças passivas *Ele foi preso*, *O documento foi extinto* e *O lampião foi aceso*. Segundo este autor, essa relação contribuiu para expandir a lista de verbos abundantes no português, principalmente para os verbos de 1ª conjugação, o que seria um erro, visto que se trata apenas de adjetivos cognatos do verbo (CAMARA JR., 2005 [1970]). Sendo erros ou não, a única coisa que sabemos é que esses fatos linguísticos nos fizeram pensar que, se esses adjetivos já se encaixam perfeitamente na voz passiva, parece ser uma questão de tempo serem aceitos na voz ativa: *Ele já tinha preso o homem*, *quando chegamos*, *Ele tinha extinto o documento* e *Pedro tinha aceso o lampião*. Aliás, já mostrou Barboza (1830) que não é incomum adjetivos se combinarem não apenas com o auxiliar *ser*, mas também com o auxiliar *ter*, ganhando sentido ativo.

Sobre esse processo, Coutinho (1974) também aponta ser bastante comum os falantes do português relacionarem adjetivos terminados em *-e* com participípios, como é o caso da forma *livre*, do verbo *livrar*. Ainda há outros adjetivos com essa mesma função, como, por exemplo, *seco* e *limpo*, nas sentenças *Maria tinha seco a louça de manhã* e *Pedro já tinha limpo o carro para viajar*. Será que as criações de novos participípios terminados em *-o* podem estar associadas à dupla função desses nomes, que já não funcionam apenas como adjetivos, mas também como participípios verbais e nominais? Os exemplos trazidos por Villalva e Almeida (2004) apenas contribuem para refinar esta hipótese, já que mostram que o participípio passado *frixtum* do verbo latino *frigere* gerou no português o participípio passado *frito*, que também funciona como adjetivo em nossa língua. Ainda que observemos se tratar de um processo oposto, já que este percurso ilustrado é *participípio passado* → *adjetivo*, ele transparece os laços estreitos que essas formas têm. Essa relação também foi apresentada por Mória (2004), quando tratou dos adjetivos *bento*, *absolto* e *tinto*, que outrora funcionaram como participípios em nossa língua.

Outro ponto de vista que queremos lançar para o surgimento das novas formas de participípio terminadas em *-o* é o que propõe Barbosa (1993). Segundo este autor, é possível que tenha havido uma *passagem funcional da forma 1ª pessoa do singular do presente do indicativo à forma de participípio*, como, por exemplo, *Eu trago* (forma conjugada) → *Eu tinha trago* (participípio verbal). Como temos assinalado, nossa intuição já reconhecia a homonímia dessas formas, e, talvez, o estudo de Barbosa (1993) tenha favorecido a hipótese. Poderíamos pensar que as novas formas participiais terminadas em *-o* são *derivadas* das formas verbais conjugadas de 1ª pessoa? Se isso for verdade, então a questão da produtividade ganha ainda mais espaço nessa discussão, já que temos assumido, juntamente com Teixeira da Silva (2008), que tal morfema tem se tornado cada vez mais produtivo e previsível na formação de novos participípios irregulares. Porém, de acordo com Barbosa (1993), a “reaplicação da regra” atinge tanto participípios novos com terminação em *-o* como aqueles com terminação em *-do*, considerando um padrão regular de formação em ambos os casos.

Diante disso, a hipótese da *direção da mudança*, tratada por Barbosa (1993), é preciosa para nós, uma vez que o autor tanto reconhece que participípios como *desfeito* podem apontar um caminho à

regularidade, por conta do particípio *desfazido*, como particípios como *trazido* podem apontar para a irregularidade, devido à forma *trago*. Essas afirmações ganham mais validade quando pensamos nos resultados do teste de avaliação realizado por nós, visto que tivemos avaliações positivas tanto para as formas *abrido*, *escrevido* e *descobrido*, como para as formas *trago*, *chego* e *pego*, que parecem apontar, respectivamente, uma direção de mudança de *-o* para *-do* e de *-do* para *-o*, o que não significa dizer que haverá de fato uma mudança, mas sim que a variação é evidente e as avaliações dos falantes apontam ambas as direções, a depender do item lexical em questão.

Embora reconheçamos, como Barbosa (1993), que há duas possibilidades de mudança, também estamos convencidas de que são as formas irregulares de particípio as mais bem avaliadas pelos falantes, bem como as mais usadas na escrita. Desejamos, portanto, expandir nosso *corpus* de análise para registrar, com mais segurança, o uso real desse objeto linguístico dinâmico. E, como já reforçamos, gostaríamos de, futuramente, aplicar testes de produtividade, com o objetivo de verificar qual das três conjugações verbais é a mais propícia a criar particípios terminados em *-o* e em *-do*, e, se for possível também, pretendemos comparar nossos dados escritos sincrônicos do PB com dados escritos sincrônicos do PP. Mais que isso, gostaríamos de conhecer a avaliação dos falantes portugueses sobre as formas de particípio – regulares e irregulares –, observando a variação e registrando, quem sabe, a direção da mudança.

Obviamente Said Ali (1964 [1931]) tem razão quando afirma que “a história dos particípios varia de verbo para verbo” (SAID ALI, 1964 [1931], p. 147), mas é bastante curioso observar que o curso dos verbos abundantes hoje tem apontado, de maneira geral, para um desprestígio da forma regular, bem como para uma avaliação positiva da forma irregular, mas logicamente, esse fato não alcançou todos os verbos. Na verdade, essa observação só valida o que Said Ali (1964 [1931]) sustenta: que cada verbo tem suas particularidades, uma vez que nem todos são abundantes e, quando são, cada forma de particípio se comporta conforme suas características específicas, permanecendo ou não na língua. Além disso, há algo intrínseco à língua (cf. LOBATO, 1999), a qual é mantenedora de um caráter, que pode nos apontar o caminho da mudança, seja ela em qual direção for.

Talvez Said Ali (2008 [1908], p. 149) tenha razão quando afirma que “nunca se chegou a um resultado satisfatório” que explique

essas duplicatas – os participios duplos. Ademais, “[...] não se pode estabelecer uma regra simples e universal [...]. Mas não é a negação da regra que se quer; o gramático, para comentar, há de dizer qualquer coisa que sirva de guia, ainda que enganando” (SAID ALI, 2008 [1908], p. 149), e é por conta disso que apresentamos nossas questões, hipóteses e resultados, para esse objeto variável, sendo cada uma delas mais uma possibilidade para tentar compreender o que de fato ocorre com os participios de verbos abundantes em nossa língua. Mesmo que estejamos enganadas, queremos descrever, analisar e comentar os resultados de nossa pesquisa, e esperamos ter contribuído, de alguma maneira, para essa discussão.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008, p. 344-347.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Participios duplos na fala carioca: variação e distribuição lexical**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

_____. Saberes gramaticais na escola. In: **Ensino de gramática: descrição e uso**. Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (orgs.). 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009 [2007].

BARBOZA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. 2ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830, p. 237-299.

BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001 [1999], p. 222-232.

BROCARDO, Maria Teresa. **Sobre a mudança –udo > –ido nas formas de participio passado em português**. Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos, Lisboa: Colibri, 2002, p. 137-145.

_____. **Mudanças morfológicas na história do português: alguns aspectos da flexão verbal**. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2006. Disponível em <http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/equipa/tere_sabrocardo/brocardo_li%C3%A7%C3%A3o_2006.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012. 31 p.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Marcos Marcionilo (trad.). São Paulo: Parábola, 2002 [1993]. 174 p.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1976, p. 159-169.

_____. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 37ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005 [1970]. 124 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1974, p. 150-165.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2001. XXV, p. 441-443.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. **Syntaxe historica portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1953, p. 240-250.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair; MAY, Guilherme; NUNES DE SOUZA, Christiane Maria. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172 p.

GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza, marco de 2001.

ILARI, Rodolfo. Papéis temáticos. In: **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. Rio de Janeiro: Parábola, 2008 [1972], p. 215-373.

_____. Building on empirical foundations. In: Winfred P. Lehmann e Yakov Malkiel (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

LOBATO, Lucia. **Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais**. DELTA, São Paulo, v. 15, n.

1, Feb. 1999. Disponível em
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2012.

MÓIA, Telmo. **Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização.** In: Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2004, p. 109-125.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.). In: **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** Rio de Janeiro: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia.** 8ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975, p. 316-319.

PAGANI, Luiz Arthur. Os dois participípios em português. In: **Estudos Linguísticos. Anais dos Seminários do GEL**, v.23, n.2, p. 1085-1091, 1994.

PAIVA, Maria da Conceição A. de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa da sociolinguística brasileira. Posfácio. In: **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 131-149.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva: curso superior.** Livros Didáticos Biblioteca Pedagógica Brasileira. Vol. 5. 68ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946 [1926], 120-165.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 174-178.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005 [1972], p. 168-171.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1931]. p. 146-154.

_____. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969 [1923]. p. 91-96.

_____. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008 [1908]. p. 149-162.

SILVÉRIO, Sandra Mara. **O sistema temporal do português brasileiro**. Tese de doutorado. UFSC, Florianópolis: 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006, [1916].

TEIXEIRA DA SILVA, Inaciane. **O uso do particípio em formações verbais no português do sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Letras Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

VILLALVA, Alina; ALMEIDA, Marta. **Verbos abundantes: usos, desusos e alguns “abusos”**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística de Lisboa, 13-15 outubro 2004. Disponível em <http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/2004Lisboa_verbos_abundantes.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012. 19 p.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, Marvin I. Marcos Bagno (tradução). **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968], p. 87-126.

ANEXO – teste de atitude

Idade		Sexo	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
Escolaridade			
Local onde nasceu			
Local onde mora			

Informante nº: _____

Leia as frases abaixo e assinale como *boa* aquela que você usaria, e como *ruim*, aquela que você jamais usaria.

- | | | | |
|--|----------------------------------|---|-------------------------------|
| 1. O aluno tinha entregado o trabalho à professora. | 1. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 2. O aluno tinha entregue o trabalho à professora. | 2. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 3. O trabalho foi entregado à professora. | 3. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 4. O trabalho foi entregue à professora. | 4. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 5. A criança tinha ganhado o presente do pai porque estudou. | 5. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 6. A criança tinha ganhado o presente do pai porque estudou. | 6. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 7. O presente foi ganhado do pai por uma condição: estudar. | 7. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 8. O presente foi ganhado do pai por uma condição: estudar. | 8. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 9. A entidade tinha gastado a doação com benefícios. | 9. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 10. A entidade tinha gasto a doação com benefícios. | 10. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 11. A doação foi gastada em benefícios à entidade. | 11. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 12. A doação foi gasta em benefícios à entidade. | 12. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 13. A secretária tinha imprimido e arquivado o documento. | 13. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 14. A secretária tinha impresso e arquivado o documento. | 14. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 15. O documento foi imprimido e arquivado. | 15. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 16. O documento foi impresso e arquivado. | 16. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 17. A menina tinha pegado o brinquedo errado. | 17. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 18. A menina tinha pego o brinquedo errado. | 18. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 19. O brinquedo foi pegado por engano. | 19. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 20. O brinquedo foi pego por engano. | 20. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 21. O professor tinha trazido o trabalho. | 21. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 22. O professor tinha trago o trabalho. | 22. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 23. O trabalho foi trazido pelo professor. | 23. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 24. O trabalho foi trago pelo professor. | 24. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 25. O pai tinha salvo a criança. | 25. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 26. O pai tinha salvo a criança. | 26. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 27. A criança foi salva pelo pai. | 27. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 28. A criança foi salva pelo pai. | 28. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 29. O pai tinha pagado os gastos médicos para o filho. | 29. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 30. O pai tinha pago os gastos médicos para o filho. | 30. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 31. O total de gastos médicos foi pago pelo pai. | 31. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 32. O total de gastos médicos foi pago pelo pai. | 32. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 33. O aluno tinha descoberto a resposta da questão. | 33. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 34. O aluno tinha descoberto a resposta da questão. | 34. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 35. A resposta da questão foi descoberta pelo aluno. | 35. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 36. A resposta da questão foi descoberta pelo aluno. | 36. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 37. O professor tinha escrito no quadro o resumo do conteúdo. | 37. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 38. O professor tinha escrito no quadro o resumo do conteúdo. | 38. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 39. O resumo do conteúdo foi escrito no quadro pelo professor. | 39. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 40. O resumo do conteúdo foi escrito no quadro pelo professor | 40. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 41. A secretária tinha abrido a agenda para marcar a reunião. | 41. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 42. A secretária tinha aberto a agenda para marcar a reunião. | 42. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 43. A agenda foi abrida pela secretária para marcar a reunião. | 43. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 44. A agenda foi aberta pela secretária para marcar a reunião. | 44. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 45. O médico não tinha chegado cedo para a consulta. | 45. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |
| 46. O médico não tinha chego cedo para a consulta. | 46. <input type="checkbox"/> boa | <input type="checkbox"/> nem boa nem ruim | <input type="checkbox"/> ruim |